



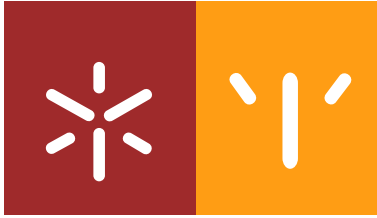
Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Cecília Elisabete Vieira da Costa

**Sexualidade(s) Feminina(s) em Discurso:
Grupos de Discussão com Mulheres Jovens**

Janeiro de 2012



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Cecília Elisabete Vieira da Costa

**Sexualidade(s) Feminina(s) em Discurso:
Grupos de Discussão com Mulheres Jovens**

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialização em Psicologia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da
Prof. Doutora Conceição Nogueira

AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS
PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO
INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 18 de Janeiro de 2012

Assinatura

Carina Vieira de Costa

A ELABORAÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO FOI APOIADA PELA
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, ATRAVÉS DA BOLSA DE
DOUTORAMENTO COM A REFERÊNCIA SFRH / BD / 24008 / 2005

AGRADECIMENTOS

Primeiro de tudo quero agradecer à Professora Conceição Nogueira que para além de orientadora foi a minha primeira mentora feminista. Foi com ela que descobri que afinal era feminista. Obrigada por ter tolerado esta gravidez de elefante e pelo apoio incondicional.

Muito obrigada Maria José por toda ajuda prática e moral, por sempre atenderes os meus pedidos com um sorriso nos lábios! Isso é inestimável.

Ana, Catarina e Inês muito obrigada pela ajuda nesta última fase mesmo tendo sido complicado para cada uma mas de maneiras diferentes!

À família Zoenen-Moniquet que esteve sempre disponível para ajudar nas coisas práticas assim com na diversão.

Aos meus pais por estarem sempre disponíveis para mim (e agora para nós). É muito bom!

Claro à Tali, ao Zezé e tod@s os amig@s

Cédric obrigada por me teres acompanhado nestes dois terços de viagem, por teres ajudado e apoiado de todas as formas possíveis e (in)imagináveis. Que a viagem continue sempre assim. Este trabalho também é teu.

Gaspar obrigada pelos teus sorrisos e mimos apesar de nestes últimos tempos e muitas vezes ficaste sem as tuas brincadeiras e saídas.

SEXUALIDADE(S) FEMININA(S) EM DISCURSO: GRUPOS DE DISCUSSÃO COM MULHERES JOVENS

RESUMO

Nos dias de hoje em dia no Ocidente, cada vez mais a(s) sexualidade(s) são retratadas como livres e empoderadas. A revolução sexual permitiu esbater a relação entre sexualidade e reprodução, trazendo uma nova era sexual - mais permissiva - que prometia romper com a ligação entre sexualidade e compromisso. Os movimentos feministas e de libertação das mulheres sonharam novas oportunidades e liberdades para as mulheres. Contudo, apesar das profundas mudanças ocorridas nas relações de género nas últimas décadas, a investigação social sugere que as representações dominantes das identidades de género e sexualidade(s) continuam em grande parte inalteradas (Gavey, 2005; Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 2004; Hollway, 1995a; Philips, 2000; Sieg, 2007). As mensagens dirigidas às mulheres são contraditórias (Breanne Fahs, 2011; McRobbie, 2009). Se por um lado são estimuladas a serem sexualmente descomplexadas e hiper-sexuais, por outro recebem mensagens que sugerem que esse excesso deve ser contido ou reprimido e só deve manifestar-se quando é socialmente aceitável.

Com este estudo pretende-se explorar os recursos discursivos disponíveis para as mulheres jovens portuguesas falarem e sentirem a(s) sua(s) sexualidade(s), isto é sobre a(s) sua(s) subjetividade(s) sexuais. Questiona-se em que medida é possível encontrar discursos alternativos e emancipatórios em torno da(s) (hetero)sexualidade(s) e dos relacionamentos (hetero)sexuais que permitam às mulheres jovens sentir e expressar desejo e prazer, sozinhas ou acompanhadas, dentro ou fora do contexto de relações (hetero)afetivas duradouras. É dada voz às mulheres jovens para falarem da(s) sua(s) sexualidade(s) ao mesmo tempo que é feita uma leitura crítica das implicações dos discursos e construções discursivas usadas, explorando-se como é que os significados em torno da sexualidade são (co)construídos e (re)formulados no contexto de grupo. O estudo foi desenvolvido tendo por base um enquadramento teórico dentro do Construcionismo Social, da Análise do Discurso e do Feminismo Pós-estruturalista. Os dados foram obtidos a partir de 6 grupos de discussão feitos em diferentes cidades do país. No total foram envolvidas no estudo 31 mulheres jovens com idades

compreendidas entre os 19 e 27 anos. Quase todas as participantes já se conheciam antes do grupo de discussão e em alguns casos mantinham relações de amizade. Relativamente à constituição dos grupos importa sublinhar que um deles era exclusivamente constituído por feministas. Recorreu-se à Análise Foucaultiana do Discurso para tratar o material obtido e desenvolver os quatro estudos apresentados. Um primeiro estudo explora os discursos e as construções discursivas usadas pelas participantes para falarem sobre a(s) sua(s) subjetividade(s) sexuali(s) feminina(s). Num segundo estudo exploram-se as construções discursivas usadas para falarem sobre a primeira relação sexual. Nos dois últimos estudos é feita uma análise do material obtido em dois grupos de discussão distintos. Num deles exploram-se as dinâmicas em torno da heteronormatividade gerada num grupo com três participantes auto-identificadas como heterossexuais e uma participante auto-identificada como não-heterossexual. Finalmente o último estudo apresentado analisa o material obtido a partir de um grupo de discussão com feministas e explora em que medida o feminismo oferece espaços de resistência para a vivência da sexualidade dentro e fora das relações (hetero)afetivas.

Os resultados estão de acordo com a investigação feminista internacional sobre sexualidade(s) feminina(s), onde o amor e os (hetero)relacionamentos duradouros são privilegiados em detrimento do prazer e do desejo. Os discursos dominantes de (hetero)sexualidade e de amor romântico continuam profundamente enraizados na nossa cultura. Em simultâneo assiste-se à emergência e à apropriação por parte das mulheres jovens do discurso pseudo-feminista no qual elas, enquanto sujeitos neoliberais autónomos, únicos e responsáveis pelas suas vidas e destinos, assumem todas as responsabilidades nos insucessos amorosos. Desafiar as desigualdades de género que persistem tornou-se numa tarefa difícil mas que continua indispensável. As análises permitem-nos perceber que apesar de tudo existem alguns espaços de resistência, sobretudo quando as mulheres jovens são capazes de articular o discurso do desejo ou o discurso feminista, posicionando-se como agentes e sujeitos da sua(s) sexualidade(s). Em alguns momentos algumas delas conseguem fazerem leituras críticas da feminilidade dominante, do discurso romântico e do duplo padrão sexual. No entanto estas leituras nem sempre são traduzidas nas práticas. O feminismo é desafiado a desenvolver novas e criativas formas de oferecer resistência às construções dominantes da(s) sexualidade(s) promovendo a literacia erótica do corpo e do desejo e uma ou várias versões feministas do romance (Burns, 2003).

WOMEN SEXUALITY(IES) IN DISCOURSE: GROUP DISCUSSION WITH YOUNG WOMEN

ABSTRACT

Today in the West, sexuality(ies) are increasingly portrayed as free and empowered. The sexual revolution allowed blurring the relationship between sexuality and reproduction, bringing a new and more permissive sexual era, which was to break the link between sexuality and commitment. The feminist and women's liberation movements dreamed up new opportunities and freedoms for women. Yet despite the profound changes in gender relations in recent decades social research suggests that the dominant representations of gender identities and sexuality(ies) remain largely unchanged (Gavey, 2005; Holland et al., 2004; Hollway, 1995a; Philips, 2000; Sieg, 2007). The messages addressed to women are contradictory (Breanne Fahs, 2011; McRobbie, 2009). On the one hand they are encouraged to be sexually uninhibited and hyper-sexual, on the other they receive messages suggesting that this excess must be contained or repressed and should only be expressed when it is socially acceptable.

This study aims to explore the discursive resources available for young Portuguese women to speak and feel their sexuality(ies), i.e. their sexual subjectivity(ies). One wonders to what extent it is possible to find alternative and emancipatory discourses around (hetero)sexuality(ies) and (hetero)sexual relationships enabling young women to feel and express desire and pleasure, on their own or accompanied, inside or outside the context of long term (hetero)affective relationships. Voice is given to young women to talk about their sexuality(ies) and at the same time a critical reading is made of the implications of the discourses and discursive constructions used, exploring how the meanings of sexuality are (co)constructed and (re)formulated in a group context. The study was developed based on a theoretical framework within Social Constructionism, Discourse Analysis and Poststructuralist Feminism. The data was obtained from six focus groups carried out in different Portuguese cities. In total the study involved 31 young women aged between 19 and 27. Almost all participants knew each other before the group discussion and in some cases maintained a friendship. Regarding the formation of groups it is important to note that one of the focus group was made up only of feminists. The four studies presented here

were built up using Foucaultian discourse analysis to treat the material obtained. A first study explores the discursive constructions and discourses used by participants to talk about women sexual subjectivity(ies). A second study explores the discursive constructions used to talk about the first sexual intercourse. The last two studies present an analysis of the material obtained in two different focus groups. One explores the dynamics of heteronormativity generated in a group of three participants self-identified as heterosexual and one participant self-identified as non-heterosexual. Finally the last study presented analyses the material obtained from a group discussion with feminists and explores to what extent feminism offers spaces of resistance to the experience of sexuality inside and outside (hetero)affective relationships.

The results are consistent with international research on women's sexuality(ies), where love and long-term (hetero)relationships are privileged at the expense of pleasure and desire. The dominant discourses of (hetero)sexuality and romantic love are still deeply rooted in our culture. At the same time we are witnessing the emergence and appropriation by young women of the pseudo-feminist discourse in which, as autonomous and unique neoliberal subjects, accountable for their lives and destinies, they assume all responsibilities of the failures of love. Challenging persisting gender inequalities became a difficult but still essential task. The analyses allow us to realize that after all there are some spaces of resistance especially when young women are able to articulate the discourse of desire or the feminist discourse, positioning themselves as agents and subjects of their sexuality(ies). Sometimes some of them are able to make critical readings of dominant femininity, romantic discourse and sexual double standard. However, these readings are not always translated into practice. Feminism is challenged to develop new and creative ways to offer resistance to the dominant constructions of sexuality(ies), promoting erotic literacy of body and of desire and one or several feminist versions of romance (Burns, 2003).

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
Posicionamento Pessoal	7
CAPÍTULO I - CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA	11
1. Revisão breve da história e teorias <i>mainstream</i> das sexualidades em psicologia	13
1.1 História breve do Género e das Sexualidades	15
1.2 Síntese das teorias dominantes sobre a sexualidade	28
<i>Teoria Psicanalítica</i>	30
<i>Sociobiologia e Psicologia Evolutiva</i>	43
<i>Teoria da Aprendizagem social</i>	52
<i>Teoria do Intercâmbio Social</i>	57
<i>Teoria dos Scripts Sexuais</i>	61
1.3 Estudos sobre Sexualidade em Portugal leitura crítica	68
1.4 Reflexão crítica	78
2. Abordagens críticas no estudo da(s) sexualidade(s) feminina(s) nas perspectivas feminista(s)	83
2.1 Construcionismo Social	84
2.2 Pós-estruturalismo Feminista	91
<i>Crítica Pós-estruturalista à Ciência Tradicional</i>	93
<i>Linguagem</i>	96
<i>Significado</i>	98
<i>Discurso e Poder</i>	99
<i>Subjetividade</i>	102
<i>Implicações para o Feminismo</i>	104
<i>Críticas</i>	105
2.3 Perspectivas feminista(s) sobre a(s) Sexualidade(s)	107
<i>Desafios à Investigação Feminista em Sexualidade(s)</i>	110

<i>Discursos da(s) (Hetero)sexualidade(s)</i>	113
Discurso do drive sexual masculino	115
Discurso Have/Hold.....	120
Discurso permissivo.....	125
Discurso Romântico.....	129
Discurso do presente pseudo-recíproco	135
Discurso do desejo	137
<i>Género e investigação em sexualidades</i>	139
Educação Sexual	139
Epidemia VIH/SIDA e outras IST's	143
(Dis)Funções Sexuais Femininas.....	148
Saúde Sexual e Reprodutiva para lésbicas.....	152
STUDY I - 'My sexual self, I stifled it': Sexual Subjectivities among Young Portuguese Women	189
ABSTRACT	190
INTRODUCTION.....	190
<i>Political background and context</i>	193
METHOD.....	193
<i>Material</i>	193
<i>Discourse Analysis</i>	194
ANALYSIS	194
<i>Pandora's Box</i>	194
<i>Protocol</i>	197
<i>Process</i>	201
CONCLUSION	204
STUDY II - Different voices about My First Time: 'It had to happen anyway'.....	209
ABSTRACT:.....	210

VIRGINITY LOSS	210
DATA.....	216
METHDOLOGICAL APROACH.....	217
ANALYSES	217
Why I did it.....	218
Inevitable	218
Risky investment.....	225
Treasure	234
Political Action/ Rebellion.....	237
Between Bad and Good	239
One shot scene	239
Expertise matters.....	245
What did it mean?.....	249
Gateway to adulthood	249
Old wives' tale.....	251
CONCLUDING COMMENTS.....	254
REFERENCES.....	256
STUDY III - Managing sexual identities in a focus group discussion – methodological potentials	261
ABSTRACT:.....	262
INTRODUCTION.....	262
METHDOLOGICAL APROACH.....	265
<i>Focus Group</i>	265
<i>Discourse Analyses</i>	267
<i>Data</i>	268
ANALYSES	269
<i>Performing straight</i>	269

<i>Performing lesbian</i>	271
<i>Performing Queer</i>	273
<i>Trying to Queer the focus group</i>	275
CONCLUDING COMMENTS.....	277
REFERENCES.....	279
STUDY IV - ‘Next time we will play cards’: How young Portuguese feminists resist to dominant (hetero)sexuality	285
ABSTRACT:.....	286
HETEROSEXUALITY DEBATES.....	286
ROMANCE.....	289
DATA.....	292
Research participants and interviewer.....	293
Recordings and Transcriptions	294
ANALYTICAL APPROACH.....	294
ANALYSES.....	295
Framing Just (Hetero) sex	295
Métier	295
Game.....	298
Political statement.....	300
Framing (hetero)sex within (hetero)relationships	301
Exchange.....	302
Inevitable	303
Continuum	306
Framing Romantic storyline within (Hetero)relationships ‘is this love’?	307
Suffering	307
Betraying feminism.....	309
From prince into frog.....	312

Homeopathic subversions of Femininity and Masculinity.....	317
Love to have sex with menstruation	318
Will you be able to pass the test?.....	319
Playing with dolls or not so much	321
CONCLUDING COMMENTS.....	322
REFERENCES.....	324
CONCLUSÃO - REFLEXÕES SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA DE MULHERES JOVENS	331
Reflexões finais.....	332
Críticas aos estudos.....	335
Pistas para investigações futuras.....	338
Implicações dos Estudos	339
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343

INTRODUÇÃO

Minha senhora de mim
Comigo me desavim
minha senhora
de mim

sem ser dor ou ser cansaço
nem o corpo que disfarço

Comigo me desavim
minha senhora
de mim

nunca dizendo comigo
o amigo nos meus braços

Comigo me desavim
minha senhora
de mim

recusando o que é desfeito
no interior do meu peito

Maria Teresa Horta (1983a)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem sido possível observar enormes mudanças nos comportamentos sexuais e relacionais das mulheres. Os movimentos feministas e da libertação das mulheres trouxeram muitas promessas em relação a novas possibilidades e liberdades. Apesar dessas promessas a literatura acadêmica feminista sobre a sexualidade das adolescentes e mulheres jovens continua a mostrar que elas procuram sobretudo relações românticas em detrimento do seu desejo ou sentimentos sexuais (Fine, 1988; Holland et al., 2004; Tolman, 2001). Há muito que as feministas defendem que a sexualidade não se reduz à esfera pessoal e privada. A sexualidade é reflexo as desigualdades de poder entre os sexos (Lees, 1993). Neste contexto, muitas vezes as mulheres jovens são objeto do poder sexual masculino ou então são vistas como portadoras de uma sexualidade potencialmente perigosa e perturbadora (Kehily, 2002). A literatura feminista tem mostrado que os discursos disponíveis para as mulheres falarem de sexualidade são limitados e oferecem poucas possibilidades de resistência à feminilidade e heterossexualidade dominantes (Breanne Fahs, 2011; Gavey, 2005; Holland et al., 2004; Philips, 2000; Thompson, 1996). Nestas circunstâncias, as mulheres têm pouco espaço para existirem enquanto agentes ou sujeitos sexuais que desejam. Como argumenta Deborah Tolman (2005), a nossa sociedade tem sido bem sucedida a (des)sexualizar as adolescentes, de tal forma que há frequentemente há uma dissociação entre o desejo e o corpo.

No universo das raparigas jovens é difícil encontrar um domínio mais contraditório do que a sexualidade e as sensações sexuais. As ideias dominantes sobre a castidade, a vulnerabilidade e o perigo do sexo entram em conflito com a (hiper)sexualização das mulheres jovens. Esta (hiper)sexualização está mais centrada na imagem corporal para os outros do que nas sensações corporais (Aapola, Gonick, & Harris, 2004). É esperado que as jovens mostrem uma feminilidade heterossexual desejável sob pena de correrem o risco de serem marginalizadas. As normas culturais femininas continuam a impor uma heterossexualidade dominante (Pinto & Nogueira, 2009) ao mesmo tempo que promovem uma cultura de auto-gestão que implica que as mulheres assumam a responsabilidade pelas suas escolhas, bem como o sucesso da sua feminilidade e sexualidade junto do sexo oposto (McRobbie, 2009). A(s) sexualidade(s)

das mulheres sempre foi(foram) regulada(s) e vigiada(s) e hoje em dia é isso que continua a acontecer, mesmo se esse controlo assume outras formas.

A investigação proposta surge no contexto da expansão dos estudos académicos feministas preocupados em explorar e desconstruir a heterossexualidade (Allen, 2005; Holland et al., 2004; Maxwell, 2007; McPhillips, Braun, & Gavey, 2001; Sieg, 2007; Stewart, 1999a). Alguns estudos mais recentes apontam para uma maior fluidez na forma como são construídas a feminilidade, a masculinidade e conseqüentemente, a heterossexualidade (Allen, 2003a; Maxwell, 2007; Stewart, 1999a). É sugerido que essa fluidez pode ser observada p.e. na tomada de iniciativa sexual por parte das mulheres e que a genderização do comportamento feminino e masculino é cada vez menos evidente. Seguindo a tradição da Psicologia Feminista Pós-estruturalista o estudo explora os recursos discursivos usados por mulheres jovens ao falarem sobre a(s) sua(s) sexualidade(s), isto é sobre a(s) sua(s) subjetividade(s) sexuais. Identificando os espaços de resistência e a conformidade em relação aos discursos dominantes da(s) (hetero)sexualidade(s) e dos relacionamentos (hetero)sexuais. Procura-se perceber em que momentos é o desejo sexual é expresso, e de que forma é expresso como a feminilidade dominante condiciona a forma como as mulheres jovens vivem e sentem os seus corpos. Procura-se perceber se a sexualidade está emersa no discurso erótico e sensual ou emerso no imperativo dos relacionamentos (hetero)afetivos duradouros.

A tese¹ está organizada em dois grandes blocos, um primeiro de revisão teórica e um segundo onde são apresentados os estudos desenvolvidos. A introdução teórica está organizada em três partes. A primeira parte integra uma breve revisão da história da(s) sexualidade(s) e teorias *mainstream* da sexualidade em Psicologia, incluindo alguma produção académica nacional. Com esta primeira parte pretende-se oferecer uma leitura crítica das teorias dominantes e refletir sobre as implicações que as mesmas têm sobre os discursos disponíveis. Uma segunda parte aborda as perspectivas críticas feministas no estudo da(s) sexualidade(s) feminina(s) onde e faz uma breve revisão teórica do posicionamento epistemológico das autoras dentro do Construtivismo Social e do Pós-estruturalismo Feminista. Ainda nesta secção é feita uma revisão da literatura feminista sobre a(s) sexualidade(s), explorando os discursos dominantes em torno das (hetero)sexualidades identificados na investigação e termina-se com uma revisão dos

¹ A tese aqui apresentada é bilingue, o enquadramento teórico e as conclusões foi redigido em português e os estudos em Inglês

desenvolvimentos na investigação de género em torno das questões como a educação sexual, VIH/SIDA (Vírus de Imunodeficiência Humana/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), (dis)funções sexuais femininas e a invisibilidade da diversidade sexual

No segundo capítulo são apresentados quatro estudos em formato de artigo científico. O primeiro estudo foi publicado na revista *Culture, Health & Psychology* e explora o discursos e as construções discursivas usadas pelas mulheres jovens para falarem sobre as suas subjetividades sexuais. O segundo estudo foca as construções discursivas usadas pelas mesmas para falarem sobre a primeira relação sexual, nomeadamente para ‘justificarem’ porque é que tiveram a primeira relação sexual; para a enquadrarem no binário boa/má experiência e finalmente para explicar o que é que representa a perda da virgindade. Para além da análise do material obtido nos grupos de discussão, analisamos uma seleção de excertos de cartas de mulheres escritas há cerca de 30 anos nas quais é abordada a questão da perda da virgindade (Vicente, 1987). Segue-se o terceiro estudo no qual são exploradas as dinâmicas de heteronormatividade geradas num grupo com três participantes auto-identificadas como heterossexuais e uma participante auto-identificada como não-heterossexual. As autoras analisam e refletem sobre as possibilidades de resistência às práticas heteronormativas no contexto de um grupo misto e o seu potencial para dar visibilidade a identidades tradicionalmente invisíveis. Finalmente é apresentado um estudo que se centra no material sobre a(s) (hetero)sexualidade(s) obtido a partir de um grupo de discussão com jovens feministas. Analisa-se em que medida o feminismo oferece espaços de resistência para a vivência da sexualidade dentro e fora das relações (hetero)afetivas e quais as formas criativas encontradas por estas feministas jovens para exercer essa resistência.

Por fim é feita uma reflexão crítica breve sobre os estudos apresentados, tecem-se algumas críticas aos estudos, sugerem-se algumas pistas de investigação e fazem-se alguns comentários relativamente às implicações dos resultados.

Posicionamento Pessoal

Tal como muitas feministas, acredito que “o objetivo último da investigação é mudar o mundo, não é estudá-lo”(Stanley, 1990 citado por Allen, 2005, p. 1). Nesse sentido, este é um trabalho académico mas é também é um trabalho politicamente comprometido.

Existem muitos feminismo(s) e “ o que nós, que nos auto-identificamos como feministas, *fazemos* revela inevitavelmente quem somos num dado momento” (Linton, 1992, p. 275) por isso tenho inevitavelmente que enquadrar este processo de investigação dentro da minha vida pessoal, política e académica. Quando iniciei este percurso ainda estava muito ‘verde’ apesar de perceber claramente que pretendia explorar a(s) sexualidade(s) feminina(s) numa perspectiva feminista. Já tinha sido seduzida pelo Construcionismo Social e como diria a Leonore Tiefer ‘once you start you can never go back’ (Tiefer, 1997, p. 373) mas faltavam-me ainda muitas leituras e provavelmente alguma conscientização política (que as leituras trazem). Os grupos de discussão ocorreram ‘muito’ cedo no percurso de conscientização e descoberta teórica e nesse sentido o material obtido está claramente condicionado (também estaria se tivessem sido feitos mais tarde, mas de outra forma). Esta motivação para explorar a(s) sexualidade(s) feminina(s) está intrinsecamente ligada com a minha experiência enquanto mulher jovem, com dúvidas e incertezas sobre a minha sexualidade e as relações (hetero)afetivas. A motivação para desenvolver este estudo passou por responder às minhas dúvidas enquanto mulher, feminista e académica. Colocando questões semelhantes às de Wendy Hollway:

“ Em que é que se baseia a minha heterossexualidade? Porque é que eu desejo restabelecer uma relação de casal com um homem ao mesmo tempo que sou crítica em relação ao que os relacionamentos heterossexuais proporcionam quando comparados com o que os relacionamentos com outras mulheres?”(1989, p. 7)

As questões colocadas por Wendy Hollway ecoam com o slogan “o pessoal é político”. Este eco torna-se numa “sombra porque implica mudar as relações com os homens, mulheres e crianças – mas sobretudo com os homens” (1989, p. 7). Nesse sentido a(s) sexualidade(s) e as relação(e)s de género estimularam e continuam a estimular, constantes e quotidianos questionamentos e dúvidas. Nesta tentativa de explorar a(s) sexualidade(s) quis refletir sobre se afinal as mulheres jovens, isto é tínhamos ou não beneficiado da tão proclamada emancipação sexual, questionando quais os novos artificios do patriarcado e da sociedade neoliberal que nos tentam fazer acreditar que, agora sim, a emancipação é uma realidade palpável. Quando tentei articular e posicionar-me em relação à emancipação tentando responder ‘sim ou não’ percebi que estaria inevitavelmente ‘entalada’ entre as duas narrativas: a “do nada

mudou” ou do “tudo mudou” (Gill, 1993) e que a resposta, para além de eternamente provisória nem não é sim nem é não, mas bem mais matizada.

É importante sublinhar que com este estudo não se pretende fazer generalizações nem em relação à ideia de que “tudo mudou” nem em relação à ideia que “tudo está na mesma”. Tendo em conta o posicionamento teórico não pretendemos nem queremos fazer generalizações a partir das análises feitas. Salienta-se que as análises aqui apresentadas são sempre uma possibilidade entre muitas (Hollway, 1989; Stenner, 1993). Dentro do(s) axioma(s) feminista(s) todas as possíveis generalizações sobre as pessoas ou as mulheres são vistas com desconfiança e entendidas como ideologicamente perigosas (Jaggar, 1992). O que me proponho fazer é refletir de forma crítica (Gill, 1995) sobre as discussões nas quais tomei parte e nesse sentido assumo as responsabilidades das leituras feitas, tentando tornar as interpretações o mais transparentes possíveis.

CAPÍTULO I - CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA
ESTUDO CRÍTICO DA(S) SEXUALIDADE(S) FEMININA(S)

CAPÍTULO I - CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA

ESTUDO CRÍTICO DA(S) SEXUALIDADE(S) FEMININA(S)²

The more expert we become in talking about sexuality, the greater the difficulties we seem to encounter in trying to understand it. Despite sustained attempts over many years to demystify sex, and several decades of much proclaimed – or condemned- ‘liberalism’ and ‘permissiveness’, at least in the West, the erotic still arouses acute moral anxiety and confusion amongst many people, not least the guardians of our morals. (Weeks, 2003, p. 174)

Este capítulo está organizado em 3 secções e tem como objetivo uma contextualização teórica e epistemológica dos estudos que serão posteriormente apresentados. Na primeira parte é feita uma breve síntese crítica da história sobre as sexualidades e o género, e são revistos de forma breve os paradigmas psicológicos dominantes que têm sido usados para explicar as diferenças de género nas sexualidades. Também é feita uma pequena recapitulação de alguns trabalhos sobre sexualidades desenvolvidos em Portugal. Na segunda secção pretende-se explicar o posicionamento epistemológico da autora dentro do construtivismo social e do pós-estruturalismo feminista de forma a contextualizar as referências teóricas bem como a metodologia usada nos diferentes estudos apresentados. É feita uma síntese da literatura feminista em torno da sexualidade feminina, nomeadamente os discursos dominantes em torno das (hetero)sexualidades, e são abordados os recentes desenvolvimentos da investigação e crítica feminista em torno de questões como a educação sexual, VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana) e (dis)funções sexuais femininas. Na última parte será feita uma síntese do posicionamento metodológico feminista da autora e uma breve descrição das metodologias usadas, nomeadamente a análise Foucaultiana do discurso e os grupos de discussão.

²Neste capítulo bem como na introdução e nas conclusões será usada a expressão sexualidade(s) de forma a espelhar a diversidade dentro da sexualidade e reflectir a multiplicidade e dinamismo do conceito tal como ele é percebido pela autora, não só para incluir as sexualidades minoritárias (homossexualidades, bissexualidades, entre outras) mas também para reflectir a diversidade que existe nas heterossexualidades.

1. Revisão breve da história e teorias *mainstream* das sexualidades em psicologia³

Como refere Jeffrey Weeks, ao longo da história, todas as diferentes sociedades tiveram de organizar e continuam a organizar a vida erótica, contudo nem todas as sociedades o fazem ou fizeram da mesma forma obsessiva como acontece no Ocidente (Weeks, 2003). As sexualidades e a Sexologia como campo de investigação são multidisciplinares. Áreas tão diversas como a Medicina e Biologia, Psicologia, Sociologia, Estudos Culturais, Estudos das Mulheres têm contribuído para o desenvolvimento desta área de conhecimento. No entanto, hoje em dia, são as teorias biomédicas que mais têm dominado a forma como a sexualidade tem sido percebida, conceptualizada e investigada (Tiefer, 2004). A literatura científica, na sua peregrinação em busca da verdade das coisas, ‘reduz as sexualidades femininas a estrogênios e progesterona, ou então a comportamentos biológicos associados à reprodução, como a menstruação, gravidez ou a menopausa, tendo particular interesse na descrição da resposta heterossexual, que quase sempre se restringe a receptividade da vagina ao pénis no coito heterossexual (Ussher, 1997, p. 207). Encontra-se a verdade nestas ‘realidades’ facilmente observadas e medidas, os corpos são dissecados e lança-se a promessa de que finalmente se descobriu a verdade última sobre os mistérios do sexo (Ussher, 1997). As teorias biológicas são oferecidas como explicação da violência sexual, problemas sexuais e desvio sexual, bem como os impulsos do sexo ‘normal’. O contexto cultural, social e a subjetividade são na maioria das vezes marginalizados, deixados de lado ou distorcidos para mostrar a importância e determinismo da Biologia.

As explicações biológicas sobre as diferenças sexuais continuam a estar no topo da popularidade, apesar do esforço de muitos(as) académicos(as) para demonstrar o viés metodológico destas abordagens (Moore & Travis, 2000; Tiefer, 1987). O argumento, para muitos convincente, é o de que a Biologia é o que explica o porquê dos homens serem mais promíscuos, mais violentos e receberem mais prémios Nobel do que as mulheres (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Desde o início que a Psicologia se tenta destacar das outras ciências sociais ao tentar integrar no seu corpo teórico

³ Tendo em conta o posicionamento das autoras dentro do feminismo pós-estruturalista e construcionismo social consideramos ser relevante fazer uma síntese da construção social das sexualidades ao longo da história e dos paradigmas psicológicos dominantes de forma a compreender a origem de determinados discursos e ideologias nas narrativas analisadas.

vindos diretamente das ciências naturais e posicionando-se como uma ciência bio-social.

O estudo das sexualidades femininas é por si só um tópico ambíguo na medida em que o termo ‘sexualidades’ é aplicado a diferentes fenómenos e varia em função da perspetiva teórica. Cada uma das disciplinas traz para a investigação as suas próprias perspetivas, viés e pressupostos (White, Bondurant, & Travis, 2000). Como tal, não é nada surpreendente que os resultados da investigação e os pontos de vista sejam tão diversos.

Torna-se fácil aceitar as explicações essencialistas das diferenças sexuais de género, pois elas parecem corresponder às nossas percepções do dia-a-dia. Todos fomos educados para pensarmos a sexualidade como algo “natural”, predeterminado pelos mecanismos genéticos, biológicos, ou fisiológicos, e como tal imutáveis’(C. S. Vance, 1989, p. 160). Para Rebecca Plante, muita da teorização em torno da sexualidade é reflexo de uma certa confusão coletiva entre essencialismo (natureza) e relativismo (educação), e esta dicotomia pode resultar numa sobre-simplificação do sexo (2006). Como refere Leonoree Tiefer:

‘A sexualidade humana não é um dado biológico adquirido e não pode ser explicada em termos de Biologia reprodutiva ou instinto. Todas as ações humanas necessitam de um corpo, mas apenas parte da sexualidade humana tem a ver com ações, e mesmo essa parte requer um corpo mas tal como é necessário um corpo para tocar piano. O que é feito, quando, onde e por quem, com quem, com o que, e porquê – isto quase nada ou nada tem a ver com a Biologia’ (2004, p. 3)

Como veremos em seguida, a tradição académica associada à sexualidade humana foi desenvolvida como resposta ao crescente interesse e reconhecimento social nos domínios da Biologia e da Medicina. O desenvolvimento da Medicina nos finais do século XIX e início do século XX acabou por alimentar a necessidade de mais informação sobre Biologia e reprodução, e assim nasceu a ligação entre Biologia, Medicina e sexualidade nasceu (White et al., 2000).

1.1 História breve do Género e das Sexualidades

“The history of sexuality is now in danger of becoming a respectable field of study, with high degree of professional recognition, its own specialist journals, and an interested, even passionate audience. Writing about sexuality no longer seems quite such a bizarre and marginal activity as once did. There is even a dawning recognition that the history of sexuality tell us more the where’s, how’s why’s of the erotic: it just might throw light on our confusing and confused present, in all its complexity ”(Weeks, 2003, p. 12)

No mundo ocidental, o conhecimento sobre a sexualidade humana remonta a bem antes do século XIX e as bases do atual conhecimento na Sexologia podem ser em grande parte atribuídas aos antigos Gregos (Potts, 2002). Pese embora aquilo que denominamos como sexualidade tenha mudado conceptualmente ao longo dos tempos, fato é que desde a antiga Grécia que esta tem sido um objeto de preocupação moral (Weeks, 2003).

No século IV A.C., Aristóteles tentou explicar a reprodução humana atribuindo papéis diferenciados a homens e mulheres. Para Aristóteles o grau de perfeição podia ser medido pelo calor gerado pelo corpo, sendo que as mulheres eram vistas como sendo mais frias do que os homens e por isso menos perfeitas (Laqueur, 1992). O homem era considerado mais significativo – eficiente e ativo - e a mulher como sendo um ser passivo. Outros autores clássicos continuaram a reforçar a noção de que a sua saúde geral dependia em grande medida dos órgãos reprodutivos (Potts, 2002). A preocupação dos Gregos não era com quem se tinha sexo mas sim o excesso, a atividade versus a passividade, quem sodomizava⁴ e quem era sodomizado. Esta distinção permitiu que o comportamento homossexual entre homens seja tolerado em muitas culturas desde que a prática não feminize o homem (Weeks, 2003)

Até ao final do século XVIII, o modelo estrutural dominante dos órgãos reprodutivos femininos e masculinos era o de que a mulher tinha os mesmos órgãos sexuais que o homem mas no interior do corpo, e no sentido oposto (Laqueur, 1992).

⁴ Sodomia aqui usada como significado de sexo anal tal como passou a ser entendida a partir do século XIX, pois até então sodomia incluía todos os comportamentos sexuais não procriativos e por isso condenados pela igreja e mais tarde pela lei/ estado (Weeks, 1985).

Com o desenvolvimento da ciência médica, no século XIX, rompe-se completamente com este modelo biológico ‘female-as-male’ e passa-se a defender que ambos os sexos são diferentes em termos biológicos, mas também em todos os outros aspectos morais. Os médicos dizem-se capazes de identificar todas as características essenciais pertencentes à mulher, aquelas que a distinguem do homem. Diferenças essas que não se limitam aos órgãos sexuais mas a todo o corpo e anatomia, desde os órgãos até aos tecidos e estrutura das células.

O velho modelo no qual homem e mulher eram posicionados de acordo com o seu grau de perfeição metafísica, o seu calor vital, num eixo único masculino, deu espaço para que no final do século XVII surgisse um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. A anatomia e fisiologia da incomensurabilidade foram substituídas pela metafísica da hierarquia na representação da mulher em relação ao homem. A diferença deixa de ser em grau e passa a ser uma diferença de essência. A Fisiologia celular passou a explicar o ‘facto’ da mulher ser mais passiva, conservadora, preguiçosa e estável’ e o homem mais ‘ativo, energético, entusiasta, passional e variável’ (Patrick Geddes in Laqueur, 1992, p. 6).

Por essa altura a Biologia propõe um modelo geral para todas as espécies. Os machos eram constituídos por células catabólicas, que emitem energia, e as mulheres por células anabólicas, que armazenam e conservam energia. As diferenças biológicas explicam e são espelhadas nas diferenças psicológicas e sociais existentes. Mesmo que as diferenças entre os sexos possam ser exacerbadas ou atenuadas, elas nunca poderão ser eliminadas devido ao determinismo da Biologia (Weeks, 1985). Estas teorias conduziram à visão dominante de que existem dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos e que de alguma forma as vidas políticas, económicas e culturais de homens e mulheres podem ser explicados pelas diferenças biológicas. A Biologia passa a ser a base epistémica da ordem social, o corpo sexuado é tido como um facto estável não-histórico (Laqueur, 1992).

No Pré-iluminismo, o sexo, e até mesmo o corpo, eram compreendidos como um epifenómeno e o género (tal como o concebemos hoje em dia) era tido como a essência real. A mudança do modelo de “uma carne” (*one flesh*) para o modelo das “duas carnes” (*two flesh*) (Laqueur, 1992) coincide com a revolução francesa, precisamente num período em que a mulher e os seus apoiantes estavam a ganhar espaço para a igualdade

(Hird, 2004). Foi por essa altura que se começou a pôr em causa a ideia de que a ordem social estava enraizada na ordem natural. Em resposta a esta potencial ameaça e de forma a tentar manter o *status quo*, os cientistas da época argumentaram com novas teorias, dizendo que os diferentes papéis sociais de homens e mulheres eram de fato justificados pelas diferenças corporais naturais entre sexos (Hird, 2004; Martin, 1992). Como argumenta Annie Potts, os novos modelos baseados nas diferenças anatómicas e fisiológicas entre homens e mulheres continuaram a (re)produzir os pressupostos da natureza da heterossexualidade (2002), sendo o homem posicionado como ativo, forte, superior e a mulher como fraca, passiva e inferior. A penetração pénis-vagina passa a ser tida como um elemento central e natural para todas as conceptualizações sobre a sexualidade humana (Potts, 2002).

O discurso sobre o sexo nos séculos que se seguiram à época Vitoriana é ‘multiplicado mais do que rarefeito’ e, se por um lado trouxe interditos e proibições, também ‘garantiu de forma mais fundamental a solidificação e implantação de toda uma diversificação sexual’ (Foucault, 1994 [1976], p. 55). No século XVIII, passa-se a definir a sexualidade como ‘o conjunto total dos mecanismos psicológicos e fisiológicos governando as funções genitais do indivíduo e a identificação concomitante desse conjunto numa parte especialmente desenvolvida do cérebro e do sistema nervoso’ (Halperin, 2003 [1989], p. 229), e espera-se até ao início do século XIX para que passe também a ser compreendida como um instinto único ou *drive*. Estavam então lançadas as bases que permitiram isolar a sexualidade enquanto ‘um sistema autónomo dentro da economia psicológica e fisiológica do organismo humano’ (Halperin, 2003 [1989], p. 229), ou seja passou a ser possível categorizar as pessoas em função dos seus atos sexuais.

Estão lançadas as bases da Sexologia como produto da Medicina e da Biologia. O que une os pais⁵ da Sexologia moderna é precisamente a ideia de que a sexualidade ou o sexo são determinados pela Biologia ao mesmo tempo que o é o fato mais básico de nós mesmos (Weeks, 1985) ou como polemiza Michel Foucault a verdade sobre o nosso ser (1994 [1976]). A tarefa dos séxólogos modernos é nem mais nem menos descobrir, descrever e analisar as leis da natureza (Weeks, 1985).

⁵ Como ironiza Jeffrey Weeks aqui o termo patriarcal ‘pais’ é bem aplicado na medida em que as poucas mulheres participaram na primeira vaga teórica da sexologia (Weeks, 1985)

A era “moderna” da investigação em sexualidade nasce com Richard Von Krafft-Ebing que é o pioneiro na categorização dos comportamentos não-heterossexuais e não-reprodutivos. Através do seu trabalho *Psychopatia Sexualis*⁶ obteve amplo sucesso junto da comunidade científica e não só⁷ (Plante, 2006; Szasz, 1990). No final do século XIX, Richard Von Krafft-Ebing defendia que as mulheres com ‘desenvolvimento normal e bem alimentadas’ tinham desejos sexuais muito reduzidos e que a sua ‘suposta passividade sexual (símbolo da sua passividade na vida pública) estava imersa na “sua organização sexual”’ (Laqueur, 1992, pp. 236-237).

Krafft-Ebing foi um dos pioneiros na história do labeling⁸, descrevendo algumas condutas como perversão ou inversão e inscrevendo pela primeira vez termos como fetichismo, masoquismo, sadismo e psicopatia sexual (Plante, 2006). Para Jeffrey Weeks, os grandes impulsionadores do discurso emergente em torno da homossexualidade como ‘impulso sexual contrário’ foram Richard Von Krafft-Ebing e Charles Darwin com a sua teoria sobre a origem das espécies (Weeks, 1985).

Nos seus primeiros textos sobre inversão, Richard Von Krafft-Ebing defendia que os invertidos (pessoas que tinham atração sexual por pessoas do mesmo sexo) estavam realmente a sofrer de um problema de género, não de uma questão sexual. Nas suas descrições da inversão, os homens invertidos assemelhavam-se mais às mulheres e as mulheres invertidas eram mais como homens. O que no início descreveu como uma questão de ‘escolha de objeto’, e por isso, moralmente aceitável, passou a ser um desvio ou uma perversão (Plante, 2006). A maioria das histórias clínicas de pacientes ‘invertidos’ de Richard Von Krafft-Ebing com sucesso terapêutico terminam com o casamento ou augúrio de casamento. Considerava ainda que os pacientes com maior potencial de sucesso terapêutico (provavelmente casar e constituir família) eram os pacientes que apresentavam desejo sexual por ambos os sexos (Katz, 2007).

⁶ A autora decidiu intencionalmente omitir as referências bibliográficas a Richard Von Krafft-Ebing, Havelock Ellis, Alfred Kinsey, Masters e Johnson and Helen Kaplan de forma a contrariar a persistente visibilidade destes autores na maioria das publicações sobre sexualidade (Hogben, Hartlaub, & Wisely, 1999) sem que as suas teorias sejam alvo de uma análise crítica da ideologia subjacente às mesmas.

⁷ Apesar do autor ter optado, deliberadamente, por usar palavras em latim de forma des-erotizar o conteúdo do livro o mesmo foi amplamente difundido. Só em 1965 é que é editada uma versão integral em inglês (Szasz, 1990).

⁸ A teoria do Labeling surge na Sociologia e chama a atenção para as funções sociais de determinados rótulos (*labels*) (Namaste, 1994), o labeling social dos desviantes opera de duas formas. Por um lado proporciona uma clara cisão entre os comportamentos permitidos e os interditos e por outro segrega os ‘desviantes’ dos não desviantes ou ‘normais’. ‘Como explica Mary McIntosh ‘a criação de um papel do homossexual específico, desprezável e punível mantém o resto da sociedade pura, da mesma forma que um tratamento semelhante de alguns criminosos ajuda a manter o resto da sociedade honesta’ (1968, pp. 183-184).

O século XIX trouxe consigo um esforço coordenado para isolar e individualizar determinadas características da sexualidade e detalhar os padrões normais e as variações mórbidas (Weeks, 1985). Ao classificar as pessoas com base nos seus comportamentos sexuais, Richard Von Krafft-Ebing lançou as bases para o desenvolvimento do estudo científico das perturbações sexuais. Os termos que inicialmente usou e que pareciam servir apenas para descrever comportamentos ou condutas, mudaram rapidamente e expandiram-se para passar a categorizar a essência, o carácter e a natureza das pessoas com base nos seus comportamentos sexuais, enquanto traços de personalidade ou perturbações (alguém que espia outros a terem práticas sexuais para gratificação sexual tornou-se um voyeurista).

Na medida em que a homossexualidade foi criada como problema sexual, tornou-se necessário criar a “heterossexualidade” (Katz, 2007). No início a palavra heterossexualidade estava longe de significar algo bom e normal. O primeiro autor a quem se atribui o termo heterossexualidade foi a Richard Von Krafft-Ebing. Apesar deste se referir ao desejo “normal” pelo sexo oposto como heterossexual, o fato é que nos seus trabalhos o termo aparece sistematicamente junto descrições de fetichistas, perversões não procriativas, homossexualidade ou instinto sexual contrário (Katz, 2007), de tal forma que alguns dos seus pares entenderam a heterossexualidade como sendo uma perversão. Inicialmente a heterossexualidade também chegou a confundir-se com o que hoje é bissexualidade (Weeks, 1985) e só mais tarde, nos anos 1920, é que a expressão é usada para denominar a normalidade. A primeira vez que a expressão heterossexual aparece no dicionário Merriam-Webster *New International Dictionary* é em 1923, onde é apresentada como termo médico (não como um termo de identidade) que significava “paixão sexual mórbida por uma pessoa do outro sexo”(Katz, 2007, p. 92)⁹. As palavras homossexualidade e heterossexualidade só passaram a ser usadas regularmente no início do século passado, até então esta visão polarizada do mundo, onde existem heterossexuais e homossexuais, não existia (Katz, 2007).

Estas mudanças no uso da linguagem e desenvolvimento das novas terminologias não são aleatórias, coincidem com o desenvolvimento da Medicina enquanto instituição social e o conseqüente privilégio do conhecimento médico (Plante, 2006). Até meados do século XIX, os médicos tinham pouco reconhecimento social e em muitas vezes

⁹ Já o termo homossexualidade enquanto perversão surge no mesmo dicionário mas 14 anos antes. Na versão de 1934 a definição de hetero-sexualidade passa a estar muito próxima do que encontramos nos dicionários atuais.

eram vistos como charlatães. A partir de 1860, os médicos adquirem algum prestígio e com isso poder para determinar o que é saúde, doença e sanidade mental. O objetivo de Krafft-Ebing enquanto médico era distinguir os pervertidos sexuais e doentes ('sujos') das pessoas saudáveis ('limpas') cujas práticas sexuais eram contidas e puramente procriativas (Szasz, 1990), e ao mesmo tempo desenvolver um texto que clarificasse o espectro de desvios sexuais e que se dirigisse aos profissionais da Medicina e do Direito que (Plante, 2006). Mesmo que para alguns ele possa ser visto como progressista na medida em que ele falou sobre a sexualidade num momento em que ela estava silenciada, enganam-se. Krafft-Ebing não estava preocupado em libertar homens e mulheres do preconceito ou dos constrangimentos da legislação anti-sexual, o que o motivava era que a Medicina suplantasse o poder da Igreja (Szasz, 1990).

A cientificidade da Sexologia enquanto ciência é tradicionalmente atribuída ao médico inglês Havelock Ellis, que entre o final do século XIX e início do século XX escreveu 7 volumes de teoria sobre a sexualidade, incluindo a sexualidade da mulher, que ele descreveu como mais complexa que a sexualidade masculina (M. I. Lewis, 1980; Potts, 2002). As teorias de Ellis sobre a sexualidade e a resposta sexual da mulher consideram que a mulher é inerentemente mais sexual do que o homem, e esta ideia baseava-se na sua crença de que a resposta sexual da mulher era mais complexa quando comparada com a do homem. Ellis sugere que a resposta sexual da mulher envolve mais partes anatómicas (isto é clítoris, útero, vagina e mamas) que a resposta sexual do homem que estava localizada apenas no pénis. Daí surge argumentação de que as mulheres eram sexualmente mais reativas que o homem com base na maior superfície para estimulação fisiológica e resposta nos seus corpos. Este modelo vem reforçar a ideia de que são os fatores biológicos e a fisiologia individual que explicam a resposta sexual.

Visto por alguns como um reformador sexual que promoveu uma mudança liberal face à repressão sexual da época Vitoriana (Bullough, 1994) como o 'pioneiro na abertura sexual', um defensor da tolerância em relação às diferentes formas da sexualidade (Weeks, 1985), Ellis é visto por algumas feministas como um dos autores da Sexologia moderna que contribuiu para a normalização científica da dominação masculina e submissão feminina (M. Jackson, 1984). Apesar de ter falado no prazer da mulher quando ninguém o fez, fê-lo reforçando a legitimidade do coito heterossexual enquanto prática sexual normal (Potts, 2002) e argumentando a favor da universalidade

da dominação e submissão sexual (M. Jackson, 1984) ao mesmo tempo que reproduziu um modelo de heterossexualidade extremamente diferenciado (Gavey, 2005).

The modesty of women – in its primordial form consisting in physical resistance, active or passive, to the assaults of the male – aided selection by putting to the test man's most important quality, force. Thus it is that when choosing among rivals for her favours a woman attributes value to violence. (Ellis, 1913: pp 32; citado em Potts, 2002, p. 23)

Se por um lado Ellis foi progressista no seu tempo, na medida em que defendeu como normais práticas que eram consideradas perversões à luz do olhar científico da época (Potts, 2002) nomeadamente no trabalho de Krafft-Ebing, o seu modelo de sexualidade refletia um modelo de sexualidade masculina. Ellis defendeu que o impulso sexual se manifesta no macho através do desejo de perseguir e conquistar a fêmea, e que, por seu lado, o prazer feminino consistia na pretensa resistência e rendição ao macho, depois de considerável persuasão e até mesmo força física (Gavey, 2005; M. Jackson, 1984).

The seeming reluctance in female is not intended to inhibit sexual activity either in the male or in herself, but to increase it in both. The passivity of the female, therefore, is not a real, but only an apparent, passivity, and this holds true of our own species as much as of the lower animals (Ellis, 1948: pp 229; citado em Gavey, 2005, p. 20).

O facto de ele ter defendido que todas as formas de sexualidade, incluindo as formas mais violentas e perigosas, podem ser vistas como meras extensões da sexualidade normal é altamente problemático (M. Jackson, 1984), sobretudo quando associado à visão da passividade ou relutância feminina como parte do jogo da sedução, levantando sérias questões para o reconhecimento do que é a violação (Gavey, 2005).

Entretanto no final do século XIX e início do século XX assistimos ao desenvolvimento da Psicanálise por Sigmund Freud, que vem influenciar dramaticamente os desenvolvimentos nas teorias da sexualidade e a forma como a esta é construída. Até então a sexualidade humana era explicada pelos imperativos biológicos

da reprodução. Porém a Psicanálise vem propor que a sexualidade se produz na ‘vida psíquica’ (Segal, 1994, p. 118). Sigmund Freud tem sido visto por muitos como um revolucionário sexual (Weeks, 1985, 2003) devido às suas descrições de novos tipos de ser sexual, nomeadamente a homossexualidade, e permitiu alargar a definição do que era considerado sexual. No entanto Thomas Szasz faz uma leitura diferente e considera que Sigmund Freud não acreditava na auto-determinação sexual do indivíduo, sendo que a sua conceptualização reduz a sexualidade a uma doença e por conseguinte a uma forma de tratamento (Szasz, 1990). O mesmo autor considera que a doutrina da loucura masturbatória está nos alicerces da progressiva medicalização do sexo e que os dois autores que mais contribuíram para o seu subsequente desenvolvimento foram Krafft-Ebing e Sigmund Freud (Szasz, 1990). Mais adiante serão discutidos de forma breve os pressupostos da teoria psicanalítica.

A segunda era da Sexologia começa com o trabalho de Wilhelm Reich sobre o orgasmo humano - *Die Funktion des Orgasmus*, em 1927 - e mais tarde com o relatório de Alfred Kinsey sobre a sexualidade masculina – *Sexual Behavior in the Human Male*, em 1948 – (Potts, 2002). Nessa altura a Sexologia passa a definir o orgasmo como o seu problema central. Para Reich, a capacidade orgástica era a medida de saúde e liberdade. Segundo o autor as pessoas sentem-se doentes por que não conseguem alcançar um orgasmo satisfatório, pelo menos à altura do seu verdadeiro potencial (Weeks, 1985). Claro que o orgasmo tinha de ser heterossexual, acompanhado pelas fantasias adequadas e duração certa. A força libidinal nos homens e nas mulheres era ‘natural’ e inerentemente heterossexual e genital (Weeks, 1985).

A mudança do centro de produção científica da Europa para os Estados Unidos dá-se com a investigação levada a cabo por Kinsey. Esta mudança não se reflete apenas no centro geográfico da produção científica mas verifica-se nas preocupações metodológicas com objetividade, neutralidade e cientificidade do estudo da sexualidade, elementos que até então tinham sido amplamente negligenciados. Kinsey foi bastante crítico em relação aos problemas metodológicos dos estudos levados a cabo pelos pioneiros da Sexologia como Krafft-Ebing, Ellis e Freud (Potts, 2002). No entanto também lhe foram apontadas muitas críticas quanto à representatividade dos sujeitos entrevistados¹⁰ (Plante, 2006). O seu trabalho parte do pressuposto de que a resposta

¹⁰ Apesar de ter entrevistado mais de 10 000 homens e mulheres a percentagem de presos e outras populações cativas (como estudantes de colégios internos), população caucasiana e de pessoas com educação formal (o que era algo relativamente raro para a época) é bem superior à percentagem encontrada na população normal (Plante, 2006).

sexual em homens e mulheres era fisiologicamente idêntica, de que existe um *drive* sexual determinado pela evolução da espécie (Tiefer, 2004) e de que o comportamento sexual humano poderia ser ‘contado’ e medido de forma semelhante ao comportamento sexual animal. A investigação de comportamentos sexuais dos cães era neutra relativamente a questões de valores. Supostamente estes resultados não eram usados para desenvolver políticas sociais e religiosas ou proibições e a ideia é que o mesmo poderia ser aplicado aos humanos (Plante, 2006). Para Kinsey, a cultura era o único obstáculo à total realização do potencial sexual de cada indivíduo (Tavris, 1992).

Tal como Ellis, Kinsey rejeita a ideia de comportamento sexual anormal. O que antes era classificado como perversões, ele interpretava como um contínuo e uma extensão do *drive* sexual natural. Para ele não existiam razões científicas para classificar determinados comportamentos como ‘normais’ ou ‘anormais’, essas classificações apenas poderiam ser explicadas por interpretações morais (Potts, 2002).

Apesar do relatório de Kinsey, *Sexual Behavior of the Human Female* (1953), ter revolucionado o campo da sexualidade feminina ao por ter reconhecido o prazer sexual das mulheres num momento em que existia muita ansiedade moral em torno da sexualidade (Irvine, 1990), o fato é que o modelo apresentado continua a ser masculino: os homens são descritos como tendo uma maior capacidade sexual (Potts, 2002). O modelo continua a assentar no determinismo biológico e perpetuar o posicionamento das mulheres como recipientes passivas e os homens como agentes ativos.

Utilizando dados de entrevistas, Kinsey deduziu que a mulher alcança o seu pico sexual por volta dos 30 anos, aproximadamente 15 anos mais tarde do que o homem. O atraso no pico sexual foi atribuído a diferenças fisiológicas entre homens e mulheres apesar de essas diferenças nunca terem sido especificadas. Os mesmos autores também defenderam que havia uma natural propensão para os homens se envolverem em casos extra-conjugais ao contrário das mulheres e que no caso da traição conjugal por parte das mulheres, os homens, tal como outros mamíferos, seriam mais ciumentos e perturbados, por isso mais propensos a ter comportamentos violentos face à infidelidade (Moore & Travis, 2000). Segundo Margaret Jackson, Kinsey legitimou o padrão sexual duplo, argumentando que existem diferenças psicológicas reais entre sexos e que essas diferenças poderiam estar expressas no córtex cerebral – ou seja, dito por outras palavras, poderia existir um cérebro feminino distinto (Kinsey et al., 1953: 712, citado por: M. Jackson, 1984, p. 46).

Uma das críticas apontadas é que Kinsey se centrou apenas no orgasmo, e ignorou completamente os fatores sociais, culturais, económicos e históricos para explicar a sexualidade, nomeadamente a influência de fatores como a gravidez, a dependência económica ou a violência sobre a sexualidade da mulher (Potts, 2002). A escala de Kinsey também serviu precisamente para categorizar as pessoas com base nas suas condutas e fantasias sexuais (mesmo que para normalizar), mas o resultado enquadra as pessoas em categorias e reforça a ideia *comportamento = identidade = self* (Plante, 2006, p. 64). Apesar das inúmeras críticas apontadas a Kinsey e ao seu estudo, é importante reconhecer o seu contributo para o desenvolvimento de atitudes mais positivas em relação ao sexo, ao legitimar como naturais a homossexualidade e a masturbação (Bullough, 1994; Irvine, 1990; Rubin, 1984; Weeks, 1995).

Posteriormente, e com base em grande parte do trabalho preliminar desenvolvido por Kinsey sobre fisiologia sexual, William Masters e Virginia Johnson desenvolvem o primeiro modelo de resposta sexual humana, sendo os pioneiros da terapia sexual (Potts, 2002; Szasz, 1990). Estes investigadores revolucionaram o campo da sexualidade humana com a publicação do seu livro *Human Sexual Response* (1966) que ainda hoje, juntamente ao trabalho de Kinsey, são os únicos estudos sistematicamente referidos e repetidos na literatura académica sobre sexualidade (Hogben et al., 1999). Para ambos, o único objetivo global era o orgasmo (Potts, 2002). Masters e Johnson pretendiam descrever as respostas fisiológicas normais durante atividades sexuais que resultassem preferencialmente em orgasmo. A sua teoria da resposta sexual humana propunha que os indivíduos, homens ou mulheres, experienciavam fisiologicamente as mesmas fases de resposta sexual (isto é excitação, planalto, orgasmo e resolução) baseando-se nas mudanças físicas que ocorriam no corpo (por exemplo vasoconstrição, fluxo sanguíneo, tensão muscular). Como ironiza Thomas Szasz:

The fact that Master's observations – revealing that sexual arousal causes the penis to become erect and the vagina to lubricate, and such arousal can, under certain circumstances lead to pleasurable relief of sexual tension – have attracted so much attention testifies to the perennial interest in pornography (especially if it is made legitimate by couched in medical terms) (Szasz, 1990, pp. 29-30).

A pretensa igualdade (Szasz, 1990) defendida pelos autores e pela autora é sustentada pela pretensa similitude da resposta sexual; como refere Annie Potts, esta insistência no paralelismo da trajetória da resposta sexual masculina e feminina faz-nos voltar ao modelo do ‘one-sex’ ou ‘one flesh’ (Potts, 2002). Nas suas publicações eles usam sistematicamente a expressão ‘o casal’, ‘o relacionamento’, ‘a unidade’ para se referirem aos/às participantes, o que demonstra bem a ideia de que implicitamente defendiam que a sexualidade deve ocorrer no contexto de uma relação estável, suprimindo a individualidade dos sujeitos (Szasz, 1990).

A difusão do seu trabalho ocorre num momento em que há uma certa democratização ou *mainstreaming* no acesso à informação e em que os media estão, em grande desenvolvimento (nomeadamente a televisão) e recorrem com frequência a ‘especialistas’ que por seu lado reforçam o seu poder pela valorização do seu conhecimento.

Como argumenta Leonoree Tiefer (2004) o trabalho de Masters e Johnson está cheio de problemas e enviesamentos, nomeadamente na seleção dos sujeitos. Como admitem os próprios autores, a amostra não era representativa¹¹, apenas estudaram sujeitos com história positiva de ‘orgasmos’ resultantes da masturbação ou experiência coital, ignoraram o facto de estarem a observar os sujeitos em contexto de laboratório (local onde ‘normalmente’ não se tem relações sexuais, pelo menos a maioria dos mortais) e as suas definições de entusiasmo sexual e estimulação sexual eficaz são dúbias; implicitamente excluem do seu estudo muitas pessoas que não se enquadram nos parâmetros definidos (Tiefer, 2004). À priori já definem quem é normal e anormal, quem não tem desejo nem experiências de orgasmo positivas é ‘anormal’ e por isso não pode fazer parte de um estudo que pretende apresentar um modelo de resposta sexual universal.

Para Rebecca Plante (2006), esta é uma aplicação mais subtil do *labeling* e dos conceitos de desviância. O resultado mais significativo do seu trabalho é o modelo do Ciclo da Resposta Sexual Humana (CRSH), que teve um impacto profundo na Sexologia Clínica, apesar de não ser um modelo nem objetivo, nem universal (Tiefer, 2004). Hoje em dia os psicólogos clínicos, psiquiatras e outros profissionais diagnosticam as perturbações mentais usando o DSM, agora na sua V edição. A

¹¹ Os mesmos fazem questão de sublinhar que os sujeitos observados tinham níveis educacionais acima da média, no entanto não são claras as implicações (aparentemente positivas, talvez uma sexualidade mais intelectual?) desse viés.

classificação das perturbações sexuais proposta continua, na sua maioria, a basear-se nos resultados de Masters e Johnson sobre as 4 fases do orgasmo. Entre as perturbações enumeradas constam: a disfunção de orgasmo feminino, disfunção da excitação feminina, desejo hipoativo, disfunção erétil, disfunção do orgasmo masculino, ejaculação precoce, aversão sexual, vaginismo e disparêunia. E não é por acaso que nas edições IV e V edição se omite o ‘psico’ de ‘psicossexual’ e se passa a classificá-las apenas como disfunções sexuais. Isto reflete bem a inclinação predominantemente biológica e fisiológica da Sexologia dos nossos dias (Potts, 2002).

Uma das principais críticas feitas pelas feministas é que o modelo ignora totalmente o contexto cultural, social e histórico e promove o reducionismo biológico (Tiefer, 2004). Este modelo é um falso *gender-neutral*, a sua aplicação favorece claramente os interesses masculinos sobre os interesses da mulher e ignora a diversidade, na medida em que se apresenta como ‘O’ modelo e não ‘Um’ modelo (Plante, 2006). Mais recentemente Helen Singer Kaplan vem introduzir uma quinta etapa (que é a primeira) ao modelo de CSRH, a fase do desejo sexual, de forma a integrar no modelo de Masters e Johnson a síndrome do desinteresse sexual, que começou a ser descrito nos anos 1970 (Tiefer, 2003). Neste sentido não há só o imperativo do orgasmo mas também o imperativo do desejo (obviamente heterossexual e coital). A satisfação sexual, atingida através do orgasmo, defendida por Reich há quase um século continua a ser a preocupação central da Sexologia tradicional, isso está bem espelhado nas classificações, diagnósticos (DSM-IV e DSM-V) e propostas para tratamento das disfunções sexuais¹² (Nicolson & Burr, 2003), bem como no desenvolvimento da indústria farmacêutica de novos medicamentos (produtos) para assegurar a felicidade masculina e feminina (novamente numa perspectiva heterocêntrica e coital).

As influências biológicas sobre a sexualidade humana não se limitam à resposta sexual. Os trabalhos recentes na área da sexualidade humana usam diferenças sexuais baseadas na Biologia, como as diferenças hormonais, as diferenças evolutivas e mesmo as diferenças no cérebro para explicar as diferenças na identidade e orientação sexual bem como no comportamento (White et al., 2000). Desde a época de Masters e Johnson

¹² Mais adiante serão discutidos os problemas identificados pelas feministas no sistema de classificação das disfunções sexuais.

a Biologia e Fisiologia continuam a ganhar popularidade nas teorias em torno da sexualidade e

‘apesar da mudança de um modelo sexo único para um modelo de dois sexos ou binarismo de género a insistência na normatividade da anatomia masculina – e por associação o papel masculino continua a persistir na teoria psico-analítica e sexológica do século XXI’ (Potts, 2002, p. 21).

São poucos os que pensam que a sexualidade da mulher pode ter uma complexidade diferente e ser mais do que a simples correspondência com o que se pensa ser a sexualidade masculina (Hite, 1989). Apesar das críticas levantadas por feministas (M. Jackson, 1983, 1984; Nicolson, 1993, 2003; Tiefer, 2001b, 2004) e por outros críticos sociais (Weeks, 1985), à ideia de que o coito heterossexual e os orgasmos seriam benéficos para a saúde da mulher, estas críticas continuam sem ter grande eco no paradigma dominante sobre a sexualidade. Esta visão de que a libertação sexual das mulheres é positiva tem origem na emergência da Sexologia no final do século XIX e inícios do século XX. A mensagem ‘radical’ é a de que a sexualidade era normal e natural (incluindo a homossexualidade e o desejo sexual feminino) (Nicolson & Burr, 2003; ênfase da autora). Apesar de se reconhecer que transportar a sexualidade das mulheres (assim como a homossexualidade) para a praça pública trouxe alguns benefícios, a teoria Victoriana patriarcal continua a estar presente nas práticas investigadas e na opinião popular do que é considerado como sendo a sexualidade feminina saudável (Nicolson & Burr, 2003).

1.2 Síntese das teorias dominantes sobre a sexualidade

Infelizmente o significado de ‘Natureza’ não é transparente. A sua verdade tem sido usada para justificar a nossa violência e agressividade inatas e a nossa sociabilidade. Tem sido usada para legitimar a nossa maldade básica e para celebrar a nossa bondade fundamental. Aparentemente parece que existem tantas naturezas quantos os valores em conflito (Weeks, 1985, p. 62)

‘A vida e as ciências sociais em geral (...) são baseadas em histórias; estas ciências são compostas através de práticas de narração complexas e com especificidade histórica. Os fatos estão subordinados à teoria. Por isso os fatos só têm significado dentro das histórias’ (Haraway, 1986, p. 79).

Na secção que se segue são apresentados de forma breve alguns dos modelos teóricos mais conhecidos sobre a sexualidade¹³, nomeadamente a Teoria Psicodinâmica, a Sociobiologia, a Psicologia Evolutiva, a Teoria da Aprendizagem Social, a Teoria do Intercâmbio Social e a Teoria dos Scripts Sexuais. Desde o início que a Psicologia tem tentado aproximar-se das Ciências Naturais em detrimento das Ciências Sociais, recorrendo a ideias e a modelos que derivam das Ciências Naturais, nomeadamente da Biologia (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Este namoro faz com que, por exemplo, seja dada maior ênfase à Biologia do que à Sociologia na formação dos psicólogos. Apesar de não existirem evidências factuais do predomínio dos factores biológicos sobre os factores ambientais, a ideia de que os genes são mais importantes que a educação continua a prevalecer (Burr, 1998a). Alguns insistem em descrever a Psicologia como uma ciência bio-social (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001) de forma a posicionarem-se ao lado das Ciências Básicas, isto é da ciência de verdade. Os modelos biológicos das diferenças sexuais entre homens e mulheres são extremamente populares junto da opinião pública mas também junto das instituições que financiam a investigação, pelo que assistimos a um corte progressivo nas verbas dadas à investigação em Ciências Sociais sendo as mesmas canalizadas para as ‘ciências de verdade’. Esta sinergia e interdependência entre popularidade e financiamento da

¹³ Todos estes modelos, à exceção da psicanálise, foram sintetizados no numero especial *The use of Theory in Research and Scholarship on Sexuality* da revista *The Journal of Sex Research* (1998).

investigação resultam obviamente num maior número de publicações e estudos no domínio das ciências naturais ou bio-sociais.

Como refere Leonore Tiefer, o modelo sexológico da sexualidade funde-se e confunde-se com o modelo biomédico da sexualidade (2000). Para muitos, satisfação sexual, identidade sexual, orientação sexual e qualquer outro elemento da sexualidade devem ser explicados por factores e mecanismos fisiológicos e se não o forem é porque não são válidos ou úteis. Nesse sentido, a Psicologia dominante tem-se concentrado em descobrir as bases biológicas da experiência e do comportamento humano (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001).

A Psicanálise é o primeiro modelo que de alguma forma relega os processos biológicos para segundo plano. Muito embora tenha surgido mais ou menos na mesma altura que a Sexologia, tendo como base de estudo as mesmas preocupações, isto é explicar o papel da sexualidade na vida humana, acaba por propor um modelo consideravelmente diferente (Segal, 1994). Esta teoria destaca-se das outras por estar menos interessada nos comportamentos sexuais propriamente ditos, preocupando-se sobretudo em perceber como opera a sexualidade opera na vida psíquica. Este modelo juntamente com os modelos biológicos são as teorias que mais impacto tiveram e continuam a ter junto do senso comum, havendo hoje em dia um predomínio dos modelos biológicos. A ideia de que as pulsões inatas são produto dos genes ou do inconsciente é extremamente popular. Contudo, no contexto académico o reconhecimento de ambas as teorias é radicalmente diferente: as teorias psicodinâmicas continuam a ser alvo de críticas pela sua falta de cientificidade (Weis, 1998) e vistas por alguns como mais próximas do esoterismo do que da ciência (Stevi Jackson, 1999a).

A produção académica em Sexologia e Psicologia da sexualidade continua a preferir “mover-se entre descrições da Biologia interna e a estimulação externa ou forças ambientais” e está menos preocupada com o desejo ou o universo psíquico (Segal, 1994, p. 118). Tal como a Sexologia, a maioria dos outros modelos psicológicos continuam preocupados com as práticas e comportamentos sexuais, isto é, com encontros pénis-vagina sejam eles vestidos ou despidos. Apesar de alguns não se preocuparem em explicar as bases químicas dos mecanismos fisiológicos, tentam explicar os comportamentos através de processos cognitivos ou de aprendizagem. Estes modelos continuam a ter uma perspectiva predominantemente (hetero)cêntrica e

(coito)cêntrica, tendo por base uma visão essencialista das diferenças biológicas de género.

Podemos considerar que a Teoria dos Scripts Sexuais é uma teoria intermediária, sendo considerada por alguns como uma teoria que abre as portas ao construcionismo social (Plummer, 2005), contudo alguns autores defendem que esta se insere nas teorias do construcionismo social (Quartilho, 2003; Tiefer, 1987). Apesar de utilizarem as mesmas metodologias da Psicologia e da Sociologia tradicional, os seus autores rejeitam as explicações da sexualidade baseadas quer no naturalismo biológico quer no funcionalismo sociológico (Simon & Gagnon, 2003). A decisão de inserir este modelo teórico dentro da secção das teorias dominantes ou *mainstream* pode ser explicada por duas razões: primeiro porque John Gagnon recusa o “rótulo” de construcionista social atribuído à Teoria dos Scripts Sexuais (2004a); uma segunda razão é porque a investigação em torno desta teoria usa determinados pressupostos da Psicologia tradicional (p. e. cognições), rejeitados pelo construcionismo social e porque ignora o contexto social imediato no qual os sujeitos produzem o material para a análise dos scripts sexuais (Frith & Kitzinger, 2001).

Teoria Psicanalítica

Durante todo o século XX, muita da teorização feita em torno da sexualidade e fora do paradigma biológico decorre da teoria psicanalítica de Freud, muito embora o seu impacto seja muitas vezes ambíguo e contraditório (Weeks, 2003). A leitura do seu trabalho não é consensual mesmo dentro das perspectivas críticas e feministas (Stevi Jackson, 1999a; Katz, 2007; Potts, 2002; Segal, 1994; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001; Szasz, 1990; Weeks, 1985). Por exemplo Stainton-Rogers & Stainton-Rogers e Stevi Jackson defendem que, apesar de tudo o seu trabalho deve ser entendido como estando profundamente enraizado em ideias biológicas, sendo a Biologia o substrato para a socialização (1999a; 2001). Outros autores acreditam que ele entra em ruptura com as ideias dominantes na tradição da Protoexologia (Potts, 2002; Weeks, 1985) do final do século XIX, pois defende que a sexualidade humana é fundamental para a vida psíquica (Segal, 1994; Weeks, 1985) e que não é uma essência pré-adquirida (Potts, 2002), mas antes um dispositivo que era construído no processo de desenvolvimento humano individual (Weeks, 1985). Apesar das diferentes e diversas

interpretações é relativamente consensual reconhecer que Freud se distanciou dos modelos biológicos da Sexologia que compreendiam a sexualidade como um imperativo instintivo (Potts, 2002). Ele argumenta claramente que ‘temos todas as razões para crer que esta descrição [paralelismo entre instinto sexual e a fome] só muito imperfeitamente corresponde à realidade’ (Freud, 1924 [1905], p. 21). O prazer passa a ser o objetivo central do aparato mental, a procriação essa é apenas um desenvolvimento secundário na procura da felicidade (Katz, 2007, p. 59)

Apesar desta ruptura com os modelos do instinto sexual dos seus contemporâneos, o seu trabalho não pode ser interpretado sem o situar no seu contexto histórico (Weeks, 1985). Ele retoma as ideias de aberrações sexuais e inversão desenvolvidas por Krafft-Ebing e Ellis aplicando-as ao seu modelo da sexualidade. No seu livro *Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, a primeira secção, *As Aberrações sexuais* está repleta de referências aos trabalhos e a nomenclatura proposta por Krafft-Ebing, Ellis e mais 6 autores seus contemporâneos (1924 [1905]). O que de alguma forma se compreende na medida em o seu trabalho é produzido num momento em que a Sexologia dá os seus primeiros passos (Potts, 2002). Mesmo assim Jeffrey Weeks considera-o como um dissidente, a Psicanálise e a sua teoria do inconsciente inspirou alguns dos modelos de compreensão da sexualidade mais radicais como os propostos por Reich ou por algumas feministas críticas (1985). O trabalho de Freud e as consecutivas revisões que foi fazendo da sua teoria ao longo da vida permitem inúmeras interpretações, como diz Jeffrey Weeks ‘é difícil descrever o verdadeiro Freud’, e ler os seus textos sem qualquer contextualização e olhando para o detalhe pode, em alguns momentos, parecer risível (2003, p. 60). O mesmo autor defende que o trabalho teórico de Freud passou por 3 fases (1985). Num primeiro momento ele teorizou sobretudo sobre o efeito traumático no adolescente e no adulto de experiências de abuso na infância, esta teoria é mais conhecida como a teoria da sedução. A teoria foi extremamente criticada junto dos seus pares e ele acabou por abandoná-la e em 1905 propõe uma primeira versão do livro *Três Ensaaios sobre a Sexualidade*. O seu principal argumento nesta primeira versão do livro é que os drives sexuais têm uma natureza endógena e que o desenvolvimento sexual envolve uma série de fases mais ou menos lineares desde a infância até à puberdade (Weeks, 1985). Nesta primeira versão é onde é possível ver uma maior afinidade com as teorias biológicas. Numa última fase, Freud retoma a sua teorização sobre a sexualidade das crianças com o caso do “little Hans”, nesta altura a fantasia passa ter um papel

organizador da sexualidade. Também é nesta fase que ele desenvolve a sua teoria do complexo de Édipo.

O seu modelo questiona o instinto sexual da reprodução proposto pelos seus pares e propõe que a sexualidade é orientada pela libido, pela procura de prazer. Como refere Katz dá-se uma viragem histórica, passa-se da ‘ética da procriação do final da época Vitoriana para princípio do prazer’ (2007, p. 59). A diminuição das taxas de natalidade refletem isso mesmo, a velha ética da procriação é rejeitada, ‘o prazer passa a ser um valor em ascensão junto da classe média e a reprodução um valor em decadência’ (Katz, 2007, p. 59).

Uma das grandes inovações de Freud é a ideia de que a sexualidade está presente desde a infância, sublinhando a sua normalidade: ‘deploramos que se tenha querido ignorar o impulso sexual da infância e se tenham descrito as manifestações sexuais, tão frequentes nesta idade, como fenómenos anormais’ (Freud, 1924 [1905], p. 179). Inicialmente os drives sexuais estão associados com as satisfação das necessidades biológicas como a fome (Segal, 1994) e mais tarde ‘a necessidade de repetir a satisfação sexual irá separar-se da nutrição’ (Freud, 1924 [1905], p. 98). O seu modelo teórico defende que a atividade sexual nas crianças é auto-erótica (Freud, 1924 [1905]) e tenta descrever como é que diferentes práticas e partes do corpo são erotizadas, argumentando que as crianças não nascem com sentimentos sexuais na genitália (Plante, 2006). Subjacente a esta perspectiva está a ideia de que para compreender a personalidade, as relações sociais e a organização social é preciso olhar para a infância (Beasley, 2005).

Implícita a esta ideia de que a sexualidade está presente desde a infância ‘constitui-se a ideia de um sexo marcado pelo mecanismo essencial da presença (em virtude da anatomia e das suas manifestações) e da ausência (ausente do ponto de vista da fisiologia, presente também se, se considerar a sua atividade e deficiente se nos referirmos à sua finalidade reprodutora); do oculto (nos seus efeitos) e do manifesto’ (Foucault, 1994 [1976], p. 155). Essa ausência poderá mais tarde manifestar-se de forma patológica no adulto ‘se o sexo da criança está ainda presente, é sob a forma de uma causalidade secreta que tende anular o sexo do adulto (Foucault, 1994 [1976], p. 155).

Neste modelo a sexualidade, para além de estar, totalmente dissociada da reprodução, também é tida como um elemento fundamental para a saúde mental. Toda a perturbação mental, é reflexo de perturbações no impulso sexual: ‘aquele que num domínio qualquer é considerado como anormal do ponto de vista social e moral, esse, segundo a minha experiência, é sempre anormal na sua vida sexual’ (Freud, 1924 [1905], p. 44). As perturbações mentais são entendidas como resultado de problemas desenvolvimentais que podem surgir em qualquer uma das fases de desenvolvimento sexual na infância (fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência, fase genital). Os problemas psicológicos surgiam como consequência de traumas (reais ou fantasiados) na infância, usando a analogia de (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001) são ‘consequência de ‘dragões’ psíquicos que não foram bem destruídos e por isso continuam a esconder-se no inconsciente, causando todo o tipo de problemas’¹⁴ (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 68).

A Psicanálise vem sublinhar que a sexualidade não é uma categoria aproblemática e que os indivíduos não são apenas produtos predeterminados da Biologia nem resultam apenas das relações sociais (Weeks, 2003), que o inconsciente é uma entidade dinâmica, um espaço de conflito entre ideias, sonhos e desejos (Weeks, 1985) e que os acontecimentos psíquicos conscientes são determinados pelo inconsciente (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Põe-se em causa o caráter unitário do consciente (Weeks, 1985) ao reconhecer que as certezas aparentes da vida consciente podem estar em contradição com o que se passa no inconsciente (Weeks, 2003).

Na teoria psicanalítica o desejo e a linguagem têm um papel central; ‘o que o inconsciente contém não são instintos reprimidos mas ideias’ (Weeks, 1985, p. 129). Ao centrar-se no papel dos significados e conteúdo verbal do inconsciente, Freud retira por completo a fisiologia da teoria do inconsciente (Weeks, 1985). A linguagem tem uma importância estrutural, pois o inconsciente é constituído pela e através da linguagem, ‘tornamo-nos completamente humanos através da entrada na ordem da linguagem e do significado’ (Weeks, 1985, p. 130). Segundo o modelo de Freud é através do inconsciente e da linguagem que aprendemos as regras da cultura. Existe um paralelismo entre o processo de civilização da humanidade e o desenvolvimento do

¹⁴ Os autores fazem uma analogia entre a teoria de desenvolvimento de Freud e o conto ‘The Tale of Jack the Dragon-Slayer’. Neste conto a criança desde o seu nascimento que é confrontada com desafios que deve ultrapassar. O prémio é transformar-se num adulto saudável e maturo, o guerreiro ganha a sua força a cada uma das provas conquistadas (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 67).

indivíduo, ‘senão mesmo o mesmo processo mas aplicado a diferentes tipos de objeto ... num caso a integração de um indivíduo isolado dentro de um grupo humano, e no outro caso a criação de um grupo unificado de muitos indivíduos – não podemos ficar surpreendidos com as similaridades entre os meios empregues e o fenómeno resultante’ (Freud, 1962 [1930], p. 87).

Uma das implicações mais relevantes da teoria freudiana é que se coloca em causa a distinção rígida entre homem e mulher, desafiando as visões essencialistas do género ao questionar a diferença sexual como um facto biológico automaticamente adquirido (Weeks, 1985, 2003). Muitas das novas teorias críticas sobre a identidade sexual e orientação sexual partem desta ideia que a identidade (homem e mulher) e a escolha do objeto sexual ‘não estão automaticamente presentes no nascimento’ (Weeks, 2003, p. 62) nem são resultado da imitação social ou modelagem. A construção identitária de cada um tem na sua base na diferença de género, na tomada de consciência da criança dos seus genitais (pénis ou ausência de pénis) e da subsequente produção de fantasias eróticas (Fausto-Sterling, 2001). É através dessa tomada de consciência da presença ou ausência do órgão masculino e da produção de fantasias eróticas que as crianças desenvolvem os papéis de género (in)apropriados. A sexualidade da criança quando nasce e até à fase genital, ou seja o período pré-edipiano, é indiferenciada e de natureza bissexual (Beasley, 2005; Freud, 2002 [1925]), como referiu Freud a criança tem uma ‘disposição perversa polimorfa’ (Freud, 1924 [1905], p. 111) Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento a criança tem de negociar os seus desejos e cada fase desenvolvimental requer a descoberta e exploração de diferentes partes do corpo que se tornam eróticas e a partir das quais a criança irá retirar prazer. Na fase fálica a rapariga vai perceber que não tem um pénis e o rapaz teme a castração (‘interesse narcisista nos seus próprios genitais’) no meio deste dilema surge ‘a inveja do pénis’ no qual a rapariga tem de redirecionar os seus desejos incestuosos pela mãe e para o pai (Freud, 2002 [1925], p. 15), Esta tarefa é consideravelmente mais complexa e longa no caso da rapariga. Se por um lado ela tem que romper a ligação primária com a mãe, abandonando o seu amor por ela, por outro, quando descobre que afinal é castrada (‘inveja do pénis’), ela tem de se reaproximar da mãe para se identificar com ela e transformar o seu desejo por um pénis, pelo desejo de receber o pénis de outrem (idealmente de um homem)(Beasley, 2005; Weeks, 2003). Esta dupla tarefa, a ruptura

com a mãe e o abandono do clitóris seria a explicação dada por Freud para a maior propensão das mulheres para a neurose (Plante, 2006).

Já o rapaz tem de abandonar o amor pela mãe para passar a identificar-se com o pai, reconhecendo-lhe autoridade. Mais tarde o desejo pela mãe é transferido pelo desejo por outras mulheres (Segal, 1994; Weeks, 1985), no caso da rapariga elas têm que redirecionar o desejo da mãe para o pai e o prazer associado ao clitóris para a vagina (Beasley, 2005; Plante, 2006). Estas são as tarefas necessárias para que as crianças rompam a relação simbiótica com a mãe e desenvolvam um self independente. O pai (figura masculina) vem intrometer-se na relação mãe/filho e é aquele que ‘representa o self distinto’ por não estar simbioticamente ligado com a mãe (Beasley, 2005). Ambos os sexos se aproximam do pai, o rapaz por um processo de identificação com o seu semelhante e a rapariga pelo desejo de ter um pénis, que posteriormente se expressa pelo desejo de ter um bebé (Beasley, 2005).

A identidade (incluindo a de género) é instável e provisória, o seu equilíbrio é precário, na medida em que a qualquer momento podem emergir elementos do inconsciente ou desejos recalcados na infância (Segal, 1994). Não existe uma resolução linear nem definitiva no processo de construção da identidade, há sempre a possibilidade de retrocesso (Weeks, 1985). Cada uma destas etapas constitui um passo na ‘luta épica na qual a criança indiferenciada se transforma finalmente num pequeno homem ou pequena mulher’, mas essa maturidade nunca é um dado adquirido, é uma incerteza (Katz, 2007; Weeks, 2003, pp. 62-63) quer porque afiguram novas tarefas, tensões e conflitos a ultrapassar quer porque o passado pode sempre insurgir-se e afetar o funcionamento consciente (Beasley, 2005).

Um dos problemas da teoria de Freud, são as constantes oscilações e vai e vem de ideias ao longo da sua carreira (Weeks, 1985). Um exemplo claro é o seu ensaio sobre feminilidade onde coexistem afirmações essencialistas e não essencialistas como: ‘como é que ela passa da sua fase masculina para a sua fase feminina, aquela para a qual ela está biologicamente destinada? ou “o que constitui a masculinidade e a feminilidade é uma característica desconhecida sobre a qual a anatomia não pode ter controlo” (Freud, 1933, p. 2; 4)

Foi no final da sua carreira que Freud mais se preocupou em explicar a diferença sexual tentando a todo o custo propor uma teoria. Como refere Segal quanto mais se

esforçava mais insatisfatório era o resultado (Segal, 1994), reflexo disso é sua comunicação ‘Some Psychological Consequences of the Anatomical Differences Between the Sexes’ (Freud, 2002 [1925]), provavelmente um dos seus ensaios mais misóginos. Nessa comunicação Freud admite que ‘como o tempo que tem pela frente é limitado. O seu tempo não é exclusivamente dedicado a trabalhar, por isso as oportunidades para fazer novas observações são escassas. Como tal se vir algo novo teria dúvidas que pudesse esperar até que fosse confirmado’ (Freud, 2002 [1925], p. 15) o que revela a sua urgência para apresentar ‘as suas conclusões analíticas que poderiam ser de grande importância se pudessem ser universalmente aplicadas’ (Freud, 2002 [1925], p. 14). Nessa comunicação Freud sugere que quando a rapariga percebe que o seu irmão ou outro rapaz têm um pênis, ‘extremamente visível e de grandes proporções, imediatamente o identificam como o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; a partir daí tornam-se vítimas da inveja do pênis’ (Freud, 2002 [1925], p. 16) ou a ‘descoberta da inferioridade do clitóris (Freud, 2002 [1925], p. 18). Já o rapaz quando se apercebe do órgão análogo na rapariga mostra desinteresse ou rejeição, desenvolvendo a partir daí o medo de castração. A resolução do medo da castração pode ter dois desfechos ou o rapaz desenvolve horror em relação à ‘criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela’ (Freud, 2002 [1925], p. 17). Já a rapariga ‘viu-o [pênis], sabe que não o tem e quer tê-lo’, se ela não desenvolver um sentido de feminilidade correto, ela irá desenvolver uma psicose e vai acreditar que tem um pênis e assim comportar-se como se fora um homem (Freud, 2002 [1925], p. 17). A ‘inveja do pênis’ resulta num complexo de masculinidade das mulheres que enquanto não for resolvido por exprimir-se de mais diversas formas nomeadamente no desenvolvimento de uma ferida, um sentimento de inferioridade provocada pela tomada de consciência dessa ferida narcísica ou pela expressão de ciúme particularmente característica da mulher (Freud, 2002 [1925]). No caso da rapariga a resolução passa pela interiorização do complexo de castração, estimulando a feminilidade¹⁵ ao mesmo tempo que conduz ao abandono e inibição da masculinidade, isto é da masturbação do clitóris ‘uma atividade masculina’ (por isso mais afastada da natureza da mulher). No seu caso ‘a eliminação da sexualidade clitoriana é uma pré-condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade’ (Freud, 2002 [1925], p. 18), isto é uma feminilidade. Laqueur sugere que é a partir destas ideias de que a sexualidade clitoriana na rapariga

¹⁵ Freud esclarece que apesar da complexidade da definição para a psicanálise masculino e feminino significam respetivamente “atividade e passividade” (Freud, 1924 [1905], p. 158; 1933)

deve ser canalizada para a vagina na mulher adulta que se constrói a ideia de orgasmo vaginal¹⁶, como ironiza a polémica lançada por estas ideias gerou uma enorme produção de literatura clínica, ‘foram espalhadas mais palavras sobre o clitóris do que qualquer outro órgão, pelo menos do mesmo tamanho’ (Laqueur, 1992, p. 233)

Implícito e explícito a todo este ensaio está a ideia básica que a masculinidade é superior e melhor que a feminilidade, de tal forma que no final da sua comunicação sugere:

[O] superego [das mulheres] nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de carácter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres — que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade — todos eles seriam amplamente explicados pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos. Não nos devemos permitir ser desviados de tais conclusões pelas negações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor’ (Freud, 2002 [1925], p. 19)

Por algumas feministas a Psicanálise é totalmente incompatível com uma agenda feminista (Stevi Jackson, 1999a) e os seus textos mais tardios são os que levantam mais descontentamento e polémica. O seu trabalho, e a forma como descreveu as suas pacientes nomeadamente o caso de ‘Dora’, evidência uma atitude misógina (entre outras coisas) o que também é reflexo dominante no contexto cultural e social em que viveu (Katz, 2007; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001).

As suas ideias flutuam entre a concepção da identidade de género como algo precário e instável:

‘concordaremos de boa vontade que a maioria dos homens também está muito aquém do ideal masculino e que todos os indivíduos humanos, em

¹⁶ Apesar de tudo mesmo dentro do feminismo não há consenso sobre a paternidade desta nova ideia, por exemplo Lynne Segal é peremptória em afirmar que Freud não é o pai do orgasmo vaginal (Segal, 1994). Já Anne Koedt escreve um ensaio sobre o mito do orgasmo vaginal apontando precisamente Freud como o precursor deste novo mito (Koedt, 1972).

resultado da sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto' (Freud, 1924 [1905], p. 20)

e concepções no extremo oposto onde determinismo da Biologia justifica a organização social da divisão entre os sexos:

‘a reivindicação das feministas por direitos iguais para ambos os sexos não nos leva muito longe, a diferença morfológica está condenada a encontrar expressão nas diferenças do desenvolvimento psicológico – ‘anatomia é o destino’, adaptando uma expressão de Napoleão’ (Freud, 1920, cit. por: Weeks, 1985, p. 144)

Se por um lado alguns interpretam a anatomia no sentido simbólico, onde o importante não é a diferença em si, mas o significado adquirido socialmente e elaborado psiquicamente (Weeks, 2003), outros há que entendem esta afirmação como uma prova de que Freud era um homem do seu tempo, ou seja um homem do iluminismo, um defensor do modelo da diferença sexual (Laqueur, 1992), apesar de ele também recorrer à ideia de polaridade entre o masculino e feminino que prevalecia até o surgimento do novo modelo sexual das duas carnes (Laqueur, 1992; Potts, 2002). A primeira ideia de que as diferenças físicas só adquirem valor simbólico da anatomia na cultura, nomeadamente o simbolismo do pênis, é desenvolvida mais tarde pelo Psicanalista Francês Jacques Lacan e mais tarde retomada por algumas feministas (ver p.e.Beasley, 2005; Stevi Jackson, 1999a)

Numa mudança relativamente radical para a altura, a teoria freudiana pôs em causa o desejo pelo parceiro do sexo oposto aparentemente automático e natural, e também questionou o objetivo pré-ordenado do sexo penetrativo pondo em causa a ideia da sexualidade como um drive sexual universal (Weeks, 1985). Muito embora Freud tenha relegado para segundo plano as ‘dicotomias moral/imoral ou normal/patológico ele estabelece uma nova dicotomia sexualidade madura/infantil’ (Potts, 2002, p. 24). Por exemplo a homossexualidade [inversão] é entendida como uma estagnação ou fixação no desenvolvimento psicosexual e não como um sintoma de ‘degenerescência nervosa congénita’ (Freud, 1924 [1905], p. 28) pois da observação que faz dos invertidos [absolutos, anfigénicos ou ocasionais] ele é peremptório em afirmar que ‘os invertidos não são degenerados’ porque a inversão se encontra ‘em indivíduos que não apresentam

outros desvios graves... [e] cuja atividade geral não é perturbada, e cujo desenvolvimento moral e intelectual pode mesmo ter atingido um grau muito elevado' (Freud, 1924 [1905], p. 29). Apesar de ter apresentado uma perspectiva crítica sobre a escolha do objeto sexual ao defender que 'é preciso concluir que não é o objeto que constitui o elemento essencial e constante do impulso sexual'(Freud, 1924 [1905], p. 45) e que o desejo sexual não algo pré-determinado à nascença (Potts, 2002; Weeks, 1985), 'ele acreditava que a organização heterossexual e genital da sexualidade era uma necessidade cultural, por isso apesar de assumir que todos nós temos sementes de perversão, um desenvolvimento saudável exige subordinação à norma' (Weeks, 1985, p. 155). Como tal um indivíduo maturo e normal deveria dirigir o seu desejo sexual para o objeto sexual do sexo oposto (Potts, 2000)

Jonathan Katz tem uma leitura mais crítica e acredita que o postulado das ideias de Freud é o de que um desenvolvimento psicosexual adequado deveria passar pelo desejo heterossexual (2007). Retratando a homossexualidade como 'negativa, imatura, fixada' por oposição a uma heterossexualidade 'positiva ideal, florescente' (Katz, 2007, p. 72). Estas expressões e juízos de valor marcaram e continuam a marcar várias gerações de homossexuais que viveram imersos nesta meta-narrativa iniciada pelo mestre da Psicanálise (Katz, 2007; Moita, 2006). Como salienta Laqueur, para Freud 'a heterossexualidade era o estado natural da arquitetura de dois sexos opostos incomensuráveis' (Laqueur, 1992, p. 233).

Sigmund Freud foi um dos grandes promotores da heteronormatividade (consequência da popularidade dos seus textos) veiculada de forma velada, tal como é comum na teoria sexual dominante do século XX e XXI onde a heterossexualidade apesar de raramente nomeada está sempre omnipresente, a mesma impõe-se 'sob uma magia do silêncio, tornou-se no fantasma que regula, a presença ausente'¹⁷ que assombra a maioria dos textos modernos do sexo (Katz, 2007, p. 66). Apesar de em alguns comentários sublinhar a importância de analisar o carácter exclusivo da heterossexualidade – 'do ponto de vista da Psicanálise, o interesse sexual exclusivo dos homens pelas mulheres também é um problema que merece elucidação e não é um facto evidente baseado na atração que afinal é de natureza química' – no entanto estas sugestões mais subversivas foram muito pouco exploradas (Freud, 1924 [1905], p. 39).

¹⁷ Nos 24 volumes que compila as obras de Freud a palavra heterossexualidade aparece 29 vezes e a palavra homossexual aparece 316 (Katz, 2007)

Ele também chamou à atenção da importância dada ao objeto é algo histórico – ‘A mais característica diferença entre a nossa vida erótica e a da Antiguidade, era que se dava importância ao impulso, enquanto nós a damos mais ao objeto. Na antiguidade glorificava-se o impulso e este impulso enobrecia o objeto, por muito pouco valor que tivesse; nos tempos modernos desprezamos a atividade em si mesma e de certo modo só a desculpamos por motivo das qualidades que encontramos no seu objeto (Freud, 1924 [1905])(Freud, 1924: pp. 45- acrescentado em 1910) – no entanto tentava propor uma teoria da sexualidade intemporal e acultural.

Para Sigmund Freud, a repressão dos desejos e do jogo livre da perversidade polimórfica era algo inevitável, era um imperativo da cultura e da civilização que ele acreditava ser essencial, apesar de também saber que as normas poderiam ser mudadas. Como explica Weeks ‘foi neste ponto que a teoria do inconsciente entrou em choque com as políticas do desejo, e onde a visão conservadora da Psicanálise obscureceu o seu impulso radical’ (1985, p. 156).

Esta teoria foi claramente mais influente nas teorias sobre a identidade sexual do que os modelos preocupados com os atos sexuais, como é o caso da Sexologia tradicional (Potts, 2002). Apesar do trabalho de Freud ter sido rejeitado pelas feministas contemporâneas do início do movimento de libertação das mulheres, as suas ideias foram recuperadas por algumas feministas da diferença (terceira vaga) que começaram a propor ‘novas leituras’ da sua teoria e a aderir à Psicanálise (Stevi Jackson, 1999a). Isto acontece sobretudo por causa da insatisfação das feministas com as propostas teóricas sobre o género, identidade e sexualidade, nomeadamente com os modelos de aprendizagem social (Beasley, 2005). Como explica Juliet Mitchell ‘não me interessa o que Freud fez mas o que é que podemos conseguir através dele, mais do que uma exploração académica fazer uma exploração política’ (cit. in Weeks, 1985, p. 127). Nesse sentido há uma apropriação de apenas algumas das suas ideias, nomeadamente sobre identidade de género, a escolha do objeto sexual e mais tarde sobre o poder simbólico da diferença. A grande vantagem da Psicanálise é que a sua proposta vai mais além e entende a sexualidade como uma força construída através do processo de entrada na cultura, linguagem e significado, não sendo apenas um instinto natural irreprimível que domina o corpo (Weeks, 1985).

Contudo esta leitura favorável da teoria de Freud não foi acolhida junto de muitas feministas que consideram que as novas leituras feministas dos velhos textos de Freud são tão essencialistas e reacionárias quanto os originais e que não são úteis para compreender nem combater a opressão dos nossos dias (Stevi Jackson, 1999a). Muitas são as feministas que consideram a teoria Freudiana profundamente misógina (M. Crawford & Unger, 2004; Stevi Jackson, 1999a; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001) e apesar de concordarem que muitas das outras propostas teóricas sobre a sexualidade feminina não serem satisfatórias, pensam que as novas versões feministas da Psicanálise sofrem das mesmas limitações. Stevi Jackson acredita que a reação visceral das feministas do movimento de libertação das mulheres, contra as ideias de Freud, foi perfeitamente justificável e que a interpretação feita do seu trabalho, ao contrário do que defendem as feministas da diferença, não foi ‘incorreta, errónea nem distorcida’ (Stevi Jackson, 1999a, p. 82).

Um dos legados controversos de Freud foi a Teoria da Sedução, proposta nos finais do século XIX. A teoria radical apresentada defendia que a etiologia da histeria estava na repressão de experiências de abuso sexual, violação e traumas na infância ou seja na dor psíquica provocada por um cuidador ou pessoa da rede social da criança (Masson, 1985). Este novo modelo foi recebido com hostilidade junto dos seus pares médicos. Anos mais tarde ele vem rever a teoria e acaba por concluir que as memórias de abuso sexual eram apenas fantasias imaginárias. Infelizmente esta reinterpretação sobre as memórias de abuso fez com que durante grande parte do século XX as acusações de abuso perpetradas pelos pais fossem interpretadas como fantasias (Gavey, 2005). Quando Dora revela uma situação de abuso por parte de Mr Kerr quando tinha 13 anos, Freud, o mesmo refere que o facto de ela ter repulsa e não experimentar excitação sexual é interpretada por ele como sendo uma resposta completa e totalmente histérica (Katz, 2007). O que anos antes teria sido interpretado como pureza era agora interpretado como doença.

Stevi Jackson defende que os principais problemas da Psicanálise estão nos conhecimentos, pressupostos e metodologia usados (Stevi Jackson, 1999a). Para a autora a linguagem usada é de tal forma complexa e ininteligível que a torna elitista e inacessível. Tornando-se quase impossível fazer uma crítica à teoria visto que é quase impossível perceber do que se fala. Isto acontece sobretudo com os desenvolvimentos mais recentes da Psicanálise cujos textos são escritos num ‘estilo tortuoso, com recurso

a vocabulário esotérico e conceitos melindrosos’ (Stevi Jackson, 1999a, p. 83). A autora coloca em causa que o inconsciente de cada um de nós esteja sujeito a processos idênticos e que contenham os mesmos desejos e impulsos reprimidos. Como apontam Simon & Gagnon os desenvolvimentos da teoria psicanalítica continuam relativamente indiferentes perante as mudanças radicais ocorridas na ultima metade do século nas estruturas da vida social do dia-a-dia e o impacto que essas mudanças possam ter tido nos processos desenvolvimentais continuam a não ser discutidos na reformulação da teoria (Simon & Gagnon, 1984).

Para compreender a nossa subjetividade como sendo construída num contexto cultural e social específico, recorrendo a uma determinada linguagem (que não serve apenas para exprimir mas também construir significados) e que esse self ou subjetividade é fragmentada não é preciso acreditar no inconsciente (Stevi Jackson, 1999a). Tal como outros críticos, ela volta a sublinhar o problema da cientificidade dos métodos usados pela Psicanálise para aceder e formular explicações sobre a construção do sujeito e o inconsciente (Stevi Jackson, 1999a; Ussher, 1997). A forma como a Psicanálise explica a manutenção do patriarcado e dos seus efeitos no inconsciente é extremamente insatisfatória, como refere Jackson é ‘uma doutrina deprimente, porque nos oferece poucas possibilidades para mudar o status quo’ (1999a, p. 91). A relação do patriarcado com o poder simbólico do falo é entendida como um ciclo vicioso – ‘Porque é que o falo é o significante privilegiado? Porque vivemos numa cultura Patriarcal? Porque o falo é o significante privilegiado’ (Stevi Jackson, 1999a), não havendo espaço para mudar o estatuto da mulher no domínio simbólico. A isto acresce-se a ideia que o nosso futuro completamente determinado pelas nossas experiências no período edipiano, para além disso não basta explicar como é que nos tornamos heterossexuais. Sobretudo quando a teoria psicanalítica entende a sexualidade num sem potencial sensual mais amplo mas depois não explora as possibilidades de erotismo daí decorrentes.

Como refere Foucault, Freud é um dos precursores da emergência da “sciencia sexualis” no final do século XIX, junto com outros teóricos pela primeira vez os sábios falam sobre o sexo de forma explícita, esta pretensão de ‘falar dele [sexo] do ponto de vista purificadi e neutro de uma ciência é em si mesmo significativo’ (Foucault, 1994 [1976], p. 54). Muito embora sendo rapidamente marginalizado pelos seus pares das ciências de verdade, nomeadamente a Medicina ou Sexologia (Ussher, 1997). Os rituais

de confissão são apropriados pela psiquiatria, constitui-se a ciência do “fazer-falar” em que tudo é minuciosamente analisado e onde ‘o sexo tem um poder causal inesgotável e polimorfo’ (Foucault, 1994 [1976], pp. 69-70). A confissão passa de prática religiosa a ciência visto que a sua função não se limita a desvendar os segredos inconfessáveis que queremos esconder do outro mas consiste também na descoberta do que é oculto para o próprio sujeito através do método da interpretação e dos efeitos terapêuticos respectivos (Foucault, 1994 [1976]).

Este descritivo reflete um pouco as próprias ideias de Freud e respectivas (re) interpretações, como tal um tanto volúveis e fragmentárias, no entanto espero que tenha sido útil para rever de forma crítica algumas ideias que fazem parte do cotidiano de todos e que influenciam a forma como nos vemos e sentimos.

Sociobiologia e Psicologia Evolutiva

Ambas as correntes teóricas, Sociobiologia e Psicologia Evolutiva têm por base a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, sendo que, no âmbito dos modelos da sexualidade, os principais desenvolvimentos da mesma surgem no final dos anos 1970 (Buss, 1998). Para a Sociobiologia e para a Psicologia Evolutiva a reprodução sexual é em si mesma a chave para a evolução (Buss, 1998; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001), sendo a única forma de assegurar que uma determinada característica individual seja transmitida a uma nova geração e assim perpetuada. Não basta ao indivíduo ser forte e funcional no seu meio ambiente, ele também deve ser capaz de propagar os seus genes (Dawkins, 2006).

A evolução, a herança genética, a fisiologia e a morfologia são elementos chave nos modelos da Sociobiologia e Psicologia Evolutiva (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Estes modelos assentam em algumas premissas básicas, nomeadamente no binarismo sexual, isto é: que existem dois sexos, o homem e a mulher (ou macho e fêmea para os mais fundamentalistas) e eles são essencialmente diferentes (modelo *double flesh*); instintivamente os humanos têm relações sexuais para se reproduzirem e manterem a espécie, assegurando assim a sobrevivência dos seus genes (uma espécie de projeto de imortalidade); que a seleção sexual é produto de dois mecanismos: a competição sexual entre animais do mesmo sexo e a escolha do parceiro sexual; que grande parte das diferenças entre sexos podem ser explicadas como sendo características que favorecem o organismo na competição sexual entre organismos do

mesmo sexo e espécie; que o investimento parental da fêmea é sobretudo para cuidar da descendência, já o investimento parental do macho passar pela competição intrasexual de forma a aumentar as hipóteses de ser escolhido pela fêmea e ter mais descendência; quanto menor for o envolvimento dos machos a cuidar das crias mais seletivas serão as fêmeas (Buss, 1998).

Segundo a Sociobiologia, os sistemas de reprodução ter-se-iam complexificado de forma a assegurar mais eficazmente a reprodução, ou seja ‘a evolução favorece os organismos que se reproduzem e cuja descendência também se reproduz’ (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 32). Grande parte do interesse nestas teorias é centrado no instinto sexual masculino e na forma como ele se manifesta em detrimento do instinto sexual feminino. Os organismos são vistos como estando desenhados e predispostos a comportarem-se de forma a maximizar as probabilidades de deixarem descendência. Os homens estariam programados para serem promíscuos e as mulheres para serem seletivas e optarem por relações a longo prazo. Dentro deste modelo os comportamentos sociais altamente enraizados são entendidos como estratégias evolutivas adaptativas. Por exemplo um homem deveria procurar casar com uma mulher mais nova e saudável de forma a assegurar que ela possa ter o máximo de filhos possível; já a mulher deveria escolher um homem mais velho com status económico e social seguro de forma a certificar-se que ele será capaz de assegurar a descendência (Buss, 1998)

Considera-se que a família nuclear é a base primordial de todas as sociedades humanas e que a complexidade do sistema reprodutivo foi favorecida pela evolução de forma a intensificar a ligação e união entre ambos os sexos, para que constituam uma família e se mantenham juntos para criar a descendência (Wilson, 2000). O desaparecimento dos sinais que evidenciam o período fértil na mulher – ‘para consternação daqueles que tentam controlar a fertilidade recorrendo aos métodos rítmicos’ - fizeram com que o comportamento sexual passasse a estar dissociado da reprodução (Wilson, 2000, p. 554). Segundo o mesmo autor, ao contrário de outras espécies, os humanos mantêm relações sexuais ao longo de todo ciclo menstrual e envolvem-se em outras práticas sexuais (preliminares) para além das relações coitais-vaginais. O desaparecimento dos pêlos e a pele nua seriam um estímulo sexual que explica estas diferenças relativamente a outras espécies animais. A evolução teria então favorecido outras características da sexualidade humana como

‘as mamas redondas e protuberantes das mulheres jovens, ruborização de partes da pele durante o coito, a vasodilatação e aumento da sensibilidade erógena dos lábios; zonas do nariz; orelhas; mamilos; auréolas e genitais e o tamanho grande do pênis do macho, em especial durante a ereção’ (Wilson, 2000, p. 554)¹⁸

e tudo isto para assegurar que ambos os sexos mantenham relações sexuais para se reproduzirem e fiquem juntos para criar a descendência.

Alguns autores acreditam até que os humanos, mesmo na ausência de estimulação por parte de outros, poderiam desenvolver ou inventar um sistema de linguagem diferente daquele que conhecemos:

‘Eu não duvido que eles [crianças isoladas e sem educação] pudessem falar e que teoricamente, dando tempo, eles ou a sua descendência inventariam ou desenvolveriam a linguagem apesar de nunca terem sido ensinados. Mais ainda, esta linguagem, apesar de ser totalmente diferente de qualquer outra linguagem que conhecemos, seria passível de análise por parte de linguistas nas mesmas bases que outras linguagens e traduzíveis em outras línguas. Mas eu iria mais longe. Se o novo Adão e Eva pudessem sobreviver e procriar – isto num total isolamento de qualquer influência cultural – depois eventualmente eles produziram uma sociedade que teria leis sobre a propriedade, regras sobre o incesto e casamento, costumes tabu, um sistema de status social, práticas de sedução, incluindo a ornamentação das fêmeas, a dança, a esquizofrenia, homossexualidade, cerimónias de iniciação para os rapazes jovens, e crenças sobre o sobrenatural e práticas relacionadas com o mesmo (Fox, 1991, p. 276)

De tal forma que a cultura e até mesmo a religião poderiam ser ‘interpretadoras como um sistema hierárquico de dispositivos ambientais de localização’ (Wilson, 2000, p. 560). Tudo estaria inscrito nos genes, a divisão do trabalho entre sexos, as classes sociais, a opressão e dominância do sexo masculino em relação ao sexo feminino.

Apesar de globalmente seguir as premissas da Sociobiologia, a Psicologia Evolutiva surge sobretudo para se colocar a salvo de algumas das críticas mais ferozes, nomeadamente contra críticas a algumas das ideias sexistas e racistas geradas dentro da

¹⁸ Aparentemente a evolução favoreceu o homem dando-lhe um grande pênis para seduzir a mulher e já a mulher teria sido dotada de mamas grandes como arma de sedução. Estas observações poderiam muito bem ter sido obtidas não a partir do National Geographic mas a partir da observação de vídeos da Playboy onde o olhar da câmara é definitivamente inquisidor do pênis e das mamas.

Sociobiologia. Nesta “nova” corrente, a comparação entre humanos e primatas é rara, já a comparação com outras espécies, como os insetos, está ausente (Dusek, 1999).

Os modelos da Psicologia Evolutiva da sexualidade apoiam-se em três ideias básicas:

‘todos os mecanismos psicológicos sexuais devem a sua existência à evolução através da seleção; os mecanismos psicológicos são um local chave para a adaptação sexual; homens e mulheres enfrentaram diferentes problemas adaptativos ao longo da história evolutiva humana’ (Buss, 1998, pp. 23-24).

Para os teóricos da Psicologia Evolutiva da sexualidade, todas as características humanas complexas, incluindo as características sexuais são ou adaptações ou subprodutos¹⁹ de adaptações. As adaptações seriam o produto primário da seleção natural e os subprodutos seriam consequências acidentais dessas mesmas adaptações. Por exemplo alguns teóricos defendem que o orgasmo feminino tal como os mamilos no homem seriam um subproduto do orgasmo masculino e dos mamilos funcionais nas fêmeas (Symons, 1979). Outros autores sugerem que a localização do clitóris não é a ideal já que deveria estar dentro ou mais próxima da vagina para aumentar as probabilidades do coito resultar em orgasmo para a mulher, ‘comparativamente com o pênis, o clitóris seria disfuncional sexualmente pois requer estimulação sexual adicional’, (Eibl-Eibesfeldt (1989) and Morris (1985) in Eschler, 2004, p. 174). Como seria raro para a mulher experimentar um orgasmo durante o coito, a ocorrência do orgasmo feminino iria levar a mulher a ser fiel, e esta seria uma vantagem evolutiva para as mulheres que estabelecem relações duradouras (Eschler, 2004). Segundo Eschler o orgasmo é uma motivação importante para a mulher decidir manter ou não relações sexuais. Com base em medidas de auto-relato a autora chegou à conclusão que a razão para as mulheres manterem menos relações sexuais ocasionais ou encontros de uma noite é porque ao contrário dos homens a probabilidade da mulher ter um orgasmo com um parceiro desconhecido é inferior à do homem (2004). Assim sendo, se as mulheres

¹⁹ Byproduct ou seja algo que é produzido durante a produção de outra coisa, um efeito ou resultado secundário. Um exemplo apontado é o caso do clitóris que teria surgido casuisticamente, as células embrionárias que dão origem ao pênis nos rapazes dariam origem ao clitóris nas raparigas. Os homens teriam mamilos porque as mulheres precisam deles para alimentar as crias e as fêmeas orgasmos porque os machos precisam ter orgasmo para inseminarem a fêmea. (para ler mais sobre estes argumentos ver Gould, S.J. (1995) ‘Male nipples and clitoral ripples’, in S.J. Gould (ed), *Adam’s Navel*, London: Penguin, pp. 41–58 ou Lloyd’s, Elizabeth A (2005) *The Case of the Female Orgasm: Bias in the Science of Evolution*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press).

tivessem orgasmos sempre tivessem relações coitais vaginais seriam mais promíscuas, mas a ‘seleção [natural] não favoreceu as mulheres para as quais esse tipo de relações sexuais [ocasionais] resulta em orgasmo’ (Eschler, 2004, p. 192), a seleção natural evitou assim que a mulher se envolvesse em relações sexuais de forma indiscriminada.

Ao contrário do que é preconizado pelos behavioristas, estes autores defendem que o comportamento não deve ser o principal e muito menos o único foco da investigação. Dando o exemplo dos encontros sexuais ocasionais, os psicólogos evolutivos defendem que, apesar de em termos estatísticos o número médio de encontros sexuais ocasionais ser o mesmo para homens e mulheres essa leitura seria errônea, pois a Psicologia sexual do homem e da mulher são distintas e que as diferenças sexuais entre sexos são mais bem estudados analisando os mecanismos psicológicos do que analisando comportamentos (Buss, 1998). Os mecanismos psicológicos seriam inúmeros, específicos e funcionais. Cada um deles estaria intimamente relacionado com cada problema adaptativo. Considerando o caso da escolha de um bom parceiro sexual ‘exige uma série de critérios de solução diferentes dos que são necessários para a escolha de um objeto de comida para consumo que seja válido nutritivamente’ (Buss, 1998, p. 22).

Os traços humanos seriam então explicados por dois mecanismos de causalidade, as causas últimas (ultimate) e as causas próximas (proximate). As explicações últimas dizem respeito a ‘todos os fatores evolutivos que contribuíram para o desenvolvimento de um mecanismo psicológico ou padrão de comportamento’ já as causas próximas diriam respeito a fatores mais recentes, nomeadamente os genes da pessoa, a sua história desenvolvimental e de aprendizagem, bem como os estímulos ambientais recebidos (Siegert & Ward, 2002, p. 23).

Existe uma grande diversidade de modelos teóricos dentro da Psicologia Evolutiva da sexualidade, o mesmo fenómeno é interpretado das mais diversas formas. P.e. o orgasmo feminina visto por uns como um subproduto e por outros como uma adaptação com intuito de ajudar na mobilidade do esperma; tranquilizar os homens em relação a paternidade ou ajudar a mulher a determinar qual o homem certo (Eschler, 2004).

Uma das teorias com maior reconhecimento dentro da Psicologia Evolutiva da sexualidade é a teoria das estratégias sexuais (Buss, 1998), esta teoria traz uma inovação

na medida em que defende que tanto os homens como as mulheres desenvolveram um repertório de estratégias de acasalamento a curto e longo prazo. Essas estratégias permitiram dar resposta a diferentes problemas adaptativos. (Buss, 1998).

O modelo das estratégias sexuais coloca o desejo como o aspeto central na sexualidade humana, seria o mecanismo psicológico que define por quem nos sentimos atraídos e com quem queremos ter relações sexuais (Buss, 1998). A satisfação ou não do desejo é que determinaria harmonia entre sexos, táticas de retenção e expulsão do parceiro, e de dissolução conjugal. A competição intra-sexual, desvio de competidores e as táticas de atração também estariam dependentes do desejo. Ao contrário de outros teóricos evolutivos que defendem que os homens e mulheres são primariamente monógamos a longo prazo, estes teóricos defendem que os humanos têm um repertório complexo de estratégias de acasalamento a curto e longo prazo. No entanto o homem e a mulher diferem no investimento parental mínimo, visto que as mulheres têm de passar pelo menos pelos 9 meses de gravidez e o parto, já para os homens o investimento mínimo seria a relação sexual. Como tal os homens investiriam a maior parte do seu esforço para acasalar em relações de curto-prazo para ter mais parceiras sexuais (Buss, 1998).

No seu artigo de revisão David Buss refere estudos empíricos, alguns dos quais transculturais, que sustentariam a teoria das estratégias sexuais e sobre os quais se faz uma breve síntese (1998). Os estudos apresentados defendem que existem evidências de que os homens apresentam maior ‘desejo por variedade sexual’ (Buss, 1998, p. 25) do que as mulheres ou seja vontade de ter mais parcer(as) sexuais; que homens de diferentes países evidenciavam maior probabilidade do que as mulheres de fantasiarem com estranhos ou de mudarem de parceira durante a mesma fantasia sexual. Outro estudo também teria mostrado que tanto os homens como as mulheres percebiam o sexo oposto mais atraente há medida que a noite avançava, no entanto que no caso dos homens essa mudança era mais marcada. Que os homens prefeririam as mulheres mais atraentes fisicamente e jovens, enquanto que as mulheres prefeririam os homens com boas perspectivas financeiras, ambiciosos e com bom estatuto social. Para manter uma relação a longo prazo os homens privilegiam a fidelidade e abominam a promiscuidade nas mulheres já as mulheres preferem os parceiros com boas perspectivas profissionais e que ‘gastam muito dinheiro com elas’ (Buss, 1998, p. 26). No que concerne os ciúmes homens e mulheres diferem sobretudo no que desencadeia o ciúme. Na base desta

diferença estaria o fato de apenas o homem ser confrontado com o problema adaptativo da incerteza sobre a paternidade, problema que não se coloca a mulher. Como tal os ciúmes do homem seriam despoletados pela infidelidade sexual e na mulher pela infidelidade emocional.

As principais fontes de conflito e insatisfação sexual também divergem entre homens e mulheres, as mulheres seriam mais intolerantes face à pressão ou coerção para manterem relações sexuais quando não o desejam; já os homens sentir-se-iam mais zangados face a uma recusa para manter relações sexuais por parte da parceira do que serem coagidos a terem relações sexuais. A procura de relações ocasionais por parte das mulheres não parece ser primordialmente motivada pela procura de prazer, mas por outras razões como melhoria da auto-estima, do estatuto social ou motivar o compromisso por parte de um parceiro regular (Eschler, 2004, p. 171). Um dos exemplos mais controversos apresentado dentro da Psicologia Evolutiva da sexualidade é o trabalho de Randy Thornhill and Craig Palmer (2000) no qual argumentam que a violação estaria direta ou indiretamente associada a mecanismos psicológicos que permitiam aos nossos antepassados assegurar o sucesso reprodutivo, especialmente para os machos de baixo estatuto social. Essa seria uma forma de eles assegurarem a sua descendência mesmo tendo baixo estatuto social junto da comunidade e em especial junto das fêmeas. Os mesmos autores afirmam que a violação é um fenómeno transcultural e concluem que sob determinadas circunstâncias qualquer homem poderia ser um violador, já a ausência de orgasmo da mulher que é violada poderia ser interpretada como resposta à violação e uma diminuição da probabilidade de fertilização por parte do agressor (Thornhill & Palmer, 2000).

As teorias evolutivas têm sido alvo de intensas críticas quer por parte da Psicologia tradicional que por parte das construcionistas sociais e feministas (Fausto-Sterling, Gowaty, & Zuk, 1997; Hird, 2004; Moore & Travis, 2000; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Uma das principais críticas é que as hipóteses apresentadas são pura especulação e que é impossível submeter a teoria a um escrutínio científico (Buss, 1998; Siegert & Ward, 2002; Travis, 2003). Apesar de partir do pressuposto que existem bases biológicas para os mecanismos descritos, a maioria dos estudos, incluindo os transculturais, baseiam-se em medidas de auto-relato (Shields & Steinke, 2003) às quais podem ser apontadas inúmeras críticas e problemas quer quando usadas intra (Schwarz, 1999) quer interculturalmente (Fiske, Kitayama, Markus, & Nisbett, 1998),

no mínimo isto põe em causa o que é apresentado como evidência empírica.

Tanto a Sociobiologia como a Psicologia Evolutiva têm sido acusadas de serem teorias reducionistas, na medida em que tentam ‘explicar um conjunto complexo de comportamentos humanos em termos de um pequeno conjunto de mecanismos mentais modulares, que teriam surgido como adaptações no nosso passado enquanto caçadores coletores, que estão geneticamente definidos e atuam automaticamente e em larga medida fora da nossa consciência’ (Siegert & Ward, 2002, p. 24). Muitos dos teóricos da Psicologia Evolutiva tentam ignorar alguns dos problemas de base da teoria, nomeadamente a incapacidade de especificar a natureza dos mecanismos próximos e como é que eles interagem com fatores culturais e desenvolvimentais. Para muitos os modelos ‘contam apenas histórias’ sem que haja substrato científico para tal argumentação e ignoram o contributo da cultura para o desenvolvimento da mente (Siegert & Ward, 2002; Travis, 2003). Estas críticas sobrem de tom pois grande parte dos desenvolvimentos está em sintonia com agendas políticas conservadoras e repressivas (Hird, 2004).

Os próprios autores admitem que ao centrar-se no binarismo de género, a teoria mostra-se incapaz de explicar as similitudes entre ambos os sexos nem a diversidade intra-sexo (Buss, 1998). Os mesmos dados e publicações são usados para fazer referência à diversidade transcultural por uns (M. Crawford & Unger, 2004) e fundamentar a universalidade dos mecanismos de seleção por outros (Buss, 1998).

É com perplexidade que se leem algumas das ideias bases destas teorias, pois elas parecem ser mais resultado da contaminação por parte das ideias mais conservadoras do que de observações científicas. Tomando por exemplo a ideia de que as mulheres procuram parceiros mais velhos e os homens parceiras mais novas. Apesar de ambos os sexos, supostamente terem interesses diametralmente opostos - a mulher quer um parceiro que fique com ela e que tenha pouca descendência para que possa investir o seu esforço na sobrevivência das suas crias, já o homem quer ter muitas parceiras confiáveis (isto é que não mintam sobre a paternidade e que sejam boas mães, que cuidem bem da sua descendência), lembrando que se ele ficar com a mesma mulher na melhor das hipóteses terá uma cria por ano o que pode não ser suficiente para as pulsões dos seus genes – homens e mulheres continuam a ter relações sexuais. A esperança de vida no início do século XX era de 30-40 anos, na Europa nos finais do século XIX a menarca

nas raparigas dava-se por volta dos 17 anos, se ela escolhia um parceiro mais velho, isto é com 20-25 anos isso quereria dizer que o parceiro apenas poderia ajudar a cuidar a primeira parte da descendência e ela ficaria sozinha com as crias. Se o parceiro é mais velho também morre mais cedo e enquanto caçador coletor não deixa recursos para cuidar das crias. A propriedade e sedentarização são fenómenos relativamente recentes numa ótica evolutiva. Não será esta linha de argumentação contraditória em si mesma? Não estão a utilizar os genes de forma a justificar práticas culturais e normalizar a opressão e o poder de um grupo de pessoas sobre o outro?

Quando se tenta explicar o orgasmo na mulher como um subproduto do orgasmo masculino (Symons, 1979) só se considera que o orgasmo seria uma adaptação se ele tivesse uma relação direta com o coito ou reprodução. Ou seja teria de ocorrer da mesma forma que o orgasmo masculino ocorre, teria de ter a mesma função adaptativa que se pensa ter no sexo masculino. Já os autores que consideram que o orgasmo feminino tem uma função adaptativa também só o interpretam à luz da reprodução, defendendo que pelo fato de as mulheres terem menos probabilidade de terem orgasmos com desconhecidos do que com um parceiro regular isso levaria a mulher a evitar as relações ocasionais (Eschler, 2004). Ambos os modelos são sexistas e reforçam assim a ideia do duplo padrão sexual.

A cereja no bolo é de facto o modelo evolutivo da violação (Thornhill & Palmer, 2000) que levantou uma enorme polémica (Travis, 2003) com as suas conceptualizações sobre o agressor e a vítima (Hansen, 2001). Os autores defendem que a violação é uma ‘manifestação comportamental de um “indivíduo perigoso” dentro de um corpo social... [e] que esse indivíduo perigoso está em todo o homem’, como tal para evitar essas pulsões (“naturais”) cada homem deve desenvolver competências de auto-controlo, já as mulheres devem ser capazes de avaliar o risco de serem violadas e mostrarem-se sexualmente indisponíveis (nomeadamente através da roupa e comportamentos junto do sexo masculino) (Hansen, 2001, p. 108; ênfase da autora). A maioria dos modelos da Psicologia Evolutiva tende a ignorar resultados de investigações que contradizem claramente alguma das premissas defendidas. Por exemplo ao ignorarem que muitos estudos transculturais mostram que por exemplo a violação é inexistente ou está quase ausente (Travis, 2003). Uma das questões problemáticas é que esta teoria recolhe muita atenção mediática, sobretudo durante os anos 80 e 90, onde a saga do genoma humano alimentou muitos artigos na imprensa popular com a promessa da descoberta do gene da

homossexualidade, da esquizofrenia e de tudo e mais que se pudesse imaginar (Dusek, 1999), apesar do interesse ter esfriado continua a haver uma atração enraizada pela ideia de que somos comandados pelos nossos genes mais primitivos.

Teoria da Aprendizagem social

Os primeiros desenvolvimentos na teoria da aprendizagem social sobre a sexualidade surgem nos anos 60 e início dos anos 70, numa altura onde já tinham ocorrido muitos dos desenvolvimentos da Sexologia e das teorias psicodinâmicas (Plante, 2006). A teoria da aprendizagem social é desenvolvida a partir das principais premissas das teorias comportamentais, defendendo que o comportamento é aprendido e colocando em causa as teorias que davam primazia ao papel da natureza, nomeadamente nas explicações sobre as diferenças de género (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Até por volta dos anos 60 os modelos explicativos tendiam a descrever a sexualidade como um drive biológico e dentro das teorias psicológicas imperava a teoria psicodinâmica (Plante, 2006). A teoria da aprendizagem social vem oferecer um conceito totalmente novo ao defender que a sexualidade é ‘orientada cognitivamente e que é pelo menos em parte aprendida’ (Gagnon & Parker, 1995; Hogben & Byrne, 1998, p. 58). A ideia de que a sexualidade é em parte aprendida é relativamente recente, tem menos de 40 anos, ‘era novo pensar que a sexualidade transcendia o biológico’ (Plante, 2006, p. 52).

Habitualmente as teorias da aprendizagem usam ferramentas conceptuais desenvolvidas pelas teorias do condicionamento clássico, condicionamento operante ou aprendizagem social. Por vezes a teoria da aprendizagem social também é denominada por modelagem, aprendizagem por observação ou aprendizagem vicariante. O autor que mais influenciou todos os desenvolvimentos teóricos dentro do paradigma foi e continua a ser Albert Bandura (1977), em detrimento de outros teóricos que o precederam. Para Hogben & Byrne este viés tem um efeito negativo pois está a desperdiçar-se o potencial que estas teorias poderiam oferecer (1998). Os trabalhos gerados por esta corrente teórica sobre a sexualidade têm-se preocupado sobretudo em explicar o desenvolvimento sexual, a sexualidade adolescente e uso contraceptivo, questões de saúde associadas ao comportamento sexual e coerção sexual (Hogben & Byrne, 1998).

Nos anos 60 Albert Bandura propõe que as qualidades humanas tais como o género são sobretudo produto da socialização, ‘apesar das características biológicas formarem a base para a diferenciação de género, muitos dos papéis sociais que estão ligados ao género não são ordenados por diferenças biológicas... O desenvolvimento de papéis de género é por isso, em grande parte um fenómeno psicossocial (Bandura, 1986, p. 2). Sendo que a maior parte da aprendizagem humana passa primeiro pela observação e depois pela imitação do comportamento do outro, ou seja aprendizagem por observação ou modelagem (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). A aquisição dos papéis de género não pode ser explicada apenas pelo reforço diferencial em que os comportamentos ‘femininos’ são reforçados nas raparigas e punidos ou ignorados quando expressos pelos rapazes. A aprendizagem dos papéis de género está também ligada a outros processos, nomeadamente a imitação. Habitualmente as crianças tendem a ser expostas com maior frequência a modelos do seu género do que do género oposto, normalmente os pais são modelos importantes na constituição dos papéis de género e as crianças tendem a identificar-se e imitar os modelos aparentemente semelhantes ou próximos dos seus, nesse sentido tendem a imitar com maior frequência pessoas (adultos e crianças) identificadas como sendo do mesmo género e que são percebidas como mais poderosas (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). A aprendizagem vicariante também tem um papel importante na medida em que permite às crianças (e adultos) perceberem quais os comportamentos recompensados, punidos ou ignorados e nesse sentido tendem a imitar os comportamentos recompensados. As teorias da aprendizagem social (e as subsequentes teorias da aprendizagem) geralmente defendem que a identidade de género e sexualidade são formadas através da imitação, reforço directo de atividades e comportamentos genderizados, e através da aprendizagem vicariante (Plante, 2006).

Hogben e Byrn enumeram alguns pressupostos básicos sobre a forma como as pessoas e o comportamento humano é conceptualizado dentro da teoria da aprendizagem social (1998). O primeiro e principal é que ‘as pessoas são seres sociais e que prestam atenção ao ambiente que os envolve’ reagindo e respondendo ao ambiente e aos estímulos do meio ambiente (1998, p. 52). Nesse sentido os comportamentos sexuais podem ser ensinados e aprendidos. Muitos dos académicos dentro desta teoria acreditam que não existem drives sexuais inatos e mesmo aqueles que aceitam esta ideia defendem que não é necessário tomar ‘nenhuma posição em relação aos drives sexuais

inatos', os mesmos são supérfluos (1998, p. 52). Pois os drives irão gerar expectativas cognitivas que por sua vez modelam o comportamento e esse é o enfoque da investigação. Nesse lógica a ideia de drives sexuais ou traços está ausente da teorização dentro do paradigma da aprendizagem social. Considera-se que os 'traços ou comportamentos tipo traço são criados em conjunto com os estímulos ambientais' e que são constantemente modificados pelas condições ambientais (1998, p. 52).

O que distingue a teoria da aprendizagem social das teorias do condicionamento operante e condicionamento clássico é que a primeira atribui à cognição um papel central no processo de aprendizagem e assume que o comportamento social pode ocorrer sem reforço externo (Plante, 2006). Como tal o comportamento nunca pode ser previsto sem ter em consideração as cognições. Neste modelo o foco de atenção é dado à produção de significados, e à forma como a importância o significado de um determinado acontecimento ou experiência possam funcionar como reforço ou punição (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). São 'as cognições individuais medeiam as pistas do ambiente', um mesmo estímulo pode desencadear expectativas positivas (p.e. prazer, gravidez desejada) ou negativas (doença, gravidez indesejada, pecado) e conseqüentemente determinar o comportamento de resposta a esse estímulo (1998, p. 52). O principal objetivo do investigador da teoria da aprendizagem social é prever qual a resposta que o sujeito dará tendo em conta o estímulo e as cognições associadas ao mesmo.

Este paradigma destaca-se dos precedentes pois defende que as pessoas não estão apenas programadas à nascença e que há um processo de aprendizagem da sexualidade (Plante, 2006) e essas 'diferenças individuais no comportamento são resultado de variações sociais nas condições de aprendizagem' (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 44). Apesar de dar um enfoque privilegiado às cognições as ideias vindas do condicionamento clássico e condicionamento operante continuam a ser fundamentais. O condicionamento clássico explica como determinados comportamentos são produzidos e mantidos em resposta a determinados estímulos. Por seu lado o condicionamento operante explica como esta relação entre estímulo-resposta pode ser fortalecida ou enfraquecida através de punições ou recompensas. O que o modelo da aprendizagem vem introduzir é a ideia que esta relação estímulo-resposta é mediada por cognições e implica ajustamentos psicológicos (Plante, 2006).

O grande esforço dentro deste movimento teórico tem sido investido em explicar e antecipar o que fazemos e porque fazemos, por exemplo se temos práticas sexuais seguras ou inseguras e porque. Por isso muitos dos modelos teóricos e estudos empíricos neste domínio têm-se centrado em tentar explicar e modificar os comportamentos sexuais de risco junto de grupos específicos (sobretudo adolescentes, consumidores de drogas, grupos étnicos específicos) (Hogben & Byrne, 1998). Tentando perceber por exemplo se o condicionamento operante, modelagem ou a aprendizagem vicariante podem ser usados para promover as práticas de sexo seguro (uso de preservativo) por parte dos adolescentes (Plante, 2006).

As principais críticas a esta abordagem apontam como principal problema do modelo a excessiva simplificação e racionalização da sexualidade (Plante, 2006). O modelo estímulo-resposta parece demasiado linear e simplista (Hogben & Byrne, 1998). Os autores desta tradição teórica defendem que uma das virtudes destes modelos de aprendizagem é que são claros e compostos de variáveis independentes e em interação. Que estes modelos têm a vantagens em relação ao behaviorismo e aos modelos psicodinâmicos pois fazem uso específico de processos internos (processos de codificação, expectativas, sentimentos de eficácia) e ambiente externo. Mais ainda que as variáveis pertencentes a cada área são delineadas em termos das suas inter-relações. As variáveis derivadas da aprendizagem social cognitiva tendem a ser mensuráveis, próximas, e, em parte, manipuláveis (em oposição com os modelos puramente biológicos e genéticos, que tendem a utilizar variáveis mediadoras para explicar o comportamento humano) (Hogben & Byrne, 1998). No entanto o que é aparentemente percebido como qualidade – clareza e operacionalização dos modelos – é visto pelos críticos como uma sobre-simplificação da complexidade da sexualidade. A esta sobre simplificação acrescenta-se o problema da inferência entre cognição e comportamento que não pode ser medida directamente, a afirmação de que as cognições mudam o comportamento não pode ser observada directamente. Os comportamentalistas defendem que ao introduzir as cognições se está a reduzir a parcimónia, sem que se adicione valor preditivo (Hogben & Byrne, 1998). Por seu lado os teóricos da aprendizagem social argumentam que apenas um modelo que tenha em consideração as cognições pode explicar a repetição de um determinado comportamento sem que haja reforço.

Um segundo problema apontado às teorias da aprendizagem social é a falta de clareza no que concerne as relações de causalidade. Quando o investigador manipula um elemento está a manipular todos os outros componentes, a unidade cognição-ambiente é problemática por causa do seu determinismo recíproco. Todos os elementos do modelo se influenciam mutuamente (Hogben & Byrne, 1998). Para os teóricos da área esta crítica parece ser de pouca relevância visto que a maior parte da investigação se preocupa com a aplicação prática. E do ponto de vista prático o enfoque é a mudança de comportamento e não necessariamente determinar as especificidades da relação causa-efeito, no entanto elas são de grande relevância para a conceptualização teórica.

Uma terceira crítica é que alguns dos modelos propostos em determinados domínios (como abuso sexual ou coerção sexual) são obtidos por processos indutivos o que é aceitável de forma óbvia dadas as razões éticas que se impõem. No entanto talvez fosse mais honesto por parte dos autores das teorias ser mais claramente assumido o fato de não estarem a jogar todas as regras do jogo positivista e aceitar que outros paradigmas possam usar esses dados para aplicar as suas teorias, mesmo que as ideias estejam em contradição com o modelo de aprendizagem social proposto (Hogben & Byrne, 1998). Alguns investigadores mostram-se insatisfeitos com os modelos proporcionados pela abordagem referindo que a maior parte da expressão sexual é interpessoal, como tal os modelos individualistas constroem em larga medida a nossa compreensão da sexualidade (DeLamater & Hyde, 2004).

A linguagem desenvolvida – atitudes, motivações, expectativas, auto-eficácia - dentro deste paradigma teórico tem transbordado as fronteiras da academia, passou para os mass media e agora faz parte da linguagem usada pelas pessoas. As teorias da aprendizagem social e teorias comportamentais estão na moda basta ver a popularidade de programas como Dr. Phil²⁰ ou Supper nanie onde estas ideias são colocadas em prática e integradas no senso comum.

Normalmente os comportamentos de risco e as situações de coerção sexual são explicadas como falta de competências, normalmente da rapariga para impor o uso do preservativo (Chapman & Hodgson, 1988) ou para comunicar eficazmente o seu desejo de não se envolver em determinadas práticas sexuais (Frith & Kitzinger, 1997). Esta

²⁰ Programa de televisão extremamente popular nos EU onde um especialista (psicólogo) ‘aconselha’ os participantes como gerirem e resolverem os seus problemas (Plante, 2006).

conceptualização parece extremamente problemática na medida em que dá pouca importância às dinâmicas de poder e o conflito que pode existir entre diferentes papéis – por exemplo ser feminina e ser sexualmente responsável.

Hoje em dia, grande parte dos programas de educação sexual desenvolvidos no ocidente (em especial nos Estados Unidos) e que progressivamente têm sido exportados para os países do sul, nomeadamente em África, têm sido delineados com base na teoria da aprendizagem social (Plante, 2006). É essencial questionar as implicações da aplicação da teoria da aprendizagem social e perceber como ela tem sido usada para veicular determinados valores (por exemplo programas de educação de pares pró-abstinência).

Teoria do Intercâmbio Social

A teoria do Intercâmbio Social procura estudar as transacções interpessoais e por isso é um enquadramento teórico considerado como relevante para compreender a sexualidade no contexto de uma relação (DeLamater & Hyde, 2004) e é uma abordagem com origens em diversas áreas, nomeadamente na Antropologia, Economia, Sociologia e Psicologia Social (Sprecher, 1998). O focus da investigação dentro deste paradigma teórico está na análise da troca de recompensas e custos entre parceiros sexuais, normalmente uma díade, explorando assim ‘a forma como a sexualidade é negociada entre duas pessoas que têm uma relação, um com o outro’ (Sprecher, 1998, p. 32).

Apesar de assumirem que é possível uma interacção com duas ou mais pessoas, raramente são estudadas relações onde existem mais do que dois parceiros, ou quando isso acontece é porque se tem em consideração a pessoa envolvida numa relação ‘extra-conjugal’. Os autores sugerem que apesar de as investigações terem sido feitas com casais heterossexuais, o modelo também pode ser aplicado a relações entre homossexuais (Sprecher, 1998). A díade estudada pode analisar permutas mais explícitas como aquelas que acontecem numa relação prostituta e cliente (onde o intercâmbio é material, explícito e saliente) até ao casal casado há muitos anos (onde o intercâmbio é mais implícito) (Sprecher, 1998). Este modelo teórico tem tentado explicar algumas questões como: porque é que duas pessoas se escolhem como parceiros sexuais; qual o parceiro com mais influência para decidir que atividades

sexuais são praticas por ambos; iniciação sexual e recusa; satisfação sexual; frequência sexual; relações sexuais exteriores à diade; estabilidade e dissolução de díades (Byers & Wang, 2004; DeLamater & Hyde, 2004; Sprecher, 1998). Um dos pressupostos implícitos ao modelo é que as pessoas agem de forma racional ou lógica, dando e/ou recebendo e que os seus comportamentos sexuais e relacionais obedecem a um raciocínio lógico custo-benefício (Plante, 2006). Também parte do princípio que as pessoas que as pessoas têm liberdade para escolher determinadas acções, sendo que as mesmas implicam custos e benefícios (DeLamater & Hyde, 2004).

Em termos muito amplos, a teoria do intercâmbio social engloba qualquer modelo conceptual ou abordagem teórica que se centre na troca de recursos (materiais ou simbólicos) por e entre pessoas, operacionalizando essas trocas como recompensas e custos, e em alguns casos tendo em conta a reciprocidade (Plante, 2006). Os modelos mais reconhecidos são a teoria da equidade, o modelo do investimento ou teoria da interdependência e o modelo interpessoal da satisfação sexual (para uma síntese ver: Sprecher, 1998).

A maioria dos modelos, partilham três pressupostos básicos que podem ser transpostos para as transacções interpessoais que ocorrem durante o intercâmbio/troca de favores sexuais. O primeiro pressuposto é a ideia de que o comportamento social ocorre através de uma série de intercâmbios; o segundo é que os indivíduos tentam maximizar as recompensas e minimizar os custos e finalmente que quando os indivíduos recebem recompensas por parte dos outros sentem-se na obrigação de reciprocitar (Sprecher, 1998). Dentro do modelo teórico as recompensas são definidas como trocas que são prazenteiros e gratificantes para o indivíduo (Byers & Wang, 2004), por vezes os recursos são usados como sinónimo de recompensas (Sprecher, 1998). Os custos são definidos como recursos que resultam em perda ou punição, que infringem dor, vergonha ou ansiedade, também se podem incluir aqui as oportunidades perdidas pelo fato da pessoa estar num determinado relacionamento ou transacção interpessoal bem como os esforços físicos e mentais (Byers & Wang, 2004; Sprecher, 1998). O produto é calculado subtraindo os custos às recompensas obtidas, quando a diferença é positiva alguns autores falam em benefícios e lucros (Sprecher, 1998). A reciprocidade é outro conceito chave que diz respeito à noção que quando recebemos uma recompensa nós retribuimos essa recompensa. Como sublinha Susan Sprecher

muitas das vezes as recompensas e custos sexuais são ‘trocados por outros recursos na relação tais como intimidade, amor, favores ou dinheiro’ (1998, p. 32).

O modelo da equidade centra-se nos contributos e produtos que cada parceiro retira da relação. Pode considerar-se como uma relação equitativa quando qualquer uma das pessoas envolvidas na relação ou um observador externo pensam que todas as pessoas envolvidas na relação têm benefícios relativos idênticos (DeLamater & Hyde, 2004). No entanto é possível que cada pessoa envolvida na díade avalie os custos e recompensas de forma distinta tendo por isso diferentes da ausência ou presença de equidade na relação. A igualdade é avaliada tendo apenas em consideração o produto obtido (recompensas menos os custos) e ignorando o que cada um contribui para a relação. Apesar da distinção teórica entre equidade e igualdade a investigação mostra uma grande sobreposição entre os dois conceitos (Sprecher, 1998). A falta de equidade numa relação conduz a um male-estar individual. Quando um dos indivíduos percebe a relação como não sendo justa para ele/ela tentará restaurar a equidade quer mudando os seus contributos ou então convencendo o parceiro a fazer o mesmo para restaurar ou alcançar a equidade. São sugeridas várias formas de (re)estabelecer a equidade: através da recuperação da equidade psicológica, isto é a pessoa desfavorecida convencer-se a si mesma que a equidade existe; oferecendo ou recusando determinados comportamentos sexuais; envolvendo-se em relações extra-díade (Sprecher, 1998). Quando nenhuma destas estratégias funciona e mantêm-se a iniquidade a solução passa pela dissolução da relação.

O modelo da interdependência centra-se nas recompensas e custos que cada indivíduo obtém a partir da relação. As variáveis tidas em consideração para a análise são as recompensas, custos, ponto de comparação e ponto de comparação de alternativas, mais tarde introduziram o conceito de investimento. O ponto de comparação diz respeito às expectativas do que o indivíduo pensa merecer ter naquela relação, tendo por base a sua experiência em relações anteriores e no conhecimento da experiência de outras relações. Já o ponto de comparação de alternativas diz respeito ao sentimento de dependência da pessoa. A pessoa compara os produtos obtidos a partir daquela relação com o que obteria numa outra relação potencialmente disponível ou da sua rede social em geral. Se o produto que obtém com a atual relação for melhor do que a melhor das alternativas então a pessoa vai sentir-se dependente da relação e investe-se na mesma. Os investimentos são recursos intrínsecos (tempo, intimidade) ou extrínsecos

(amigos comuns, bens comuns) que se investem na relação e que não podem ser recuperados caso a relação termine (Sprecher, 1998).

O modelo interpessoal da satisfação sexual inclui elementos dos dois modelos anteriores, nomeadamente: recompensas, custos, ponto de comparação e igualdade. Ao contrário dos outros modelos que analisam todo o tipo de trocas que ocorrem numa relação afetiva, este modelo analisa apenas as trocas nas relações sexuais e as consequências para a satisfação sexual. Em síntese o modelo considera que a satisfação sexual é tanto maior: quanto maior for o saldo entre custos e recompensas; quando comparativamente as recompensas sexuais obtidas são melhores do que as esperadas e envolvem menos custos; maior a igualdade entre as recompensas e os custos dentro das relações sexuais obtidas por cada parceiro.

A teoria tem em consideração o contexto interpessoal e assume-se que cada indivíduo da díade se envolve num conjunto de interações ou trocas de forma a influenciar o seu ou sua parceira e assim obter os resultados mais favoráveis, ou seja maximizando as recompensas e reduzindo os custos (Byers & Wang, 2004). Dentro da teoria foram sendo propostos vários modelos que se centram em aspectos particulares da troca de recompensas e dos custos.

As principais críticas ao modelo sugerem que ‘as relações de intimidade vão muito para além das questões de equidade ou das análises egoístas custo-benefício’ (Sprecher, 1998, p. 40). Esta questão continua sem consenso já que alguns teóricos da teoria da aprendizagem social põem em causa a possibilidade dos indivíduos terem comportamentos altruístas nas relações de intimidade. Não há consenso se os indivíduos têm maior probabilidade de usar uma regra da necessidade mais do que uma regra da equidade ou igualdade de forma a gerir a forma como distribuem recursos nas suas relações mais próximas (Sprecher, 1998).

Apesar dos modelos propostos serem aparentemente simples, concisos, testáveis e parcimoniosos, a sua aplicação pode ser problemática. Como sugere Susan Sprecher existem três principais limitações no que diz respeito à possibilidade de testar hipóteses baseadas nestes modelos (1998). Uma das limitações decorre da dificuldade em medir custos, recompensas, equidade, investimento e outros conceitos chave. Uma segunda crítica apontada é que o valor atribuído aos diferentes recompensas ou recursos variam de pessoa para pessoa e podem variar ao longo do tempo. Finalmente os modelos de

causalidade propostos normalmente são unidireccionais (por exemplo não explicam que quando um dos parceiros tem boa satisfação sexual possa estar motivado para investir na relação e ter uma participação mais equitativa ou igualitária) (DeLamater & Hyde, 2004; Sprecher, 1998).

Também é assumido que este modelo apresenta sérias limitações para o estudo de determinados tópicos no domínio da sexualidade nomeadamente a orientação sexual, respostas fisiológicas, coerção sexual, comportamento sexual atípico, reprodução, HIV ou comportamento contraceptivo (Sprecher, 1998). Para além das críticas referidas atrás esta é uma teoria relativamente pouco atraente, em geral as pessoas dificilmente aceitam a ideia de que o sexo se baseia em trocas racionais, que obedecem a princípios económicos e preferem pensar no amor, relações afetivas e sexo como sendo algo espontâneo e íntimo (Plante, 2006). No entanto como refere Rebecca Plante vivemos num contexto onde ‘muitas das nossas interações interpessoais se baseiam de facto na questão “que é que isso me vai trazer?”’, nesse sentido este tipo de análise pode ser útil para entender porque é que as pessoas têm relações sexuais e se envolvem em relações de compromisso (2006).

Teoria dos Scripts Sexuais

Esta é considerada por vários autores como uma teoria particularmente interessante para explicar os fenómenos relacionais e as interações sexuais (DeLamater & Hyde, 2004; Plante, 2006). A corrente teórica é um dos desenvolvimentos das teorias do interaccionismo simbólico e baseia-se no pressuposto que o comportamento sexual tal como todo o comportamento humano são simbólicos, isto é, as pessoas ‘usam símbolos e existem num mundo de significado criado por esses símbolos’ (Longmore, 1998, p. 44). ‘As sociedades são criadas por e dentro das interações entre indivíduos’ e os significados produzidos nessas interações (Plante, 2006, p. 55). As pessoas agem de acordo com os significados que atribuem às coisas e situações e esses significados podem ser modificados através de processos interpretativos. (Plante, 2006). Simon & Gagnon sugerem que os ‘scripts são uma metáfora que tenta explicar como os comportamentos são produzidos no contexto da vida social (1984, p. 53)

Para os teóricos desta corrente são as normas sociais que determinam grande parte da vida social, isto é que determinam a forma como as situações e tipos de relações que são reconhecidas socialmente. As pessoas aprendem e usam um conjunto de scripts - ‘é a organização de convenções mutuamente partilhadas que permite que dois o mais atores participem num ato complexo que implica dependência mútua’ – de forma a organizar o seu comportamento em função das situações (Gagnon & Simon, 2005 [1973], p. 18). Gagnon defende que este modelo assenta em 5 premissas básicas: 1) os comportamentos sexuais são completamente determinados pelo contexto histórico e cultural onde são produzidos; 2) da mesma forma as ciências da sexualidade também são histórica e culturalmente determinadas; 3) os significados do comportamento sexual não estão nas práticas sexuais em si, os mesmos comportamentos podem ter significados completamente distintos em diferentes contextos; 4) todos os aspetos e organização da sexualidade são adquiridos, mantidos e desaprendidos dentro da estrutura social e cultural; 5) o género e a sexualidade são ambas formas de conduta aprendidas e a sua relação varia de cultura para cultura (2004b, pp. 133-136).

A noção de script pode ser aplicada a quase todo o comportamento social e humano ‘no sentido em que existem muito poucas coisas que podem ser chamadas de espontâneas’ (Gagnon & Simon, 2005 [1973], p. 33). Ao ler o comportamento sexual como sendo reflexo de um script recusa-se a ideia de que a sexualidade representa algo muito especial ou único no comportamento humano (Simon & Gagnon, 1984). A sexualidade só é importante se ela for definida como tal ‘na vida coletiva – importância sociogenica’ ou ‘porque as experiências ou desenvolvimento do indivíduo lhe atribuem uma importância especial – importância ontogenica’ (Simon & Gagnon, 1984, p. 54).

O script é em tudo semelhante a um guião de uma peça de teatro, ele estabelece qual o tipo de situação (encontro romântico, entrevista de emprego, jantar de negócios), a identidade dos atores (namorado, namorada ; candidato a emprego; homem/mulher de negócios) envolvidos e os comportamentos aceitáveis e previsíveis bem como a sequência temporal (DeLamater & Hyde, 2004; Plante, 2006). Ou seja este guião define quem, o que, onde, quando, porquê e como (Gagnon & Simon, 2005 [1973]), sem que haja uma visão determinista ou rígida da relação do ator e do script (Plante, 2006) O ator, isto é as pessoas não se limitam a usar os scripts mas também ajudam a criá-los, não se limitam a ser meros reprodutores (Weis, 1998). Para que o

comportamento sexual ocorra são necessários, alguns elementos chave: os atores têm de partilhar um mesmo script e saber reconhecer uma situação potencialmente sexual; esse reconhecimento depende de uma interação complexa entre a pessoa e o contexto e não se limita a uma resposta direta a pistas sexuais universais; o comportamento sexual é desencadeado pelo contexto e não por estados internos (Gagnon, 2004b, p. 136). As práticas sexuais e os nossos interesses eróticos são reguladas pelos modelos sociais de referência (Plante, 2007) e como dizem Simon e Gagnon ‘é a situação/contexto histórico do corpo que dá ao corpo os seus significados sexuais (bem como a todos os outros) (2003, p. 492)

Para Gagnon e Simon o termo script sexual envolve duas grandes dimensões, uma interna e outra externa (2005 [1973]). A interna diz respeito aos elementos intrapsíquicos motivacionais que levam à excitação ou desejo de se envolver numa prática sexual. A dimensão externa diz respeito às convenções sociais partilhadas que permitem que dois ou mais atores possam manter uma interação interdependente (Gagnon & Simon, 2005 [1973]). Os scripts sexuais são produzidos e modelados pela cultura e pelas normas sociais vigentes, por isso devem ser situados historicamente, eles orientam o comportamento sexual e de género. Apesar da maior parte da atividade sexual ocorrer num contexto privado os autores defendem que o sexo é um comportamento profundamente social (Simon & Gagnon, 2003).

Segundo Simon & Gagnon a produção do script ocorre em três níveis, no nível cultural, interpessoal e intrapsíquico (1984). Os cenários culturais dizem respeito às expectativas sociais mais amplas, estes scripts têm influência sobre a nossa performance. Eles definem o que é adequado, oferecem ideias sobre o que é a sexualidade e como nos devemos comportar, por exemplo nesta esfera aprendemos que a heterossexualidade é o que é esperado de nós. No entanto estes cenários são demasiado abstratos, e nunca podemos prever o comportamento do indivíduo tendo apenas estes cenários em consideração (Simon & Gagnon, 1984). Plante propõe que adicionalmente se deve analisar o nível subcultural, nomeadamente as discursos e ideologias veiculadas por grupos mais pequenos como comunidades religiosas, étnicas ou grupos minoritários²¹ (2006, 2007).

²¹ Por exemplo minorias sexuais como grupos de homossexuais, lésbicas ou minorias de práticas sexuais como o swing, sado-masoquismo, entre outras.

Os scripts interpessoais desenvolvem-se a partir das interações e negociação com os outros (Weis, 1998). São os scripts interpessoais que permitem resolver as incongruências entre o cenário abstrato e a situação em concreto, é o contexto social imediato. Neste contexto o ator tem algum poder para modelar ou adaptar parte dos cenários culturais, ele pode modificá-los através do seu comportamento na situação em concreto (Simon & Gagnon, 1984). Consideram-se scripts [sexuais] intrapsíquicos o que estimula e mantém a excitação e permite atingir o orgasmo. Neles incluem-se as nossas memórias, fantasias desejos, as histórias que contamos a nós mesmos. Os scripts intrapsíquicos são modelados pela cultura, subcultura e interações com os outros (Plante, 2006; Simon & Gagnon, 1984) é nesse nível que ‘transformamos as mensagens mais globais sobre como sentir, o que fazer, e o que pensar sobre as sexualidades’ (Plante, 2006, p. 56). Primeiro somos socializados como audiência de forma a aprender e representar os scripts mas depois temos de os adaptar às situações concretas, das pessoas com quem interagimos e da nossa relação com as mesmas. Estes scripts intrapsíquicos estão em revisão e improvisação permanentes de forma a dar resposta às exigências impostas pelas interações no concreto (Gagnon, 2004b). Em circunstâncias radicalmente novas apesar do indivíduo improvisar e participar na produção guião, a improvisação tem sempre por base os scripts previamente disponíveis, nada é construído do zero.

O indivíduo torna-se membro de um grupo social através da internalização dos scripts normativos (Weis, 1998), integramos os scripts culturais e interpessoais do que fazer, com quem fazer e porque fazer (Plante, 2006). Rebecca Plante dá o exemplo das suas aulas onde ela pergunta aos seus alunos o que quer dizer primeira Base, Segunda Base²²... e facilmente todos eles parecem ter um consenso claro do que se faz e com quem se faz. Como refere a autora esta é uma viagem socialmente construída e partilhada onde existe uma clara divisão dos papéis de género, as atividades são genderizadas e correspondem a um roteiro heterossexualizado, existe uma sequência temporal clara relativamente às práticas sexuais, como é feita a estimulação e como é que a excitação deve operar (Plante, 2006).

²² Nos estados Unidos uma das metáforas mais usadas para os jovens adolescentes falarem da sua experiência sexual é a metáfora do Basebol e das bases. Por exemplo Naomi Wolf no seu livro *Promiscuities: The Secret Struggle for Womanhood* segue o roteiro das bases para falar sobre a forma como as adolescentes se constrói enquanto mulheres partindo da sua experiência pessoal e da sua rede de amigas (1997).

Os três níveis de scripting estão em constante dinâmica e interação. Quando o indivíduo transpõe os cenários culturais para os scripts intrapsíquicos ele funciona ao mesmo tempo como ‘audiência, crítico e revisor’, por outro lado nas suas interações (incluindo imaginadas ou solitárias) o indivíduo ‘é ator, crítico e escritor’ (Gagnon, 2004b, p. 141). Esta interação nos três níveis de scripting é complexa, não só varia em função da época histórica e cultural e do subgrupo de pertença mas também entre indivíduos de uma mesma cultura ou subgrupo.

A importância de cada um destes níveis de scripting depende do contexto social e do indivíduo em causa. Os autores sugerem nas sociedades tradicionais – ‘paradigmáticas os cenários culturais estão limitados a pequeno repertório de ‘improvisações ritualizadas’ e que por si só podem ser o suficiente para compreender os comportamentos dos indivíduos’ (Simon & Gagnon, 1984, p. 53). Há uma grande consistência dos significados dentro e através as esferas de vida (Simon & Gagnon, 1984). Já nas sociedades postparadigmáticas, ‘existe um número de significados partilhados muito inferior e provavelmente de maior relevância’ (Simon & Gagnon, 1984, p. 54). As sociedades industriais ou pós-industriais ocidentais são vistas como sociedades pos-paradigmáticas nas quais existe menos coerência entre os significados nas diferentes esferas de vida, onde as implicações dos cenários culturais são menos lineares. De tal forma que a ‘o desempenho do mesmo papel em diferentes esferas de vida ou desempenho de diferentes papéis dentro da mesma esfera requerem aparências diferentes, ou até mesmo diferentes organizações do self’²³(Simon & Gagnon, 1986, p. 103).

Quando as imposições culturais são percebidas como ‘alienadoras e perturbadoras’ e se torna difícil para alguns indivíduos desempenharem os papéis esperados ou encontrarem formas alternativas de se abstrair das exigências impostas pela cultura, ‘nesses casos a resposta pode ser o crime, loucura, arte ou ciência’ (Gagnon, 2004b, p. 142). Como os autores fazem questão de sublinhar ‘esta não é uma teoria do comportamento sexual mas uma ferramenta conceptual’ que pode ser usada para analisar o comportamento e a experiência sexual, tendo em conta que os significados e uso do sexual esta em permanente mutação.

²³ Os autores dão o exemplo da continuidade entre os papéis pai, empregador, líder político, professor ou ministro que no século XIX podiam facilmente acomodados dentro do estilo patriarcal culturalmente idealizado, pois havia uma espécie de continuidade entre os mesmos. Hoje em dia a idealização associada a cada um destes papéis é cada vez mais plural e diversa, o mesmo estilo não serve a todos os papéis, as expectativas são mais ambíguas e complexas (Simon & Gagnon, 1986).

Esta teoria tem sido utilizada para estudar e compreender vários aspetos da sexualidade (Gagnon, 2004b; Simon & Gagnon, 1986) nomeadamente para explorar qual a sequência comportamental esperada num primeiro encontro romântico (jovens sobretudo), numa interação sexual, sobre os scripts associados à masturbação, sexo oral, sexo anal em relacionamentos homossexuais, assédio sexual, violação, sexualidade feminina (jovem e idosa), scripts sexuais usados nos media (revistas e televisão) entre outros. Nos anos 70 Jemail & Geer apresentaram aos seus participantes uma série de 25 frases, primeiro deveriam escolher o que era mais excitante e depois ordenar as frases de forma a descrever a sequência mais provável num encontro heterossexual (Jemail & Geer, 1977). Os autores encontraram um grande acordo entre participantes e entre homens e mulheres. A síntese da sequência standard seria: beijos, estimulação digital das mamas com as mãos, estimulação digital dos genitais, penetração pénis-vagina e orgasmo.

Num estudo um pouco mais recente feito por Rose & Frieze explorou-se o script no primeiro encontro romântico de jovens universitários/as Americanos/as (1993). As ações descritas por rapazes e raparigas passavam maioritariamente por esta sequência: vestir, estar nervoso/a, ir buscar a pessoa, abandonar o local do encontro, confirmar planos, conhecer, avaliar, falar, rir, fazer piadas, comer, tentar beijar e aceitar ou rejeitar, levar a pessoa a casa, beijar, ir para casa. Ao pedir para descrever uma sequência de ações ocorridas no [último] primeiro encontro as mulheres apontaram 20 ações, mas 6 delas envolviam o comportamento do parceiro e não o delas (apesar de lhes terem perguntado uma série de 20 ações que elas tinham desempenhado), já a sequência de ações expressa pelos homens apenas envolvia comportamentos em que eles eram agentes ativos. Nas descrições encontradas entra em evidência o papel claramente pro-activo do homem e papel reactivo da mulher (S. Rose & Frieze, 1993).

Numa revisão das publicações feitas nos últimos 35 em torno dos scripts sexuais sobre ‘sair juntos’ (dating) as autores consideram que apesar de ser possível observar uma maior variabilidade nos scripts interpessoais (p.e. mulher tomar a iniciativa do encontro) o script dominante continua a ser basicamente o mesmo (Eaton & Rose, 2011). No entanto a investigação feita com lésbicas e gays mostra que os papéis de género estão ausentes e que os scripts sexuais tendem ser mais igualitários, as decisões são tomadas em conjunto (Eaton & Rose, 2011).

Alguns autores argumentam que esta teoria [e outras] não é completamente satisfatória na medida em que não fornece uma teoria do desenvolvimento sexual ou uma teoria da sexualidade (DeLamater & Hyde, 2004). No entanto os autores sempre defenderam de forma clara que a Teoria dos Scripts Sexuais não pretende ser uma teoria compreensiva da sexualidade mas antes proporcionar algumas ferramentas para compreender padrões ou comportamentos sexuais específicos (Simon & Gagnon, 1986). Salientando que os comportamentos sexuais ocorrem num contexto de mudança social constante e como tal os scripts não podem ser entendidos como fixos, transculturais ou intemporais.

Uma das críticas apontadas dentro dos paradigmas tradicionais da sexualidade é esta teoria necessita clarificar de forma mais clara (empírica) como é que os scripts se tornam institucionalizados e são internalizados, como se dá o processo de mudança social, qual a relação entre scripts e comportamentos e a interação entre os três níveis de análise (Weis, 1998). Ou seja argumenta-se por um modelo mais centrado nos processos internos que ocorrem no indivíduo, aproximando este modelo das teorias da aprendizagem social ou cognitivistas.

Apesar desta teoria recolher muito interesse junto de algumas académicas feministas, pois ao reconhece a natureza social da sexualidade, ela não é completamente satisfatória (Rostosky & Travis, 2000; Tiefer, 1987). O que é interessante e atrativo para as feministas é a ideia de que a sexualidade é aprendida culturalmente a partir de mensagens culturais que estão disponíveis e que definem o que conta como sexo, como reconhecemos as situações como sexuais e o que fazemos nos encontros sexuais. No entanto quando exploramos a aplicação prática da teoria e as publicações daí decorrentes percebemos que a teoria dos scripts é predominantemente usada para dar explicações predominantemente cognitivas, individualistas e a-sociais (Frith & Kitzinger, 2001). Muitas vezes a expressão script sexual é usada sem que haja uma clarificação do que o autor entende por script sexual ou qual a orientação teórica seguida (psicológica ou sociológica). Em alguns casos são feitas referências a ambos autores da corrente psicológica e sociológicas sem que haja uma distinção entre ambos e isso pode ter implicações relevantes para a investigação. Como referem Frith & Kitzinger alguns autores quando querem sublinhar a importância social da sexualidade recorrem a uma série de vocábulos – “representações”, “estereótipos”, “normas”,

“papéis sociais”, “padrões de socialização de género”, “construções sociais”, “discursos – usando-os indiscriminada e alternadamente (Frith & Kitzinger, 2001, p. 211).

A ideia dos scripts sexuais é de particular interesse é o uso da ideia de script pelas pessoas, ou seja como é que no discurso as pessoas usam a ideia que existe um ou vários scripts sexuais (Edwards, 1994). Derek Edwards sugere que é necessário abandonar a ideia que as pessoas ‘expressam de forma neutra, definitiva e pré-formatada, o significado dos acontecimentos, que por sua vez são elaborados através de um processo de observação de como o mundo é e colocá-lo em palavras’ (1997, p. 144). A Teoria dos Scripts Sexuais tal como é tradicionalmente usada não pode ser vista como uma forma de construcionismo social pois ela incorpora noções individualistas e cognitivistas que ignoram o contexto social no qual os auto-relatos são produzidos (Edwards, 1994; Frith & Kitzinger, 2001). Não é pelas pessoas falarem com base num conhecimento partilhado e estando de acordo sobre o que é uma rotina esperada ou uma rotina bizarra e surpreendente que isso significa que os scripts sejam conteúdos cognitivos pré-definidos que se encontram na cabeça das pessoas (Edwards, 1994). A Psicologia discursiva propõe que os scripts são ativamente construídos nas interações e que as pessoas organizam os acontecimentos como se trata-se de um script ou como rompendo com esse script e é este ‘discurso de script’ que é analisável e que é útil analisar (Frith & Kitzinger, 2001, p. 216).

1.3 Estudos sobre Sexualidade em Portugal leitura crítica

Em Portugal a produção científica multidisciplinar no domínio da sexualidade tem vindo a crescer progressivamente nas duas últimas décadas. Encontramos alguns estudos dentro da tradição da Sociologia e Psicologia, mas sobretudo uma crescente produção no âmbito da Sexologia. Esta não pretende ser uma revisão exaustiva mas um pequeno apontamento, por isso serão abordados de forma breve alguns dos trabalhos desenvolvidos na última década por alguns investigadores portugueses, sobretudo os que se centram sobre as sexualidades femininas.

No âmbito da Psicologia da sexualidade tem-se observado sobretudo ao desenvolvimento de estudos quantitativos que se aproximam sobretudo dos modelos da aprendizagem social. É importante sublinhar que nem sempre os autores são claros ou

explícitos relativamente ao modelo teórico que informa a investigação e interpretação dos resultados, daí a dificuldade em situar teoricamente alguns dos autores. Para além disso em alguns casos apesar de subscreverem explicitamente uma determinada orientação teoria ou fazerem referência a autores de uma determinada orientação, estes indicadores estão por vezes em direta contradição com a metodologia, ou linguagem usada. O enfoque predominante deste tipo de investigações tem sido sobretudo junto das populações mais jovens, nomeadamente adolescentes e estudantes universitários. As praticas sexuais de sexo seguro ou inseguro esta no topo da popularidade tal como acontece nas publicações internacionais.

Num estudo explorando o duplo padrão sexual as autoras sugerem que as estudantes universitárias subscrevem um padrão sexual único baseado na igualdade entre sexos (Ramos, Carvalho, & Leal, 2005). Muito embora reconheçam que as raparigas mais do que os rapazes estão sujeitas à regulação social da reputação e se assume que o seu entorno social subscreve o duplo padrão sexual, elas individualmente e maioritariamente subscrevem o padrão sexual único. Nesse sentido as autoras sugerem a emergência de um duplo padrão sexual invertido, na medida em que as raparigas julgavam mais negativamente o carácter do rapaz que tinha muitas parceiras do que o carácter da rapariga que tinha muitos parceiros (Ramos et al., 2005).

Marta Reis e Margarida Gaspar de Matos usando uma metodologia (questionário) e amostra (jovens universitárias/os da mesma zona urbana) semelhantes chegam a conclusões diferentes (2008). As autoras apresentam dados relativamente à primeira relação sexual e praticas de sexo seguro que parecem refletir um claro padrão sexual duplo no que diz respeito às práticas sexuais (Reis & Matos, 2008). Nos seus resultados realçam que os rapazes referem ter tido a primeira relação sexual mais cedo do que as raparigas e mais de entre eles não utilizaram nenhum método contraceptivo ou coito interrompido. Como esperado e encontrado em outros estudos internacionais (Bozon, 1993; Le Gall & Le Van, 2003), dentro dos duplo padrão sexual os rapazes referem ter um maior número de parceiras ocasionais e de se envolverem em comportamentos sexuais sob efeito do álcool (Reis & Matos, 2009). Por seu lado o número de raparigas que relatam ter naquele momento um relacionamento duradouro é significativamente superior ao dos rapazes. Como muitos dos estudos quantitativos é inevitável perguntar a razão para esta dispersão. Em tom de ironia, será que afinal eles não saem juntos? Ou as respostas estão fortemente condicionadas pela desejabilidade social? Como sugerem

Alvarez e Nogueira estas diferenças podem ser explicadas pelo fato de que ‘as pessoas contam de forma diferente, ou seja, não definem “parceiro sexual” da mesma maneira’ (2008, p. 60)

A internet como ferramenta metodológica para levar a cabo investigações esta em ampla expansão, o que é absolutamente coerente pois a internet passou a ter um papel preponderante na interação interpessoal, incluindo afetiva, erótica e sexual. Como tal a internet é uma ferramenta indispensável aos autores que pretendem estudar a sexualidade contemporânea e as suas novas formas (Carvalheira, 2003). Ana Carvalheira é uma investigadora pioneira em Portugal no estudo do cibersexo, a autora tentou identificar recorrendo a um questionário, as razões para o envolvimento nos chats de cibersexo e as praticas comportamentais associadas com os mesmos (2003). Foi identificada uma grande diversidade nos comportamentos e atitudes em relação ao cibersexo, no entanto foi possível perceber duas grandes tendências. A primeira é que há pessoas que usam estes espaços como ponto de partida para estabelecer relações em contexto real evitando alguns dos problemas que podem surgir na iniciação de relações em contexto real, como a rejeição ou outras sanções sociais. As relações podem ser estabelecidas para ter sexo imediato ou para iniciar relações duradouras. Uma segunda tendência é composta por indivíduos que afirmam que procuram e preferem o cibersexo e não estão interessados em estabelecer contatos reais. Os resultados da autora mostraram que os chats são predominantemente frequentados por homens (78%), apenas 11% dos participantes se definiram como mulheres. Apesar da autora questionar a veracidade percentagem de participação feminina encontrada, ela sublinha que ‘o padrão de sexualidade que encontramos nas salas de chat é claramente de tipo masculino’. Neste artigo a autora coloca uma questão que aparentemente causa alguma estupefacção ‘com quem é que tantos homens têm cibersexo’ (Carvalheira & Gomes, 2003, p. 355). Esta ausência das mulheres é entendida pelos autores como o reflexo da desejabilidade social, isto é que as mulheres têm dificuldade em assumir que participam neste tipo de práticas. Talvez fosse importante questionar se o cibersexo tem de ser necessariamente heteronormativo e se precisamente a internet não poderia ser um espaço de expressão e experimentação da plasticidade ou performatividade de género e/ou identidade sexual. Mesmo que esse jogo tenha contornos heteronormativos-‘linguagem ou conteúdos tipicamente masculinos’, pode ser interessante equacionar esta questão sobretudo quando se analisa o segundo grupo de pessoas que prefere não

transformar os encontros cibernéticos em encontros reais. Nesse sentido a liberdade de identificação de género pode ser total ou quase total.

Em simultâneo assistimos a uma crescente produção no âmbito da Sexologia, sobretudo desenvolvida por médicos e psicólogos. Exemplo disso é a criação do Sexlab na Universidade de Aveiro em colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Universidade de Coimbra. O Sexlab é uma Unidade Laboratorial de Investigação em Sexualidade Humana onde são desenvolvidos estudos de natureza experimental e psicofisiológica à semelhança da tradição iniciada por Masters e Johnson. Em Portugal este é o primeiro laboratório de Sexologia onde desenvolve de forma regular (desde 2008) este tipo de investigação e com inúmeras publicações em revistas de Sexologia a nível internacionais com um número considerável de artigos dedicados à sexualidade feminina. Só na revista *The Journal of Sexual Medicine* (Factor de Impacto =3,957), foram publicados mais de uma dezena de artigos entre 2009 e 2011 por autores portugueses da Sexologia. E já em Dezembro 2011 é publicado um número especial na revista *Sexologies* sobre o estado da arte da Sexologia em Portugal (Nobre, 2011) isto reflete bem o reconhecimento e supremacia que os modelos biopsicossociais têm no universo académico internacional.

Em seguida iremos centrar-nos nos resultados de um projeto de investigação recente (2008) sobre a sexualidade feminina, este estudo tem cariz quantitativo e os dados foram recolhidos com recurso à internet. Uma das publicações, que decorreram deste estudo, analisa a satisfação sexual feminina (mulheres maiores de 18 anos) neles as autoras exploraram os fatores mais significativos e determinantes na satisfação sexual feminina. Segundo as autoras tendo em conta a ‘perspectiva das próprias mulheres, e não com base nos conhecimentos da sexualidade masculina’ (Carvalheira & Leal, 2008, p. 3). No entanto como é possível perceber posteriormente através de uma subseqüentes publicações sobre os resultados deste projeto de investigação, a principal motivação do estudo era clínica. A maior parte das publicações subseqüentes usam os dados para melhor compreender e intervir terapêuticamente junto de mulheres com perturbação do desejo hipoaçtivo (Carvalheira, Brotto, & Leal, 2010; Carvalheira, Brotto, & Maroco, 2011). Um dado pouco surpreendente é que a grande maioria das mulheres, cerca de 87%, gostaria de melhorar a sua vida sexual (Carvalheira & Leal, 2008), o que espelha de forma clara a importância que a sexualidade tem na cultura ocidental (Weeks, 2003). Se por um lado as mulheres referem que melhorar a sua vida sexual implicaria fazer

‘amor mais vezes’ (41,8%), por outro também referem que para isso deveriam ter melhor relação com o corpo (22,6%); ter mais desejo e interesse sexual (22,3%); sentir-se mais desinibidas para o sexo (21,5%); ter mais fantasias sexuais (10,5%); ter melhor auto-estima sexual (7,5%); ser capaz de revelar os interesses sexuais ao parceiro/a (8,6%) (Carvalheira & Leal, 2008). Poderíamos então questionar se este ‘não fazer amor como desejado’ é realmente do que se trata, pois 6 das soluções para melhorar a sexualidade passam pela resolução de ‘defeitos’ internos, poderíamos perguntar qual o significado deste não fazer amor como desejaria será que é fazer amor como elas pensam que seria normal e desejável? É ter sexo mais vezes? É ter/conquistar/ manter uma relação afetiva? Tendo em conta os dados publicados não nos permitem esclarecer esta questão e pensamos que a metodologia usada não permitiria (nem parece ser o objetivo das autoras) explorar este tipo de significados.

Ainda neste estudo as autoras sublinham que um grande numero de mulheres (91,8%) referem que receber a estimulação sexual que necessitam é algo fundamental, questionando ‘se essas mulheres estarão efectivamente a receber a estimulação que desejam, o que nos remete para a importância da comunicação sexual no casal’ (Carvalheira & Leal, 2008, p. 6). Seria importante colocar algumas questões, será este um problema de comunicação ou um problema de desigualdade de poder? Seria relevante compreender quem determina o que fazer o que e como? Quem se espera que tome iniciativa e conduza na valsa do sexo? Se elas não têm a estimulação que desejam, não será legítimo colocar outras hipóteses para além da falta de competências de comunicação? Ou de ver aqui um problema clínico? Poderíamos perguntar se isto acontece porque elas não se envolvem nas praticas sexuais que preferem mas nas pátricas que o parceiro prefere? Será que praticas sexuais são coito e a estimulação ou preliminares não fazem parte do ‘real sex? Esta conceptualização dentro do modelo patológico e do defeito interno onde atribuem os problemas/ defeitos ao indivíduo – problemas de comunicação - ignora o contexto social, cultural e de poder onde estas práticas sexuais ocorrem. Para responder a algumas destas questões seria necessário compreender em que contextos se inserem estas relações e quais os discursos que as mulheres têm disponíveis para falar sobre a sexualidade

No estudo também foram identificados os aspectos considerados como mais importantes para assegurar a satisfação sexual da mulher, o dado mais desconcertante é que ‘o sentir prazer físico’ vem em 8º lugar depois de : 1º Sentir-me desejada pelo

parceiro/a ; 2º Receber atenção do parceiro/a; 3º Sentir que o meu parceiro/a se preocupa com o meu prazer ; 4º Sentir que sou capaz de satisfazer o meu parceiro/a ; 5º Receber a estimulação física que necessito; 6º Sentir que o meu parceiro/a gosta do meu corpo; 7º Satisfazer as necessidades do meu parceiro/a. Aqui fica claro como as normas tradicionais continuam extremamente presentes mesmo num grupo de mulheres altamente diferenciadas como é o caso das mulheres que participaram neste estudo (mais de 80% tem estudos superiores) (Carvalheira & Leal, 2008). Estes resultados parecem mostrar que a prioridade das mulheres continua a ser dar prazer ao outro para assim procurar receber amor e salvaguardar a relação. As autoras sugerem que a consistência orgástica não é um bom indicador da satisfação sexual feminina pois cerca 80% das mulheres consideram muito importante ou fundamental “sentir prazer sem a obrigatoriedade do orgasmo” o que nos leva a crer que este grupo de mulheres não sofre da tirania do orgasmo. No entanto atrevera perguntar : tal como são apresentados os resultados – ‘que os principais factores determinantes da satisfação sexual nesta amostra de mulheres, são factores interpessoais’ (Carvalheira & Leal, 2008, p. 6) – não estaremos então perante um modelo de satisfação relacional mais do que um modelo de satisfação sexual ? Ou seja um modelo que explica o que as mulheres esperam numa relação em troca de sexo (usando as lentes da teoria do intercâmbio social) . Isto parece explicar em parte um outro resultado apresentado num outro artigo (Carvalheira et al., 2010), isto é porque é que mais mulheres em relações duradouras mantêm relações sexuais sem terem desejo sexual – é o preço a pagar por manter a relação? Outro dado interessante que surge nesta publicação é que a duração do relacionamento estava de forma negativa com o número de relações sexuais, satisfação sexual com a sua sexualidade e a sexualidade do parceiro (Carvalheira et al., 2010).

Apesar de alguns autores tentarem propor modelos compreensivos e universais da sexualidade (feminina e/ ou masculina) continuamos a assistir a sistemática exclusão das minorias que não se enquadram no modelo sexológico dominante (Tiefer, 2004). Exemplo disso é o modelo biopsicosocial proposto por Joana Carvalho e Pedro Nobre que tenta explicar os factores envolvidos no desejo sexual feminino, sendo que no estudo um dos critérios de inclusão das participantes era precisamente ter parceiro sexual (2010), apesar de não ser motivo de exclusão manter uma relação homossexual o fato é que nenhuma lésbica foi considerada no estudo. Se o modelo pretende ser global porque excluir mulheres com parceiros ocasionais ou mulheres que são ativas sexualmente

masturbando-se e tendo fantasias e práticas eróticas com regularidade? Ou sem? Porque é que não se podem incluir todas as mulheres, todas as vozes? Mais uma vez um dos resultados estatísticos mais relevantes é que não existe relação significativa direta entre desejo sexual e prazer. O desejo sexual estaria negativamente relacionado com ausência de pensamentos eróticos, pensamentos sexuais e problemas na díade (J. Carvalho & Nobre, 2010).

Um estudo recentemente apresentado e premiado no Congresso Europeu de Sexologia 2008 propõe explorar os determinantes psicossociais da sexualidade feminina. O estudo envolveu mulheres entre os 18-75 anos e com relacionamento há mais de 6 meses, às quais foi aplicada uma bateria de testes que avaliavam desde aspetos da sexualidade, bem-estar em geral, psicopatologia até à saúde física, no estudo os autores concluíram que as mulheres com maior satisfação sexual eram aquelas que tinha maior auto-estima sexual, prazer, emoções positivas durante a atividade sexual, auto-confiança, jovialidade e confiança. Também concluíram que a satisfação sexual podia ser explicada pelo status da relação, focus no seu próprio prazer e comportamento e focus no prazer do parceiro durante a atividade sexual, sensibilidade do parceiro, atracção física e emocional, crenças sexuais menos conservadoras.

Os autores explicam que as mulheres com crenças conservadoras em relação à sexualidade ('como por exemplo a masturbação não é uma atividade adequada para as mulheres respeitáveis', sexo oral é uma das maiores perversões, o melhor presente que uma mulher pode levar para o casamento é a virgindade, o orgasmos só é possível através do sexo vaginal) têm maior probabilidade de ter problemas de desejo. De forma não surpreendente as crenças conservadoras estão negativamente relacionadas com desejo sexual da mulher. No perfil das mulheres com crenças conservadoras foi possível identificar dificuldades em processar estímulos eróticos ou sexuais durante a atividade sexual (baixa frequência de pensamentos eróticos). Como sublinham os autores a falta de pensamentos eróticos exerce um efeito negativo sobre o desejo sexual (Nobre, 2009; Vilarinho & Nobre, 2008). As mulheres portuguesas do estudo desenvolvido por Sandra Vilarinho estão em geral sexualmente satisfeitas, sendo que 51% referem estar muitíssimo satisfeitas. Os fatos que mais contribuem para uma boa satisfação sexual são uma boa auto-estima sexual, ausência de culpa, qualidade dos relacionamentos e a experiência de orgasmo. Um dado interessante é que a satisfação sexual estava

associada com a capacidade da mulher centrar a atenção no seu próprio prazer durante o ato sexual (Vilarinho, 2011).

Pedro Nobre ao apresentar o seu modelo Cognitivo-Emocional dos problemas de desejo na mulher, concluiu a presença de crenças conservadoras e a falta de pensamentos eróticos são os principais fatores que explicam a falta de desejo na mulher (Nobre, 2009). O autor também defende que os dados mostram que quando a mulher apresenta pensamentos associados com abuso sexual e desrespeito em relação ao parceiro, só há uma diminuição do foco atencional no estímulo erótico e no desejo sexual da mulher quando também estão presentes tem pensamentos de fracasso/desistência sexual ou então raiva e culpa (Nobre, 2009).

Completando os questionários usados na investigação dos determinantes psicossociais do comportamento sexual da mulher (<http://www.ua.pt/sexlab/PageText.aspx?id=13428>) foi possível perceber que as questões colocadas às mulheres nomeadamente sobre as questões sensoriais estão centradas nos genitais, neste caso na vagina. Já no que se refere aos estímulos eróticos em nenhum momento é concretizado o que se entende por estímulo ou fantasia erótica, que pode ser um conceito ambíguo e complexo.

A maioria destes estudos continua sem fazer qualquer referência à orientação sexual das participantes, sem que seja claro se esse é um critério de exclusão da amostra, se não foi colocada a questão sobre a orientação sexual ou se não se considera a orientação sexual como uma variável relevante (J. Carvalho & Nobre, 2011; S. Carvalho et al., 2011; Cuntim & Nobre, 2011; Nobre, 2009). A produção científica dominante a inviabilizar as minorias sexuais e alimentar o fantasma omnipresente da heterossexualidade, que se faz presente como consequência da sua ausência. Outra ausência presente é que quando se fala em ato sexual está muitas vezes implícito o coito vaginal, esta é mais uma das ausências omnipresentes.

Uma publicação muito recente explora a possibilidade da existência do homologo feminino da ejaculação precoce ou seja o orgasmo feminino precoce. A partir dos resultados os autores concluem que na amostra estudada 40% das mulheres têm ocasionalmente orgasmos precoces, 14% poderia cumprir os critérios (já que referem terem orgasmo sem muita estimulação mas não têm emoções negativas relacionadas com isso) e 3,3% cumpririam os critérios de orgasmo feminino precoce (S. Carvalho et

al., 2011) Usando a expressão de Leonore Tiefer aparentemente estamos a testemunhar a construção social da disfunção sexual feminina (2003) com cunho português.

Apesar de tudo nem só de estatística, questionários ou eléctrodos vive a investigação sobre sexualidade em Portugal. Existe algum desejo dentro da Sexologia para fomentar a multidisciplinaridade dentro da disciplina e abrir espaços para perspectivas críticas alternativas que vão para além da Sexologia como terapia ou intervenção médica, um bom exemplo é o segundo volume *A Sexologia: perspectiva Multidisciplinar* organizado pela Sociedade Portuguesa de Sexologia (Nunes, 2003; Quartilho, 2003; Vaz, 2003), ficou a faltar um capítulo de orientação clínica mas envolvendo uma visão crítica da avaliação e intervenção com pessoas com problemas sexuais (à semelhança do que fizeram Kaschak & Tiefer, 2002). Júlio Machado Vaz argumenta que a ‘ideologia que presidiu à organização desta obra [*A Sexologia: perspectiva Multidisciplinar*] coletiva busca, precisamente, diminuir as hipóteses de que tal cegueira [função comprometida/ato terapêutico/função restabelecida] nos assole em Portugal’, contudo ficamos com a sensação que o primeiro volume está primordialmente preocupado com análise funcional e terapêutica (Vaz, 2003, p. 40). Não obstante ser possível encontrar referências a autores críticos dentro da Sexologia como a Leonore Tiefer, estas referências parecem ser mais uma ventriloquia automatizada do que a tomada em consideração da sua teorização. Muitas vezes os artigos reproduzem precisamente o que ela critica, seguindo a tradição sexológica de Master & Jhonson e o modelo patológico da sexualidade.

Muito embora não haja grande tradição na Psicologia feminista ou construcionista da sexualidade existe alguns bons exemplos de abordagens alternativas às investigações descritas atrás. Dentro do construcionismo social sublinhamos o trabalho desenvolvido por Gabriela Moita sobre os discursos dos terapeutas sobre a homossexualidade. Este trabalho colocou em evidência como a homofobia estava profundamente enraizada nos discursos dos terapeutas e a homossexualidade era construída pelos terapeutas como um défice, falha ou fase. Os terapeutas devolvem aos seus pacientes o modelo patológico da homossexualidade ao mesmo tempo que implícita ou explicitamente subscrevem a heteronormatividade. A autora faz uma reflexão crítica sobre as implicações destes discursos sobre a relação, processo e sucesso terapêutico e como os terapeutas podem ser elementos de opressão social usando um double-bind “ajudo-te a ser feliz, embora a tua condição de homossexual te impeça de o seres” (Moita, 2006, p. 70)

Nos últimos anos temos assistido a um crescente número de investigações e doutoramentos no domínio da Psicologia feminista (Nogueira, Saavedra, & Neves, 2006) no entanto a publicação de investigação sobre sexualidade na óptica da Psicologia feminista é ainda mais recente. Numa análise crítica dos conteúdos da revista *Ragazza*, Pedro Pinto e Conceição Nogueira propõem que a uma das construções discursivas da adolescência veiculadas pela revista é a ideia da heterossexualidade-em-progresso (Pinto & Nogueira, 2009). Há todo um processo de colonização heteronormativa do corpo de forma a atingir a heterossexualidade idealizada assente nos discursos científicos da Medicina, Biologia e Medicina. A retórica da revelação recorrendo à estratégia da pergunta-resposta é usada para definir o que é e como dever ser uma *Ragazza*. Já o duplo padrão sexual persiste na medida em que rapaz e rapariga porque são construídos como seres opostos - ao contrário das raparigas, os rapazes “SÃO MUITO VISUAIS: excitam-se com os olhos”(Pinto & Nogueira, 2009, p. 19). Tendo por base os discursos biológicos as identidades de género são construídas como intemporais e explicadas pelos genes colocando de parte qualquer possibilidade de as construir enquanto construções biopolíticas. No meio de todas estas prescrições normativas acrescenta-se as mensagens double-bind dirigidas às raparigas por lado são bombardeadas com mensagens como: “passa à prática!”/“atreves-te?” e por outro são incentivadas a refrear o início da atividade sexual e a procura subjetiva de prazer. A heterossexualidade é idealizada ao mesmo tempo que todas as outras (homo)sexualidades são invisibilizadas ou (re)formuladas²⁴ como fantasias ou fase. O mais problemático, como apontado pelos autores, é que estas revistas servem de base para a educação sexual informar das raparigas sendo urgente a promoção da literacia crítica dos media.

²⁴ À semelhança do que fazia Sigmund Freud com as confissões de Dora sobre a sua atracção em relação à Frau K, as quais Freud (re)interpretava como desejo pelo pai (Katz, 2007).

1.4 Reflexão crítica

‘Modern sexuality is in part at least an invention of sexological pens, and like all such inventions its effects have been contradictory’ (Weeks, 1985, p. 63)

Feminists are a cantankerous lot. We protest evidence of second-class citizenship for women. We argue when people say women's brains are too small to allow the flowering of true creative genius. We heckle and guffaw when experts explain that we women aren't really very interested in sex for the mere pleasure of it. We get mad when physicians use an all-male sample to study aspirin for its potential to protect against a second heart attack and point out that women, too, die from heart attacks. Because we keep arguing, refusing to accept the status quo, feminists have been accused of being narrow-minded, humorless, disrespectful of family and religion, politically intolerant, irrational, and just plain wrong (Fausto-Sterling et al., 1997, p. 403).

Nesta primeira parte da introdução pretendia-se percorrer de forma breve pela história da Sexologia, as teorias dominantes em sexualidade e rever alguma da investigação desenvolvida em Portugal porque se entende que esta descrição seria um bom ponto de partida para explicar o posicionamento teórico e epistemológico usado nos estudos que irão ser apresentados. Para além de permitir perceber porque é que se entende que determinadas metodologias e teorias podem ser problemáticas na produção de conhecimento ‘científico’ e por isso fundamentar as escolhas metodológicas realizadas, também servirá para (re)situar alguns dos discursos das mulheres jovens que serão apresentados. Importa sublinhar que este é apenas pequeno e possível roteiro de entre muitos. A intenção era apresentar os modelos dominantes que explicam a sexualidade combinando essa descrição com visão feminista crítica dos mesmos.

A invocação da Biologia faz estremecer as feministas e limita a forma como se pode falar de construcionismo social (Hird, 2004). A relação binária ‘sexo’ e ‘género’ é reificada pela Biologia, as explorações do género dentro desse paradigma são permitidas apenas se a categoria de género é mantida intacta. Tal como sugere Anne Fausto-Sterling por detrás dos debates sobre a reprodução sexual ‘escondem-se algumas questões com enorme peso social sobre o sexo, género, poder e estrutura social da cultura europeia... no trabalho já estabelecido dos biólogos evolutivos, no passado e no presente, falando de ovos e esperma parecem dar-nos autorização para prescrever

comportamentos de género apropriados' (2001, pp. 54-57). As investigações sobre as hormonas que são 'criadas' a partir destas lentes da heteronormatividade e do modelo double flesh assumindo que os sexos são diametralmente opostos. Apesar dos fortes e consistentes argumentos apresentados pelas feministas sobre a construção social do género (Nogueira, 2001), na academia e junto do público com geral, o recurso à noção de diferença sexual baseada em noções superficiais de níveis de testosterona ou nos cromossomas X ou Y continua a ser persistente, robusta e aparentemente inabalável (Hird, 2004). A feminilidade e masculinidade são práticas ideológicas e o que as torna mais eficazes é o facto de envergarem o estatuto de naturais, sendo o resultado inevitável da Biologia ou da experiência (Wetherell, 1997) O efeito deste movimento ideológico é que produz um feminino e masculino coerente que pode ser explicado pelas propriedades intrínsecas do indivíduo.

Um dos problemas apontados à tradição sexológica incluindo os autores de referência como Richard von Krafft-Ebing, Kinsey e Masters and Jhonson é que nenhum deles foi claro na sua agenda, motivação e experiência subjectivas na sua escolha do objeto de estudo e a forma de o estudar (Plante, 2006). Para além de muitas outras críticas positivistas que hoje em dia podem ser apontadas ao processo de investigação e interpretação dos resultados levados a cabo na época. A Sexologia está repleta de exemplos de investigadores não objectivos que dissimulam as suas ideias por detrás do pretensio estatuto de objetividade e verdade que as metodologias positivistas parecem oferecer (Plante, 2006) e das boas intenções altruístas do investigador que apenas pretende promover o bem-estar individual das pessoas.

Como diria Thomas Szasz a Sexologia e as ciências da sexualidade em geral tornaram-se na ciência do sexo por prescrição (Szasz, 1990). Prescrição que se faz no consultório mas cada vez mais fora dele onde os 'especialistas' disseminam as suas ideias nas revistas, dos livros de auto-ajuda ou programas de televisão. [Nós] Os cientistas da sexualidade entram[os] neste jogo assumindo a intenção de democratizar o conhecimento mas o que acaba por acontecer é que se reforça o poder da ciência (repleta de enviesamentos) para prescrever a normalidade, assim como o poder assimétrico do cientista. Os [meus] últimos tempos foram de tropeços com estes encontros da ciência e dos media, nesse sentido é inevitável apresentar alguns excertos de forma a estimular a reflexão crítica de como a 'ciência de verdade' se presta a reforçar os papéis de género de forma acrítica e aproblemática gerando assim os seus

próprios. Num artigo da revista *Máxima* são apresentados os resultados de uma investigação sobre a sexualidade das Portuguesas:

Para fazer as pazes entre corpo e mente, e com o desejo sexual, Ana Alexandra Carvalheira recomenda: *“É fundamental sentir-se livre para a procura do prazer e a vivência da sexualidade como qualquer coisa que nos pertence.”* Se isso não for suficiente, uma terapia sexual ou de casal ou, em certos casos, uma psicoterapia individual para resolver inibições podem ajudar. Atreva-se! (Figueiredo, sd)

Este é um exemplo claro da promoção da ciência da prescrição através dos media – “sentir-se livre” Se isso não for suficiente, uma terapia Atreva-se!”. Usando as mesmas estratégias discursivas que Pedro Pinto e Conceição Nogueira encontraram no seu estudo sobre as revistas dirigidas a raparigas adolescentes (Pinto & Nogueira, 2009). Este tipo de mensagens só reforça o status quo e o duplo padrão sexual subscrevendo o imperativo de ser sexualmente (hiper)activo e regulando (normalizando) como devem ser as práticas individuais. A Psicologia bem como outras ciências criam a impressão que existem determinados problemas na vida das pessoas e que a função dos cientistas é descobrir os problemas e a solução para os mesmos (Burr, 1998a), seria caso para dizer que a falta de desejo sexual é um problema ‘criado’ e ‘resolvido’ pelos cientistas. O exemplo que se segue com base no mesmo estudo parece-nos ainda mais problemático.

“Estes dados mostram a diversidade da resposta sexual feminina. Mostram ainda que muitas vezes as mulheres iniciam a relação sexual sem desejo, mas se houver um contexto adequado e a estimulação suficiente, a mulher consegue níveis de excitação sexual para continuar, o desejo vem depois e a relação acaba por ser satisfatória. O desejo sexual não é sempre espontâneo e isso é absolutamente normal” (Figueiredo, sd)

Quais as implicações deste tipo de mensagens, que é normal a mulher não ter desejo sexual quando inicia a interacção sexual e que se o parceiro for suficientemente eficaz e persuasivo poderá obter o que deseja e a mulher até acaba por ter uma relação satisfatória. De novo a sexpertise está no homem e a mulher um recipiente passivo que se bem ‘manobrada’ pode também chegar às delicias do amor. Subjacente a estes artigos está novamente o fantasma da heterossexualidade presente mas não nomeado.

As mensagens são contraditórias e paradoxais ‘«os homens tendem a subavaliar o tamanho do seu pênis. Acham que são sempre pequenos ou então que poderiam ser maiores. A nós interessa-nos apenas comparar aquele pênis específico antes e durante a exposição a um estímulo sexual. Na experiência, o homem vai ser comparado com ele próprio, só com ele» Ana Gomes’,(Isabel Freire, 2009) se o tamanho pênis não é relevante então porque se mede? Ironizaria, se os pênis são médicos é porque concertiza têm algum interesse ou poder revelador para a ciência. Tal como a revelação recente e ‘surpreendente’ que cruzou os principais média em todo o mundo sobre o poder iluminador do orgasmo feminino:

On y voit le cerveau de cette femme de 54 ans, initialement au repos (en rouge), s'activer progressivement (en jaune) alors qu'elle s'autostimule dans l'intimité de la machine, pour terminer par une illumination de la quasi totalité des structures cérébrales (en blanc, le maximum d'activité) au moment du pic orgasmique, avant l'apaisement post-orgasmique... En identifiant ce qui se passe dans le cerveau d'une femme -ou d'un homme- incapable d'avoir un orgasme (anorgasmie), il serait possible de mieux comprendre à quel niveau se situe le blocage (Mascret, 2011)

mostrando bem o fascínio pelos mistérios mais escondidos da Biologia quase como uma fascinação esotérica pelo oculto. Mais uma vez se (re)inventa, (re)encontra, (re)descobre o orgasmo feminino, primeiro no clitóris dos Gregos até Freud, depois na vagina, voltando ao clitóris com Masters e Jhonson (Laqueur, 1992) e agora aparentemente no cérebro. Repete-se quando se fala em Biologia e elétrodos as feministas estremeçam.

Para Hird os novos desenvolvimentos no materialismo e Biologia não linear onde são propostas formas alternativas de análise das diferenças entre os sexos são promissoras. Pois elas põe em causa a estabilidade do sexo e permitem uma análise que vai para além do género, nomeadamente através da exploração das evidências da existência de fenómenos de transexo em outras espécies animais não humanas pode ser útil para pensar o transsexo na cultura humana. Sendo assim posta em causa a causalidade unidireccional da Biologia sobre a cultura ou comportamento, questionando se a cultura também pode “produzir” Biologia (Hird, 2004). É um desafio combinar o

construcionismo social como o novo materialismo, no entanto é inevitável rejeitar o materialismo biológico no qual estamos imersos e o qual predomina nos paradigmas dominantes. Encontramos outro problema grave na investigação empírica em sexualidade que é a linearidade na leitura e interpretação dos dados obtidos, recusamos aceitar a ideia que os [estes] questionários são os fiéis depositários da verdade íntima de cada um. Nesse sentido é entendido que este tipo de metodologia, é no mínimo, inadequada para compreender a complexidade das sexualidades das mulheres, bem como as relações de poder e contexto social nos quais estão imersas essas sexualidades.

Este trabalho também pretende ser um protesto feminista contra algumas destas ideias e para isso são propostas outras abordagens teóricas críticas, muito embora seja claro que também é possível incorrer em erros semelhantes, com a diferença que aqui os valores e o posicionamento político são claramente assumidos.

2. Abordagens críticas no estudo da(s) sexualidade(s) feminina(s) nas perspectivas feminista(s)

There is a tendency to think that sexuality is either constructed or determined; to think that if it is constructed, it is in some sense free, and if it is determined, it is in some sense fixed. These oppositions do not describe the complexity of what is at stake in any effort to take account of the conditions under which sex and sexuality are assumed. (Butler, 1993, p. 94)

Leonore Tiefer (2004) tem argumentado que infelizmente a Psicologia da sexualidade tem estado demasiado dominada pelos modelos médicos e que seria importante que os psicólogos da área se familiarizassem com a nova investigação em sexualidade. Nas últimas três décadas temos observado a emergência de abordagens alternativas aos paradigmas dominantes no estudo do comportamento humano, nomeadamente a Psicologia Crítica, Psicologia Discursiva, Desconstrucionismo, Análise Foucaultiana do Discurso ou Pós-estruturalismo. Todas estas abordagens podem ser agrupadas dentro do que referimos como Construcionismo Social (Burr, 1995, 2003) pois oferecem uma leitura crítica no domínio da Psicologia, Psicologia Social bem como em outras ciências sociais e humanas.

O Construcionismo Social vai buscar as suas bases epistemológicas a diferentes disciplinas nomeadamente à Filosofia, Sociologia e Linguística. Dentro desta corrente teórica o discurso sobre o mundo é visto como uma ferramenta partilhada entre sujeitos e o conhecimento é produzido no processo de interação social. Apesar de neste contexto o papel das explicações psicológicas se tornarem problemáticas, o Construcionismo poderia proporcionar as ferramentas para compreender o processo de produção da ciência e por isso propor critérios alternativos para a avaliação da investigação psicológica, sem necessariamente inviabilizar todo o tipo de investigação.

Os/as construcionistas sociais da(s) sexualidade(s) partem do pressuposto que as nossas identidades, desejos, relacionamentos e emoções são modeladas pela cultura em que vivemos (Weeks, 2003). A forma como nos compreendemos e agimos é moldada pelos conceitos disponíveis num determinado momento e espaço social e cultural (Ritchie & Barker, 2006). A linguagem que nos envolve modela as nossas identidades e

por isso a compreensão da nossa identidade sexual depende da linguagem sexual a que temos acesso, nesse sentido a linguagem e a experiência do dia-a-dia são indissociáveis (Weeks, 2003).

Bronwyn Davies e Colaboradoras sugerem que a teoria pós-estruturalista feminista proporciona uma série de ferramentas de forma a tentar (re)constituir o “processo contínuo de ser sujeito, de subjectividade, das relações entre o interior e o exterior, da força constitutiva do discurso” (2006, p. 100). O discurso é um elemento chave na compreensão das relações de poder, é o princípio estruturante da sociedade, das instituições sociais, das formas de pensar e subjectividade individual (Weedon, 1997 [1987]). A intenção da investigação feminista pós-estruturalista é precisamente identificar relações de poder e espaços de resistência. Nesta parte do trabalho será feita uma síntese das ideias subjacentes ao Construcionismo Social e ao Pós-estruturalismo Feminista e em seguida é discutida alguma da investigação feminista sobre as sexualidades desenvolvida dentro das perspetivas críticas nomeadamente dentro do Construcionismo Social e do Pós-estruturalismo Feminista.

2.1 Construcionismo Social

“The search for truth, the truth about people, about human nature, about society, has been at the foundation of social science from the start” (Burr, 2003, p. 6).

Apesar do termo Construcionismo Social ser usado quase exclusivamente por psicólogos/as, a maioria dos seus pressupostos são partilhados com a Sociologia, o que leva alguns/algumas autores/as a defenderem que a separação entre as duas disciplinas é pouco produtiva (Craib, 1997). O posicionamento crítico do Construcionismo Social quando usado na Psicologia e Psicologia social acaba por produzir explicações totalmente diferentes das propostas pelas correntes mais tradicionais. Esta abordagem é particularmente apreciada pela sua capacidade em fazer uma leitura da produção científica feita pela Psicologia tradicional e do seu pretense posicionamento apolítico (Burr, 1998b). Uma das principais vicissitudes da investigação feita dentro do paradigma do Construcionismo Social é a sua crítica é integral, com um olhar

particularmente crítico relativamente a tudo o que é tido como verdade objetiva e intrinsecamente natural (Plante, 2006).

As origens do Construcionismo Social são diversas e estão enraizadas em desenvolvimentos filosóficos que começaram há dois ou três séculos atrás, nomeadamente os pressupostos subjacentes ao Iluminismo de meados do século XVII, ao movimento Modernista e mais tarde ao movimento Pós-modernista (Burr, 2003). Os contributos mais recentes vêm dos desenvolvimentos na sociologia do Interaccionismo Simbólico, da crise na Psicologia Social e da ‘viragem para a linguagem’ (Nogueira, 2001). O Feminismo teve um contributo pioneiro para o pensamento construcionista social através das suas críticas ao género e este contributo é muitas vezes esquecido (Bordo, 1992, 2003 [1993]). São as feministas que pela primeira vez põem em causa as noções do Positivismo. Que questionam a sobre a objectividade do/a investigador/a, defendendo que é impossível ser neutro/a quando se estudam aspectos da vida social. As feministas começaram por criticar o binário sexo/género, o determinismo biológico e o pensamento essencialista sobre género. Defendendo que não é possível separar a atividade humana das lentes subjectivamente genderizadas (o mesmo pode ser aplicado às questões de etnia e classe) (Plante, 2006).

Partindo do trabalho de Kenneth Gergen (1985) Vivien Burr (1995, 2003) defende que existem 4 pressupostos fundamentais que são partilhados pelos investigadores construcionistas sociais, como refere a autora “são ideias nas quais um construcionista social terá necessariamente de acreditar” (Burr, 2003, p. 2).

1- O primeiro pressuposto implica que é indispensável o/a investigador/a se posicione de forma crítica em relação ao conhecimento como “verdade” (Nogueira, 2001) assumindo-se epistemologicamente como anti-empiricista, anti-positivista e questionando o pressuposto de que é possível uma observação do mundo objectiva e imparcial. O Construcionismo Social estimula-nos a desconfiar dos pressupostos e categorias que aparecem como normais e ‘naturais’, nesse sentido leva-nos a pôr em causa a essência natural das categorias ‘homem’ e ‘mulher’. Os/as construcionistas sociais são levados/as a questionar as concepções de género como variáveis dependentes e não como variáveis independentes como se faz nas correntes positivistas e essencialistas (Tiefer, 2004). Basta pensar nas cirurgias de mudança de sexo e os casos

de ambiguidade sexual (Fausto-Sterling, 2001) para perceber que esta separação entre sexos é bem mais complexa do que o simples binarismo homem - mulher. Levando-nos a pensar que afinal as categorias 'naturais' de sexo estão inevitavelmente ligadas ao género e às prescrições culturais e normativas de feminilidade e masculinidade, isto é de tudo o que significa ser homem e/ou ser mulher (Burr, 2003). Para o construcionismo o género não é de todo um traço, nem algo fixo 'dentro' dos indivíduos mas antes um construto que serve para identificar o que é tido como apropriado para um determinado sexo e não para outro. O género tem existência nas interações que são socialmente construídas e genderizadas. O que é definido como feminino e masculino é resultado de um acordo social (Bohan, 1997).

2- O segundo pressuposto desta abordagem é que todo e qualquer conhecimento, conceito ou teoria é indissociável do contexto cultural, social, económico e histórico no qual é produzido. Como tal todas as formas ou ferramentas de compreensão são relativas histórica e culturalmente. Assume-se também que não existem ferramentas ou formas de compreensão que nos permitem uma maior aproximação da verdade e que por isso são melhores do que outras. As formas de compreensão específicas de um determinado período histórico e cultural, são em si mesmas, produtos dessa mesma cultura e dependem da organização social e económica do momento histórico (Burr, 2003). O que é assumido como verdade num determinado momento e contexto não é mais do que um consenso cultural e historicamente localizado. Por exemplo até ao final do século XVIII considerava-se que para se dar a concepção era indispensável que ambos a mulher e a mulher tivessem um orgasmo, de tal forma que as concepções na ausência de orgasmo eram tidas como aberrações (Laqueur, 1992). Como defende Kenneth Gergen é possível observar as mudanças²⁵ consideráveis que sofreram os conceitos como amor romântico, infância, amor maternal, self ou emoção ao longo dos tempos (1985). Isto torna a aceitação acrítica de conceitos prévios, altamente problemática. Um exemplo é o uso de questionários onde esses conceitos são implicitamente tidos como verdade inquestionável e invariável (Tiefer, 2004). O que nós vemos como verdade e que varia em função do momento histórico e cultural, pode ser entendido como uma forma de ver o mundo que no momento é consensual.

²⁵ Um outro exemplo apontado por Thomas Laqueur (1992, 2003) sugere desde a antiguidade até ao Pré-Iluminismo que os homens eram 'equated friendship and fleshiness with woman' (1992 pp.4) no entanto hoje um dos lugares comuns da Psicologia contemporânea é a de que os homens querem sexo e as mulheres querem relacionamentos.

3- Um terceiro pressuposto é o de que conhecimento resulta de processos sociais e da interação entre as pessoas. É nas interações diárias entre as pessoas e no curso da vida social, que as nossas versões de conhecimento são produzidas. Para o construcionista social o seu objeto de interesse é precisamente a interação social com particular enfoque na linguagem produzida nessa interação.²⁶ Determinados conhecimentos que são construídos através de processos sociais tornam possíveis determinadas práticas sociais e ações, ao mesmo tempo que impedem outras.

4- O último pressuposto é o de que o conhecimento e a ação social são indissociáveis. Estes conhecimentos negociados podem assumir diferentes formas, e por isso podemos falar de inúmeras formas de construções sociais do mundo. Mas cada uma destas construções também traz com ela ou convida a diferentes ações por parte dos indivíduos²⁷. Diferentes construções ou diferentes descrições do mundo conduzem a diferentes padrões de comportamento, dessa forma “as nossas construções do mundo são por isso inseparáveis das relações de poder porque têm implicações para o que é permitido a cada pessoa fazer, e a forma como podem tratar os outros” (Burr, 2003, p. 5)

Existem vários elementos fundamentais que estabelecem o contraste entre a abordagem construtivista social e as abordagens tradicionais em Psicologia nomeadamente ao centrar-se nas interações e práticas sociais bem como nos processos. Conceptualizando a linguagem como pré-condição para o pensamento e como forma de ação social ao mesmo tempo que se recusa o essencialismo e a possibilidade de aceder à realidade (Burr, 2003). Para os/as construcionistas não há nenhuma essência dentro das pessoas pois tudo, incluindo mundo social e as pessoas são produto de processos sociais. Olhares mais ingénuos podem pensar que se trata apenas de integrar a especificidade cultural e histórica nas teorias sobre as pessoas e o mundo. É importante clarificar que esta abordagem também não é uma forma de abordar o debate natureza versus educação, o Construcionismo Social rejeita o essencialismo na medida em que

²⁶ O que entendemos como perturbação do desejo sexual hipotivo é fenómeno produzido entre os peritos que definem que não ter desejo e/ou fantasias sexuais é um problema, as pessoas que se revêm e/ou são classificadas por outras como tendo esse problema e os peritos que oferecem tratamento, dando por isso ‘realidade’ à perturbação do desejo sexual hipotivo e permitindo um sem número de interações sociais onde se (re)constrói essa realidade.

²⁷ Basta pensar nas mudanças ocorridas nos últimos séculos em torno da homossexualidade, que era crime (que ainda o é em certos países) no século XIX, passou a doença em meados do século XX (Weeks, 2003) e finalmente no final do século XX início do século XXI em alguns países os movimentos LGBTQ conseguem que a homossexualidade passa a ser vista como parte da diversidade sexual com a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo (C. Kitzinger & Wilkinson, 2004) ‘normalizando’ assim a união entre pessoas do mesmo sexo como sendo uma organização familiar ‘normal’.

recusa a ideia de que é possível conhecer ou definir a natureza das pessoas independentemente de adotarmos uma perspectiva que privilegia a biologia ou uma perspectiva que privilegia o contexto social, cultural e histórico (Bohan, 1997; Burr, 2003). O essencialismo tende a classificar e categorizar as pessoas de forma rígida e confiná-las dentro de personalidades e identidades que as constroem (Burr, 2003). Nas formas extremas de categorização as pessoas são “doentes”, o que faz da Psicologia, psiquiatria e sexologia práticas altamente repressoras/ reguladoras (Szasz, 1971; Tiefer, 2001a).

Enquanto cultura ou sociedade construímos entre nós diferentes versões da realidade como tal essas versões não podem decorrer da observação directa da ‘realidade’. A noção de “verdade” torna-se problemática na medida em que o relativismo cultural e histórico é tido como pressuposto básico. Para além disso todo o conhecimento depende da forma como olhamos o mundo e do ponto de vista que adoptamos para o fazer. Cada perspectiva defende determinados interesses em detrimento de outros, o/a construcionista social é estimulado/a a assumir de forma aberta o seu posicionamento pessoal e ter uma visão crítica em relação aos interesses subjacentes à sua perspectiva. A principal crítica feita à Psicologia tradicional é que ao assumir uma filosofia realista ela nega a parcialidade das suas teorias, parcialidade quer porque é apenas uma leitura possível de uma parte do mundo, quer porque essa visão parcial do mundo está subjacente a determinados interesses não assumidos (Burr, 2003).

Em geral o Construcionismo Social é reticente em relação aos argumentos realistas, no entanto é no seio do Construcionismo Social que surge a corrente do realismo crítico (Burr, 1998b, 2003). Os/as autores/as desta corrente defendem que apesar da linguagem construir as nossas realidades sociais, essas construções estão inevitavelmente constroídas pelas possibilidades e limitações do mundo material (Cromby & Nightingale, 2002; Willig, 1999b). Os/as autores/as do realismo crítico defendem que existem factores extra-discursivos que devem ser tidos em consideração, e que apesar de interagirem com o discurso, essas práticas materiais não podem ser reduzidas ao discurso (Sims-Schouten, Riley, & Willig, 2007).

As teorias na Psicologia apresentam necessariamente uma especificidade cultural, histórica e geográfica por isso nunca podem assumir-se como descrições definitivas do que é a natureza humana. Uma das críticas em relação à produção científica positivista

do ocidente é que implícita e explicitamente tem adoptado uma postura imperialista e colonialista, partindo do princípio que as suas “verdades” podem ser generalizáveis (Burr, 2003)

A linguagem é uma pré-condição para o pensamento, quando nascemos numa determinada cultura e momento histórico já existem os enquadramentos conceptuais e as categorias da linguagem (Nogueira, 2001). Já existem formas possíveis de compreender o mundo. Os conceitos e as categorias, são constantemente produzidas pelas pessoas que partilham uma mesma linguagem e cultura. Hoje em dia a Psicologia tradicional continua a ter como pressuposto tácito que a linguagem é uma expressão mais ou menos directa do pensamento, para os construcionistas sociais a linguagem é a pré-condição para o pensamento, isto é a forma como a pessoa pensa, os conceitos, as categorias e os significados são todos eles proporcionados pela linguagem (Burr, 2003).

O nosso uso da linguagem é entendido como uma forma de acção social e não é apenas o veículo passivo de expressão de emoções e pensamentos. Como refere Vivien Burr quando um/a juiz/a diz ‘eu sentencio-o a 4 quatro anos de prisão’ ou quando o padre diz ‘eu declaro-os marido e mulher’ estão implícitas certas consequências práticas, restrições e obrigações (2003, p. 8). O focus do Construcionismo Social é a interacção quotidiana entre as pessoas, observando a forma como produzem activamente o conhecimento sobre si mesmas e sobre o mundo. Alguns/algumas construcionistas sociais vão mais longe e estão preocupados/as com o papel performativo da linguagem (p.e. Butler, 1990, 1993).

Ao contrário da Psicologia tradicional que tenta encontrar respostas dentro da pessoa para explicar fenómenos sociais, os/as construcionistas sociais centram-se nas práticas sociais e nas interacções que as pessoas mantêm umas com as outras. Não se limita a explicar fenómenos como p.e. a delinquência que ocorre nas interacções, mas também a forma como é construída enquanto realidade e a forma como o sujeito ‘delinquente’ se percebe a si mesmo, enquanto tal, dentro dos discursos da delinquência. O Construcionismo Social olharia para as perturbações sexuais como uma construção que emerge na interacção entre o/a especialista e o/a paciente. Uma mulher com uma perturbação do orgasmo só se pode ver como ‘doente’ numa sociedade onde existem especialistas que dizem que ela deve atingir o orgasmo após receber estimulação sexual

‘adequada’. Por isso o “Construcionismo Social coloca os problemas longe da esfera essencialista e patologizante da Psicologia tradicional” (Burr, 2003, p. 9).

Dentro deste enquadramento epistemológico o investigador tem como objetivo perceber como é que determinadas formas de conhecimento e significados se produzem na interacção das pessoas; rompe-se com a ideia de que as pessoas e a sociedade podem ser explicadas que pelas estruturas económicas quer pela personalidade ou identidade individual. O conhecimento é por isso visto não como algo que a pessoa tem ou não tem, mas como algo que as pessoas fazem em conjunto (Burr, 2003; White et al., 2000).

Apesar de todo o entusiasmo gerado por esta abordagem epistemológica, alguns autores dizem-se desiludidos e frustrados com o extremismo relativista oferecido pelo Construcionismo Social (Burr, 1998b) e tentam propor compromissos (Willig, 1998b, 2001). A adopção do relativismo absoluto é visto como um caminho para a paralesia social e pessoal. Como questiona Vivien Burr, se por um lado abandonar de verdade parece ser altamente libertador por outro deixa-nos com a responsabilidade de escolher entre diferentes perspectivas (1998b). A questão que se coloca é como é que é possível defender que determinados grupos são mais oprimidos que outros se não existe ‘verdade’, como podemos decidir dar voz uns em detrimento de outros? Levado ao extremo isso quer dizer que teremos de dar voz às minorias, devemos dar voz ao Partido Nacionalista Republicano (PNR).

Uma segunda questão problemática é a transformação da agenticidade, *self, embodiment* num jogo de linguagem (Burr, 1998b, 2003; Nogueira, 2001). Se recusamos em absoluto a ideia de teorizar as pessoas como capazes de fazerem escolhas, então é inútil tentar persuadir as pessoas com o que elas potencialmente podem ser. O Construcionismo Social é criticado por reduzir tudo à linguagem tendo em consideração as consequências que isto implica para a possibilidade de agenticidade. O relativismo absoluto e a negação de verdade são problemáticas na medida em que tornam quase impossível qualquer tentativa para defender que determinada visão do mundo é melhor do que outra.

Para muitos uma abordagem construcionista social sobre a sexualidade pode contra-intuitiva e inapropriada. Ou como refere Jeffrey Weeks a construção social da sexualidade tem um ‘som *harsh* e mecânico’ (Weeks, 2003, p. 17). O desejo sexual, junto com a fome, são muitas vezes descritos como instintivos, um impulso que os

humanos partilham com os animais (Willig, 1998a). Hoje em dia as teorias evolutivas e biológicas proporcionam as bases dos discursos dominantes sobre sexualidade (Burr, 2003; Potts, 2002; White et al., 2000). Há um acordo generalizado de que a sexualidade é um dado adquirido da natureza, que é um instinto à semelhança da sede ou da fome. Um dos problemas destas ideias é que normalmente o que é ‘natural’ anda de mãos dadas com o que é ‘normal’; e o que é normal é regulado pela moral.

Tendo em conta toda a diversidade e complexidade da sexualidade humana e dada a simplicidade das explicações oferecidas pelas teorias evolutivas e biológicas, o mais provável é que estejam no trilho errado²⁸. Basta pensar a proliferação de diversas práticas sexuais e fantasias sexuais que nada têm a ver com a procriação e preservação da espécie. A actividade sexual é um processo social no qual as pessoas constroem não só as suas experiências, mas também a sua subjetividade. O significado do orgasmo é construído quer com base nos diferentes significados que surgem na esfera pública (o que os especialistas dizem sobre o tema, nas revistas, televisão, nos livros científicos) quer com base no que significa e a forma como é (re)construído na esfera mais privada (Lavie-Ajayi, 2005). Os significados sexuais são por isso socialmente construídos e refletem a moralidade vigente num determinado contexto histórico, cultural, económico e social. Estes significados morais não surgem por acaso e servem precisamente para manter as relações de poder numa determinada sociedade (Burr, 2003). A retórica da objectividade que impera na ciência é em si mesma apenas uma cortina de fumo para uma acção de poder e controlo com motivações ideológicas (Ussher, 1997).

2.2 Pós-estruturalismo Feminista

O Pós-estruturalismo feminista apresenta um enorme potencial para a Psicologia Feminista (Davies & Gannon, 2005; Gavey, 1997 [1987]; Weedon, 1997 [1987]), no entanto é importante sublinhar existem várias versões do Pós-estruturalismo e assim como toda a linguagem, é um termo plural (Weedon, 1997 [1987]). Tal como o Construcionismo Social o Pós-estruturalismo está em clara ruptura com a maioria dos princípios defendidos no âmbito da Psicologia tradicional. Os pressupostos subjacentes

²⁸ Auto-engano na melhor das hipóteses e na pior das hipóteses para defenderem os interesses da florescente industria farmacêutica (Tiefer, 2003)

a esta abordagem têm origem em diferentes movimentos teóricos, nomeadamente no Marxismo Althusseriano, Psicanálise Lacaniana, novo movimento feminista Francês - incluindo Julia Kristeva, Hélène Ciroux e Luce Irigaray - bem como os trabalhos dos filósofos franceses Michel Foucault, Jacques Derrida e Roland Barthes (Gavey, 1997 [1987]; Weedon, 1997 [1987]). Para Chris Weedon uma das principais influências no desenvolvimento da teoria Pós-estruturalista foi trazida pelo Movimento de Libertação das Mulheres e a sua agenda política na luta contra a opressão das mulheres, exercida através da divisão sexual do trabalho, da definição e controlo da sexualidade, das relações de reprodução e do acesso ao trabalho e educação. Muitos dos princípios subjacentes a este movimento teórico também têm sido aplicados por outros/as autores/as da Psicologia Pós-moderna Construcionista (Gergen, 1985; Hare-Mustin & Marecek, 1988; Henriques, Hollway, Urwin, Venn, & Walkerdine, 1998 [1984]; Watzlawiek, 1988) e nesse sentido a maioria dos/as autores/as se posicionam em ambos os paradigmas.

Bronwyn Davies e Susanne Gannon (2005) sugerem que o Pós-estruturalismo Feminista pode ser visto como o terceiro Feminismo na sequência do Feminismo Liberal e do Feminismo Radical. Esta nova corrente rompe com ambas as tradições, ou seja com o discurso dos direitos individuais do Feminismo Liberal, bem como com a celebração e essencialização da mulher pelo Feminismo Radical. O Feminismo Pós-estruturalista procura colocar em questão as categorias homem e mulher de modo a tornar visível a forma como a subjetificação de cada um dos géneros é produzida, ao mesmo tempo que questiona a sua inevitabilidade (Davies & Gannon, 2005).

A teoria Pós-estruturalista propõe uma nova teoria do sujeito que quebra completamente com a visão Humanista Liberal, na qual o sujeito, homem ou mulher, é visto como tendo uma essência humana única, um ser racional e auto-determinado (Weedon, 1997 [1987]). Esta ruptura abre novas possibilidades à transformação cultural e pessoal desejada pelo Feminismo e por outros movimentos sociais que defendem a justiça social (Davies et al., 2006). Os trabalhos pós-estruturalistas desenvolvidos por Julian Henriques e Colaboradores/as (1998 [1984]), Chris Weedon (1997 [1987]) e Judith Butler (1993) permitiram um corte teórico radical com a ideia de que a subjetividade é a verdade autêntica da realidade interna da pessoa e que corresponde a um todo coerente e unificado (Davies et al., 2006). Para os/as autoras do Pós-estruturalismo a experiência não pode ser tida como aproblemática, mas isso não quer dizer que tenha de ser ignorada. A teoria deve ser capaz de explorar a “experiência da

mulher de forma a compreender de onde vem a experiência, como é que ela se relaciona com as práticas sociais materiais e compreender as relações de poder que a estruturam”(Weedon, 1997 [1987], p. 8).

Para os/as Pós-estruturalistas interessa sobretudo identificar os recursos discursivos e culturais que as pessoas usam para dar significados às suas experiências e perceber como é que esses significados são integrados nas suas subjectividades e nas suas práticas. A esfera simbólica e da linguagem permitem-nos dar significado às nossas experiências, a experiência nasce então do ato de dar significado e não do inverso (Burr, 2003). O Pós-estruturalismo é uma teoria que nos permite compreender a relação entre subjectividade, organização social e poder (Weedon, 1997 [1987]). A linguagem é o local onde as formas de organização social, reais e possíveis ocorrem e onde as suas consequências políticas e sociais possíveis são definidas e desafiadas.

Crítica Pós-estruturalista à Ciência Tradicional

A Psicologia *mainstream* tem subscrito os mesmos princípios da tradição Humanista Liberal que servem de base ao senso comum (Gavey, 1997 [1987]). A visão Humanista Liberal entende o sujeito como um ser “essencializado, único, universal e ahistórico – que acredita que se cria a si mesmo e ignora os efeitos constitutivos dos discursos e sistemas de pensamento”(Davies et al., 2006, p. 89) Dentro deste paradigma as pessoas são vistas como tendo uma essência natural e racional. Os/as Pós-estruturalistas vieram pôr em causa a visão dualista do indivíduo e da sociedade e chamando à atenção para o papel dos psicólogos na regulação social (Burr, 2003). Os construtos propostos pela Psicologia não eram [nem são] construções ou tecnologias inocentes, pois elas estabelecem e perpetuam relações de poder (Marecek, 2002). Tanto as ciências ‘naturais’ como as ciências sociais defendem com frequência a sua pretensa objetividade, fazendo-o muitas vezes através do seu estilo de escrita, essa capa serve precisamente para mascarar interesses e pressupostos, e negar os investimentos subjetivos (Weedon, 1997 [1987]).

As feministas têm apontado diversos problemas à investigação positivista, colocando em causa alguns dos pressupostos subjacentes a este tipo de abordagem, nomeadamente a possibilidade de se produzir um conhecimento neutro, objetivo e universalizável (Gavey, 1997 [1987]). Para as feministas a desigualdade de poder entre

investigador/a e investigado/a é inaceitável. É falacioso defender que o/a investigador/a é [deve e pode] ser neutro/a e que não interfere com o processo de investigação. Mesmo um questionário que a pessoa realiza sozinha não tem nada de neutro, já que a relação estabelecida é a de um/a especialista que avalia as respostas da/o participante. Para além destes problemas há um descontentamento generalizado em relação à forma como se mistifica o conhecimento científico e se usa uma linguagem hermética (que por vezes também ocorre nas correntes críticas) para veicular resultados ou conhecimento a um grupo restrito de pessoas (especialistas) e assim perpetuar essa ‘mística’ ou seja esse poder. Para o pós-estruturalismo não é possível estabelecer uma verdade absoluta nem objetiva.

Há muito que as feministas perceberam que a forma como a ciência produzia conhecimento nada tinha de imparcial ou objetivo (M. Crawford & Unger, 2004). Pelo contrário as construções do que era verdade e real, refletiam uma construção masculina, branca, classe média, heterossexual perpetuando assim os poder masculino bem que outras formas de poder (Gavey, 1997 [1987]). A presença das mulheres na produção do conhecimento e da literatura científica dentro e fora da academia tem crescido progressivamente nos últimos 40 anos, tentando contrariar o silêncio a que têm sido submetidas as mulheres ao longo de 300 anos de conhecimento ‘científico moderno’. Apesar desta progressiva participação das mulheres na produção científica, a sua visibilidade continua a ser limitada e a produção académica feminista continua na maioria dos casos a ter um espaço marginal.

O Pós-estruturalismo veio mostrar que não bastava rever o viés masculino, classista e colonial na produção de conhecimento, era preciso rever o conceito de produção científica pois o conhecimento era socialmente construído. Ou seja o conhecimento é entendido como ‘um tipo específico de produção com relações definidas com o mundo social e material’ (Venn, 1998 [1984], p. 150). Os dados não são vistos como evidência do que é real sobre sexo ou sobre o género, os “relatos ou descrições ou performances de formas genderizadas de ser revelam as formas pelas quais o significado de género está a ser produzido, ou a forma como o género está ser performado num determinado texto” (Davies & Gannon, 2005, p. 319). Assume-se que a ciência só pode produzir conhecimento específico com implicações específicas.

O modelo pós-estruturalista dos anos 1980 não só colocou em causa as concepções tradicionais de pessoa mas também reivindicou uma reconceptualização da pessoa. Defendendo que o sujeito “toma forma na corrente da história pessoal, circunstância social e nas vidas culturais e materiais”(Marecek, 2002, p. 24). Tornam-se visíveis e questionam-se os binários homem/mulher, hetero/lésbica colocando em evidência como a normalização, racionalidade e o natural de uma parte do binário são usados para construir e manter as relações de poder de um elemento do binário sobre o outro (Davies & Gannon, 2005). Se por um lado os/as estruturalistas defendem que é possível produzir conhecimento os/as pós-estruturalistas acreditam apenas na sua impossibilidade (Culler, 1982 cit. em Gavey, 1997 [1987]). Pode parecer paradoxal defender que a realidade não tem uma estrutura fixa, universal, prévia para ser descoberta pois isto pode colocar em causa a legitimidade ou utilidade da investigação académica. Para as feministas e os/as construcionistas sociais (Gergen, 1985) a investigação deve ter uma utilidade política e moral rejeitando a possibilidade de produzir conhecimento universal mas defendendo a produção que académica deve servir para produzir teorias e conhecimento histórica, cultural e socialmente situado e que permita a mudança das relações de poder incluindo as relações de género (Burr, 2003; Gavey, 1997 [1987]; Weedon, 1997 [1987]).

Os/as investigadores/as não estão isolados/as dos dados ou dos/as participantes nem deveriam estar. A complexidade do movimento entre conhecimento, poder e subjetividade exige que os/as investigadores/as pesquisem o género a partir do interior. As suas próprias emoções são usadas como textos para leitura, tal como numa biografia colectiva ou leitura de textos genderizados de outros, de forma a ver como o género é produzido através e nas relações com tais textos (Davies & Gannon, 2005). A ciência é percebida como um sistema de discursos que produzem conhecimento de uma determinada forma, e não como um discurso sagrado que é necessariamente melhor do que outros (Haraway, 1991 citada por Davies & Gannon, 2005). As feministas Pós-estruturalistas não acreditam em “‘descobrir’ a realidade, revelar a ‘verdade’ ou ‘expor’ fatos”, mas estão preocupadas em colocar em causa e afastar os conhecimentos dominantes e opressivos(Gavey, 1997 [1987], p. 53). Já as ciências Psi estão elas próprias implicadas na produção do sujeito humanista liberal genderizado (Henriques et al., 1998 [1984]).

Algumas destas reflexões críticas sobre a produção do conhecimento surgiram no seio dos grupos de conscientização, grupos de auto-ajuda e nas campanhas sobre as questões das mulheres. Ao mesmo tempo o movimento de libertação das mulheres questionou o que é tido como conhecimento útil e analisou de forma crítica quais as implicações patriarcais do conhecimento tradicional. O conhecimento traz consigo a possibilidade de poder e de controlo, no entanto como alerta Michel Foucault (1994 [1976]), acesso ao conhecimento por si só não traz poder, é preciso que esse conhecimento seja reconhecido como melhor do que os outros.

Linguagem

A linguagem é feita e estruturada por discursos e é o espaço onde damos sentido a nós mesmos ou seja onde é construída a subjetividade (Burr, 2003) e . Partindo das ideias de Michel Foucault os/as pós-estruturalistas entendem o discurso como um sistema de afirmações reguladas que constroem um objecto de uma determinada forma (Burr, 2003; Henriques et al., 1998 [1984]; Parker, 1992a; Willig, 1999a, 2008). A realidade social é construída pela linguagem e não o inverso, ou seja a linguagem não é reflexo da realidade social (Weedon, 1997 [1987]). Todo o significado e conhecimento é produzido discursivamente quer através da linguagem quer através de outras práticas discursivas (Gavey, 1997 [1987]). A linguagem é o espaço no qual se constrói a subjetividade, esta “é produzida numa série de práticas discursivas – económicas, sociais e políticas – cujos significados são um constante espaço de luta pelo poder” (Weedon, 1997 [1987], p. 21).

Para a teoria pós-estruturalista a linguagem não é nem fixa nem essencial (Gavey, 1997 [1987]). A linguagem é o fator de comum à organização social, significados sociais, poder e consciência individual, “é o local onde as formas de organização social reais e possíveis ocorrem e onde as suas consequências políticas e sociais possíveis são definidas e desafiadas” (Weedon, 1997 [1987], p. 21). Nesse sentido a linguagem não é a expressão da individualidade nem representa o real, mas pode ser “desconstruída e dissecada de forma a mostrar como é que o real é construído” (Davies & Gannon, 2005, p. 319). Um exemplo importante é a desconstrução dos binários que usamos para explicar o mundo, tornando visível a hierarquia subjacente a estes opostos, na qual um representa o princípio ideal o maior, enquanto que o outro é uma espécie de suplemento subordinado (Burman & MacLure, 2005). O exercício de desconstrução implica exercer

pressão sobre os binários de forma a revelar os pontos cegos ou de impasse – “‘aporias’ – onde a integridade das oposições está fatalmente comprometida, e um excesso de significados contraditórios e incontroláveis bem como ressonâncias são libertadas”(Burman & MacLure, 2005, p. 285)

A linguagem é entendida como um sistema que existe nos discursos disponíveis, estes por sinal variam histórica, social e culturalmente. Há medida que adquirimos a linguagem que aprendemos a dar significado e sentido à nossa experiência. Os discursos apesar de estarem em constante mutação pré-existem à nossa entrada na linguagem (Burr, 2003). Será através deles que iremos compreender a ‘realidade’ e desenvolver certas formas de pensar. A partir do momento em que a linguagem é compreendida em termos de discursos em disputa ou conflito, ou seja que se assume que existem diferentes formas possíveis e por vezes em oposição de dar significados ao mundo então a linguagem torna-se num espaço de luta política importante (Weedon, 1997 [1987]). O que significa ser mulher num determinado momento depende das relações discursivas e esse significado e está aberto a constantes (re)leituras e (re)interpretações (Weedon, 1997 [1987]). A linguagem pode então ser entendida como um círculo contínuo, em que a linguagem produz significados mas também é construída pelos significados das práticas sociais que nomeia (Farvid & Braun, 2006). O mundo é construído através de diferentes linguagens e diferentes discursos, mas esses significados não podem ser isolados em si mesmos em conceitos universalmente partilhados e que refletem uma realidade fixa (Weedon, 1997 [1987]). Os significados de masculinidade e da feminilidade variam em função da linguagem, cultura, do momento histórico e até mesmo dentro dos mesmos discursos. O significado feminilidade no discurso feminista sufragista é totalmente diferente da feminilidade no discurso feminista radical. Nesse sentido é necessário entender a linguagem como um sistema que existe sempre em discursos historicamente localizados.

Significado e consciência não existem fora da linguagem. É a linguagem que nos permite pensar, falar e dar significado ao mundo à nossa volta. Contudo importa não confundir isto com os discursos humanistas (Davies, 1997; Jones, 1997). Nós não somos nem autores das formas como compreendemos as nossas vidas nem somos seres racionais e unificados (Weedon, 1997 [1987]).

Significado

Para os Pós-estruturalistas não existem significados fixos e intrínsecos que descrevam a realidade social ou o mundo natural (Henriques et al., 1998 [1984]), o significado é construído dentro da linguagem, é produto das relações discursivas com a especificidade histórica e cultural (Weedon, 1997 [1987]). Há uma pluralidade de significados e os mesmos são mutáveis (Henriques et al., 1998 [1984]), por exemplo o significado do sexo ou qualquer outro conceito nunca é fixo e está sempre aberto a mudança, é discutível e temporário (Burr, 2003). Dentro do pós-estruturalismo cada corrente teoriza a produção de significado de forma diferente. Por exemplo o Pós-estruturalismo Psicanalítico olha para a ordem psico-sexual fixa (T. Brown & Heggs, 2005); a Desconstrução olha para a relação entre diferentes textos (Burman & MacLure, 2005); já a teoria Foucaultiana olha para as relações discursivas e as práticas sociais num determinando momento histórico. É esta última abordagem que mais interesse tem para o Pós-estruturalismo Feminista (Weedon, 1997 [1987]).

A desconstrução entende o mundo os dados, o/a investigador/a e os/as participantes apenas como texto e tudo o que isso implica. Nada é natural, auto-evidente ou inocente (Burman & MacLure, 2005). Questiona os dados adquiridos de forma a abrir espaços textuais que parecem estar ocultos, contra-intuitivos ou que provocam confusão. Os signos individuais não têm significados intrínsecos mas adquirem significado através da cadeia da linguagem e a sua diferença ou posição dentro da linguagem em relação a outros signos. O significado está sempre aberto a mudança e redefinição há medida que se dão mudanças no contexto discursivo. (Weedon, 1997 [1987]). Estes princípios são importantes porque tornam a linguagem verdadeiramente social e um espaço de luta política. A forma como pensamos ou compreendemos a sexualidade dentro de uma determinada cultura e num determinado momento, as práticas materiais e discursivas que usamos em torno da sexualidade, e os significados que damos às nossas experiências são construídos por e através de uma rede complexa de relações discursivas. O que sabemos sobre nós mesmos, incluindo sobre a nossa sexualidade, é apenas o que a 'cultura nos proporciona e permite pensar epistemicamente, e através das nossas posições na estrutura social' (Buchbinder, 1998).

Não existem significados fixos nem intrínsecos que descrevem a realidade social ou o mundo natural (Weedon, 1997 [1987]). Os significados são plurais e estão em constante mutação. Os significados sociais são produzidos nas instituições e práticas

sociais e dentro das quais os indivíduos são modelados/as. Mais do que autores/as da mudança as pessoas são agentes de mudança. Estes/as agentes por vezes servem para perpetuar e defender os interesses hegemônicos e em outras situações servem para desafiar as relações de poder existentes.

Discurso e Poder

Retomando as ideias de Michel Foucault a proposta pós-estruturalista pretende transformar as relações de poder, seguindo as suas ideias as feministas pós-estruturalistas não vêem “o poder como uma força unitária independente de nós e que opera apenas de cima para baixo através da negação e repressão”(Gavey, 2005, p. 86).

Chris Weedon (1997 [1987]) refere que apesar de Michel Foucault ter sido incapaz de fazer uma leitura das relações de poder patriarcais na sua teoria do discurso e do poder, e por isso não ser visto com bons olhos por algumas feministas, o fato é que esta apresenta um enorme potencial para a teoria feminista. A sua teoria permite compreender as relações de poder e perceber como o uso de determinados discursos e estratégias discursivas podem ser usadas para oprimir as mulheres mas ao mesmo tempo criar espaços de resistência em relação aos discursos dominantes (Weedon, 1997 [1987]).

O significado também é resultante das relações de poder, diferentes significados implicam consequências diferentes. Mais importante que o conhecimento é o poder para definir o que é conhecimento válido (Burr, 2003) . Na nossa sociedade os discursos com mais poder têm fortes bases institucionais como é o caso da justiça, medicina, ciência, estado social, educação e organização da família e do trabalho. No entanto estes espaços institucionais também são em si mesmos espaços de contestação e os discursos dominantes presentes nas práticas das instituições sociais estão constantemente a ser desafiados (Weedon, 1997 [1987]). Para subverter o poder é necessário desafiar uma série de práticas e formas de subjetividade estabelecidas por essas mesmas instituições.

As relações entre os discursos não são sempre mediados por uma relação entre poder e falta de poder, os discursos operam num campo de relações de força (Foucault, 1994 [1976]). Nem todos os discursos tem o mesmo poder e a autoridade que os discursos associados a instituições (como a medicina ou justiça) mas para que um discurso possa ter algum efeito social é necessário que ele circule. Chris Weedon (1997 [1987]) dá o exemplo do discurso feminista que ou é marginal ou está em conflito com

os discursos dominantes de feminilidade. Apesar do discurso feminista não ter poder para ‘impor’ as suas versões de conhecimento através de práticas institucionais²⁹, o Feminismo pode mesmo assim oferecer um espaço para que as mulheres possam resistir aos posicionamentos de sujeito dominantes. A possibilidade de resistência resulta dos processos através dos quais determinados discursos se tornam instrumentos e efeitos do poder:

“o discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, o expõe, o torna frágil e permite impedi-lo de avançar. Do mesmo modo, o silêncio e o segredo albergam o poder, fixam as suas interdições, mas também afrouxam as suas influências e proporcionam tolerâncias mais ou menos obscuras” (Foucault, 1994 [1976], p. 104).

A resistência aos discursos dominantes, parte do sujeito individual. O primeiro passo é a produção de discursos alternativos e formas de conhecimento alternativo, ou então a identificação alternativas que já existem e a sua disseminação. Quanto mais difundidos e acessíveis forem os discursos alternativos, maior o seu potencial de poder. O poder social dos discursos marginais é circunscrito e regulado pelo contexto social de interesses e poder dentro do qual os desafios aos discursos dominantes são colocados. Só podemos perceber o potencial de um determinado discurso quando o situamos historicamente, Chris Weedon (1997 [1987]) dá o refere o exemplo do princípio da igualdade de oportunidades para homens e mulheres na educação e no trabalho. A partir do momento em que este princípio foi institucionalizado percebeu-se que o mesmo não oferecia grande ameaça ao equilíbrio de poder na sociedade onde as relações patriarcais servem de base à produção e regulação dos sujeitos feminino e masculino (Weedon, 1997 [1987]). Hoje em dia o mesmo discurso liberal que serviu para ter acesso à igualdade de oportunidades funciona hoje contra os interesses da mulher (Davies et al., 2006; McRobbie, 2009), só quando olhamos para “um discurso em ação, num contexto histórico específico que é possível perceber quem é que tem os seus interesses protegidos nesse momento específico” (Weedon, 1997 [1987], p. 108).

Um discurso toca-nos de uma forma particular (Parker, 1997), enquanto homem, amante, pai, paciente ou consumidor, oferecendo diferentes posicionamentos de sujeito.

²⁹ Hoje em dia pode considerar-se que pelo menos parte da ideologia de alguns Feminismo(s), p.e. Feminismo Liberal, está institucionalizada, por exemplo na CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) ou nas Universidades, através de doutoramentos ou mestrados em Estudos das Mulheres.

Um discurso oferece um número limitado de posicionamentos, com diferentes privilégios e responsabilidades – ambos em termos de falar e de acção. Os posicionamentos são diferencialmente disponíveis para os sujeitos, de uma forma que se relaciona com o próprio discurso (Gilfoyle, Wilson, & Brown, 1993; Hollway, 1989, 1998 [1984]) e como tal age para dar desigualdade de poder (Hollway, 1984). Por exemplo um homem ao usar o discurso do drive sexual masculino permite-lhe uma posição de poder sobre a mulher. Dentro deste discurso a mulher é posicionada e posiciona-se como objeto sexual do desejo incontinente e ‘natural’ do homem. Um indivíduo pode resistir aos posicionamentos proporcionados por determinados discursos, ao invocar um discurso alternativo. Contudo como referimos acima, alguns discursos são hegemónicos e por isso mais difíceis de resistir. Os/as pós-estruturalistas realçam que quando tentam criticar ou desconstruir um discurso também estão dentro do mesmo, nesse sentido não existe um espaço fora da linguagem (Davies et al., 2006) e nesse sentido também estão sob influência do mesmo.

A diversidade e o acesso a discursos existentes condicionam a forma como vivemos as nossas vidas enquanto sujeitos pensantes e conscientes, a forma como damos significados às relações sociais materiais nas quais vivemos. O poder social dos discursos existentes, o acesso aos mesmos e a sua força política condiciona os significados mas também a estrutura material do dia-a-dia das pessoas. Chris Weedon (1997 [1987]) dá o exemplo do trabalho doméstico e como diferentes discursos podem proporcionar diferentes significados e diferentes implicações práticas. Por exemplo a Sociobiologia e a Psicologia Comportamental vêm a divisão do trabalho como algo natural e biologicamente determinado e nesse sentido inquestionável; já a Sociologia vê-o como produto da organização social; o Marxismo como um efeito do capitalismo; o Feminismo Socialista como sendo uma consequência do modelo de produção capitalista mas que não se reduz a isso; o Feminismo Radical vê a divisão do trabalho como um efeito do patriarcado. Todas estas explicações têm significados diferentes e competem entre si. Cada um dos discursos tem implicações e consequências políticas e sociais diferentes, consequentemente também implicam diferentes formas de subjetividade feminina. A análise do discurso permite-nos explorar este tipo de leitura crítica e é por isso um método extremamente compatível com uma abordagem pós-estruturalista feminista (Gavey, 1997 [1987]).

Uma leitura histórica pós-estruturalista das relações de poder oferece as bases para perceber como o poder social é exercido e como é que as relações sociais de género, de classe e etnia/raça podem ser transformadas (Weedon, 1997 [1987]). As feministas Pós-estruturalistas vêem sublinhar a importância de olhar não só para as relações de classe mas também de género e mais tarde etnia (com o surgimento do feminismo negro). Apesar de ser consensual que as relações de classe são cruciais para compreender os fenómenos de opressão, isso não significa que a opressão gerada pelas relações de género e etnia são necessariamente secundárias à análise de classe, muito pelo contrário. Para uma leitura feminista pós-estruturalista é indispensável ter em consideração a natureza material do discurso, a importância das relações económicas de produção, a estrutura de classes da sociedade, bem como a relação integral entre teoria e prática (Weedon, 1997 [1987]).

Subjetividade

A crítica pós-estruturalista mostra como o indivíduo humanista não é o que se pensava ser, o sujeito vive a ficção ilusória de que é um ser unitário, racional e centrado e em controlo da sua subjetividade (Davies et al., 2006). Dentro do Pós-estruturalismo a subjetividade é entendida como “a condição de ser um sujeito, dinâmico e múltiplo, sempre posicionado em relação a determinados discursos e práticas e produzida por estes (Henriques et al., 1998 [1984], p. pp. 3). De cada vez que falamos a subjetividade é reconstruída no e pelo discurso. A linguagem constrói a subjetividade individual de forma socialmente específica. Para o pós-estruturalismo a subjetividade não é nem fixa nem unificada, é precária e contraditória (Burr, 2003). É um espaço de desunidade e conflito, central nos processos de mudança política mas que também serve para manter o status quo (Weedon, 1997 [1987]). Rejeita-se a ideia de um indivíduo único, fixo coerente ou da subjetividade como a essência do indivíduo.

O objetivo do pós-estruturalismo é destruir o sujeito humanista, não é criar o seu homólogo anti-humanista. A destruição do sujeito humanista permite-nos perceber a ficcionalidade do sujeito e reconhecer o poder da ficção na construção daquilo que entendemos como sendo real (Davies, 1997). O que interessa não são as descrições ou performances que revelem a essência do género, o que é relevante “é a subjetificação e os tipos de subjetividades genderizadas que se tornam disponíveis dentro um

determinado discurso” (Davies & Gannon, 2005, p. 319). Determinados discursos oferecem mais do que um posicionamento de sujeito. Diferentes discursos oferecem diferentes posicionamentos que podem ser contraditórios. São estes conflitos que permitem perceber as contradições nos relatos individuais de experiência. Por exemplo o discurso sobre maternidade e o discurso liberal sobre o trabalho oferecem posicionamentos contraditórios. Apesar de um discurso oferecer uma forma de subjetividade preferencial a sua própria organização irá implicar outros posicionamentos de sujeito e a possibilidade do oposto. Como o caso da homossexualidade que primeiro nasceu e só depois foi criada a sua homóloga heterossexualidade (Katz, 2007), respeitando uma lógica binarista do bom e do mau, natural e aberrante, normal e anormal.

O sujeito no pós-estruturalismo está em constante processo, só existe em processo, “é revisto e (re)presentado através de imagens, metáforas, narrativas ou outras características da linguagem tais como uma gramática de pronomes; é falado e falado de novo, cada fala existindo num palimpsesto junto com as outras”(Davies, 1997, p. 275). Uma série de autores/as questionam se a subjectividade é apenas um efeito do discurso (Burr, 1995) ou da interacção de discursos (Henriques et al., 1998 [1984]). Entre as feministas pós-estruturalistas existe algum desacordo se a subjectividade pode ou não ser explicada apenas como um efeito dos discursos e alguns/algumas autores/as defendem que a análise do discurso sozinha não permite perceber o investimento que as pessoas fazem nesses posicionamentos de sujeito (Frosh, Phoenix, & Pattman, 2003; Hollway, 1989; Hollway & Jefferson, 1998). Wendy Hollway e Tony Jefferson acreditam, que “os discursos não proporcionam alternativas organizadas ou claras que conduzem a acção: pelo contrário eles debatem-se por espaços nos múltiplos significados, conscientes e inconscientes, que corroboram as práticas e emoções que os acompanham”(1998, p. 411). Contudo muita da investigação no domínio da Psicologia Feminista sobre sexualidade (Mary Boyle, 1997; Braun, Gavey, & McPhillips, 2003; Dryden, 1999; Gavey, 2005; Malson, 1998; Maxwell, 2007; McPhillips et al., 2001; Ussher, 1997, 2006; Vares, Potts, Gavey, & Grace, 2007) tem sido feita com base nos pressupostos pós-estruturalistas e sem recurso à teoria psicanalítica e partindo do pressuposto que a subjectividade pode ser entendida a partir dos discursos e dos posicionamentos do sujeitos oferecidas pelos discursos.

A ideia é olhar *através* da superfície da linguagem e não olhar *para* a linguagem, de forma a perceber como é que cada um de nós pode pensar que temos, e agimos como

se tivéssemos sentido de agenticidade e ao mesmo tempo reconhecer como a agenticidade está na força constitutiva do discurso (ênfase original, Davies, 1997). Bronwyn Davies e colaboradoras sugerem que “a teoria pós-estruturalista feminista proporciona uma série de propostas de forma a tentar articular o processo contínuo de ser sujeito, de subjectividade, das relações entre o interior e o exterior, da força constitutiva do discurso” (2006, p. 100). O sujeito tal como descrito e observado pela ciência tradicional como um objeto fixo e com uma existência independente é posta em causa. Não se eliminou o sujeito, mas o enfoque passa por colocar em evidência os processos de construção do sujeito através dos discursos. Abandona-se a ideia de subjectividade enquanto essência e abre-se espaço para a mudança, resistência e emancipação (Weedon, 1997 [1987]). Sugerem-se duas etapas para uma constituição subjetiva aberta e de mudança, primeiro “através da desconstrução pós-estruturalista crítica, e em segundo através de um trabalho de compreensão dos processos da nossa própria subjectificação e decomposição dessas áreas de fixidez que estão amarradas aos discursos “(Davies et al., 2006, p. 100) de forma a produzir discursos e subjetividades impensáveis.

Implicações para o Feminismo

Algum do trabalho político feminista tem reclamado a importância de dar voz às mulheres de forma a resistir ao patriarcado. E esta pode ser considerada a primeira etapa para a desconstrução da hierarquia de género (Gavey, 1997 [1987]) no entanto para as feministas pós-estruturalistas isto é insuficiente. Em última análise dar apenas voz às mulheres, ou seja reproduzir exatamente o que dizem as mulheres pode ter efeitos limitados pois corre-se o risco de apenas fazer um paralelo com o discurso hegemónico. Reivindica-se a necessidade de se promover a conscientização ou “transformação subjetiva” (Henriques et al., 1998 [1984], p. 7). A subversão implica que se ponham em causa as práticas e as formas de subjectividade subjacentes às instituições sociais (Weedon, 1997 [1987]). É necessário abandonar as identidades fixas de homens e mulheres. Se nos limitar-mos a valorizar essas identidades (p.e. como é proposto pelo Feminismo Cultural) corremos o risco de subscrever o *status quo*.

Para Chris Weedon (1997 [1987]) a agenda feminista deve preocupar-se em compreender como é que as mulheres toleram relações sociais que subordinam os seus interesses aos interesses dos homens e os mecanismos pelos quais homens e mulheres adoptam determinados posicionamentos discursivos como representativos dos seus

interesses. Hoje em dia a questão central que o Pós-Modernismo coloca ao Feminismo é compreender como é que “as mulheres se podem organizar em conjunto e desenvolver novas e positivas identidades se não existe uma essência ‘mulher’ com base na qual as mulheres se pudessem juntar num espírito de *sisterhood*” (Weedon, 1997 [1987], p. 170). A experiência dos grupos de conscientização permitiu perceber que a experiência não era necessariamente transparente e que era possível (re)interpretá-la de múltiplas formas. E que essa interpretação dependia apenas das ferramentas teóricas disponíveis e usadas. O primeiro passo passa então por desconstruir as relações de poder patriarcal, “mostrando como elas funcionam quer institucional quer individualmente através da produção de formas de subjetividade patriarcais” (Weedon, 1997 [1987], p. 171).

Apesar de Henriques e colaboradores/as (1998 [1984]) e Chris Weedon (1997 [1987]) sublinharem que a análise dos processos de subjetivização abriam espaço para um novo tipo de sujeito mais aberto à mudança este continua a ser um dos pontos menos explorados ou menos bem sucedidos na teoria Pós-estruturalista (Davies et al., 2006). Uma das vantagens desta abordagem é que ela permite perceber quais as implicações práticas de diferentes formas de teorizar a opressão e ao mesmo tempo identificar as teorias que podem ser úteis para a mudança (Weedon, 1997 [1987]). Nesse sentido as feministas são desafiadas a tornar os seus pressupostos políticos explícitos.

Críticas

A teoria pós-estruturalista não tem sido vista com bons olhos por algumas feministas e tem sido alvo de diversas críticas. Algumas das críticas são apontadas à forma como é conceptualizada a natureza do poder nega às mulheres a possibilidade de desenvolverem uma ação política de transformação (Fraser, 1989 citado por Weedon, 1997 [1987]). Fraser, 1989 cit in weedon. Há um desconforto com a ideia de que não existe uma posição objetiva fora da dinâmica poder/conhecimento a partir da qual se pode falar e agir. Uma segunda questão problemática é o pressuposto de que a subjetividade é um efeito do discurso e que se constrói no dia-a-dia através de práticas discursivas, nesse sentido o que significa ser mulher é um fenómeno social e não uma essência. A mulher é então um fenómeno social, cultural e historicamente localizado, a feminilidade está em constante mutação e como tal a unidade ou identidade fixa enquanto mulher ou mulher negra é posta em causa. Esta visão é entendida por muitos/as como problemática e impossibilitando a acção política feminista. Os discursos ocidentais do Iluminismo

sobre subjetividade, progresso e emancipação são abraçados quer pelo Feminismo Liberal quer pelo Feminismo Marxista. Alguns/algumas autoras sugerem que o pós-modernismo é um luxo das mulheres brancas de classe média que já alcançaram os privilégios e emancipação proporcionadas pelo Iluminismo e que agora se podem “dar ao luxo de ser críticas” (Di Stefano, 1990 citado por Weedon, 1997 [1987], p. 175)

Há um grande desconforto com a ideia que não é possível propor uma metanarrativa feminista, o Pós-modernismo propõe que “sujeitos e conhecimento são provisórios e diferenciados de acordo com a sua localização discursiva e social” (Weedon, 1997 [1987], p. 177) e que por isso não é necessária uma metanarrativa única. O pluralismo, relativismo e individualismo político são apontados como problemáticos dentro da teoria. As feministas pós-modernistas argumentam que não é essencial ter uma teoria geral sobre a opressão e que teorias parciais e localizadas podem ser bem mais produtivas de forma a evitar e transformar a opressão nas relações sociais. Reconhecer o pluralismo permite perceber que existem interesses e perspectivas em conflito mesmo dentro do Feminismo, p.e. as perspectivas ligadas ao Feminismo negro e ao Feminismo branco, reconhecendo que existe uma estrutura de desigualdade nas relações. Rejeita-se a ideia que existe um feminismo (ocidental, branco, classe média, heterossexual) que pode ser generalizável a todas as mulheres, abre-se espaço para perspectivas políticas e interesses que antes tendiam a ser marginalizados e para narrativas não universais.

2.3 Perspectivas feminista(s) sobre a(s) Sexualidade(s)

‘[T]he emergency of new social movements concerned with sex – modern feminism, the gay and lesbian and other radical sexual movements – have challenged many certainties of the ‘sexual tradition’, and as result have produced new insights to the intricate forms of power and domination that shape our sexual lives’. (Weeks, 2003, p. 9)

Feminism has always been vitally interested in sex (Rubin, 1998, p. 165)

Desde os finais do século do século XVIII que as feministas têm escrito e feito campanhas contra a exploração sexual das mulheres (Gavey, 2005) A primeira publicação claramente feminista no universo anglo-saxónico (Carmo & Amâncio, 2004) é geralmente atribuída à Britânica Mary Wollstonecrafts ‘*A Vindication of the rights of woman*’, publicada em 1792, onde ela escreveu sobre raparigas e educação, mulheres e trabalho, necessidade da igualdade e onde também fez uma crítica incisivas aos modos normativos da sexualidade masculina (Gavey, 2005; Plante, 2006). O movimento feminista, em especial nos países ocidentais, envolveu-se activamente na luta pelo direito das mulheres. Historicamente a sexualidade das mulheres tem sido sempre regulada e monitorizada, as formas de controlo sobre o seu corpo é que se foram alterando, mais ou menos drasticamente, ao longo da história(Harris, 2005).

Apesar das feministas da primeira vaga terem sobretudo lutado pela melhoria das condições materiais das mulheres através da luta por direitos legais e cívicos (Nogueira, 2001; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001), Margaret Jackson sugere que as feministas da primeira vaga também se preocuparam com a opressão das mulheres através da sexualidade (1984). No entanto essa preocupação não passava necessariamente pela libertação sexual das mulheres ou direito ao prazer (Smart, 1996b) mas uma luta por melhor condições no acesso à saúde e protecção das mulheres, nomeadamente através de campanhas contra a prostituição, abuso sexual das raparigas, doenças venéreas (M. Jackson, 1984). O espaço das feministas era limitado, as mulheres ou eram retratadas como mães assexuadas ou vítimas das práticas heterossexuais masculinas (Smart, 1996b). Neste contexto as feministas também reivindicaram o acesso a melhor e mais informação sobre contracepção e sexualidade (Lagro-Janssen, 2007) para as mulheres. Esta preocupação tem os seus alicerces na ideia de que a

mulher não é capaz de controlar o seu destino se ela não tiver acesso a meios para controlar a sua fertilidade e o seu corpo (Sanger, 1920)³⁰ e tem sido um eixo central nas reivindicações de todos os movimentos feministas ao longo da história (M. Crawford & Unger, 2004). Como refere Dorothy Roberts ‘sem que as mulheres sejam capazes de decidir sobre os seus destinos reprodutivos, as mulheres nunca poderão alcançar um papel social, político e económico igual e como tal irão continuar a serem politicamente subordinadas e economicamente dependentes dos homens’ (2002, p. 272). Apesar de marginalmente se discutir a possibilidade do amor livre, essa questão nunca foi alvo de campanhas no espaço público (Smart, 1996b). Naquela altura a conceptualização dominante era a de um desejo heterossexual masculino excessivo e que deveria ser contido, ainda hoje o modelo da exploração e vitimização continua a estar subjacente à maior parte das discussões da heterossexualidade (Smart, 1996a).

Para Margaret Jackson o desenvolvimento da sexologia nos finais do século XIX e inícios do século XX veio minar o esforço das feministas questionar a sexualidade masculina como forma de controlo social. A Sexologia e a Medicina vieram defender que a heterossexualidade, não só era natural como universal, propondo terapias para que as mulheres (e homens) aceitam e apreciem o imperativo coital (1984, 1994). É importante sublinhar que até aos inícios dos anos 1970 a crítica à heterossexualidade era sobretudo implícita. Apesar de as feministas serem críticas em relação à maior parte dos aspectos das relações sexuais entre homens e mulheres, a heterossexualidade raramente era nomeada (Stevi Jackson, 1999d; Rich, 1980) .

O movimento feminista da segunda vaga começa exactamente o seu enfoque no patriarcado e nas políticas da reprodução (Nogueira, 2001; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001), centrando-se também em torno da divisão desigual do trabalho, dos papéis e do poder entre homens e mulheres. ‘O pessoal é político’ tornou-se na palavra de ordem dentro do movimento, para alertar para o fato de as mulheres estarem numa posição de desvantagem não só na esfera pública mas também na esfera privada da família e das relações (Stevi Jackson, 1999d). Como qualquer movimento o Feminismo não é monolítico, e diferentes correntes surgiram, sendo que a agenda política do

³⁰ É importante sublinhar que a militância pelo acesso à contraceção e libertação sexual do início do século protagonizada por feministas como Margaret Sanger e Marie Stopes é controversa, como argumenta Margaret Jackson ao adoptarem o modelo sexológico da época (baseado-se nomeadamente as ideias de Albert Ellis) criaram-se ‘sérias contradições entre a sua compreensão da sexualidade e a sua relação com a libertação das mulheres, pondo em causa o seu Feminismo’ (M. Jackson, 1994, p. 127).

movimento incluía o direito à contracepção e ao aborto, o direito ao prazer, a eliminação da violência contra a mulher e o fim da objetificação da mulher através da pornografia e prostituição (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001).

Nos anos 1980 surgem as famosas ‘*sex wars*’, levadas a cabo por dois movimentos claramente em conflito na forma como defendiam que a sexualidade da mulher deveria ser conceptualizada de forma a fazer face à opressão (Rubin, 1984; Vares et al., 2007). Por um lado movimento da libertação sexual que defende o prazer sexual e a justiça erótica, criticando as restrições ao comportamento sexual da mulher e denunciando os custos para as mulheres sexuais ativas (Stevi Jackson, 1999f). Por outro o movimento anti-pornografia defende que o movimento de libertação sexual é apenas uma extensão do privilégio masculino. Esta segunda tradição aproxima-se dos discursos mais conservadores onde os comportamentos sexuais são descritos da pior forma possível (Rubin, 1998) todas as sexualidades e minorias eróticas eram vistas como anti-feministas. A opressão das mulheres é então atribuída à representação gráfica do sexo, à prostituição, educação sexual, sadomasoquismo, homossexualidade masculina e transsexualismo. Gayle Rubin em defesa do movimento da libertação sexual ironiza perguntando “o que aconteceu à família, religião, educação, práticas educativas, media, estado, psiquiatria, discriminação laboral e salário desigual?” (1998, p. 166).

As ‘*sex wars*’ entre as feministas radicais lésbicas e as feministas radicais heterossexuais, tanto nos grupos francófonos³¹ como nos grupos anglófonos conduziram a um debate extremamente polarizado sobre a heterossexualidade (Stevi Jackson, 1999c). Grande parte da literatura feminista se centrou apenas no carácter opressivo da sexualidade masculina nomeadamente na violação, abuso sexual, pornografia e prostituição (Hollway, 1995a). Algumas feministas argumentam que esta divisão tornou problemático falar sobre o prazer em relações heterossexuais (Stevi Jackson, 1999f; Potts, 2002; Segal, 1994). As ‘*sex wars*’ tornaram quase impossível a tarefa de teorizar de aspectos específicos dos desejos e prazeres heterossexuais, como se heterossexualidade fosse o mesmo que heterossexismo (Segal, 1994).

Para Lynn Segal e Carol Smart é necessário centrar-se na agenticidade sexual da mulher, isto significa falar dos problemas da heterossexualidade mas ao mesmo tempo

³¹ Uma das consequências das ‘*sex wars*’ no seio do Feminismo francês foi o desaparecimento da revista *Questions Feministes* que mais tarde reaparece sob o nome *Nouvelles Questions Feministes* (Stevi Jackson, 1999c)

ser capaz de falar dos seus prazeres (1994; 1996b). O debate é relançado nos anos 1990 num número especial da revista *Feminism & Psychology* (C. Kitzinger, Wilkinson, & Perkins, 1992; Wilkinson & Kitzinger, 1993). Wendy Hollway (1995a) argumenta que o debate acabou por produzir duas argumentações distintas e em oposição: para algumas feministas o patriarcado torna a emancipação heterossexual é um projeto impossível (p.e. C. Kitzinger & Wilkinson, 1993; Schacht & Atchison, 1993), para outras o problema está na inexistência de um discurso emancipatório para as mulheres e essa deve ser uma tarefa para o Feminismo (Hollway, 1995a; Stevi Jackson, 1995a; Segal, 1994; Smart, 1996b).

A rejeição dentro do Feminismo da celebração da (hetero)sexualidade da mulher e a acusação de que as feministas heterossexuais dormiam com o inimigo, conduziu inevitavelmente à recuperação da culpa característica da tradição judaico-cristã, sobretudo junto das mulheres de classe-média brancas (Smart, 1996b). Reflexo disso, são alguns dos textos publicados no volume especial sobre heterossexualidade do *Feminism & Psychology* em tom de confissão (p.e. Bartky, 1992; Bem, 1992; L. Brown, 1993) ou rejeitando essa confissão culpa (p.e. M. Crawford, 1992; Yuval-Davis, 1992). Várias feministas (Hollway, 1995a; Stevi Jackson, 1999e; Segal, 1994; Smart, 1996b) argumentam que estas reacções eram uma consequência inevitável tendo em conta os pressupostos implícitos na proposta feita pelas editoras.

A relação entre o Feminismo e a sexualidade tem sido no mínimo complexa. Como é reconhecido pelas feministas que muita da opressão das mulheres nasce, é mediada e construída dentro da sexualidade (Rubin, 1998). No entanto algumas feministas argumentam que nem todas as relações com os homens têm de ser opressivas e é possível ter experiências igualitárias e de prazer com homens (Hollway, 1996; Stevi Jackson, 1999g; Segal, 1994; Smart, 1996b), contudo o feminismo não tem sido capaz de desenvolver e promover discursos mais eficazes para transformar as relações de intimidade entre homens e mulheres (Burns, 2003; Hollway, 1995a).

Desafios à Investigação Feminista em Sexualidade(s)

Uma das preocupações no seio do movimento feminista era precisamente estabelecer um tipo de conhecimento diferente, um conhecimento feito por mulheres

para as mulheres (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001) assumindo que todo o conhecimento é inevitavelmente subjetivo e condicionado por valores, sendo apenas uma construção feita a partir de determinado ponto de vista. Contrariando o modelo tradicional da sexualidade as académicas feministas defendem a necessidade de atender aos aspectos interactivos e contextuais da sexualidade (White et al., 2000) tendo uma abordagem da sexualidade que parte do social e do político questionando e desconstruindo a ciência tradicional e convencional. Como defende Leonoree Tiefer o modelo sexológico tradicional não se adequa ao estudo da experiência sexual das mulheres pois tem negligenciado sistematicamente a diversidade que existe entre mulheres assim como a realidade das políticas de género (2000, 2004). A mesma autora defende que a investigação neste domínio deverá necessariamente explorar a forma como as realidades políticas e culturais afectam a experiência física e psicológica ao mesmo tempo que questiona de forma ácida como os conceitos de “natureza”/“natural” que impregnam o modelo sexológico tradicional (Tiefer, 1997, 2004). Esta perspectiva crítica quando aplicada ao estudo da sexualidade permite perceber como o estudo tradicional da sexualidade tem sustentado e reproduzido desigualdades de género na sociedade. Desconstruir a sexualidade tendo em conta a moldura social possibilita a emergência de concepções alternativas da sexualidade que poderão promover a igualdade e proporcionar uma compreensão dos limites de ambas as epistemologias tradicionais e pós-modernistas (White et al., 2000).

Carol Vance alerta para o perigo de se re-patologizar a sexualidade, se a investigação sexual continuar a ser conceptualizada dentro do modelo biomédico e sob a perspectiva de doença (1999). Mesmo que os temas públicos não sejam necessariamente os mesmos que circulavam nos finais do século XIX e início do século XX entre os quais os discursos das doenças venéreas, prostituição e masturbação, hoje, por exemplo, assistimos à medicalização da masculinidade e da ‘virilidade’ (Marshall, 2006) ao mesmo tempo que presenciamos as fortes investidas no sentido de em paralelo biomedicalizar a sexualidade da mulher (Tiefer, 2003). O modelo médico prevalente promove uma sexualidade normativa, falocêntrica e cujo êxito depende de um funcionamento genital correcto (Tiefer, 2001a). Estão cada vez mais disseminados os discursos médicos que analisam o sexo e a sexualidade apenas em função da resposta física (Grace, Potts, Gavey, & Vares, 2006) e estes discursos são apropriados e partilhados não só pelos cientistas mas também pelos médicos, pacientes, indústria,

média e pelos consumidores o que promove a clara difusão de uma heteronormatividade genderizada (Marshall, 2006). O estatuto superior das ciências médicas e a ideia generalizada de que a ciência está isenta de valores torna ainda mais perigoso este discurso pois as discussões públicas passam então a ser lideradas pelos peritos médicos em torno de noções de saúde e de doença quando se tratam na realidade de discussões sobre moral género e ordem social (C. Vance, 1999).

A ideia de direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos tem tomado forma nos últimos anos. No entanto essa conceptualização de direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos tem pouco mais de uma década, só em 1994 é que as Nações Unidas começam a falar em direitos sexuais nos seus documentos oficiais. Em 1979 na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres era omissa sobre a liberdade sexual, educação sexual ou serviços de saúde (Tiefer, 2002b). Esta mudança é reflexo da pandemia do VIH/SIDA, da mobilização dos movimentos de mulheres e dos movimentos de libertação dos gays e lésbicas. Contudo os direitos sexuais e reprodutivos continuam a ser predominantemente formulados sob uma visão proteccionista e passiva (p.e. coersão sexual, tráfico de mulheres, gravidez forçada) que coloca a mulher como vítima, sendo aparentemente muito mais controversa a defesa de direitos sexuais afirmativos (direito à diversidade sexual, ao prazer).

Para Jennifer Oriel os direitos sexuais derivarem mais da sexologia do que do Feminismo e isso pode ser problemático (2005). A autora contesta a formulação neutra dos direitos sexuais e nesse sentido defende a necessidade de um modelo alternativo que proporcione às mulheres maior prazer, que reduza o seu risco de transmissão de VIH e que tenha a igualdade sexual no centro da sua concepção. Para a mesma o facto de o consentimento ser a única forma da mulher defender os seus direitos numa situação de conflito de interesses, isto é o conflito entre os direitos sexuais do homem e os direitos sexuais da mulher, é uma lacuna flagrante nas actuais concepções de direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

Um projeto de investigação feminista das sexualidades femininas tem como objetivo compreender como as relações de poder nas relações e relacionamentos (hetero)sexuais são mediadas pelo género. Gayle Rubin (1998) sugere a riqueza da discussão dentro Feminismo sobre a sexualidade é a evidência que o Feminismo será

sempre uma interessante fonte de pensamento sobre sexualidade no entanto a autora defende que o Feminismo não é a melhor abordagem para estudar a sexualidade, o Feminismo é a teoria da opressão de género. Para ela pensar que a teoria de opressão de género é o mesmo que a teoria de opressão sexual significa que somos incapazes de distinguir entre género e desejo erótico (Rubin, 1984). Stevi Jackson tem uma opinião distinta, ela sugere numa análise da sexualidade é fundamental ter em consideração o género, na medida e em que o género é o ‘produto da hierarquia patriarcal socialmente construída’ (1999c, p. 123).

*Discursos da(s) (Hetero)sexualidade(s)*³²

Heterosexuality has to feature in our politics as more than a guilty secret; indeed, in order that women mobilize any political combativity around it, it must be restored as a legitimate part of feminism's concern. (Campbell, 1980, p. 1)

Muito da produção académica feminista sobre os discursos dominantes das (hetero)sexualidades foi desenvolvida a partir do trabalho desenvolvido por Wendy Hollway no anos 80 (1983, 1984, 1989, 1998 [1984]), que ainda hoje é um trabalho de referência. A sua pesquisa é considerada como uma das propostas de análise das relações de género e da sexualidade mais compreensivas e influentes dentro da teoria feminista pós-estruturalista. Muita da investigação discursiva sobre (hetero)sexualidades tem usado como base as suas ideias sobre os discursos da heterossexualidade (Braun et al., 2003; Gavey, 2005; Gavey, McPhillips, & Braun, 1999; Gilfoyle et al., 1993; Harden & Willig, 1998; Potts, 2002; C. Roberts, Kippax, Waldby, & Crawford, 1995; Wight, 1996; Willig, 1995, 1997). Grande parte da investigação realizada sobre sexualidade dentro de uma perspectiva pós-estruturalista tem sido feita com e sobre adolescentes (Allen, 2003a, 2003b, 2004b, 2005; Susan Jackson & Cram, 2003; Kehily, 2002; Kirkman, Rosenthal, & Smith, 1998; Lees, 1993; Phoenix, Frosh, & Pattman, 2003; Shefer & Foster, 2001; Thompson, 1996; Tolman, 2005; Wight, 1994; Woollett, Marshall, & Stenner, 1998; Youdell, 2005) e com menos frequência com adultos (Braun et al., 2003; Gavey & McPhillips, 1999; Gavey et al.,

³² Hetero aparece entre parêntesis de forma a tentar descentrar a noção de que quando se fala de sexualidade falamos de (hetero)sexualidade e contrariando a universalidade implícita das práticas (hetero)sexuais.

1999; McPhillips et al., 2001; Vares et al., 2007) ou jovens adultos (Beres & Farvid, 2010; Milnes, 2004; C. Roberts et al., 1995; Shefer & Foster, 2001; Sieg, 2007).

Para Wendy Hollway “as relações heterossexuais são espaço primário e principal onde as diferenças de género são (re)produzidas” (1998 [1984], p. 228) e a sua intenção era explorar como é que a subjectividade é constituída através de posicionamentos de género dentro das relações heterossexuais. Quais os discursos usados e que posicionamentos de sujeito eles proporcionam, como é que a desigualdade é gerada e mantida no contexto das relações heterossexuais. A investigação feminista tem mostrado que a forma como as mulheres e homens tendem a construir aspectos importantes das relações heterossexuais como o amor e as emoções continua a ser genderizada, ao contrário do que esperava, quando homens e mulheres falam de amor e romance ‘o género torna-se saliente e palpável’ (Burns, 2002, p. 159).

A teorização de Wendy Hollway está subjacente a três pressupostos essenciais: “a subjectividade não é racional nem unitária; a produção social e histórica da subjectividade ocorre através da significação; a (re)produção sistemática da diferença” (Hollway, 1998 [1984], p. 227). Uma das intenções da autora era teorizar sobre o investimento individual que homens e mulheres fazem ao assumir determinados posicionamentos de sujeito. A diferença de poder é a causa e o efeito do sistema de diferença de género, sendo ao mesmo tempo o motor para a sua constante (re)produção. Muito embora a autora use a teoria psicanalítica para analisar porque é que os indivíduos assumem determinadas posições dentro determinados discursos (Hollway, 1989; Hollway & Jefferson, 1998), a mesma não será usada estudos apresentados. O mesmo tem acontecido na maioria da investigação internacional relevante e que serve de base à revisão bibliográfica, tal como Browyn Davies e Susanne Gannon (2005) consideramos que é possível perceber porque é os discursos são mobilizados e como é constituída a subjectividade do sujeito sem recorrer a uma explicação psicanalítica.

Na investigação a autora identificou três discursos dominantes com respeito ao sexo através dos quais a subjectividade genderizada é constituída: O discurso do drive sexual masculino, discurso have/hold e discurso permissivo (Hollway, 1984, 1989, 1998 [1984]) serão explorados em seguida. Para além destes discursos serão explorados o discurso romântico (Burns, 1999b; Philips, 2000; Wetherell, 1995) o discurso do presente pseudo-recíproco (Gilfoyle et al., 1993) e o discurso do desejo (Allen, 2004a;

Fine, 1988). É importante sublinhar que os discursos não são estáticos ou fixos, e por isso é de esperar diferenças ao longo do tempo e em diferentes grupos culturais e sociais. O poder dos discursos dominantes, não é monolítico, e onde há poder há possibilidade de resistência (Foucault, 1994 [1976]) e as possibilidades de resistência tal como os discursos estão em constante mutação.

Wendy Hollway ao definir o que entende por discurso ela sublinha bem a sua natureza histórica e local (1989). O discurso é entendido como “um conjunto de pressupostos que coerem em torno de uma lógica comum e que conferem certos significados à experiência e práticas das pessoas numa determinada esfera”(Hollway, 1984, p. 63). A revisão que se segue apresenta alguns dos discursos dominantes identificados na literatura e tenta explorar implicações para as mulheres de se posicionarem dentro dos discursos disponíveis.

Discurso do drive sexual masculino

O discurso do drive sexual masculino constrói o homem como insaciável sexualmente, nesse sentido é esperado que os homens normais e saudáveis (Gavey, 2005; Hollway, 1984) numa estejam fartos de sexo e por isso nunca recusem uma proposta sexual de uma mulher [sublinhe-se o pressuposto (hetero)sexista]. Na base deste discurso está a ideia de que os homens são programados para terem sexo com mulheres e que este drive é natural e normal, uma necessidade biológica que assegura a sobrevivência da espécie humana (Hollway, 1984). Este princípio nunca se aplica às mulheres pelo menos dentro deste discurso (Harden & Willig, 1998). Estes pressupostos servem de base para os homens e mulheres construírem os significados para os comportamentos e sentimentos sexuais dos homens (Hollway, 1984, 1989) por isso quando o homem transgride a lei ou a moral este discurso serve para explicar o deslize. Afinal os homens são incapazes de conter os seus impulsos, mas felizmente as feministas têm questionado esta visão da sexualidade masculina e com algum sucesso, contudo persiste uma certa resistência espelhada em determinadas leis e decisões judiciais (Hollway, 1989; Hollway & Jefferson, 1998).

A análise feminista coloca em evidência que o drive sexual masculino não é ‘natural’, nem incontrolável, é antes uma construção social que mantém o poder patriarcal do homem. Contudo como refere Wendy Hollway ao produzirmos uma visão

monolítica do poder masculino acabamos inevitavelmente por posicionar as mulheres apenas como vítimas e sem poder (1995a). A autora defende que o ‘poder’ nas relações heterossexuais passa por um processo de negociação mais complexo. Dentro do discurso do drive sexual masculino as mulheres apenas podem posicionar-se como objetos do desejo sexual masculino e os homens são construídos como os peritos, os que detêm a (sex)pertise (Potts, 2002). Ao contrário das mulheres os homens não têm espaço para se posicionarem como ignorantes sobre os meandros sexo (Harden & Willig, 1998). Dentro deste discurso as mulheres têm apenas espaço para aceitar ou recusar os avanços sexuais, a agenticidade é limitada na medida em que a mulher apenas pode responder às iniciativas masculinas (Gavey, 2005). Não é esperado que as mulheres atuem de acordo com os seus desejos sexuais. Aceitar ou recusar o desejo sexual masculino tem consequências, por exemplo resistir a esses avanços pode significar ser vista como ‘frígida’ ou ‘fria’ (Gavey, 2005).

Sendo o drive sexual masculino um instinto biológico que tem como finalidade preservar a espécie através da reprodução, o objetivo último é então o coito heterossexual. O sexo heterossexual é nem mais nem menos do que uma progressão para o coito heterossexual (Gavey et al., 1999) que é tido como o comportamento sexual normal (Tiefer, 2004; Waldby, Kippax, & Crawford, 1993). Num estudo feito com adultos Nicola Gavey e colaboradoras (1999) analisaram os discursos e significados usados pelos participantes para justificar o estatuto privilegiado do coito em relação a outras formas de relações sexuais. A maioria dos participantes usaram os discursos dominantes da heterossexualidade, referindo que é natural, um imperativo biológico e que os corpos foram desenhados para isso, que é a prática que dá mais prazer, que proporciona maior intimidade, proximidade e amor nas relações heterossexuais. Por outro lado algumas mulheres referiram escolher ter relações coitais porque é esperado que estando numa relação estável que elas aceitem ter relações sexuais, sendo essa aceitação uma forma de evitar as consequências de uma recusa (potencial conflito com o parceiro). Parece óbvio que o imperativo coital é dominante, paradoxalmente o imperativo é usado para justificar proximidade e intimidade como pode ser uma prática que implica pouca intimidade (em relações ocasionais mas também em relações estáveis) (Gavey et al., 1999).

A dificuldade em desafiar o imperativo coital é enorme, por um lado no ocidente há quase que uma justaposição entre o que significa relação sexual e coito, por outro os

discursos científicos dominantes da Biologia, Evolucionismo, Psicologia, Medicina junto com o discurso religioso reforçam explícita e implicitamente a ideia de que o coito é a prática sexual natural e por isso normal (McPhillips et al., 2001). Num estudo recente na Austrália com cerca de 500 jovens de zonas rurais, apenas 9 sujeitos mencionaram outras atividades para além do coito pénis-vagina quando questionados sobre o que significa o sexo (Hillier, Harrison, & Bowditch, 1999).

O discurso do drive sexual masculino também é suportado pelo atual modelo médico da sexualidade, onde o pénis é o centro e encarnação física do desejo e prazer masculino (Mooney-Somers, 2005). No qual a compreensão da sexualidade é reduzida à fisiologia da erecção, à receptividade da vagina ao pénis e finalização com orgasmo. Dentro do discurso do drive sexual masculino, não só há um imperativo do orgasmo (para o homem ou para ambos) como o sexo termina como orgasmo masculino (Braun et al., 2003). Neste discurso os homens são os sujeitos e as mulheres o objeto que estimula o drive sexual natural do homem (Hollway & Jefferson, 1998). Apesar de dentro deste discurso o único posicionamento possível para a mulher é o de objeto Wendy Hollway defende que o posicionamento das mulheres não tem de ser inerentemente desempoderado, as mulheres podem se ativas ao assumir-se como objeto de desejo por parte do homem, elas podem seduzir e estimular o desejo masculino. Susan Kippax e colaboradoras argumentam que se as mulheres se posicionarem e forem posicionadas como objetos receptivos de desejo elas não terão espaço para negociar comportamentos sexuais com os seus parceiros (Kippax, Crawford, Waldby, & Benton, 1990). Dentro deste discurso a sua sexualidade está ausente ou limita-se a complementar à sexualidade masculina como referem as autoras as características ‘virgem, intacta, intocada, pura, imaculada, mãe/esposa, educadora, fiel, comprometida, altruísta, complacente não são as características de um(a) bom(boa) negociador (a). Mas as características de amante, que deseja, passional, sedutora, criativa são-no’ (Kippax et al., 1990, p. 541). Um dos problemas subjacentes a este discurso é que ele serve muitas vezes para justificar a violência sexual culpabilizando as mulheres por terem despertado o seu desejo sexual (Hollway & Jefferson, 1998).

Dentro do discurso do drive sexual masculino o sexo é percebido como algo que o homem faz à mulher. Julie Mooney-Somers sugere a existência do discurso da competência sexual masculina independente do drive sexual masculino ou do discurso permissivo (2005). A autora defende que nos relatos de (hetero)sexo feitos por mulheres

e homens é frequente a referência à competência e às técnicas enquanto bons ou maus amantes e que esses significados poderiam formar um discurso independente. Tanto Annie Potts com a ideia de *sexpertise* (2002) e Janet Holland et colaboradoras com '*knowing male*' (Holland, Ramazanoğlu, Scott, & Thomson, 1994) ou 'performance sexual' (Holland et al., 2004) sublinharam a importância da noção de mestria masculina, sem nunca a identificarem como um discurso isolado. Com o imperativo do orgasmo feminino quer através da penetração quer através de outras práticas, o homem passou não só a ter a pressão de ter muito desejo sexual, como acontece dentro do discurso do drive sexual masculino mas também a ser competente na arte do sexo (C. Roberts et al., 1995). Neste discurso as mulheres continuam a ser objetos passivos, o prazer delas é valorizado porque atesta a competência sexual do seu parceiro. No discurso do drive sexual masculino o posicionamento enquanto sujeito é exclusivo do homem. O que é problemático é que o prazer da mulher é reduzido ao orgasmo cujo objetivo primeiro, não é dar prazer à mulher, mas sim confirmar a competência sexual masculina (Braun et al., 2003). Refletindo a ideia que a relação sexual corresponde a uma sequência ou script³³ a descrição mais comum de uma relação sexual passa primeiro o orgasmo feminino segue-se o orgasmo masculino e a relação sexual termina na ejaculação (McPhillips et al., 2001).

Subjacente à literatura sexológica está a ideia que a sexualidade da mulher é mais problemática e que ela tem de 'aprender a lá chegar' [ao orgasmo](Potts, 2000, p. 65) ou então o homem activo, naturalmente conhecedor e competente, mestre da técnica sexual é capaz de fazer com que ela atinja o orgasmo (Potts, 1998), que requer não só mestria mas também controlo do corpo e da mente (C. Roberts et al., 1995). As mulheres são recipientes passivos do conhecimento sexual masculino e a sua função é certificar a sua proficiência sexual, nem que para isso tenham de fingir um orgasmo (C. Roberts et al., 1995). Quando o orgasmo não é atingido a culpa normalmente recai sobre o corpo da mulher como um defeito interno e não necessariamente sobre a falta de mestria do homem (Mooney-Somers, 2005). Cathy Waldby e colaboradoras (1993) verificaram que os homens se viam, a si mesmos, como detentores de uma 'boa técnica' que deveriam

³³ Usa-se a expressão *script* de forma informal, muito embora se partilhem alguns dos pressupostos da teoria dos *scripts* sexuais (Simon & Gagnon, 1986) a expressão é usada no sentido proposto por Derek Edwards (1994) e Hannah Frith e Celia Kitzinger (2001).

exercer sobre a mulher, o papel da mulher é desfrutar dos prazeres proporcionados pela técnica e conhecimentos masculinos.

As mulheres são posicionadas dentro deste discurso como objetos sempre receptivos para o desejo sexual masculino (Miles, 1993). Os homens perseguem os seus impulsos biológicos e as mulheres sucumbem e cedem a esta ‘necessidade’. Na análise de memórias Susan Kippax e colaboradoras concluíram que era dentro do discurso do drive sexual masculino que encontravam um maior elemento de medo, “aparentemente a linha que separa o objeto do objeto de ataque é muito ténue”(1990, p. 536). Dentro deste discurso todo o script está escrito em função do homem, não há diálogo com a mulher, ela está calada. O homem toma o que é seu de direito tornando as possibilidades de negociação muito limitadas (Kippax et al., 1990). A ideia de que o sexo é algo progressivo para o qual a “conclusão lógica” é o sexo vaginal (Gavey et al., 1999, p. 42) faz com que a possibilidade de negociação quer para homens quer para mulheres no mínimo problemática. Prevalece a ideia que uma vez iniciada a interação sexual se abdica da possibilidade de dizer não ou de parar (a meio caminho), nesta progressão sugere-se de forma implícita que o chefe da orquestra é o parceiro masculino.

O discurso dominante usado para compreender os encontros sexuais continua a ser o discurso do drive sexual masculino (J. Crawford, Kippax, & Waldby, 1994), sendo que tanto, homens como mulheres, construíam a mulher como um objeto, como uma extensão do desejo sexual masculino. Dessa forma a negociação de práticas sexuais parece irrelevante para os homens. Estes mostram-se incapazes de interpretar as acções ou emoções da mulher. As mulheres não falam ou quando falam não são ouvidas. Para Crawford e colaboradoras (1994) a recusa em negociar ou falar sobre práticas sexuais é uma forma dos homens evitarem a recusa e que a sua masculinidade seja posta em causa. O desejo e a subjetividade das mulheres são negadas e por vezes o desejo sexual masculino é o suficiente para que a mulher ou homem pense que ela é obrigada a ceder aos avanços sexuais. Dentro deste discurso os homens também são pressionados para fazerem alguma coisa e o seu espaço de negociação é limitado quando não desejam envolver-se em determinadas práticas sexuais. De tal forma que nos encontros sexuais ocasionais as mulheres só excepcionalmente se preocupam em confirmar explicita ou explicitamente se o parceiro está interessado em manter relações sexuais, já que o inegotável desejo sexual dos homens é algo tido como dado adquirido (Beres & Farvid, 2010). A ética do cuidar ou preocupar-se com o outro dentro das relações sexuais

ocasionais está sobretudo relacionada com preocupações ligadas à saúde física e não necessariamente por se preocuparem em tornar explícitos os desejos dos parceiros.

Daniel Wight (1996) sugere o discurso predador está intimamente relacionado com o discurso do drive sexual masculino. Este discurso é produto de uma ‘cultura profundamente homosocial’ (Wight, 1996, p. 154) onde os rapazes ganham estatuto e estima junto de outros rapazes por terem o maior número possível de parceiras sexuais. Quanto mais difíceis ou inacessíveis forem as raparigas conquistadas maior o reconhecimento obtido. Existe uma enorme pressão para iniciarem a atividade sexual (Wight, 1994), a motivação não é o prazer sexual mas antes a afirmação da masculinidade. Depois de conseguirem o objetivo, ter relações sexuais com uma rapariga, os rapazes mostram pouco interesse em continuar a relação. A intenção é colecionar ‘raparigas’. Implícito a este discurso está o evitamento de relações duradouras e a procura de relações curtas que se sucedem apesar de por vezes fazerem promessas de relacionamento sério ou duradouro apenas para atingir os fins. O uso deste discurso permite aos rapazes de se distanciarem de forma clara do posicionamento de objeto oferecida pelo discurso have/hold. O autor sugere que apesar da proximidade entre este discurso e o discurso do drive sexual masculino há uma diferença, é que os rapazes que entrevistou raramente se referiam ao essencialismo biológico que leva os homens a procurar ter relações sexuais e referiam com frequência a pressão social e educação. O estudo apontou que o discurso predador estava mais presente nos adolescentes mais jovens (14-16 anos) e nos jovens envolvidos em gangs (Wight, 1996).

Mesmo dentro do discurso do drive sexual masculino a mulher pode ter uma posição de poder, nomeadamente a recusa em envolver-se sexualmente, no entanto como constatou Wendy Hollway muitas vezes as mulheres heterossexuais são incapazes de reconhecer que os homens também precisam de mater relações afetivas (1984, 1989).

Discurso Have/Hold

Neste discurso a sexualidade está associada aos valores cristãos daí a nomeação deste discurso como Have /Hold (amar e respeitar). A ideia que lhe está subjacente é a de que “o sexo faz parte de um compromisso de amor entre um homem e de uma mulher e que deve conduzir à construção de uma família” (Hollway, 1984, p. 65). Tal

como no discurso do drive sexual masculino, este também é um discurso com ênfase (hetero)sexista e na reprodução, onde o sexo se limita ao sexo vaginal entre um homem e uma mulher. No entanto os posicionamentos de sujeito que ele oferece a homens e mulheres são distintos. A mulher é o sujeito que procura ativamente conquistar um homem para uma relação séria (namoro ou casamento) e o homem o objeto que normalmente tenta escapar a este posicionamento. Dentro deste discurso o sexo por parte da mulher é permitido apenas dentro do contexto de uma relação estável e é a demonstração do compromisso, amor e ligação emocional. O desejo de constituir uma família é o centro da preocupação da mulher, nesse sentido o sexo é apenas uma forma de ter filhos e manter um 'marido'. Por seu lado os homens enquanto objetos deste desejo de relação vêm-se e sentem-se como potenciais vítimas aos serem encurralados dentro de uma relação de compromisso que não desejam, por causa da sua necessidade de terem sexo ditado pelo discurso do drive sexual masculino. Como refere Wendy Hollway (1983, 1984, 1989) enquanto as mulheres continuarem a ser vistas como querendo manter relações os homens vão continuar a posicionar-se como vítimas desse desejo e dos seus impulsos sexuais insaciáveis e incontroláveis.

Dentro deste discurso a mulher tem ganhos secundários como relacionamento e família e não necessariamente ganhos ou prazer sexuais. As mulheres dão sexo em troca de amor e os homens abdicam da liberdade sexual em troca de uma mulher que cuide dele, esse cuidar implica favores sexuais e outros (Gavey, 2005). O mito romântico é veiculado implícita, explícita e repetidamente através do treino 'diário para a normalidade' (Haug et al., 1987), o casamento torna-se na resolução esperada e aceite para as tensões dos posicionamentos que os discursos humanistas e liberais impõem às raparigas. O casamento torna-se então não só no símbolo de sucesso para a mulher mas também como a promessa de uma vida feliz para sempre (Rocco, 2003). Como defende Wendy Hollway os homens também querem e precisam de relacionamentos, mas aparentemente as mulheres heterossexuais parecem ter dificuldade em reconhecê-lo, e muitas vezes só se apercebem disso quando a relação termina (1998 [1984]). Para autora este reconhecimento erróneo das necessidades do homem é criado pelos diferentes posicionamentos oferecidos pelos discursos heterossexistas (Hollway, 1984).

O discurso have/hold está extremamente disseminado na cultura popular através das revistas, telenovelas e outros programas de televisão que são essencialmente dirigido à mulheres. Tanto Jane Ussher e Angela McRobbie analisaram o conteúdo das

revistas dirigidas a raparigas e publicadas nos anos 70 e ambas consideram que uma das mensagens dominantes é a ideia que é essencial ter uma relação (McRobbie, 2000b; Ussher, 1997). Apesar do príncipe dos contos de fadas ter sofrido transformações a mensagem com a qual as jovens raparigas são bombardeadas continua a ser a mesma – a beleza, bondade e passividade são recompensadas com a atenção de um homem’ (Ussher, 1997, p. 11) . As revistas reforçam a ideia que a essência dos rapazes e das raparigas é diferente e se as raparigas colocarem em prática o script adequado, isto é a feminilidade perfeita as raparigas alcançarão o objetivo principal, atrair a atenção masculina (Ussher, 1997).

Angela McRobbie sumariza as mensagens veiculadas pelas histórias publicadas nos anos 70 na revista para adolescentes Jackie, que como ela refere são poucas mas claras e repetem-se indefinidamente ao longo dos anos. Nenhuma das histórias publicadas termina com duas raparigas sozinhas a divertirem-se na companhia uma da outra. A trama das histórias resumem-se a:

- 1- A rapariga tem de lutar por *conseguir e manter* o seu homem
- 2- Ela *nunca* pode confiar em outra mulher excepto se ela for velha e ‘idónea’, de qualquer das formas, nesse caso ela também não aparece na história
- 3- Moral da história, apesar disto, o romance e ser rapariga é divertido.

(ênfase da autora, 2000b, p. 85)

Como sintetiza Jane Ussher (1997) até aos anos 90 as fotonovelas para adolescentes veiculadas pelas revistas aderiam à sequência seguinte: ‘A rapariga quer um rapaz. A rapariga preocupa-se, sente-se insegura, arranja-se para ser mais atraente. Por vezes o rapaz repara. O rapaz aborda a rapariga. Resultado: Romance (curta duração, sempre sob a ameaça de outras raparigas) ou então mal de amores (o rapaz não é confiável ou infiel)’ (Ussher, 1997, p. 13). Nestas histórias a sexualidade é raramente explícita apesar de ser um dos temas centrais das revistas.

Num estudo (Allen, 2005) mais recente que analisa os discursos usados pelos(as) adolescentes para falar sobre a durabilidade e o tipo de relações afetivas a autora identificou o uso do discurso do drive sexual masculino por parte dos rapazes para explicarem a curta duração (1-3 meses) dos seus relacionamentos assim como o maior número de relações prévias. A sua masculinidade é consolidada pelo fato de se

posicionarem como sexualmente mais experientes, construindo-se como menos emocionais e sexualmente vorazes. Já as raparigas tendem a usar o discurso have/hold para falar das suas relações mais duradouras (1-2 anos), onde o investimento emocional numa relação duradoura é o focus central. Algumas adolescentes justificam a experimentação e mudança de parceiro como uma estratégia que permite às adolescentes no futuro escolher o parceiro certo Mr. Right. Usando e ao mesmo tempo subvertendo o discurso have/hold de forma a evitarem serem posicionadas como promíscuas (Allen, 2004b).

Certos/as autores/as sugerem que os homens também podem ser objeto e sujeito dentro deste discurso (Ingham & Kirkland, 1997; Wight, 1996) ao associarem o mesmo ao discurso romântico. Daniel Wight (1996) sugere mesmo nomeá-lo como discurso have-hold romântico por entender que a experiência subjetiva narrada dentro deste discurso está predominantemente relacionada com o amor e dessa forma os rapazes também se podem posicionar como sujeitos. No seu estudo a maioria dos rapazes se projetava no futuro dentro de uma relação duradoura e se posicionava como sujeito ou objeto dentro deste discurso. Aqui optamos como outros autores por separar o discurso romântico do discurso have/hold porque pensamos ter interesse relativamente às análises posteriores, muito embora tal como acontece com outros discursos á uma inter-relação próxima.

Um estudo recente realizado com mulheres jovens na Africa do Sul sugere que a agentividade da rapariga desaparece no momento em que ela escolhe o namorado, a partir daí é o namorado que está em controlo (Jewkes & Morrell, 2011). O que é mais problemático para a mulher é a partir do momento que ela consegue atrair e manter o parceiro essa posição é sempre instável e precária porque ele pode sempre desapontá-la ou ela pode ser acusada de não ser sido suficientemente diligente para manter o namorado ou marido. Melanie Beres e Panteá Farvid (2010) numa publicação sobre sexo ocasional envolvendo mulheres jovens (19-25 anos) do Canada e Nova Zelândia sublinham como é por vezes contraditória e complexa a negociação do discurso permissivo e do discurso have/hold. A combinação destes dois discursos limita de forma clara o exercício de poder e a liberdade das mulheres.

Outro discurso próximo do discurso have/hold foi identificado por Carla Willig (1995, 1997, 1998a, 1999d), ela nomeou discurso marital. O mesmo é usado para

justificar a relutância dos casais heterossexuais (casamento e de longa duração) em usar preservativo. Subjacente a este discurso está a ideia de que a confiança mútua no casal gera segurança e para manter a relação é indispensável manter a confiança. Dessa forma o uso do preservativo pode ser entendido como uma quebra de confiança por parte do/a parceiro/parceira ou seja um tópico proibido dentro das relações duradouras. Foram identificadas três construções discursivas, confiança como segurança, isto é que há confiança suficiente dentro do casal para tornar o uso do preservativo irrelevante; confiança como prática simbólica ou seja implicitamente dar ao parceiro um sentimento de confiança ao não falar sobre a necessidade de manterem práticas sexuais seguras (p.e. se falar em usar preservativo será interpretado como sinal de fui infiel); por último confiança como regulação social, nesta construção a confiança é indispensável para o bom funcionamento social (p.e. o que seria dos casais e do mundo se não pudessem confiar um no outro) (Willig, 1997). Apesar de o casamento ser construído como algo mutável e que pode colapsar a qualquer momento por outro ele deve ser um espaço seguro, “de forma a fazer o casamento funcionar, os parceiros devem comportar-se como se existisse uma garantia de segurança, precisamente porque não existe nenhuma” (Willig, 1995, p. 83). O uso do preservativo ou sexo seguro são incompatíveis com o discurso marital, para os/as participantes deste estudo não era necessário ou possível falar sobre sexo seguro (Willig, 1997).

Uma ideia transversal a este discurso é a de que as mulheres são essencialmente assexuadas, e o sexo é apenas um meio para atingir determinados fins, manter uma relação monogâmica e ter filhos (Gavey, 2005). O sexo era apenas um prelúdio para a satisfação sexual do instinto maternal e a alegrias da vida familiar (Campbell, 1980; Hollway, 1989). Se no norte da Europa persiste a ideia pós-vitoriana da ausência de sexualidade da mulher nas culturas mais a sul existe a crença que a sexualidade da mulher é perigosa e necessita estar sobre controlo (Hollway, 1989). Este tipo de ideias são bem mais explícitas nas culturas mediterrânicas, “a única forma de preservar a honra da família e por isso assegurar a total subserviência da mulher ao controlo masculino” (Hollway, 1998 [1984], p. 232). Nesta sequência as mulheres são percebidas pelos homens como sexualmente insaciáveis, já eles respondem com um ciúme irracional (Moi, 1982 citado por Hollway, 1998 [1984]). Tanto no discurso do drive sexual masculino como have/hold a sexualidade está intimamente associada à reprodução e entende o sexo como coito heterossexual, mas as implicações para o

comportamento do homem são claramente distintas. Wendy Hollway (1998 [1984]) sugere que o duplo padrão sexual é reflexo do paradoxo criado por ambos os discursos. Nesse sentido as mulheres dividem-se em virgem/prostituta, mulher/amante, Maria/Eva, contudo em alguns casos hoje em dia é esperado que a mulher seja ambas, já o homem e em ambos os discursos “espera-se que seja incontinente sexualmente e fora do controlo – ‘é apenas natural’” (Hollway, 1998 [1984], p. 232).

Discurso permissivo

Na base do discurso permissivo está a ideia que as mulheres tal como os homens têm os mesmos direitos ao prazer e à sexualidade e onde a monogamia é desafiada (Hollway, 1984, 1989, 1998 [1984]). Este novo discurso surge nos anos 60 em quase todo ocidente como oposição ao discurso Have/Hold e foi visto por muitos como mal-estar ou imoralidade da juventude (Hollway, 1989). A ideia principal é que ‘ambos os sexos têm direito a expressar a sua sexualidade como desejarem desde que ninguém saia magoado’ (Hollway, 1989, p. 56). Estas ideias surgem associadas ao movimento dos direitos dos homossexuais e ao movimento da libertação sexual das mulheres. Este último está envolvido nas chamadas ‘sex wars’, defendendo que as mulheres tem os mesmos instintos sexuais naturais que os homens e o mesmo direito ao prazer (Gavey, 2005).

O discurso permissivo é uma espécie de filho do discurso do drive sexual masculino no sentido que se assume que a ‘sexualidade é totalmente natural e por isso não deve ser reprimida’ (Hollway, 1998 [1984], p. 234). O centro da questão está no indivíduo e não no relacionamento. O cerne do discurso é o prazer e não a reprodução. Existem duas características que distinguem este discurso do discurso do drive sexual masculino e do discurso have/hold é que ele é *gender-blind*, isto é, aplica-se de igual forma a ambos dois sexos, no entanto é importante sublinhar que não quer dizer que depois disso esteja reflectido nas práticas. Mais tarde muitas feministas vieram por em causa esta ideia defendendo que a revolução sexual estava longe de cumprir todas as suas promessas e que a neutralidade de género era apenas uma ilusão pois a desigualdade de género e o duplo padrão sexual não desapareceram, as implicações que este discurso têm para rapazes e raparigas continuam a ser bem distintas (Gavey, 2005). Uma revisão da literatura mostra que as pessoas quando questionadas hipoteticamente sobre o duplo padrão sexual tendem a rejeitá-lo, no entanto nas análises de situações do

dia-a-dia o padrão sexual duplo continua a estar presente (J. Crawford & Popp, 2003; M. Crawford & Unger, 2004). Comportamentos como ter muitos parceiros, ter iniciativa sexual, falar abertamente sobre sexo continuam a ser mais aceitáveis para os homens do que para mulheres (M. Crawford & Unger, 2004). A resistência ao duplo padrão sexual tende a ser frágil e tênue, que passa apenas por denegrir a promiscuidade masculina (Susan Jackson & Cram, 2003).

Existe uma série de recursos discursivos³⁴ disponíveis para punir e controlar as mulheres cujo comportamento sexual é considerado excessivo ('fácil', 'puta', 'ninfomaníaca') sobretudo quando o mesmo ocorre fora do contexto de uma relação heterossexual monogâmica (Gavey, 2005). Com o surgimento deste discurso as mulheres poderiam posicionar-se como sujeitos e assim terem uma iniciativa pró-ativa no envolvimento em comportamentos sexuais, no entanto como sublinha Wendy Hollway as diferenças de género não foram de repente apagadas ou transformadas (1998 [1984]).

Beatrix Campbell chama a atenção para as consequências da aparente libertação sexual das mulheres, '[a era permissiva] permitiu que o sexo também fosse para as mulheres. O que não foi capaz de fazer foi defender as mulheres dos diferentes efeitos que a permissividade tem sobre mulheres e homens... foi a afirmação da sexualidade e da promiscuidade dos homens jovens... A afirmação da sexualidade foi a celebração da sexualidade masculina' (1980, pp. 1-2).

“As práticas que um discurso (re)produz não são neutras” (Hollway, 1998 [1984], p. 236), a reputação sexual continua a ser importante sobretudo na cultura da classe trabalhadora (J. Kitzinger, 1995a; Lees, 1993; Wight, 1996) ou em espaços rurais onde a atividade sexual das adolescentes é amplamente sancionada (Hillier, Harrison, & Warr, 1998). O conhecimento público da atividade sexual por parte das adolescentes resulta da perda de reputação, assédio e alienação dentro da comunidade. O que torna algo como comprar preservativos numa farmácia de uma localidade pequena numa

³⁴ Vários estudos linguísticos têm mostrado que os termos usados para expressar uma sexualidade ativa feminina e masculina têm conotações claramente diferentes (M. Crawford & Unger, 2004). A maioria dos termos com conotação sexual, são aplicados às mulheres e são de índole negativa. Num estudo feito sobre calão numa universidade americana a autora concluiu que cerca de 90 % das palavras associadas à mulher tinham conotação negativa e apenas 46% das palavras associadas à sexualidade masculina tinham conotação negativa (Aranovitch, 1986 citado por L. A. Sutton, 1995) resultados semelhantes foram encontrados recentemente numa universidade no Canadá (Zhou, 2005).

atividade de risco que constringe claramente a possibilidade destas jovens se envolverem em práticas de sexo seguro.

O discurso permissivo foi particularmente contraditório para as mulheres e acabou por aumentar o poder dos homens nas práticas heterossexuais sem a obrigação de estabelecerem relações emocionais duradouras (Hollway, 1983). Idealmente este discurso implicaria direitos e deveres iguais para homens e mulheres, no entanto mas essa igualdade é mais ilusória do que real, pois ignora as diferenças entre homens e mulheres (Gavey & McPhillips, 1999) e as implicações que determinadas práticas têm para cada um/a (Stewart, 1999b). Como refere Nicola Gavey apesar de com a pílula teoricamente as mulheres terem ganho uma maior controlo e melhor autonomia sexual, “na realidade os padrões normativos do (hetero)sexo parecem não ter mudado o suficiente para se transformar numa fruição disseminada” (2005, p. 106). Algumas feministas (Gordon, 2002; M. Jackson, 1994) têm sublinhado que o movimento pela contraceção trouxe sérios problemas para a autonomia sexual das mulheres porque centrou o seu discurso apenas na prevenção da gravidez e exploração masculina, promovendo a contraceção sem ter por base uma compreensão feminista dos direitos e da autonomia sexual da mulher. Tal como no debate sobre o direito ao aborto em Portugal onde foram suprimidos todos os argumentos feministas, usando apenas argumentos legais ou de saúde pública para a mudança da lei (Alves, Santos, Barradas, & Duarte, 2009).

A liberdade sexual das mulheres tem sido sempre condicionada por valores culturais e religiosos específicos que valorizam a virgindade e a castidade (Gavey, 2005). Por exemplo algumas mulheres jovens referem o uso do álcool para explicar ou desculpar o seu envolvimento em sexo ocasional, ou seja como estratégia de auto-preservação (Beres & Farvid, 2010) da reputação (mas que pode ser vista como auto-destruição em termos de autonomia ou saúde), isto reflete bem o paradoxo colocado às mulheres, por um lado devem ser liberadas sexualmente e por isso capazes de se envolverem em comportamentos sexuais de forma aberta mas por outro não podem ter demasiados parceiros sexuais (Beres & Farvid, 2010; Farvid & Braun, 2006). Rebecca Plante sugere que as mulheres hoje em dia são confrontadas com o síndrome

*Goldilocks*³⁵ “em termos de sexualidade as mulheres devem ter a ‘dose certa’ de tudo o que devemos ter, ser ou desejar” (Plante, 2006, p. 64).

Potencialmente o discurso permissivo permitiria a homens e mulheres posicionarem-se de igual forma como sujeitos ou objetos, a negociação entre os desejos sexuais de ambos, homem e mulher seria explícita (Miles, 1993). As mulheres seriam empoderadas ao dar voz ao seu desejo sexual da mulher. A recusa para se envolver em relações sexuais seria ‘eu não quero’, em vez de ‘eu não posso’ (Kippax et al., 1990). O discurso permissivo oferece um espaço para as mulheres se posicionarem de forma ativa, no mínimo permite-lhes posicionarem-se de forma ativa e semelhante ao homem no discurso do drive sexual masculino. Vários/as autores/as vêem o discurso permissivo como problemático pois apesar de as mulheres serem vistas como igualmente sexuadas e da sua sexualidade ser validada, a livre expressão sexual continua a ser masculina e uma celebração da promiscuidade de o sexo sem responsabilidade (Gilfoyle et al., 1993; Kippax et al., 1990; Wight, 1996). No entanto esta interpretação não é consensual, Julie Mooney-Somers (2005) sugere que se corre o risco de reificar o discurso sexual masculino e eliminar todos os discursos que possam oferecer possibilidades de agenticidade sexual às mulheres (Hollway & Jefferson, 1998) e nesse sentido reduzir todos os discursos ao desejo sexual masculino (Fine, 1988; Holland et al., 2004) está-se a limitar a possibilidade da mulher ser sexualmente pró-ativa. Susan Kippax e colaboradoras sugerem para além dos três discursos identificados por Wendy Hollway é necessário um quarto discurso sexual, “que coloque a sexualidade da mulher no centro, estabelecendo uma posição a partir da qual a sexualidade masculina possa ser problematizada”(1990, p. 542). Apesar de oferecer maiores possibilidades de autonomia sexual para a mulher do que os outros dois discursos (Miles, 1993) os estudos parecem mostrar que existem o discurso permissivo emerge sobretudo no contexto de relações ocasionais e sugere que as práticas não associadas a ele não são necessariamente perturbadoras da heterossexualidade dominante. Daniel Wight (1996) sugere que os adolescentes entrevistados raramente recorriam ao discurso permissivo e quando o faziam era apenas para contar as suas aventuras ou relações efêmeras. As mulheres não podem posicionar-se como sexualmente desinteressadas correndo o risco de serem chamadas de frígidas, nesse sentido devem mostrar a mesma disponibilidade que os

³⁵ Cachos Dourados e os Três Ursos, é uma história infantil na qual uma menina curiosa durante um passeio pelo bosque descobre uma casa vazia que decide explorar. Na sua exploração ela vai encontrando experimentando uma série de objetos até encontrar a tijela certa, a cadeira, a cama certa...

homens para se envolver em relações sexuais, o orgasmo torna-se uma exigência mesmo que seja fingi-lo (Braun et al., 2003) . No estudo de Nicola Gavey e colaboradoras (1999) chegou-se à conclusão que o sexo vaginal era o preferido para as relações ocasionais já que era visto como menos arriscado, havendo um script comportamental bem definido e fácil de seguir, mesmo não sendo necessariamente a prática sexual preferida. Cathy Waldby e colaboradoras (1993) sugerem que os homens no seu estudo preferem a monopolização do papel sexual ativo e só excepcionalmente revelam fantasias sexuais associadas as mulheres assertivas. Mesmo quando admitiam gostar de que a mulher tome iniciativa sublinham que não gostam de mulheres que fazem propostas diretas o que cria um claro paradoxo às mulheres. Devem ser assertivas mas não demasiado, ser demasiado explícitas em relação aos seus desejos sexuais pode ter reacções negativas e nesse sentido é o homem que está em controlo de dizer qual a dose certa de iniciativa a ter e quando ter.

Discurso Romântico

Apesar do discurso romântico ser referido várias autoras da análise do discurso (Allen, 2005; Burns, 1999b; Gavey & McPhillips, 1999; Sue Jackson, 2005; Philips, 2000; Wetherell, 1995; Willig, 2003, 2008) continua a ser difícil encontrar literatura onde sejam apresentados trechos de entrevistas ou grupos de discussão que espelhem a sua complexidade e presença nas narrativas das mulheres. Alguns autores referem-se à narrativa romântica, linguagem romântica, repertório romântico, amor romântico ou construção discursiva do romance (Holland et al., 2004; Sue Jackson, 2001; Kehily, 2002; Kirkman et al., 1998; Lees, 1993; McRobbie, 2000a; Rosenthal, Gifford, & Moore, 1998; Thompson, 1984, 1996; Tolman, 2005; Ussher, 1997; Willig, 1998a, 1999d). Recentemente surgiram alguns estudos com rapazes jovens explorando a apropriação do discurso por parte de jovens rapazes (Korobov & Thorne, 2006; Redman, 2001) como fazendo parte do ‘novo homen’ (Allen, 2005).

Muito que se entente por discurso romântico surge das análises feministas feitas às novelas e textos românticos (Snitow, 1983; Wetherell, 1995) bem como aos contos de fadas (Davies, 2003; Lieberman, 1986), revistas para adolescentes (Carpenter, 1998; Sue Jackson, 2005; McRobbie, 2000a), revistas para mulheres adultas (Pierce, 1997) e bandas desenhadas para pré-adolescentes (Walkerdine, 1984).

Para Margaret Wetherall o discurso romântico é extremamente genderizado, as mulheres querem e os homens rejeitam, supõem-se que as mulheres tenham um romance dentro dos relacionamentos e os homens tenham sexo (1995). A cultura popular oferecia romances às raparigas e pornografia aos rapazes (Snitow, 1983; Walkerdine, 1984), como tal os posicionamentos que o discurso romântico oferece a rapazes e raparigas são claramente distintos. Para as feministas os contos de fadas tradicionais servem para aculturar as raparigas aos papéis tradicionais de género (Lieberman, 1986). Habitualmente nos contos de fadas há uma justaposição entre amor e casamento e como refere Bronwyn Davies “a domesticidade é tecida no romance” (2003, p. 77) como se esta fosse uma combinação totalmente (a)problemática. Normalmente as aventuras e dilemas enfrentados pelas ‘heroínas’ resolvem-se quando estas encontram a segurança do seu próprio lar junto do príncipe que amam e pelo qual são amadas (Davies, 2003). Apesar da maioria dos contos de fadas acabarem em casamento muito pouco é dito sobre a vida de casada (Lieberman, 1986). Numa análise das reacções de crianças à história *The paper bag princess*³⁶ o mais impressionante é que para a maioria das crianças não era importante ou essencial que o príncipe fosse digno de ser amado. As qualidades do príncipe e o respeito mostrado pela princesa eram entendidos como irrelevantes. Aparentemente como a rapariga espera atravessar perdas e sofrimento que culminam no amor e casamento, não só é provável como aceitável que seja o príncipe a causar-lhe grande parte do sofrimento (Davies, 2003). Como refere Bronwyn Davies:

‘Este padrão no qual a mulher se envolve com um homem sem pensar se ele vale a pena ou não, é uma idiossincrasia destas crianças, nem está relacionado com a sua classe social. É um dos elementos centrais do discurso romântico contra o qual todas as feministas nas suas práticas, escrita e pensamento têm tentado ultrapassar’ (2003, p. 77).

Muitas das crianças sentem-se desapontadas com o fim desta história apesar de apreciarem a independência e competência da princesa. Quando lhes é pedido para darem continuidade à história muitas das crianças acabam por facilmente estar de acordo com a ideia de que a princesa aceite o príncipe de volta sem que este se explique ou peça desculpas. Nas conversas com crianças, os papéis genderizados, aparecem de

³⁶ É uma história feminista na qual os papéis tradicionais estão invertidos, a princesa é a heroína. É ela que salva o príncipe e luta contra o dragão. A história também põe em causa a ideia que o príncipe pode proporcionar-lhe felicidade eterna e tem um final inesperado onde ela abandona o príncipe. Ela rejeita o príncipe que parece apenas disponível para amá-la se ela parecer bonita e estiver bem arranjada, por isso decide continuar sozinha.

forma muito mais caricatural do que aquilo que podemos encontrar na maioria das conversas com adolescentes ou mulheres adultas, no entanto estes elementos básicos da trama romântica também podem ser facilmente identificados implícita ou explicitamente nos relatos de mulheres e adolescentes, sobretudo nas narrativas que envolvem abuso e coerção (Chung, 2005; Sue Jackson, 2001).

Lynn Philips propõe que dentro dos discursos dominantes sobre a heterossexualidade existem dois discursos intrinsecamente ligados à ideia de romance nos relacionamentos heterossexuais: o discurso o amor magoa e o discurso o amor vence tudo (2000). O discurso o amor magoa é consistente com o discurso do drive sexual masculino. Subjacente ao discurso do amor magoa está a ideia de que as mulheres não devem esperar muito dos seus namorados ou companheiros masculinos quer nos seus comportamentos sexuais quer nos não sexuais. As raparigas aprendem este discurso implícita e explicitamente observando as relações que existem à sua volta, sendo que a ideia é que é inevitável que os companheiros nos desiludam e maltratam. Este discurso normaliza estes comportamentos nos homens e as mulheres são posicionadas como pacientes, compreensivas e tolerantes face ao desinvestimento e por vezes maus tratos dos parceiros, colocando de lado as suas necessidades ou interesses pessoais. A sua existência é organizada em função do cuidar do outro, deve ser paciente e desenvolver competências para lidar com a situação abuso ou negligência e simplesmente diminuírem as suas expectativas em relação ao parceiro e ao relacionamento. A autora exemplifica com vários excertos de diferentes mulheres de diferentes grupos étnicos como é que as práticas de violência e maus-tratos subjacentes a este discurso são amplamente aceites nas suas comunidades. O curioso é que apenas as mulheres ‘brancas’ não atribuíram as suas experiências de abuso à cultura ou etnicidade. Como refere Lynn Philips “a cultura dominante é seguramente uma fonte e veículo poderoso de disseminação do discurso o amor magoa, as mulheres brancas tal como as mulheres de cor assistiram a cenas de violência nas suas comunidades” (2000, p. 72), mas como a sua etnicidade, apesar de (ou por ser) dominante não é tornada visível e faz com que elas não sejam capazes de atribuir às suas famílias ou cultura as experiências de abuso das quais foram testemunhas (Philips, 2000). Num estudo britânico recente feito junto de mulheres jovens Ellen Sieg concluiu que apesar de algumas das mulheres jovens se envolverem em estilos relacionais alternativos, a maioria das participantes envolvidas em relações heterossexuais continuam a

comprometer as suas próprias necessidades e desejos em função dos seus parceiros (2007).

O segundo discurso é o discurso o amor conquista tudo, está subjacente a este discurso a ideia que as relações devem ser mantidas a todo o custo e elas são a fonte de felicidade para as mulheres. Estas ideias são incutidas nas raparigas desde muito cedo através dos contos de fadas, onde o casamento e as relações heterossexuais são o objetivo principal na vida das raparigas. Para se sentirem realizadas as mulheres necessitam ter um homem ao seu lado e a relação heterossexual deve ser mantida, se possível para toda a vida. Quando a rapariga encontra o Mr. Right os seus problemas ficam todos resolvidos. Estes são os modelos que encontramos nos contos de fadas tradicionais, novelas ou filmes românticos para massas. Para Stevi Jackson é claro que a trama romântica não está fora de moda:

‘os produtores de ficção romântica não estão a sofrer de contracção nos seus mercados. Eles estão simplesmente a modelar os seus cenários de forma adaptá-los à moral vigente – no entanto as suas heroínas mais assertivas e menos virginais continuam à procura do Mr. Right’ (1995b, p. 60).

As mulheres ou raparigas que não conseguem encontrar um parceiro são muitas vezes desvalorizadas socialmente onde há um imperativo para o casamento/díade heterossexual (Philips, 2000; Reynolds, 2008). Dentro deste discurso ter um parceiro mesmo que não culmine em casamento ou na maternidade, torna-se num elemento fundamental para o sentimento pessoal de sucesso por parte da mulher e um importante indicador para a sociedade.

Também está subjacente a este discurso o primado do amor hetero-sexual (não apenas o amor) e quando as coisas não correm bem ou quando a mulher ou rapariga não conseguem seduzir e manter um companheiro a culpa pela sua infelicidade é auto-atribuída. Todos os problemas poderiam ter tido solução se ela fosse suficientemente bonita, atraente, agradável e valesse a pena pois assim teria com certeza atraído o homem certo (Philips, 2000).

As revistas para adolescentes e para mulheres estão cheias de explícitos e implícitos de como conseguir e guardar um homem ao mesmo tempo que enviam mensagens de autonomia, independência e sucesso. Contudo o sucesso absoluto só pode

ser alcançado se tiverem o parceiro ideal. Para isso é preciso todo um investimento na produção do objeto de desejo, através de dietas, roupas, maquiagem, exercício e mais recentemente cirurgia plástica (McRobbie, 2000b). As novelas ou textos românticos apresentam o romance como redenção e salvação para as mulheres (Wetherell, 1995). Kate Pierce ao analisar o conteúdo histórias de ficções publicadas em sete revistas dirigidas a mulheres chegou à conclusão que a trama continua a ser tradicional tal como no passado (1997). As características, papéis e ocupações das personagens são extremamente estereotipadas, a trama da maioria das histórias orbitavam em torno do romance (como objetivo ou problema) ou então em torno dos problemas conjugais (Lieberman, 1986).

Angie Burns no seu estudo com homens e mulheres identificou dois discursos dominantes, o discurso do amor romântico e o discurso do trabalho para o amor e intimidade (Burns, 1999b, 2000, 2002, 2003). Neste segundo discurso está implícita a ideia que é necessário trabalho para manter o romance ou relação, contudo este investimento aparecia como claramente genderizado, no qual as mulheres fazem a maior parte do trabalho ao mesmo tempo que desculpabilizam o homem pela sua iliteracia emocional. O amor era claramente construído como mais importante para as mulheres e como razão para manterem relações sexuais. No entanto ao mesmo tempo as mulheres construíam-se como reflexivas e irónicas em relação à possibilidade do romance rejeitando a possibilidade de serem exploradas sexualmente. A autora sugere que era difícil para as participantes falarem de amor sem falarem da emocionalidade das mulheres e a inexpressividade emocional dos homens, bem como a sua incapacidade ou dificuldade para amar e se comprometerem. Já os homens construíam-se como racionais e sensíveis e distanciando-se da ideia de que eram emocionais ou emocionalmente reprimidos (Burns, 2002) e usando o discurso do trabalho no relacionamento no qual eles se investiam ou seja trabalhavam para que o relacionamento romântico funcionasse. Este discurso só emergiu nas entrevistas com os homens, as mulheres falavam em trabalho emocional pelos homens mas não trabalho ou investimento na relação. Como sugere Angie Burns a não ser a questão de dizer “‘eu amo-te’ e encontrar tempo para estarem juntos com a outra pessoa, nunca foi claro que o que era este trabalho” (2002, p. 165). O trabalho na relação é mais um espaço de desenvolvimento pessoal e de uso do expertise pessoal masculino na relação, falando sobre si mesmos, de forma abstrata e quase sem referência às suas parceiras ou ao trabalho delas na relação (Burns, 2000).

Colocando-se desta forma numa posição privilegiada dentro da relação apesar de por certos momentos usarem um discurso de equidade. Estes resultados surpreenderam a autora já que tinha optado por entrevistar um grupo de homens e mulheres diferenciados (politicamente conscientizados e educação elevada). Angie Burns salienta que as construções emergentes são as da mulher como cuidadora emocional e o homem como trabalhador racional, isto mostra bem que ainda falta muito para encontrar uma narrativa de equidade e não genderizada nos casais heterossexuais (2002). As mulheres são posicionadas como emotivas e os homens como racionais (Stevi Jackson, 1999b).

Num estudo com adolescentes sobre sexualidade, relações de género e violência de género (Chung, 2005) a autora sublinha que os/as adolescentes recorrem ao amor romântico como forma de desviar a atenção de comportamentos que poderiam ser interpretados como sinais de controlo masculino, por exemplo o controlo do tipo de roupa é entendido como ciúmes e sinal de amor. Outro exemplo são os namorados que supostamente protegem as suas namoradas de olhares indesejados e por isso as acompanham as namoradas a todos os encontros sociais. Os adolescentes mostravam o seu amor sendo fieis e esperando para ter relações sexuais, já as raparigas mostravam o seu amor “aceitando ter relações sexuais ou usando uma forma delicada para rejeitar a proposta” (Chung, 2005, p. 449). Estes dados mostram bem como o amor romântico e a heterossexualidade institucionalizada tem um efeito poderoso sobre a forma como as/os adolescentes dão significado às suas experiências românticas. Muitos dos estudos feitos com adolescentes nos anos 1990 tendem a mostrar que o comportamento sexual, sobretudo para as raparigas, é enquadrado dentro da narrativa romântica (Kirkman et al., 1998; Moore & Rosenthal, 1998; Rosenthal et al., 1998; Thompson, 1996). Dentro da narrativa romântica no imediato os rapazes procuram sexo e as raparigas uma relação, muito embora os rapazes também se projetam no futuro dentro de uma relação monogâmica e com filhos. Maggie Kirkman e colaboradoras (Kirkman et al., 1998) defendem que a narrativa romântica é incompatível com o sexo seguro ou uso de preservativo. Na narrativa romântica a confiança é um elemento central e sugerir o uso de preservativo é sinónimo de desconfiança em relação ao/à parceiro/a. Sugerir o uso de preservativo também pode querer dizer que a pessoa em causa tem uma IST (Infecção Sexualmente Transmissível) o que é inconcebível para um herói ou uma heroína romântica. Já as raparigas como elas não é esperado que queiram ou antevejam ter relações sexuais elas não podem ter preservativos com elas, a única forma válida de

explicar o sexo ocasional é na sob a narrativa do *'it just happened'* (Lees, 1993; Tolman, 2005), elas procuram amor e não sexo. O uso do preservativo é apenas enquadrado na narrativa romântica quando serve para prevenir uma gravidez indesejada (Kirkman et al., 1998).

A investigação continua a mostrar que existe uma relação íntima entre amor e sexo, num estudo (Rosenthal et al., 1998) com homens e mulheres adultos/as as autoras concluíram que sexo como amor estava em oposição ao sexo sem amor. O sexo com amor estava associado “segurança, monogamia, normalidade e heterossexualidade” por seu turno sexo sem amor estava associado com “perigo, sexo ocasional, doença, desvio e homossexualidade” (Rosenthal et al., 1998, p. 44). Criando-se assim o paradoxo de que sexo com amor é seguro e sexo seguro pode espantar um possível amor. Alguns dos/as usavam o sexo como forma de encontrar o amor. Como argumentam Janet Holland e colaboradoras (2004) as mensagens de sexo seguro oficiais são contraditórias com a ideologia dominante da feminilidade, onde se espera que as raparigas apenas tenham relações sexuais quando estão apaixonadas e que por isso percam o controlo (Holland & Ramazanoğlu, 1992). Idealmente a feminilidade heterossexual ideal implica resumir a sua experiência sexual a um parceiro (Chung, 2005) e em geral o sexo é secundário no relacionamento (Lees, 1993; Stenner, 1993).

Discurso do presente pseudo-recíproco

Jackie Gilfoyle, Jonathan Wilson e Brown (1993) entrevistaram individualmente homens e mulheres nos anos 1990 e perceberam que um dos temas dominantes nas conversas sobre heterossexualidade que mantiveram com os/as participantes é que as mulheres se dão aos homens e os homens dão orgasmos às mulheres. Este tipo de discurso reproduz de forma clara as normas dominantes da passividade feminina versus a atividade masculina. Nesse sentido o orgasmo é entendido pelas mulheres como um presente que recebem do parceiro e não como algo que elas mesmas também produzem (Breanne Fahs, 2011). Neste discurso tal como no discurso do drive sexual masculino está implícito que os homens devem satisfazer os seus impulsos sexuais, no entanto para além de ver as mulheres como recipientes passivas elas devem “abandonar o controlo dos seus corpos, ‘dando-se’ a si mesmas, ou ‘dando’ sexo aos seus parceiros. Em troca os homens devem tentar agradar a mulher, o que implica, na maioria dos casos, tentar

‘dar’ à mulher um orgasmo”(Gilfoyle et al., 1993, pp. 189-190). As mulheres são posicionadas como objeto que se ‘dá’ a alguém e a quem é ‘dado’, sendo o homem o sujeito que domina. Ele recebe a mulher e dá-lhe prazer, ou seja presenteia-a com um orgasmo, como se ela fosse incapaz de ter prazer ou orgasmos sozinha. Implícito ao discurso está a ideia que os prazeres derivados do coito heterossexual são “bons, naturais e adequados”(Gilfoyle et al., 1993, p. 190).

O que inicialmente poderia parecer como algo bom e positivo, no sentido em que ambos os parceiros investem e que há uma troca entre ambos, essa troca está longe de ser genuinamente recíproca ou igualitária (Braun et al., 2003). Normalmente a reciprocidade implica uma obrigação em retribuir o que é recebido, ela produz direitos e obrigações e pode por isso tornar a ‘escolha’ dentro das relações sexuais um tanto problemática. Num estudo com 30 mulheres e homens heterossexuais Braun e Colaboradoras (Braun et al., 2003) concluíram que a reciprocidade dentro das relações sexuais era muitas vezes reduzida à reciprocidade de orgasmo, que está muitas vezes associada com o imperativo coital e ao imperativo de reciprocitar o orgasmo. Breanne Fahs (2011) no seu estudo percebeu que ao contrário do que se poderia esperar as mulheres não se posicionam como dando orgasmos aos homens, “a linguagem de acção e agenticidade atribuída aos homens aparecia de forma repetida quando se falava do orgasmo masculino, mesmo quando as mulheres atribuíam aos seus parceiros masculinos a responsabilidade pelos seus próprios orgasmos”(Breanne Fahs, 2011, p. 52).

Vários estudos têm mostrado que homens e mulheres não gostam de falar durante os seus encontros sexuais, sobretudo se essa conversa estiver relacionada com o uso de preservativo ou contracepção(Waldby et al., 1993). Falar é frequentemente entendido como uma falha um problema que só acontece se alguma coisa anormal acontece, normalmente quando a mulher não responde de forma adequada (Braun et al., 2003). Se falar é visto como um problema torna-se impossível conseguir manter uma genuína reciprocidade, sobretudo quando as trocas estabelecidas se baseiam no que o ‘outro’ pensa que o ‘outro’ deseja.

Discurso do desejo

O que mais se tem escrito sobre o discurso do desejo é sobre a sua ausência (J. Crawford et al., 1994; Fine, 1988; Fine & McClelland, 2006). Sobre a sua ausência institucional, nomeadamente nos programas de educação sexual, mas também a sua ausência nos discursos das mulheres jovens (Tolman, 2005). A ausência de uma sexualidade *embodied* e uma incapacidade quase absoluta de articular sentimentos ou sensações corporais associadas à sexualidade (Aapola et al., 2004; Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 1994; Holland et al., 2004; Lees, 1993; Tolman, 2005). Este é um discurso que tem sido sobretudo mais teorizado do que emergente na conversa com as raparigas jovens. Algumas autoras (Tolman, 2005; Tolman & Szalacha, 1999) questionam se esta ausência é um reflexo da inexistência de desejo ou se simplesmente as raparigas jovens sabem que não podem falar sobre os desejos ou sensações sexuais sem correrem o risco de sofrerem retaliações como a má reputação. Restam poucas alternativas para estas raparigas falarem sobre sexualidade e a história do *'just happened'* como argumenta Débora Tolman é uma história insegura e pouco saudável para as raparigas (2006).

Um dos dados mais surpreendentes encontrados por Janet Holland e Colaboradoras (2004) foram as diferenças entre rapazes e raparigas em relação ao desejo, *embodiment* e agenticidade. A agenticidade e desejo das raparigas aparece subordinado ao dos rapazes, a prioridade é o corpo masculino e as suas necessidades. É uma sexualidade presente mas sem corpo, como se estivessem alienadas dos seus corpos e da sua sensualidade. O corpo é um espaço de comodificação através das dietas, das roupas, da maquilhagem mas parece esvaziado de sensações sexuais e é também um espaço de insatisfação (Bordo, 1992). Para se proteger das consequências negativas da reputação a rapariga constrói uma sexualidade *disembodied* e um corpo passivo (Holland et al., 2004) uma sexualidade escondida, fragmentada e alienada. Alguns autores argumentam que o desejo feminino 'não é permitido, é inimaginável, não está lá' (Wilton, 1997 citado por Stewart, 1999a).

Doreen Rosenthal e Colaboradoras (1998) apresentam dados diferentes e argumentam que os discursos do desejo são salientes e têm múltiplos significados, destacando a fluidez que a narrativa do desejo podia assumir. Se por um lado inicialmente o sexo pode ser usado para satisfazer um desejo de amor, se esse amor não se concrediza então os desejos passam a ser canalizados ou (re)direcionados para prazer

físico. Resultados diferentes foram apresentados por Fiona Stewart e Colaboradores/as (2000) sugerem que a emergência de identidades heterossexuais subversivas é cada vez mais presente, algumas raparigas são capazes de criar as suas próprias agendas sexuais e rejeitarem o imperativo do sexo com amor. Alguns estudos apontam para uma maior fluidez (Maxwell, 2007; Stewart, 1999a) na forma como são construídas a feminilidade, a masculinidade e consequentemente a heterossexualidade. Essa fluidez pode ser observada na tomada de iniciativa para manter relações sexuais, ao planearem a perda de virgindade estabelecendo condições para se manterem nos relacionamentos, envolvimento em sexo ocasional, seus esforços para assegurar o seu prazer sexual e recusa em envolver-se em relações sexuais indesejadas e o ajustamento do seu comportamento em função disso (Stewart, 1999a). Louisa Allen (Allen, 2005) sugere que as relações heterossexuais de adolescentes também são um espaço de desejo e prazer sexual, e defende a necessidade de promover um discurso erótico através da educação sexual (Allen, 2004a).

Educação Sexual

A educação sexual e a prevenção continuam a não ser um tema pacífico e continuam a estimular acesos debates políticos. Se por um lado há um claro consenso em torno da necessidade de educação sexual nas escolas de forma a combater o crescimento de novas infecções por VIH/SIDA, a gravidez precoce e aumento da prevalência e incidência de outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST'S) nos grupos etários mais jovens por outro não existe qualquer consenso sob a forma como essa 'educação sexual' deve ser implementada. Grandes debates opõem os grupos mais conservadores e os mais liberais, sem consenso ou entendimento aparente.

A literatura feminista tem dado um importante contributo alertando para a 'ausência do discurso do desejo' (Fine, 1988) na maioria dos programas de educação sexual e reivindicando uma educação sexual anti-sexista e anti-heterossexista, que questione a posição privilegiada dos homens em relação às mulheres contrariando a pseudo-neutralidade de género e que desenvolva uma imagem positiva da sexualidade feminina onde o corpo e o self sexual é celebrado (Lanskyj, 1990).

Passaram 20 anos depois da publicação do ensaio "*Sexuality, Schooling, and Adolescent Females: The Missing Discourse of Desire*," de Michelle Fine (1988) onde a autora analisa a forma como a educação sexual era implementada nas escolas tendo em consideração a perspectiva de um grupo adolescentes, dos agentes educativos, passando também pela análise de diversos currículos de educação sexual e reflectindo sobre um ano de negociações para a inclusão da sexualidade gay e lésbica nas escolas da cidade de Nova York. Neste ensaio a autora constata que nos currículos das escolas públicas há uma supressão autorizada do discurso do desejo feminino, ao mesmo tempo que promovem o discurso da vitimização sexual feminina e incentivam explicitamente o casamento heterossexual. Nesse sentido as adolescentes são explícita ou implicitamente ensinadas a temerem e defenderem-se do seu desejo, sendo que o espaço para que desenvolvam uma atitude crítica face às relações de género e que tenham uma postura

³⁷ Esta secção é uma versão curta e adaptada do Capítulo Saúde Sexual e Género publicado no Livro Género & Saúde.

activa nos seus relacionamentos sexuais está sistematicamente coarctado (Fine, 1988). Duas décadas passaram e numa revisão recente, segundo Michelle Fine e Sara McClelland o cenário não se alterou e a educação sexual dominante continua a promover a abstinência até ao casamento e a suprimir o desejo sexual feminino ou qualquer desejo que não se enquadre dentro da heterossexualidade (Fine, 1988; Fine & McClelland, 2006). A educação sexual continua a ser predominantemente des-erotizada e biomedicalizada (Allen, 2004a), a invisibilidade do desejo e do prazer afecta em particular as subjectividades sexuais das adolescentes.

Mesmo antes do artigo de Michelle Fine (1988), em especial nas três últimas décadas, as académicas, educadoras e activistas feministas verbalizaram a sua preocupação com a ausência do discurso do desejo feminino (T. Rose, 2003; Snitow, Stansell, & Thompson, 1983; Tolman, 2005; C. Vance, 1984). Desta forma as autoras alertam-nos que ao não educarmos as raparigas nem como sujeitos que desejam e procuram prazer, nem como sujeitos potencialmente abusados que são capazes de lutar contra essa situação, estamos a negar-lhes o conhecimento e as competências, e a deixá-las entregues às suas próprias ferramentas (e dos outros) e aparelhos num oceano de prazeres e perigos.

O discurso do erótico encontra-se ausente dos currículos de educação sexual e isso tem implicações para rapazes e raparigas. Contudo as implicações para a construção das suas subjectividades é distinta para ambos, o silêncio em torno do discurso erótico tem consequências mais marcadas sobre as raparigas, na medida em que socialmente elas já são construídas como tendo menores níveis de desejo sexual e mais dificuldade em experienciar prazer sexual do que os rapazes (Allen, 2003a).

É consensual que invisibilidade do desejo e do prazer no curriculum da educação sexual tem implicações distintas para a subjectividade sexual de raparigas e dos rapazes. Para oferecer às mulheres jovens um sentido de agência e empoderamento pessoal e aos rapazes uma gama mais ampla de subjectividades (hetero)sexuais, Louisa Allen propõe que se inclua na educação sexual o discurso do erótico (2004a). Para a autora o discurso erótico deveria ir para além do reconhecimento do desejo e do prazer, deveria incorporar a experiências sensuais associadas.

Uma das ferramentas privilegiadas regular a sexualidade das raparigas continua a ser a reputação sexual (Charlton, 2007; Lees, 1993) e esta regulação é assegurada por todos os agentes da escolas, quer pelos actores individuais, quer pelo currículo oculto onde as raparigas são apresentadas como objectos de desejo (incontrolável) dos rapazes e a sexualidade feminina é sistematicamente construída como potencialmente perigosa (Aapola et al., 2004).

Embora as escolas sejam um espaço de reprodução social das diferenças de género elas podem ter uma abordagem distinta da tradicional, isto é podem questionar as desigualdades de género e a conceptualização dominante da sexualidade como um problema social. As escolas públicas podem ser um ‘espaço privilegiado no qual se pode oferecer às mulheres jovens o acesso a uma linguagem e experiência de empoderamento, as mulheres jovens “bem educadas” podem dar vida a posições de crítica social e experienciar poder mais do que vitimização e autonomia em vez de terror’ (Fine, 1988, p. 59). É necessária uma transformação das percepções sobre a sexualidade que não passa apenas pela escola ou por bons programas de educação sexual, no entanto a escola pode ser precursora dessa mudança ao ser capaz de construir sexualidade e actividade sexual como algo positivo (Allen, 2005). Criando um espaço seguro para que raparigas e rapazes possam construir as suas subjectividades sexuais positivas, desafiando os discursos tradicionais e questionando a desigualdade de género.

Uma das principais críticas apontas aos programas de educação sexual centra-se no facto destes programas não serem capazes de responder às necessidades e interesses dos jovens aos quais são dirigidos (Aggleton & Campbell, 2000). Frequentemente centram o seu esforço na mudança de comportamento mas ignoram as necessidades e interesses dos alunos, ao fazê-lo estão a reforçar o poder dos adultos decidirem o que é melhor para os adolescentes e a implementarem as suas interpretações pessoais. Este tipo de opção estratégica põe em causa a participação válida dos alunos e coarcta qualquer espaço de agência, para além de colocar em causa uma verdadeira mudança comportamental. Mais recentemente, têm sido conduzidas algumas investigações com o intuito de avaliar o que os adolescentes consideram importante e relevante, adoptar esta perspectiva implica centrar o programa nos jovens (Allen, 2007). Ao termos em consideração as preocupações dos jovens estaremos a aumentar a probabilidade dos jovens se interessarem e participarem activamente na implementação do programa.

Adoptar esta perspectiva implica pensar que os jovens tal como os adultos são bons a avaliar as suas necessidades e interesses em relação à educação sexual. De acordo com uma conceptualização pós-estruturalista o sujeito é construído discursivamente e esse universo discursivo vai abrir espaços assim como limitar possibilidades para as práticas discursivo-materiais (Weedon, 1997 [1987]; Willig, 1999e). Ao reconhecermos que os jovens enquanto agentes capazes de identificar as suas necessidades também os estamos a construir como sujeitos capazes de tomar decisões sexuais positivas. Contudo se a avaliação das necessidades não for cuidadosa corre-se o risco dos jovens reforçarem as desigualdades sociais existentes e isso pode ser problemático (Wight, 1999), o uso de inquéritos e questionários pode desvalorizar questões como a ‘diversidade sexual’ ou ‘sexualidade e deficiência’ (Allen, 2007). A investigação deve servir precisamente para eliminar e expor os mecanismos de que perpetuam as desigualdades, exige-se por isso aos investigadores uma planificação da investigação cuidadosa e que antecipe este tipo de problemas.

Alguns autores sugerem que a educação sexual exclusiva para raparigas em determinados graus de ensino pode ser benéfica para raparigas e rapazes (Measor, Tiffin, & Fry, 1996) mas esta continua ser uma questão polémica. Muitas vezes são os próprios adolescentes a referir que sentiam desconfortáveis nas aulas de educação sexual, referindo que as dinâmicas de género eram problemáticas (Buston, Wight, & Hart, 2002). Helen Lenskyj defende que o curriculum anti-sexista e anti-heterossexista deve reconhecer que os temas como a contracepção, a gravidez, o aborto, a homofobia e a violência sexual masculina em todas as suas formas afectam as raparigas de formas diferentes por e por isso devem ter uma resposta que se centre nas adolescentes (1990) .

A teoria feminista pós-moderna oferece-nos uma perspectiva válida para desenhar e implementar programas sobre sexualidade humana. Adoptar esta abordagem também implica ajudar os alunos a compreender o enquadramento construtivista e aplicá-lo na análise crítica da sexualidade. Para colocar a teoria pós-moderna em acção Kristine Baber e Colleen Murray defendem que se devem cumprir quatro objectivos (2001):

- a) Mudar de uma abordagem orientada para o problema para uma abordagem de empoderamento
- b) Proporcionar informação e competências relevantes e úteis

- c) Expandir as ideias dos alunos sobre diversidade
- d) Ajudar os alunos a maximizar a sua própria saúde sexual e minimizar a exploração de si mesmos e dos outros.

Durante o processo é indispensável que o investigador e ou professor se implique numa reflexão crítica sobre a sua intervenção e sobre si mesmo, sobre a sua relação de poder com os alunos tentando utilizar essa posição para libertar os alunos e não para os subjugar (M. Lewis, 1990). A educação sexual deve ser um espaço para celebrar a diversidade e a diferença dentro da sexualidade humana (Lenskyj, 1990), é indispensável ultrapassar o hiato entre a ‘realidade’ da educação sexual formal e a necessidades identificadas pelos jovens (Allen, 2001).

Epidemia VIH/SIDA e outras IST's

AIDS encourages the resurgence of biomedical approaches to sexuality through the repeated association of sexuality with disease. (C. Vance, 1999)

O género tornou-se uma das ferramentas conceptuais mais importantes para conceptualizar a pandemia do VIH (Dowsett, 2003) no entanto a sua aplicação na prática da prevenção nem sempre tem sido eficaz. A maioria das sociedades ainda continua a caracterizar-se por desigualdades entre géneros estruturais o que se reflecte de forma clara na sexualidade e na forma como esta é expressa (M. Crawford & Unger, 2004).

O desafio colocado à investigação é que seja capaz de integrar as dimensões de género imersas nas relações heterossexuais, pois estas influenciam as crenças os comportamentos e as identidades sexuais e são uma componente central para compreender e promover práticas sexuais seguras (Maxwell & Boyle, 1995). O género é central em várias epidemias e pode oferecer uma grelha de leitura poderosa para analisar a estrutura das relações entre homens e mulheres, proporcionando uma compreensão que vai para além da explicação individualista da doença e que possibilite a compreensão da infecção do VIH num contexto de relações sociais e de poder (Dowsett, 2003).

Na era actual do VIH/SIDA e as IST's enquanto problema global a investigação tem centrado grande parte do seu esforço na compreensão das subjectividades

(hetero)sexuais dos jovens. O contributo destas investigações (Holland et al., 2004; Kippax et al., 1990; Miles, 1993) é incalculável na medida em que é uma ferramenta fundamental e indispensável no desenho de programas de educação sexual e prevenção e as suas estratégias (Allen, 2003a). Estes estudos têm contribuído para o desenvolvimento teórico em torno da construção social da sexualidade assim como para expor os mecanismos e a complexidade dos processos subjacentes à forma como os jovens constroem, experienciam e definem a sua sexualidade, as práticas e identidades sexuais.

Holland, Ramazanoglu, Sharpe, & Thomson através da sua investigação *Women, Risk and AIDS Project* (WRAP) concluíram que as relações heterossexuais são um espaço de desigualdade onde as mulheres têm menos poder para controlar o progresso e o tipo de interações sexuais do que os homens (Holland & Ramazanoğlu, 1992; Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thompson, 1992; Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 1990). Numa investigação posterior *Men, Risk and AIDS Project* (MRAP) as autoras tentaram reflectir de forma crítica sobre os pressupostos subjacentes à masculinidade e ao poder masculino (Holland et al., 2004). Com estes dois estudos pretendiam ter uma leitura detalhada das práticas sexuais, crenças e significados que os jovens e assim compreender a sua relação com o VIH e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis. Exploram a forma como é que a heterossexualidade é construída e reproduzida quais as concepções que os jovens têm de perigo e riscos associadas à actividade sexual, a sua capacidade de comunicar eficazmente as suas ideias sobre relações sexuais seguras e como constroem os relacionamentos e a responsabilidade nos mesmos.

Um dos principais contributos teóricos de ambos estudos foi a compreensão da relação entre os discursos dominantes de feminilidade e de masculinidade e em que medida eles continuam a privilegiar (Holland et al., 2004). o homem. O discurso dominante da feminilidade é construído por oposição à masculinidade e é com base nestes discursos dominantes que as raparigas e rapazes dão sentido ao seu self sexual. A feminilidade está em contradição directa com o sexo seguro, uma das principais conclusões foi precisamente o facto que a feminilidade era uma identidade sexual insegura e que o comportamento feminino convencional coloca as mulheres em risco. Outros estudos confirmaram a ideia de que ser feminina é posicionar-se como sexualmente ignorante, procurar relações afectivas e deixar que o sexo aconteça, confiar

no amor e fazer os homens felizes, ser objecto de desejo mais do que sujeito que deseja (Kippax et al., 1990; Miles, 1993; Stewart, 1999a; Tolman, 2005). Como referem Holland et al. ‘o sexo seguro não é apenas uma questão de utilizar protecção, evitar a penetração, ou ser casta, envolve questões de poder, confiança e a agência das raparigas nas relações sexuais’ (2004, p. 6).

Continua a ser necessário estudar melhor a forma como se deve direccionar essa mudança e onde se deve investir em termos de prevenção, é necessário clarificar melhor o papel das relações de género nos encontros sexuais. É necessária uma perspectiva teórica que vá para além do modelo bio-médico e que contemple a perspectiva da construção social do género e da sexualidade ao estudo do VIH/SIDA. O controlo social da sexualidade e das relações de género são fenómenos complexos e profundamente enraizados na cultura por isso requerem métodos de estudo sofisticados e variados (J. Crawford & Popp, 2003). O estudo do duplo padrão sexual, isto é os diferentes padrões de permissividade para mulheres e homens, tem sido de extrema importância para perceber como as relações de género afectam os significados atribuídos ao duplo padrão sexual, assim como as práticas e identidades sexuais que lhe estão subjacentes. É comum perceber que as mulheres continuam a acreditar que se devem conformar com os padrões sociais de moral em vez de seguir os seus desejos e impulsos sexuais. A sexualidade e o desejo de serem atraentes enquanto uma potencial namorada coloca muitas mulheres jovens perante ideais contraditórios. As raparigas aprendem a serem sensuais e dizerem não aos avanços sexuais, a serem femininas mas não sexuais, a atraírem o desejo dos rapazes mas não satisfazer o seu próprio desejo. O duplo padrão sexual faz com muitas vezes as raparigas sacrifiquem a sua autonomia sexual a troco da aceitação social. São necessárias mais investigações sobre as intervenções que visam a mudança comportamental de forma a intervir nas dinâmicas de género e prevenir a vulnerabilidade das mulheres e o encontro, muitas vezes fatal, com o VIH (Duituturaga, 2000)

Para Elisa Sobo as mulheres que concordam e aspiram a corresponder aos ideais dominantes sobre as relações românticas se colocam em perigo ao negarem ou ignorarem a possível traição por parte do parceiro e se envolverem em práticas de sexo inseguro (1993). Os adultos heterossexuais enquadram os seus relatos sobre o uso do preservativo no contexto do discurso marital, e dentro deste discurso os preservativos representam uma ameaça às premissas de segurança e confiança subjacentes à

‘monogamia em série’ (Willig, 1995). O sexo inseguro pode ser uma estratégia adaptativa e defensiva a curto prazo no contexto da ‘narrativa da monogamia’, pois assegura que as mulheres mantenham uma imagem idealizada e desejada dos seus parceiros, das relações e de si mesmas. No entanto esta pode ser uma estratégia mortífera a longo prazo em particular para as mulheres que vivem em contextos de pobreza e sexismo (Sobo, 1993).

As campanhas de sexo seguro e outras estratégias de prevenção dirigidas a heterossexuais dirigem-se cada vez mais às mulheres. Isto porque alguns cientistas sociais defendem que como as mulheres evidenciam menos resistência face ao uso do preservativo do que os homens (Chapman & Hodgson, 1988) elas seriam o grupo alvo ideal para encorajar a responsabilização pelo uso do preservativo, muito embora se saiba que ambos homens e mulheres, por todo o mundo, resistem ao uso do preservativo. A perversidade deste tipo de intervenções é que acabam muitas vezes por reforçar o papel tradicional da mulher, recaindo sobre ela a responsabilidade de dizer não ou colocar limites à actividade sexual. Estão desta forma a exigir-lhe que se posicionem como sujeito sexual activo o que é incompatível com a feminilidade tradicional.

Num estudo realizado por Nicola Gavey e Kathryn McPhillips concluem que as mulheres parecem impossibilitadas de assumir o papel de responsáveis pelo uso do preservativo, quer por não desejarem quer por não serem capazes de o fazer (1999). O discurso dominante da heterossexualidade constrói o homem como activo, líder e tomando a iniciativa nas interacções sexuais e por seu turno constrói a mulher como passiva e responsiva aos desejos e vontades do seu parceiro, isto acontece mesmo com mulheres que em outras situações são assertivas e que defendem os valores da igualdade sexual. Os ideais tradicionais da heterossexualidade, feminilidade e românticos implicam um sujeito feminino passivo que muitas vezes não está capaz de decidir usar preservativo durante um encontro sexual ou de ser capaz de fazer com que o preservativo seja realmente usado (Gavey, 2005; Gavey & McPhillips, 1997, 1999).

A investigação tendo por base a análise da construção social do género e da sexualidade permite-nos perceber como as práticas sexuais entre jovens são mais do que meros encontros de duas pessoas pensadas individualmente. Elas representam uma relação dinâmica de poder, de simbolismo assimétrico (Amâncio, 1998) onde se jogam

as ideologias do género e a adesão/ resistência e ambivalências face à masculinidade e feminilidade (Nogueira, 2001). Ao focarmos a atenção no género e na sexualidade para conceptualizarmos o VIH/SIDA poderemos então proporcionar explicações plausíveis que esclareçam porque é que as mulheres são mais vulneráveis do que os homens e assim propor uma leitura sociocultural e histórica. Esta perspectiva admite por um lado colocar a mulher e o sistema de género no centro da agenda na investigação em VIH/SIDA e por outro propor programas de prevenção sensíveis às questões culturais e sociais.

Mas mais do que investigar e publicar é indispensável que a investigação realizada seja devolvida aos profissionais de saúde para que nas suas práticas tenham em consideração a diversidade que existe dentro da sexualidade feminina e que se tornem conscientes dos seus valores e pré-conceitos, questionando se os mesmos não afectam as suas práticas e a sua eficiência em especial em intervenções no âmbito do VIH/SIDA e saúde sexual (Few, 1997).

A gravidade da epidemia do VIH/SIDA torna por isso importante clarificar como é que os encontros sexuais são compreendidos distintamente em termos de amor e romance, as suas implicações para compreender as práticas de sexo seguro (Kirkman et al., 1998). A construção do sexo seguro através da sua relação com o amor é de particular importância no que diz respeito à prevenção do VIH/SIDA e outras IST's. A forma como o amor e o sexo são construídos em relação, um ao outro dentro dos discursos de heterossexualidade e as implicações destes relacionamentos para as práticas de sexo seguro são de importância crucial (Rosenthal et al., 1998). É urgente compreender como é que os encontros sexuais são constituídos enquanto relacionamentos de género políticos, como é que as identidades sexuais são construídas e o que é que isto significa em termos de encontros sexuais (Peart, Rosenthal, & Moore, 1996).

As mulheres e as raparigas experimentam desafios específicos perante as elevadas taxas de VIH como resultado de normas e práticas culturais e do sistema de género que reforça a sua situação económica e estatuto social desfavorável (Tiessen, 2004). Por isso é evidente que o género deve ser tido em consideração na compreensão e prevenção do VIH/SIDA a partir de uma perspectiva sócio-cultural. As mulheres são biológica e socialmente mais vulneráveis que os homens. Como recomenda a ONU os

programas de prevenção do VIH/SIDA devem dar maior ênfase ao papel do homem nos cuidados de saúde e criarem melhores formas para homens e mulheres comunicarem e assumirem responsabilidades em questões que dizem respeito à prevenção do VIH/SIDA.

A igualdade no acesso à saúde, educação e poder económico também são indispensáveis para que as mulheres se possam agir e se protegerem contra o VIH/SIDA. Os conceitos de masculinidade com implicações negativas têm de ser postos em causas, as dinâmicas de género têm de ser desconstruídas, a igualdade de género de ser tida em atenção, é necessário mudar crenças e atitudes muito antigas. De forma a alcançar estes objectivos é preciso ter como prioridades perceber a relação entre aceitação da ideologia de género dominante na nossa sociedade e a prática de comportamentos sexuais de risco.

Como tem sido demonstrado pela investigação as escolhas disponíveis para as mulheres no que concerne o sexo seguro são claramente limitadas por um contexto onde as relações de poder nos encontros sexuais são claramente distintas para homens e mulheres (Maxwell & Boyle, 1995). Para combater o VIH/SIDA é, acima de tudo necessário ‘compreender a importância da sexualidade nas culturas contemporâneas e enfrentar estes desafios de forma aberta e honesta’ (Weeks, 2003, p. 105).

(Dis)Funções Sexuais Femininas

As disfunções sexuais femininas estão longe de ser um novo conceito introduzido pelo DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders). É possível rastrear os pressupostos das disfunções sexuais no antigo sistema de crenças sobre natureza e biologia onde se inscreve a ideia de que a sexualidade da mulher é imperfeita. Apesar de na Antiga Grécia não existir o vocábulo ‘sexualidade’ podemos encontrar no pensamento hipocrático uma série de escritos que constroem a mulher como imperfeita e por isso sexualmente incapaz. Mais tarde o pensamento aristotélico constrói a mulher como terrenas, irracionais, inférteis e como tal tendo um estatuto inferior. Nos séculos seguintes a mulher é construída como sendo emocionalmente instável (W. J. Sutton, 2005). A sexualidade feminina tem sido historicamente construída como disfuncional, quer pela religião quer pela ciência, este longo percurso de construção social da mulher

como imperfeita oferece as bases da medicalização das (dis)funções sexuais femininas do século XXI.

Ainda hoje prevalecem as ideias dos autores do fim do século XIX e meados do século XX nomeadamente, Freud, Krafft-Ebing e Havelock-Ellis, e mais tarde Masters & Johnson. Estas são as bases teóricas sobre o que é a ‘sexualidade feminina normal’, estes os princípios para a sexologia enquanto ciência moderna (Nicolson & Burr, 2003). A medicalização tem servido fundamentalmente para definir o que é o funcionamento normal e o funcionamento anormal, que é sempre definido em termos de performance física (Tiefer, 2003). Este modelo sexológico baseia-se na sexualidade masculina e ignora a diversidade existente na sexualidade feminina, assim como a possibilidade de outras orientações sexuais (M. Jackson, 1984), assentando na premissa básica de que as relações sexuais genitais heterossexuais são benéficas para a saúde do homem e da mulher (Nicolson & Burr, 2003). Este é um pressuposto que emerge nos anos 60 e que apesar de toda a contestação por parte das feministas e outras correntes de investigação críticas sobrevive até aos nossos dias (Weeks, 2003).

As críticas das feministas têm sido persistentes questionando o modelo sexológico e a classificação nosológica apresentada pelo DSM em torno das perturbações sexuais bem como a literatura tradicional publicada sobre o tema. Neste corpo de literatura é implicitamente subscrita a ideia de que os homens são naturalmente dominantes e que as mulheres são naturalmente submissas e que para alcançar a feminilidade é necessário entregar o corpo (e o self) ao homem; as mulheres são um problema sexual e que necessitam do homem para as ensinarem a maturarem a resposta sexual (White et al., 2000). As mulheres que rejeitam estes papéis são construídas como psicologicamente deformadas (Mary Boyle, 1994) já o DSM constrói a sexualidade feminina como mais problemática, assim como a maioria das outras perturbações mentais.

As classificações propostas pelo DSM IV-R e DSM V da perturbação do desejo hipoactivo e perturbação do orgasmo subscrevem os princípios da feminilidade tradicional e reforçam a socialização das mulheres enquanto subservientes aos seus parceiros masculinos e reforça o modelo patriarcal da sexualidade (Pokorny, 2005).

Ao longo das últimas décadas têm sido apontadas inúmeras e acérrimas críticas ao modelo sexológico tradicional (M. Jackson, 1984; Tiefer, 1987, 1997), entre elas a

falsa noção de equivalência sexual entre homens e mulheres o que implica que não só a resposta sexual é semelhante como os problemas sexuais são semelhantes ignorando algumas das queixas mais referidas pelas mulheres; a incapacidade de terem em conta o contexto relacional da sexualidade e adopção de uma abordagem individualista do sexo; a ênfase nas semelhanças fisiológicas e genitais entre homens e mulheres ignorando o contexto social, cultural e histórico torna a sua conceptualização profundamente inútil pois é incapaz de integrar as implicações das desigualdade de géneros, classe social, etnia e orientação sexual; a excessiva simplificação e generalização para todas as mulheres ignorando a diversidade de valores, contextos sociais e culturais ou situações de vida (Tiefer, 2001a).

Quer os medias quer as instituições médicas têm sistematicamente promovido o modelo da sexualidade masculina servindo os seus interesses financeiros (Tiefer, 2001b). Romana Pokorny analisou os discursos das revistas populares para mulheres e concluiu que os media socializam sexualmente as mulheres promovendo a subordinação ao modelo masculino da sexualidade ao colocar os problemas sexuais no domínio do feminino, desafiando as mulheres a resolverem, elas próprias, as dificuldades sexuais de modo a beneficiar e assegurar a satisfação do parceiro. Introduzem assim uma nova ‘obrigação’ ou papel a desempenhar nas relações afectivas, o de manter o homem satisfeito e assegurar o sucesso das relações sexuais (2005).

Durante mais de 30 anos os movimentos feministas para a saúde e a terapia feminista aperfeiçoaram os seus tratamentos para as queixas sexuais das mulheres centrando-se na psico-educação, treino de assertividade, educação fisiológica correctiva, imagem corporal, educação para a masturbação e trabalharam sobre a vergonha e outras formas de inibição (Tiefer, 2001b), o mesmo pode ser dito em relação à investigação feminista sobre a sexualidade da mulher no entanto a investigação tradicional tem ignorado e desvalorizado o seu contributo.

A investigação centrada na mulher e nas suas percepções subjectivas requer uma leitura crítica e atenta na medida que os discursos reproduzidos pelas mulheres são muitas vezes precisamente os discursos biomédicos dominantes e por isso aparentemente espelham precisamente o que a literatura clínica sexológica típica propõe no que concerne satisfação sexual e orgasmo. Paula Nicolson e Jennifer Burr num estudo qualitativo com mulheres em idade fértil concluíram que as crenças de senso

comum sobre o que é ‘normal’ se baseiam em grande medida no modelo médico, e que este oferece apenas a possibilidade de se posicionarem como disfuncionais, existindo claros constrangimentos à possibilidade de se identificarem como sujeitos sexualmente saudáveis e desfrutarem das relações sexuais (Nicolson & Burr, 2003). As construções veiculadas estavam profundamente enraizadas nas teorias psicológicas, ficções românticas, crenças populares assim como nas dicotomias tradicionais de género.

Na literatura clínica é clara centralidade das relações sexuais genitais heterossexuais e que continua a prevalecer o ‘imperativo coital’ isto é que entre heterossexuais maduros é impensável que tenham sexo sem que haja coito (Gavey, 2005; M. Jackson, 1984; McPhillips et al., 2001). Nesse sentido a satisfação das mulheres é conseguida através da ‘sensação do pénis na vagina’ e o ‘imperativo orgástico’ (Nicolson & Burr, 2003). A era Viagra emerge por pressão de fortes interesses comerciais das indústrias farmacêuticas que vem precisamente reforçar a visibilidade e sobrevalorização do ‘imperativo coital’. Estes mesmos interesses económicos mobilizam-se activamente para reproduzir o mesmo fenómeno mas agora dirigido às mulheres (Tiefer, 2003). A literatura clínica dominante continua subscrever explicitamente uma visão masculina, falocêntrica, patriarcal, heterossexista, biomédica e comercial que constrói a satisfação sexual como habilidade para ter sexo penetrativo e orgasmo (Nicolson & Burr, 2003).

De modo a fazer face aos problemas identificados na nomenclatura do DSM um grupo de trabalho e a conferência Nova Visão dos Problemas Sexuais da Mulher, tem como intuito adoptar uma perspectiva centrada na mulher, tentando evitar o reducionismo biológico e universalismo que impregnam o DSM. Defendem que não existe um formato normativo ou ‘normal’ da experiência ou resposta sexual da mulher (Kaschak & Tiefer, 2002). O grupo de trabalho propôs que os problemas sexuais da mulher fossem definidos como ‘descontentamento ou insatisfação com qualquer aspecto da experiência sexual seja emocional, físico ou relacional’ (Tiefer, 2002a, pp. 228-229) e que este descontentamento ou insatisfação pode ter origem em muitas áreas de vida, nomeadamente em factores sócio-culturais, políticos ou económicos, relacionais e do parceira/o, psicológicos ou médicos (Tiefer, 2001a).

O movimento feminista é desafiado a continuar atento e vigilante questionando a investigação realizada, tentando perceber quais os interesses que defende e acima de

tudo estabelecer um compromisso inalienável com a auto-determinação sexual das mulheres.

Saúde Sexual e Reprodutiva para lésbicas

As identidades não-heterossexuais tem sido sistematicamente ignoradas e silenciadas na literatura sobre saúde. O viés heterossexista tem sido usado para eliminar as lésbicas da literatura sobre sexualidade (Tiefer, 2000) nomeadamente na educação sexual, disfunções sexuais ou saúde sexual e reprodutiva.

Apesar das lésbicas terem sido inicialmente um foco de preocupação na prevenção do VIH/SIDA, mais tarde foram excluídas deste discurso na medida em que se presumia não terem comportamentos de risco, isto é não mantinham relações sexuais com homens. Como tal tem sido ignorada a diversidade e complexidade das vidas das lésbicas e a investigação sobre VIH/SIDA e lésbicas tem sido muito reduzida. A ausência de programas de prevenção do VIH/SIDA e outras IST's dirigidos a estas comunidades baseada na ideia de que elas não têm sexo com homens nem têm filhos coloca-as numa situação de risco aumentado. São necessários programas especialmente desenhados que sejam capazes de focar comportamentos de risco para além do tradicional sexo penetrativo (Richardson, 2000). Ao colocar as lésbicas como um grupo de baixo risco para a infecção por VIH corre-se o risco de instaurar o mito de que as lésbicas não contraem VIH ou não desenvolvem SIDA e ignorar que são sexualmente activas e que também têm práticas sexuais de risco que não são apenas e necessariamente relações sexuais coitais com homens.

A falta de serviços de educação sexual e terapia sexual para lésbicas é o reflexo da disseminação do viés heterossexual no domínio da sexologia. Mary Boyle alerta que limitar-se a expandir e integrar as lésbicas e os gays na teoria e serviços clínicos disponíveis não seria a solução já que a sexologia tradicional enferma de heterossexismo (1993). O coito está no centro deste modelo e as disfunções sexuais têm sido definidas em termos da amplitude dos constrangimentos à função sexual do coito ou orgasmo. Nem as mulheres nem os homens homossexuais irão beneficiados pela actual teoria e práticas aplicadas ou adaptadas aos problemas homossexuais sem que o modelo sexológico seja desconstruído. As mulheres teriam muito mais benefícios se fossem desenvolvidas teorias autónomas sobre a sexualidade feminina, ambas homo e

heterossexual, envolvendo fisiologia e sentimentos e que fosse expressa numa linguagem centrada na mulher, do que tentar simplesmente integrar a homossexualidade e os problemas sexuais na literatura heterossexual dominante (Mary Boyle, 1993).

Duas áreas de grande importância e que carecem respostas específicas são os cuidados de saúde sexual e reprodutiva e acesso à reprodução medicamente assistida para lésbicas. O movimento feminista é desafiado a dar maior visibilidade à saúde sexual para as lésbicas na sua agenda política pois ao ignorar a sua especificidade estarão a subscrever a invisibilidade e a reforçar o silêncio que impera.

3. Considerações Metodológicas

Scientific research is often represented as a purely objective process in which a neutral, disinterested scientist investigates and reveals the secrets of nature. However, psychology has sometimes been anything but neutral in explaining women behavior (M. Crawford & Unger, 2004, pp. 13-14)

Any research approach can be used for progressive ends or reactionary ones (Marecek, 2003, p. 55).

A metodologia é muitas vezes considerada a parte menos interessante ou excitante para os investigadores (Ramazanoğlu & Holland, 2006), no entanto, tendo em conta o posicionamento dentro do paradigma construcionista e pós-estruturalista feminista, é fundamental clarificar as metodologias utilizadas e as suas implicações para a forma de ver o mundo. Para podermos avaliar uma investigação é preciso saber quais os objetivos e que tipo de conhecimento se pretende produzir, nesse sentido é necessário ter em consideração 3 questões (Willig, 2001, pp. 12-13):

- 1- Que tipo de conhecimento a metodologia pretende produzir
- 2- Que tipo de pressupostos a metodologia faz sobre o mundo
- 3- Como é que a metodologia conceptualiza o papel do investigador no processo de investigação

Apesar das respostas a estas questões estarem parcialmente explícitas quando se falou no Construcionismo social e no Pós-estruturalismo feminista, elas serão retomadas quando se falar sobre a aplicação da análise do discurso. Nesta parte do trabalho serão revistos de forma breve alguns princípios que distinguem e unem a(s) metodologia(s) feminista(s), e será feita uma introdução à análise do discurso, focalizando os principais aspetos relacionados com a análise Foucaultiana do discurso. Finalmente serão discutidas as implicações de usar a metodologia de grupos discussão ou *focus group* como forma de obter material sobre sexualidade.

3.1. Epistemologia(s) e Metodologia(s) Feminista(s)

‘Feminist thought has been treated in many academic institutions as marginal, or as intellectually inferior to existing modes of thought (Arpad 1986; Stanley 1997).

When feminists judge gender relations to be unjust and want to change them, they are implying that they have knowledge of what social relations between women and men actually are, and are expected to provide acceptable grounds for claiming that others should take this knowledge seriously. By being openly politically committed, feminists are charged with failing the test of producing generally valid and authoritative knowledge' (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 3)

If science is indeed socially constructed, however, then it must open to reconstruction (M. Crawford & Kimmel, 1999, p. 1).

Desde há muito que as feministas se têm insurgido contra a investigação tradicional em Psicologia pois ela está baseada num modelo sexista e androcêntrico onde a preocupação central dos investigadores é explicar a experiência e as questões dos [h]omens e é o ponto de vista masculino que conduz a investigação (Burr, 1998a; M. Crawford & Kimmel, 1999; M. Crawford & Unger, 2004; Neves & Nogueira, 2005; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Nesse sentido as feministas estão interessadas em perceber como homens e mulheres são posicionados dentro da Psicologia, quer como sujeitos quer como investigadores (p.e. Hollway, 1989). Ao longo da história da disciplina são muitos os exemplos onde a investigação se tem centrado na experiência masculina para deduzir modelos universais. Vivien Burr (1998a) dá dois exemplos, o trabalho de Levinson sobre o desenvolvimento humano (do homem) e os estádios de desenvolvimento moral de Kohlberg. Inicialmente para desenvolver o trabalho *The Season's of Man's Life* Levinson usou apenas material de entrevistas com homens sobre as suas vidas a partir da infância e com base nos padrões encontrados propôs uma teoria de desenvolvimento. Kohlberg também recorreu a uma amostra exclusivamente de rapazes para propor a sua teoria de desenvolvimento moral. Mais tarde desenvolveu uma ferramenta para avaliar o desenvolvimento moral de rapazes e raparigas com base em dilemas, tendo como alicerce a sua teoria de desenvolvimento moral. Como tal não é surpreendente perceber que chegou à conclusão que as raparigas tinham um desenvolvimento moral atrasado em relação ao dos rapazes. Um outro exemplo é a conhecida escala MMPI (Minnesota Multiphasic Personality Inventory) que foi inicialmente construída com base em respostas de homens, já o pólo feminino foi 'validado' por uma amostra exclusiva de homossexuais masculinos (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). A maioria destas críticas podem ser

transpostas para outros grupos minoritários, pois a Psicologia tem proposto modelos baseados em pessoas brancas, heterossexuais de classe média (Burr, 1998a).

Se inicialmente a ideia de que passar a incluir as mulheres nos estudos poderia resolver estes problemas, mais tarde percebeu-se que isso por si só era insuficiente (Gill, 1993). Pois os tópicos de investigação (que por exemplo obtinham financiamento) e os modelos conceptuais continuavam a ser masculinos e androcêntricos. Tornou-se claro que ‘remendar a Psicologia de forma a torná-la mais *friendly* e inclusiva para as mulheres’ não bastava; era preciso algo mais radical (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 147). Com o feminismo da segunda vaga e a sua análise do poder e da diferença abriu-se espaço para o desenvolvimento de novas formas de produzir conhecimento (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Para muitas feministas tornara-se óbvio que não bastava usar as metodologias *malestream* da Psicologia (Burr, 1998a). Nesse sentido o repto era colocar em causa a epistemologia da Psicologia *malestream*, os métodos usados na investigação, assim como os tópicos estudados de forma a cumprir os objetivos políticos do feminismo (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001).

Mary Crawford e Rhoda Unger (2004) sugerem que podem ser identificadas 3 correntes dentro da Psicologia Crítica que estão preocupadas com as questões de género e da mulher: Psicologia da Mulher, a Psicologia de Género e a Psicologia Feminista. A Psicologia Feminista tenta enfatizar as relações teóricas com os estudos das mulheres; a Psicologia da Mulher tende a centrar-se na vida e experiências das mulheres e finalmente a Psicologia de Género tende a centrar-se nos processos sociais e biológicos que criam as diferenças de género. Na investigação das questões de género ou Psicologia Feminista podem ser encontrados dois enfoques predominantes, por um lado a valorização da experiência da mulher, para lhe dar o seu devido espaço na Psicologia e por outro um enfoque sobre como se produz e mantém a exclusão e opressão das mulheres (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Um elo comum a todos os feminismos é que todos se preocupam com a igualdade entre os sexos, apesar de proporem diferentes formas para a alcançar e consolidar (Neves & Nogueira, 2005). O principal objectivo e motivação para fazer investigação feminista é contribuir para a mudança das relações de género e influenciar o sistema de género (Nogueira, 2001). Caroline Ramazanoğlu e Janet Holland (2006) defendem que qualquer investigador tenha interesse em compreender as relações de poder, incluindo as relações de género, e o seu impacto na vida das pessoas tem de ter em consideração quatro questões

fundamentais: 1) como é que (ou se) é possível compreender a realidade social; 2) porque é que género e sexualidade têm um significado e não outro; 3) como é que as pessoas dão sentido e organizam as suas experiências; 4) qual a relação entre poder e a produção de conhecimento.

As feministas são confrontadas com a necessidade de justificar as escolhas que fazem e como produzem conhecimento de forma a defender a validade das ideias que produzem. Como afirmam Caroline Ramazanoğlu e Janet Holland ‘as decisões sobre a metodologia são particularmente importantes no contexto das políticas e práticas de produção de conhecimento’, pois determinam o que se pode conhecer e mais importante o que conta como conhecimento válido (2006, p. 4).

Tendo em conta o descontentamento com a epistemologia usada pela Psicologia tradicional as feministas são desafiadas a criar alternativas. Sandra Harding (1986, cit. em Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001) sugere que face a este impasse desenvolveram-se três abordagens críticas, o Feminismo Empiricista, as teorias de Standpoint Feminista e o Feminismo Pós-modernista (Nogueira, 2001; Ramazanoğlu & Holland, 2006; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001; Vickers, 2002). O Feminismo Empiricista mantém-se dentro da Psicologia *mainstream* mas suprimindo o androcentrismo (Vickers, 2002). Os/as autores/as desta tradição defendem que se o viés sexista for corrigido é possível produzir conhecimento científico de ‘verdade’ (Nogueira, 2001). Muitas das feministas que defendem esta abordagem argumentam que o fazem sobretudo por razões pragmáticas (Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001), por exemplo ao usar os números para mostrar que as mulheres ganham menos pelo mesmo trabalho ou para mostrar o número de mulheres que são vítimas de violência género. Uma das dificuldades desta abordagem é que ninguém consegue definir claramente o que é a realidade social, nem como é que essa realidade se relaciona com conhecimento (Ramazanoğlu & Holland, 2006). Para além disso as feministas empiricistas confrontam-se com o problema da validação do seu conhecimento, ‘as feministas ao procurarem um conhecimento que seja ‘mais verdadeiro’ do que o conhecimento previamente produzido no qual se identifiquem as relações de poder, de forma a mudá-las, continuam a enfrentar o problema da validação do seu conhecimento’ (idem, 2006, p. 58).

A segunda via encontrada foi o desenvolvimento de uma epistemologia dentro do Feminismo Standpoint. Segundo Vickers este tipo de metodologia implica um trabalho de conscientização intenso associado com um envolvimento político e social

(2002). O ponto de partida é a realidade material das mulheres oprimidas, analisando a opressão a que são sujeitas bem como as consequências de uma ordem social injusta. Sob o prisma do Feminismo Standpoint idealmente o/a investigadores(as) seriam as pessoas oprimidas, neste caso as mulheres oprimidas, porque se entende que elas têm “privilégio epistémico que adviria da sua própria condição feminina” (Oliveira & Amâncio, 2006, p. 599). Pode ser problemático perceber todas as mulheres como ‘peritas’ ou ‘privilegiadas’ pois é “assumido que cada mulher é consciente das forças que atuam sobre ela e é capaz de articular a sua reacção em relação a essas forças” (Montell, 1999, p. 50). A proposta do Feminismo Standpoint tem sido amplamente criticada pelo falso universalismo que lhe está implícito, bem como o relativismo epistemológico. Outro dos problemas é a sua visão essencialista e monolítica da identidade de género, como se existisse unidade dentro do grupo mulher (Nogueira, 2001). Dentro do feminismo Standpoint, Maria Mies defende que investigação deve cumprir sete postulados metodológicos:

1- A investigação neutra e isenta de valores é substituída por uma parcialidade consciente

2- A investigação tem sido usada para reforçar o poder das elites e oprimir determinados grupos por isso a relação vertical entre investigador e sujeito deve ser invertida. Esta mudança é a resposta à exigência da parcialidade consciente e da reciprocidade.

3- De espetador/a contemplativo/a o/a investigador/a tem de passar a ter uma participação ativa no movimento e luta pela emancipação das mulheres.

4- A investigação deve ser integrada nos processos de mudança social. A mudança do *status quo* deve ser o ponto de partida para a pesquisa científica

5- O processo de investigação tem de ser um processo de conscientização quer para os/as investigadores/as quer para os/as participantes.

6- A conscientização coletiva deve ser acompanhada por um estudo da história individual e social da mulher

7- Os estudos das mulheres devem combater o individualismo pois as mulheres só se podem apropriar das suas próprias histórias quando elas começarem a coletivizar as suas experiências.

(Mies, 1983, pp. 121-128)

Jill Vickers (1982, cit. em Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001) sugere que a epistemologia feminista (nomeadamente o Feminismo Standpoint) necessita insurgir-se contra cinco princípios presentes nas metodologias positivistas. Três das insurreições propostas estão relacionadas com questões filosóficas que orientam a escolha dos métodos e as duas últimas estão relacionadas com o uso da linguagem. A investigação feministas deve insurgir-se contra: a descontextualização (ou seja a eliminação ou simplificação de todos os elementos contextuais); a objectividade e a forma como os/as participantes são tratados/as enquanto objetos de estudo; a linearidade, legitimidade e inevitabilidade, argumentando que a experiência e os comportamentos das pessoas não podem ser explicados como uma reacção química, não existem leis universais que explicam a natureza humana e que podem ser deriváveis de estudos experimentais. Finalmente as duas últimas insurreições devem dirigir-se à forma como as ciências sociais usam a linguagem de forma a obscurecer a agenticidade, quer através da negação de agenticidade e através da falsa agenticidade (original *reverse agency*). A negação da agenticidade diz respeito à abstracção que os/as investigadores/as fazem dos seus resultados, de tal forma que é impossível identificar qualquer agenticidade. Na maioria dos estudos em Psicologia falam de variáveis influenciando outras variáveis, por exemplo a falta de satisfação sexual das mulheres é explicada por problemas na díade. Já a falsa agenticidade surge quando é usado ‘um artefato gramatical, teórico ou metodológico’ (Vickers, 1982 cit in Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 151) que faz com que o/a leitor/a faça uma atribuição errónea da agenticidade. Um exemplo dado por Jill Vickers é a forma como é explicada a prática Suttee num livro de hinduísmo – “as mulheres viúvas de castas inferiores ... mais tarde também adoptaram essa prática” (sacrificando-se na pira onde era cremado o marido morto) – quando na realidade o que acontecia é que eram drogadas e forçadas a fazê-lo (1982 cit in Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001, p. 151).

Uma terceira via seria adoptar uma epistemologia pós-moderna, isto é um posicionamento relativista face ao conhecimento (ver p.e. Burr, 2003; Willig, 1999b). Apesar de tudo este posicionamento também tem sido visto como problemático para algumas feministas porque entendem que levado ao extremo limita a ação política e o impacto que a investigação feminista poderia ter sobre o patriarcado (Nogueira, 2001; Stainton-Rogers & Stainton-Rogers, 2001). Seduzidas pelos auspícios produzidos pelos ‘sonhos do Iluminismo’ (Flax, 1992 cit. em Ramazanoğlu & Holland, 2006) e confrontadas com as contradições da herança Modernista as feministas propõem

produzir conhecimento que seja promotor de justiça, emancipação e progresso, estabelecendo ‘novas relações entre as ideias de gênero, experiências de gênero e realidades de gênero’ (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 83). O Pós-modernismo e o Pós-estruturalismo ofereceram novas formas de ver a produção do conhecimento e do gênero, desconstruindo as grandes metanarrativas e propondo novas teorias que têm em consideração a especificidade histórica e geográfica ao mesmo tempo que defendem que não é possível propor uma teoria universal (Weedon, 1997 [1987]). O que é atrativo na teoria Pós-moderna é que oferece às feministas a possibilidade de ‘olhar de forma criativa o poder, o self e a produção de conhecimento, em especial como é que o poder da linguagem e da representação opera’ (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 85) no entanto esta relação entre feminismo e Pós-modernismo não é aproblemática.

Caroline Ramazanoğlu e Janet Holland (2006) defendem que o Pós-modernismo oferece sete liberdades em relação ao pensamento modernista, contudo essas liberdades também impõe limitações em relação ao método científico e colocam alguns problemas ou desafios à teoria e investigação feminista. O primeiro elemento é a liberdade em relação ao método científico; colocam-se em causa as relações entre conhecimento, racionalidade e verdade ou realidade. Os limites entre fato e ficção caem por terra bem como os limites que separam as diferentes disciplinas ‘científicas’. Questiona-se porque é que determinados conhecimentos têm mais poder que outros e tenta-se compreender como é que os textos científicos são produzidos e que diferentes leituras podemos fazer deles. Não podemos aceder a uma realidade concreta ou a uma verdade última sobre as ‘coisas’, podemos apenas aceder aos diferentes discursos disponíveis para falar sobre essa ‘coisa’. A investigação produzida dentro deste paradigma epistemológico, está preocupada em perceber como é que os discursos se constituem, as diferentes formas de os perceber e quais as consequências dos discursos e das leituras possíveis sobre os mesmos (por exemplo explorar os diferentes discursos sobre a heterossexualidade e as consequências dos mesmos). A segunda liberdade é a possibilidade de desconstrução e o abandono do pensamento binário. Abandona-se a herança iluminista dos dualismos cartesianos (Jaggar & Bordo, 1992) – feminino/masculino, racional/irracional, civilizado/primitivo, corpo/mente, objetividade/subjetividade, normal/anormal, saudável/doente, animal/humano, superior/inferior – colocando a nu o seu caráter hierárquico e propondo novas possibilidades ou identidades mais fluidas e espaços de resistência. Uma terceira liberdade é o abandono da visão humanista do investigador como sendo um sujeito autónomo, independente, neutro e imparcial. Levando ao

extremo a posição modernista apenas um investigador morto poderia começar do zero. Numa perspectiva Pós-modernista o conhecimento é inseparável do contexto em que é produzido e do sujeito que o produz. Segue-se o abandono da rigidez identitária, esta liberdade é em certa medida problemática para as feministas pois se não existe uma identidade ‘mulher’ em relação a uma identidade ‘homem’ como é que podem continuar a argumentar que o grupo mulher é oprimido? Fugir ao essencialismo e manter o compromisso com as ‘mulheres’ torna-se numa tarefa complexa. Apesar de não ser indispensável abandonar completamente a noção de identidade, o Pós-modernismo exige no mínimo que se questione a mesma (Nogueira, 2001). A ciência *mainstream* tem sido acusada de etnocentrismo e de universalismo assim como o feminismo quando defende a metanarrativa que é necessária a libertação das mulheres. Entende-se como metanarrativa “uma história que quer ser mais do que uma simples história, isto é uma história que afirma ter um ponto de vista onisciente acima e para além de todas as outras histórias que as pessoas contaram até então” (Norris, 2000 cit. em Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 93). Se entendermos que as ‘verdades’ e o conhecimento só podem ser considerados como válidos localmente e resultando de um conjunto limitado de regras impostas localmente então nunca é possível transpô-las para outros contextos ou compará-las com outro ‘conhecimento’ ou ‘verdades’ produzidas sob outro conjunto de regras. Nesse sentido as ideias produzidas pela(s) metodologia(s) feminista(s), que é apenas mais “um jogo de linguagem entre muitos” (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 93) não tem legitimidade para impor o seu ‘conhecimento’ em outros contextos, nomeadamente junto das ciências *malestream*.

As duas últimas liberdades dizem respeito ao abandono da materialidade incorporada (original *material embodiment*) e do poder como possessão. O abandono do pensamento dualista permite entender a sexualidade e o corpo como discursivamente construídos. Os corpos não têm uma existência independente, ‘os corpos não nos dizem nada sob a forma como são sociais’ (Butler, 1993, pp. x-xi). Os significados são dados ao corpo, não existem no corpo (Ramazanoğlu & Holland, 2006). Os discursos científicos contemporâneos têm veiculado com sucesso a metanarrativa que os corpos têm uma verdade intrínseca e independente, que a biologia pode explicar e que o construcionismo social tenta desconstruir (Tiefer, 1997). Apesar desta possibilidade de ver o corpo como um espaço de construção social algumas feministas entendem que no corpo existe um enorme potencial de resistência (Bordo, 1992). A vantagem de ver o poder como produtivo e não como posse de um determinado grupo é que as feministas

não precisam explicar onde se baseia o poder dos homens nem porque é que é tão difícil mudar as estruturas de poder institucionalizado (Ramazanoğlu & Holland, 2006). No entanto isto deita por terra a metanarrativa feminista sobre a opressão e emancipação das mulheres, já que a emancipação não pode transcender o poder e “a agenticidade faz parte do jogo de poder ao qual se opõe” (Butler, 1995 cit. in Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 95).

Apesar das contradições e dos problemas levantados pelo pensamento Pós-moderno ao Feminismo isso não implica necessariamente que as feministas tenham de converter a investigação feminista numa interminável sequência de questionamentos sobre a “construção social do(s) self(s), do conhecimento, das identidades, das subjetividades, dos desejos, das realidades e dos seus efeitos” ou abandonar a ideia de agência e emancipação (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 102). As feministas podem ter em conta as críticas do Pós-modernismo na forma de fazer investigação e produzir ‘conhecimento’ mas levá-las até às últimas consequências é em si incompatível com o feminismo ou a epistemologia. O Pós-modernismo feminista serviu para mostrar como é importante sermos ainda mais cautelosos(as) quando fazemos afirmações ou defendemos ideias. Alertou para a necessidade de contestar constantemente todas as coisas que nos pareçam um dado adquirido e nesse sentido o cepticismo epistemológico pode ser muito útil (Gill, 1995)

Mary Crawford e Rhoda Unger (2004) defendem que a investigação feminista deve ser orientada por cinco princípios básicos, primeiro de tudo entender a investigação empírica como uma atividade válida e importante. Apesar das metodologias de investigação não serem perfeitas, a riqueza da investigação estaria no uso de várias metodologias. Mas tal como é sugerido num segundo ponto os métodos devem ser analisados de forma crítica pois não são ferramentas neutras, diferentes métodos produzem diferentes resultados. Uma investigação feminista pode ter um rosto de homem ou de mulher, o que a torna feminista é a orientação política. Um quarto valor da investigação feminista é assumir a impossibilidade de um conhecimento completamente neutro e objetivo. Todos/as os/as investigadores/as trazem a sua bagagem passada e as suas perspectivas para a investigação. A produção de conhecimento não ocorre no vazio mas num contexto cultural, social e histórico. Não se pode ignorar que “a Psicologia é uma instituição cultural por isso fazer investigação psicológica é inevitavelmente um ato político” (Crawford & Marecek, 1989 cit in M. Crawford & Unger, 2004, p. 20). Dizer que a Psicologia é apolítica é em si mesmo um

ato político porque se finge que a Psicologia não tem qualquer papel na manutenção das desigualdades de poder (Burr, 1998a). Por fim um quinto princípio implica assumir que o comportamento humano é modelado pelas forças sociais, culturais e políticas e que não existem leis universais para definir ou prever o comportamento. Este princípio implica respeitar a diversidade fora e dentro do grupo das mulheres (M. Crawford & Unger, 2004).

Uma investigação feminista deve ser mais democrática, isto é, deve por um lado evitar ao máximo a assimetria entre investigador e sujeito (que pode ser levada ao extremo nas investigações experimentais) e por outro ser feita para as pessoas. Isto é as pessoas que participam na investigação, devem poder ter acesso, compreender e usar os resultados da investigação para melhorar as suas vidas (Burr, 1998a). A investigação feminista não pretende ser apenas sobre as mulheres mas para as mulheres (Henwood & Pidgeon, 1995). Não existe uma metodologia feminista única, no entanto uma metodologia feminista implica que o investigador tenha responsabilidade moral pelas investigações e conclusões que produz e pelas suas políticas e práticas (Ramazanoğlu & Holland, 2006).

Algumas autoras consideram que o que une os métodos feministas é a reflexividade, a primazia dada à investigação sobre o método - não são os métodos que determinam como é feita a investigação, os métodos são escolhidos para servir os propósitos da investigação – e finalmente que os resultados da investigação devem ser usados para influenciar a mudança social e as desigualdades de género (M. Crawford & Kimmel, 1999; Neves & Nogueira, 2005). Espera-se que o/a investigador/a feminista reflita sobre a sua identidade enquanto pessoa, homem ou mulher, feminista, pertencendo a um determinado grupo social e étnico. Esta reflexividade pessoal implica expressar e questionar em que medida os interesses e valores pessoais se relacionam com a investigação, algo que foi sempre negado dentro do paradigma positivista (Wilkinson, 1988). Neste sentido é essencial assumir que as nossas identidades influenciam a forma como vemos e fazemos investigação.

Podemos considerar que uma investigação social é feminista quando os/as autores/as enquadram a investigação dentro da(s) teoria(s) feminista(s) e o objetivo é produzir conhecimento que seja útil na transformação da injustiça e subordinação das mulheres. No entanto isso não quer dizer que o enfoque esteja apenas nas mulheres ou que o estudo apenas considere o género e ignore outras relações de poder, nem que as mulheres ‘tenham de ser sempre tratadas como vítimas inocentes do poder’

(Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 147). Estudar os homens, transexuais ou outras vidas genderizadas pode ser extremamente relevante para estudar as políticas de gênero. Ao estudar apenas as relações do gênero e ignorar outras relações de poder (como o heterossexismo, racismo, deficiência ou outras) podemos estar a mascarar relações de poder mais relevantes do que o gênero e a veicular uma pseudo-horizontalidade entre as mulheres. A investigação não tem necessariamente que fazer sempre uma descrição positiva das mulheres, como referem Caroline Ramazanoğlu e Janet Holland ‘as feministas têm de apreender a lidar com o desconforto de produzir conhecimento sobre como é que as mulheres exercem poder, promovem a injustiça, conspiram com a sua própria subordinação ou beneficiam da subordinação de ‘outros[as]’ (2006, p. 148)

A produção académica e as epistemologias feministas têm sido confrontadas com três tipos de críticas vindas de diferentes vozes (Ramazanoğlu & Holland, 2006):

1- As ciências tradicionais têm acusado as feministas de serem incapazes de produzir conhecimento científico racional e neutro. Para fazerem parte do grupo e serem vistas como académicas de verdade é-lhes exigido que justifiquem o seu conhecimento em termos de ‘racionalidade, validade, regras do método, controlo da subjetividade e do viés político’ (idem, 2006, p. 3)

2- Uma outra crítica tem a ver com a incapacidade que o Feminismo teve/tem em integrar a diversidade de experiências que vivem as mulheres em função das diferenças culturais, da divisão social e das relações de poder. Ao tentar explicar a opressão das mulheres apenas em termos de poder patriarcal, sexualidade ou reprodução ignoram-se aspetos determinantes na opressão como o racismo, nacionalismo, heterossexualidade ou outros que afetam a vida das mulheres. No cerne desta crítica está a ideia subjacente a algumas correntes feministas que existe uma categoria indiferenciada ‘mulher’, como se não existissem diferenças entre as mulheres, nem que existem algumas mulheres que oprimem outras. Por exemplo o feminismo negro nasce para responder a este problema, já que até então a voz das feministas negras estava completamente silenciada.

3- A terceira crítica diz respeito à possibilidade de produzir conhecimento científico feminista. O Pós-modernismo e o Pós-estruturalismo negam por completo a possibilidade de existir uma metodologia capaz de produzir conhecimento que descreva a realidade, nesse sentido “‘gênero’ e ‘mulher’ são entendidos como produtos ideias mais do que *embodiment*, patriarcado ou construção social’ (idem, 2006, p. 4)

O feminismo é cada vez mais fluído, dinâmico (Gill, 1997) e por isso a resposta a estas três críticas também divide as feministas, ‘não existe uma teoria unificada sobre o poder e as feministas baseiam-se em diversas formas de pensar e conceptualizar o poder, o exercício e os efeitos do poder e o que pode ser feito para mudar práticas e relações de poder específicas’ (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 56). Jane Ussher sugere que a combinação criativa de métodos é bem mais relevante do que as velhas lutas e amargas discussões em que tentamos esgrimir o que constitui a verdade sobre a legítima investigação feminista (1999). A riqueza da diversidade de metodologia está na possibilidade de diálogo crítico entre as feministas (Fine, 1985). O ecletismo intelectual e o pluralismo metodológico devem servir para melhorar a nossa compreensão da Psicologia da Mulher (Ussher, 1999) e das relações de poder, que é o que é esperado da Psicologia Feminista.

Reverendo as possibilidades para a(s) epistemologia(s) feministas bem como as críticas que lhe estão subjacentes as feministas têm a esperança de poder “desafiar os modelos dominantes da compreensão da realidade e oferecer estratégias bem fundamentadas para poder contar melhores histórias sobre o género, pelo menos neste momento, e assim as lutas sobre as metodologias valerão a pena, mesmo que as lutas entre diferentes conhecimentos ou entendimentos persistam” (Ramazanoğlu & Holland, 2006, p. 169). Em meados dos anos 1980 Michelle Fine chamou à atenção que “a Psicologia feminista está sob ataque, [por isso] o desejo de salvar os nossos empregos e nos proteger pode ser uma tentação para romper com os limites radicais do nosso pensamento’ (1985, pp. 180-181). Sugere-se que a investigação feminista não seja conduzida por esses medos, mas pelo desejo de contribuir de forma crítica para melhorar a vida e o estatuto da(s) mulher(es).

3.2. Análise do discurso

‘The discourse analyst says that it is not the case that every woman and man in love magically find themselves uttering, creating and discovering afresh, for the first time, these words as the mirror of or reflection of their experience, although they may well feel they are doing just that. The words instead are second-hand, already in circulation, already familiar, already there, waiting for the moment of appropriation. The woman and the man, the heterosexual couple, recognize their experiences and determine their quality through the words which are available. (Wetherell, 1995, p. 134)

‘By seeking to explain and justify the basis for their readings or analysis, discourse analysts become accountable for their interpretations and the social and political consequences of these interpretations.’ (Henwood & Pidgeon, 1995 cit. em Gill, 1995, p. 12)

A análise do discurso tem ganhado cada vez mais popularidade no meio da Psicologia e sobretudo da Psicologia Social e da Psicologia Feminista (Burr, 2003; Edwards & Potter, 1992; Gavey, 1997 [1987]; Hollway, 1989; Parker, 1992a; Potter & Wetherell, 1987; Willig, 1999a). O interesse pela análise do discurso dentro da Psicologia emerge apenas nos anos 70, muito embora o interesse de sociólogos, teóricos da comunicação, historiadores e filósofos em explorar a ideia de linguagem como performance social surgisse duas décadas antes (Willig, 2003). As feministas desde há muito que se preocuparam com o uso da linguagem (Nogueira, 2001; Wilkinson & Kitzinger, 1995) e que sabem que a linguagem não é neutra ou um meio descritivo que reflete realidades internas ou externas objetivas. Pelo contrário, a linguagem está intrinsecamente relacionada com a opressão, a regulação e as relações de poder (Gill, 1995). É por estas e outras razões que a análise do discurso se tornou tão popular junto das académicas feministas (p.e. J. Crawford et al., 1994; Dryden, 1999; Gavey, 1992; Gilfoyle et al., 1993; Hollway, 1989; Malson, 1998; Nogueira, 2006; Reynolds, 2008) e que hoje em dia é por vezes entendida como sinónimo de investigação crítica ou investigação feminista crítica (Burman & Parker, 1993; Gill, 1995).

Numa perspectiva mais ampla a análise do discurso engloba tradições e orientações completamente diferentes que vão desde a linguística, a análise conversacional, a etnometodologia, a semiótica, até às variantes pós-estruturalistas e pós-modernistas (Wilkinson & Kitzinger, 1995). Existe uma enorme diversidade de tipos de análise de discurso com diferentes origens e cujos níveis e estilos de análise são completamente diferentes (Burman, 1998), de tal forma que se torna impossível falar em ‘discurso’ ou ‘análise do discurso’ como uma unidade sem estar a agrupar abordagens com enquadramentos filosóficos completamente diferentes. O que se pode dizer é que é um campo heterogéneo e complexo (Gill, 1995) e que a análise do discurso é claramente uma abordagem de análise e crítica cultural (Weatherall, Gavey, & Potts, 2002).

Nas últimas décadas a linguagem passou a ser uma preocupação comum de diferentes disciplinas (Nogueira, 2001) muito embora a forma como é usada e as implicações epistemológicas para cada disciplina possam ser completamente distintas. Esta ‘descoberta’ da ‘natureza discursiva da vida social’ foi em grande parte impulsionada pelo Pós-estruturalismo (Gill, 1995, p. 166). Importa sublinhar que existem diferentes perspectivas dentro do Pós-estruturalismo e o que as une é sobretudo o questionamento do que é subjetividade, realidade, significado e ética. Existem muitas diferenças entre os autores – nomeadamente, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Julia Kristeva e outros - que são tidos como referência para o pensamento pós-estruturalista (Parker, 1990; Weedon, 1997 [1987]), o que também conduz a diferentes interpretações do Pós-estruturalismo.

Dentro da tradição psicológica da análise do discurso destacam-se duas abordagens, a Psicologia discursiva³⁸ (Edwards & Potter, 1992; Potter & Wetherell, 1987) e a Análise Foucaultiana do Discurso³⁹ (Parker, 1990, 1992a; Willig, 2001, 2003). E têm em comum é que ambas entendem que a linguagem constrói a realidade social e que não existem verdades exteriores às quais é possível aceder, independentemente dos métodos usados (Coyle, 2007). Ambas as abordagens se preocupam com a importância e os efeitos estruturantes da linguagem e o estilo de análise é caracterizado por um estilo interpretativo e reflexivo (Burman & Parker, 1993). O que separa ambas as abordagens é que a Psicologia Discursiva (p.e. Edwards & Potter, 1992; Potter & Wetherell, 1987) se centra principalmente na orientação para a acção do discurso, nomeadamente como é que a linguagem é usada para produzir determinadas construções dos acontecimentos; e a Análise Foucaultiana do Discurso (p.e. Hollway, 1989; Parker, 1992a) está mais preocupada em identificar os discursos disponíveis em torno de determinadas experiências, acontecimentos ou acções e sobre a forma como a subjectividade é construída através destes discursos disponíveis (Willig, 2003). A primeira abordagem está mais preocupada em fazer uma micro-análise do uso da linguagem e da comunicação interpessoal, incluindo a análise de como os recursos linguísticos são usados para desempenhar certas funções sociais (Coyle, 2007). A análise proporcionada pela segunda abordagem vai para além dos contextos imediatos,

³⁸ É importante sublinhar que esta distinção entre as duas abordagens, não é consensual, Wetherell e Potter sugerem esta divisão não deveria ser apresentada de forma tão linear (Wetherell, 1998).

³⁹ A denominação de análise Foucaultiana do discurso não é usada por Ian Parker mas como forma de distinguir as duas abordagens e seguindo a classificação proposta por Carla Willig (2001) e Vivien Burr (Burr, 2003)

dentro dos quais a linguagem pode ser utilizada pelos sujeitos falantes, nesta abordagem questiona-se a relação entre discurso e a forma como as pessoas pensam ou sentem (subjectividade), o que podem fazer (práticas) e as condições materiais dentro das quais ocorrem tais experiências (Willig, 2003).

Sue Wilkinson e Celia Kitzinger (1995) chamam à atenção para o silêncio e invisibilidade a que têm sido submetidas as feministas que usam e pensam sobre a análise do discurso. Como referem todos ou quase todos os textos que falam sobre as diferentes tradições e contributos para a análise do discurso ignoram os contributos da Psicologia feminista, mesmo dentro das abordagens orientadas pelo Pós-modernismo e Pós-estruturalismo. De tal forma que as autoras decidiram colmatar essa falha organizando um livro com contributos originais de psicólogas feministas com o intuito de discutir e refletir sobre ‘os contributos e as contradições da análise do discurso’ (Wilkinson & Kitzinger, 1995, p. 2) para a epistemologia feminista.

Quando o/a investigador/a usa a análise do discurso tenta entender como é que a realidade social é linguisticamente construída. Tem como objetivo ‘ter uma melhor compreensão da vida social e das interações sociais a partir do estudo dos textos sociais’, (Potter & Wetherell, 1987, p. 7) que podem ser imagens, textos ou fala (Parker, 1992b). Tanto Jonathan Potter e Margaret Wetherell como Ian Parker sugerem que não é possível definir um método de análise de discurso nos moldes tradicionais do método experimental ‘temos apenas um amplo enquadramento teórico no que diz respeito à natureza do discurso e o seu papel na vida social’ (Potter & Wetherell, 1987, p. 175). Ian Parker ‘sugere que existe um perigo em fazer de conta que existe apenas uma forma de recolher discursos’ (Burman & Parker, 1993, p. 2). Contudo na última década assistimos a uma crescente proposta de ‘manuais’ ou ‘formulas’ para produzir análise do discurso, quer análise foucaultiana do discurso quer análise do discurso nos moldes da Psicologia discursiva (Arribas-Ayllon & Walkerdine, 2008; Coyle, 2007; Willig, 2001, 2003, 2008). Estes são contributos importantes para a democratização do método e a sua disseminação.

A análise do discurso preocupa-se em explorar a forma como a linguagem produz e constrange os significados (Burman, 1991). Os significados não estão apenas nas cabeças das pessoas mas também nas condições sociais que abrem possibilidades para se falar de determinada maneira. Ian Parker define o discurso como “um sistema de afirmações que constrói um objeto” (Parker, 1990, 1992b) ou “um conjunto linguístico

de ordem maior do que uma frase (mesmo que reduzível a uma frase) e levado a cabo ou atualizado por meio de textos”(Parker, 1992b, p. 8). Fazer análise do discurso implica questionar constantemente o que foi dito, como e porquê. Ou seja o analista deve “perguntar porque foi dito isto e não aquilo? Porque é que são usadas estas palavras e onde é que as conotações das palavras se encaixam nas diferentes formas de falar sobre o mundo?” (Parker, 1992b, p. 14). Produzir análise do discurso implica preocupar-se em compreender como a linguagem constrói os objetos, sujeitos, experiências e subjetividade (Willig, 1999e). Implica sistematizar de forma deliberada as diferentes formas de falar para permitir uma melhor compreensão, olhar para as tensões dentro dos discursos e a forma como reproduzem e transformam o mundo (Parker, 1992b).

As categorias linguísticas usadas servem para construir os objetos de que falamos e não são apenas uma descrição da realidade, nesse sentido é a linguagem que constrói a ‘realidade’ (Willig, 1999e). Existem sempre formas alternativas de falar ou construir a realidade e o uso de determinados recursos em detrimento de outros origina uma versão particular da realidade com implicações para a forma como a pessoa se posiciona e para a sua subjetividade. Os discursos são múltiplos e oferecem formas diversas, contraditórias e antagonistas de ver o mundo, cada um dos discursos oferece determinadas possibilidades para o sujeito se posicionar e definir a sua subjetividade (Gavey, 1997 [1987]; Hollway, 1984; Weedon, 1997 [1987]). Parte-se do pressuposto de que os discursos tornam disponíveis determinados posicionamentos do sujeito, determinadas formas quer de ‘ver’ o mundo quer de ‘ser’ no mundo, e que quando adoptamos um determinado discurso ele tem implicações para a nossa subjectividade e experiência (Willig, 1999e, 2001, 2003). Os ‘posicionamentos’ não são simples escolhas cognitivas, mas antes processos complexos que estão subjacentes à forma como a pessoa se posiciona nos discursos e como os discursos posicionam a pessoa (Jones, 1997).

É através do discurso que se estabelecem e perpetuam as relações de poder e se mantém a opressão (Gavey, 1997 [1987]; Nogueira, 2001; Widdicombe, 1995). Cada discurso “resulta de uma prática de produção que é ao mesmo tempo material, discursiva e complexa, que está sempre inscrita em relação a outras práticas de produção de discurso” (Henriques et al., 1998 [1984], p. 106). A análise do discurso permite colocar em questão o que é tido como adquirido, os silêncios e os implícitos

presentes na pesquisa positivista. Questiona-se como é que a realidade social é construída, que recursos discursivos são usados para a definir, ignorar, manter ou minimizar (Nogueira, 2001).

Grande parte da popularidade da análise do discurso está no fato de se poder usar como forma de informar a luta e a prática política (Wilkinson & Kitzinger, 1995, p. 4). Ao oferecer uma alternativa clara à Psicologia tradicional, permite problematizar muitas das categorias propostas na Psicologia *mainstream* e *malestream* (Willig, 1999e). Mas afinal o que une as feministas que utilizam diferentes formas de fazer análise do discurso (como a Psicologia Discursiva, Análise Conversacional ou Análise Foucaultiana do Discurso)? Sue Wilkinson e Celia Kitzinger sugerem que o que une as feministas que fazem análise de discurso é que todas entendem a “linguagem como uma atividade interativa, que medeia o conhecimento cultural e linguístico ao mesmo tempo que constitui um espaço para a construção de identidades e subjetividades – e também vêem a linguagem como um espaço chave para a resistência feminista” (1995, p. 3).

Rosalind Gill sugere que a análise do discurso é útil às feministas porque “oferece um conjunto de princípios e meios coerentes através dos quais as feministas podem estudar discursos e textos de todo o tipo” (1995, p. 167), proporcionando novas possibilidades para estudar como a linguagem é usada para exercer e manter as relações de poder e opressão das mulheres. O uso da análise do discurso oferece algumas vantagens pragmáticas para as feministas (Squire, 1995). Primeiro apresenta-se como um método concreto para estudar as questões de gênero e uma segunda vantagem é que permite às feministas ganhar alguma respeitabilidade e conseguir divulgar os seus trabalhos junto de outros grupos científicos da Psicologia Social onde a análise de discurso é vista com bons olhos. No contexto académico o feminismo continua a ser considerado mais como uma perspectiva do que como um campo teórico (Squire, 1995).

A análise do discurso pode e deve ser usada para influenciar a prática social e política, Carla Willig sugere que a análise do discurso deve ser usada como crítica social, como empoderamento e guia para a mudança (original *guide to reform*) (Willig, 1999c, 1999e). A análise do discurso pode e deve ser usada como crítica social colocando em evidência como a linguagem é usada para legitimar e perpetuar as relações de poder. Como é que p.e. os discursos dos especialistas e as práticas institucionais (p.e. educação sexual) constroem e posicionam os sujeitos (p.e. em risco)

(Willig, 2000). O discurso deve ser encarado como ideologia e compete aos analistas do discurso investigar como esses discursos funcionam do ponto de vista de práticas ideológicas, levantando questões relativas aos interesses que certas posições beneficiam (Wetherell, 1995). A segunda forma como a análise do discurso pode influenciar a prática social e política é através do empoderamento, isto pode ser conseguido através da promoção de contra-discursos, práticas discursivas subversivas e explorando espaços de resistência localizados (Willig, 1999e). O compromisso com a diversidade pode ser problemático, pois a ênfase na diversidade e flexibilidade pode ser desempoderadora e os efeitos a longo prazo de intervenções localizadas também podem ser perversos. Finalmente usar a análise do discurso como guia para a mudança está totalmente orientado para a acção, os resultados dos estudos de análise do discurso são usados para delinear intervenções sociais. Em geral as propostas de intervenção social com base na investigação discursiva tende a fazer sugestões para intervenções terapêuticas, educação, campanhas, fazer lobby e oferecer construções alternativas. Para conseguir influenciar reformas ou mudanças sociais o/a analista do discurso deve tornar transparente a desigualdade e dominação, propor possibilidades para a mudança e identificar os limites que novos padrões de discurso têm para a emancipação (Wookak, 1996, cit. em Willig, 2000).

Muito embora o cruzamento do feminismo com a análise do discurso tenha produzido reflexões de grande interesse, persistem algumas tensões teóricas entre o feminismo e a tradição discursiva que tornam no mínimo problemática a transformação social, ou até mesmo impossível (Gill, 1995; Squire, 1995; Widdicombe, 1995). Os dilemas são sobretudo levantados pelas concepções de subjetividade, poder e agenticidade propostas dentro da análise do discurso. Também parece ser problemática a relação entre o relativismo característico da ‘viragem para a linguagem’ e a acção política. Levada ao extremo a análise do discurso pode conduzir a um vazio político (Burman, 1991). Para Rosalind Gill a solução não está em abandonar o relativismo e abraçar o realismo ou vice-versa, mas em fazer da transformação social uma preocupação explícita, assumir os valores que regem o nosso trabalho e assim situar as nossas leituras e interpretações num espaço de reflexão e interrogação constantes, ou seja no domínio político (1995). Isto implica assumir um posicionamento político dentro da investigação que fazemos, ou seja assumir um ‘relativismo sem vergonha de

ser político' (Nogueira, 2001, p. 63), como refere Rosalind Gill 'o cepticismo epistemológico tem muito para oferecer às feministas' (1995, p. 182).

Levando ao extremo a ideia que os posicionamentos de sujeito e as subjetividades são múltiplas e fragmentadas pode levar à negação da possibilidade de uma identidade coletiva (Burman, 1992) enquanto categoria mulher, o que seria 'debilitante para o feminismo dada a impossibilidade de acção colectiva face à diversidade de subjectividades e à possível desconstrução do feminino' (Nogueira, 2001, p. 257). Por seu lado Margaret Wetherell (1995) sugere a noção de que a categoria 'mulher' não unitária é muito útil. Ao basearmos determinadas políticas na ideia que existe uma experiência comum a todas as mulheres estamos a marginalizar outras mulheres que p.e. pertencem a outra classe, orientação sexual ou etnia.

Outro problema apontado à análise do discurso é que quando limitamos a 'realidade' ao discursivo estamos a ser deterministas e a limitar a possibilidade de agenticidade ou mudança (Hollway, 1995a). A autora defende que p.e. é possível desenvolver práticas heterossexuais emancipatórias sem que elas estejam associadas a um discurso heterossexual emancipatório. As práticas emancipatórias podem emergir no espaço extra-discursivo e por isso sugere a necessidade de acrescentar a dimensão psicodinâmica à análise da subjetividade (Wilkinson & Kitzinger, 1995).

Vivien Burr e Carla Willig (2003; 2000) apontam três problemas que os/as analistas do discurso continuam sem conseguir resolver. Primeiro parecem incapazes de teorizar de forma clara porque é que as pessoas usam determinadas construções discursivas e não outras (Hollway & Jefferson, 1998). Outra parte da fundamentação teórica que continua insuficiente diz respeito aos efeitos das práticas materiais sobre os discursos pois os teóricos têm explorado de forma mais clara os efeitos dos discursos nas práticas materiais. Finalmente a última crítica está relacionada com os limites da análise do discurso, pois ao limitar as análises aos discursos os/as académicos/as estão a marginalizar as experiências que ocorrem fora da linguagem, nomeadamente os aspetos das subjetividades *embodied* na dança (Burr, 1999). Carla Willig sugere uma abordagem dinâmica-discursiva para ultrapassar e responder a estas questões (2000). A autora sugere que é necessário passar a considerar a pessoa como objeto de estudo, acompanhando-o/a longitudinalmente de forma a estudar não só a subjetividade discursiva mas também a subjetividade *embodied*, de forma a compreender como se dá

a mudança individual (Willig, 2000). Por vezes fica também a crítica que muita da investigação se limita a desconstruir e identificar os discursos dominantes sem propor alternativas ou possibilidades para a mudança ou distanciando-se de qualquer *global truth claims* (Willig, 1999e).

O impacto político mais importante da análise do discurso é que permite perceber ‘que o que é discursivo não é menos real que os seus efeitos, e as mudanças no domínio social e económico estão sempre interligadas com as mudanças ao nível do discurso e da subjetividade’ (Wetherell, 1995, p. 141). O desafio é aprender a viver com a ideia e o desconforto de ‘saber’ que os discursos têm múltiplos usos e significados e que tudo é ambíguo (Wetherell & Potter, 1992)

Análise Foucaultiana do Discurso

“[A] method is an interpretation” (Jane Marecek, 1989, pp. 370). The choice of one method over another is not simply a technical decision, but an epistemological and a theoretical one” (Wilkinson, 1999a, p. 222)

Esta versão da análise do discurso foi introduzida pela Psicologia Anglo-Americana nos finais dos anos 1970. As ideias de Michel Foucault retomadas pelo Pós-estruturalismo serviram de base para explorar a relação da linguagem com a subjetividade e as suas implicações para a investigação psicológica (Willig, 2003). Com a publicação de *Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity* (Henriques et al., 1998 [1984]), ficou mais claro como é que se podia aplicar a teoria pós-estruturalista à investigação. No livro são analisadas de forma crítica como é que a Psicologia constrói os sujeitos e os objetos, explorando as teorias psicológicas do desenvolvimento infantil (Walkerdine, 1984), diferenças de género (Hollway, 1998 [1984]), e diferenças individuais. Mais tarde Wendy Hollway, Ian Parker e Erica Burman também contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento deste tipo de análise (Burman & Parker, 1993; Hollway, 1989; Parker, 1990, 1992a)

Assim como em outras versões da análise do discurso, a Análise Foucaultiana do Discurso preocupa-se com a linguagem e com o seu papel na constituição da vida social e psicológica (Arribas-Ayllon & Walkerdine, 2008; Coyle, 2007; Willig, 2001, 2003).

Comparativamente com a Psicologia Discursiva ou Análise Conversacional, esta abordagem mostra-se mais crítica e está mais preocupada com questões relacionadas com identidade, ideologia, relações de poder e mudança social (Coyle, 2007). Os diferentes discursos permitem diferentes formas de ser e a subjetividade é entendida em termos das posições que os discursos proporcionam (Burr, 2003), ou seja os discursos facilitam e limitam, permitem e constroem o que pode ser dito, por quem, quando e onde (Parker, 1992a). Diferentes discursos competem entre si e oferecem versões da realidade diferentes e por vezes incompatíveis (Davies & Harré, 1990).

Os/as autores/as que utilizam a Análise Foucaultiana do Discurso entendem que o mundo está estruturado por relações de poder e que essas relações estão na base da forma como compreendemos e falamos sobre o mundo (Burr, 2003) e entende-se que onde há poder há resistência. Ian Parker sugere que é indispensável distinguir discurso de poder (Parker, 1992b). Os discursos reproduzem relações de poder, mas isto não quer dizer que todos os discursos têm poder associado, se assim fosse teríamos de dizer que ‘o poder está em todo lado e se o poder está em todo lado então é inútil referirmo-nos ao mesmo, aliás atacá-lo seria politicamente estéril’ (Poulantzas, 1978 cit. em Parker, 1992b, p. 15). O processo de análise implica refletir sobre o papel do discurso nos processos sociais mais amplos de legitimação e poder, visto que os discursos tornam disponíveis formas de ver e formas de ser, eles estão fortemente implicados no exercício do poder (Willig, 2003). Este processo é intrinsecamente subjetivo e interpretativo (Burr, 2003). A Análise Foucaultiana do discurso tem sido usada sobretudo com duas finalidades: uma para desconstruir os discursos dos especialistas e outra para determinar em que medida as pessoas usam os discursos dominantes no seu dia-a-dia para falar sentir e compreender a sua experiência.

Na cultura existe uma série de recursos discursivos (algo como uma economia discursiva) que estão disponíveis para as pessoas falarem, compreenderem e sentirem a sua experiência (Willig, 2003). Um/a investigador/a que use esta ferramenta vai tentar identificar alguns dos recursos discursivos usados e explorar as implicações que isso tem para a vida social e para o indivíduo. Neste contexto o discurso pode ser entendido como “um conjunto de afirmações que constrói objetos e oferece ao sujeito diferentes posicionamento” (Parker, 1992a; 1994, p. 245) e, quando assumidos, esses posicionamentos têm implicações para a subjetividade e a experiência (Willig, 2001). P.e. dentro de um discurso sexológico, uma pessoa que tenha práticas sadomasoquistas

e procure um terapeuta ocupa a posição de sujeito “paciente”, que o coloca como recipiente passivo de um/a perito/a, pelo menos, durante a trajetória do processo de terapia. Como sugerem Bronwyn Davies e Rom Harré a tomada de posicionamento não é necessariamente intencional, são as práticas discursivas que constituem os sujeitos (espetadores e oradores) e ao mesmo tempo servem de recurso para os sujeitos negociarem novas posições (1990). Existem práticas discursivas múltiplas e contraditórias e, como tal, os posicionamentos podem ser incoerentes entre si.

Num projeto de Análise de Discurso Foucaultiana pretende-se identificar os discursos disponíveis em torno de um domínio de vida e analisar as implicações que cada um dos discursos isoladamente e combinados têm sobre a subjetividade prática e relações de poder (Burr, 2003). Tendo em conta que os discursos dominantes privilegiam determinadas versões da realidade e legitimam as relações de poder existentes e as estruturas sociais (Willig, 2003), o trabalho de análise deve passar por colocar a nu os discursos mais enraizados e desafiar-los (p.e. a heterossexualidade compulsória, Rich, 1980). Em simultâneo devem ser exploradas as construções e os discursos alternativos que oferecem contra-poder ou versões da realidade menos opressoras.

Uma das premissas básicas subjacentes à Análise Foucaultiana do Discurso é que os discursos são entendidos como dinâmicos e historicamente situados, sendo importante perceber as formas como os discursos têm mudado ao longo dos tempos, e como é que podem ser moldados pelas subjetividades históricas (Parker, 1992a; Willig, 2003). Os discursos de um determinado contexto condicionam as práticas bem como as condições materiais e as estruturas sociais (Burr, 2003). Dentro desta abordagem entende-se que os discursos estão ligados a práticas institucionais, havendo uma relação de duplo reforço entre discursos e instituições. Alguns discursos legitimam e reforçam as estruturas sociais e institucionais; estas estruturas, por seu turno, também apoiam e validam estes discursos (Parker, 1992b). P.e. estar posicionada como grávida dentro discurso biomédico significa que o corpo e as práticas sobre o corpo, passam a ser reguladas pela instituição médica e pelos/as profissionais de saúde. O corpo torna-se objeto da medicina e passa pelo mesmo controlo que o de um/a paciente (cujo corpo é identificado como doente) de invasão e prescrição de tratamentos ou estilos de vida.

A análise do discurso não pretende fazer uma representação das pessoas, os discursos das pessoas não são reveladores de uma verdade intrínseca da pessoa, mas antes “um produto (e produtor) cultural partilhado”(Weatherall et al., 2002, p. 533). Ao estabelecer esta relação com os/as participantes colocam-se alguns questões éticas bem diferentes daquelas que se colocam ao/à investigadora que assume querer dar voz às pessoas (Fine, 1998). Na análise do discurso interpretam-se as palavras usadas pelas pessoas, não são tidas como um dado adquirido de tal forma que por vezes as nossas interpretações não têm relevância para a vida das pessoas ou no pior dos casos “desafiam, desrespeitam ou criticam implicitamente os/as nossos/as participantes” (Weatherall et al., 2002)

Um dos problemas com este tipo de abordagem é que pode haver uma certa tendência para que a identificação de discursos se confunda com a associação a categorias do senso comum. Levada ao extremo poderíamos assistir a uma proliferação de discursos tão extensa quantas as palavras do dicionário (Burr, 2003). Esta crítica deixa os/as investigadores/as que querem questionar algumas categorias do senso comum numa posição frágil. “Sem linhas orientadoras que saem fora do senso comum pode ser difícil evitar a proliferação de discursos até que já não existam mais palavras no dicionário” (Parker, 1990, p. 175) .

Um primeiro roteiro de análise do discurso Foucaultiano foi proposto por Ian Parker (1990, 1992b). O autor propõe um roteiro de 10 critérios (divididos em 2 etapas cada um), dos quais 3 são auxiliares, como base para levar a cabo um exercício de análise do discurso. Cada um dos critérios lida com diferentes níveis de análise do discurso. A primeira etapa antes de iniciar a análise do material é o desenvolvimento do trabalho conceptual e há medida que o processo de análise avança é sugerido ao analista que recue várias vezes durante o processo para questionar novamente as afirmações seleccionadas. Cada um dos critérios está relacionado com um ou mais aspetos do enquadramento teórico da análise do discurso. Os critérios consideram que o discurso é reconhecível nos textos; o discurso é sobre objetos; o discurso contém sujeitos; o discurso é um sistema de significados coerente; o discurso refere-se a outros discursos; o discurso reflete-se na própria forma de falar; o discurso é historicamente localizado. Finalmente, os três critérios auxiliares preocupam-se em identificar as relações entre instituições, relações de poder e ideologia: os discursos apoiam instituições; os discursos reproduzem relações de poder; os discursos têm efeitos ideológicos. Ian

Parker considera que estes três critérios auxiliares são determinantes, pois permitem-nos educar e mudar a forma como o discurso é usado (1992b).

Carla Willig, a partir do roteiro de Ian Parker, propõe uma série de seis fases para desenvolver a análise do discurso. Como refere a autora estas etapas permitem ao investigador mapear alguns dos recursos discursivos presentes no texto, explorar os posicionamentos de sujeitos e as suas implicações para a prática e subjetividade.

1- A primeira etapa consiste em identificar as construções discursivas. Depois de definir qual o objeto discursivo a explorar, a tarefa é procurar todas as diferentes formas de construir esse objeto. Por exemplo Carla Willig, num estudo sobre sexualidade, identificou 3 construções discursivas usadas pelos/as participantes para construir a atividade sexual: sexo como tentação, sexo como romance e sexo como male-preserve. Numa primeira fase e depois de delimitar qual o objeto discursivo, é necessário seleccionar as sequências onde o objeto discursivo é construído, incluindo referências implícitas e explícitas. Mais importante que o vocabulário é a rede de significados. A ausência de uma referência a um objeto discursivo pode ser muito relevante, p.e. se num grupo de discussão sobre sexualidade a palavra orgasmo nunca é referida e se refere ‘o auge’, ‘conseguir aquele prazer’, pode ser um dado importante para perceber como é que o orgasmo é construído e as implicações dessas construções discursivas.

2- Num segundo momento devem ser explorados os discursos subjacentes a essas construções discursivas – isto é discernir que tipo de objeto é que está a ser definido pelas diferentes construções discursivas. A autora sugere que se explorem as divergências, tensões e contradições entre as diferentes construções discursivas e se identifiquem os discursos que sustentam as construções discursivas.

3- Orientação para a ação diz respeito ao que está a ser feito ou conseguido através destas construções, quais os efeitos provocados no sujeito e na audiência. Questiona-se quais as consequências de construir o objeto de determinada forma. Esta reflexão permite compreender de forma mais clara o que as diferentes construções do objeto discursivo permitem alcançar dentro do texto.

4- Posicionamento – nesta etapa devem ser identificados os posicionamentos de sujeito que cada um dos discursos proporciona. Um posicionamento

do sujeito dentro de um discurso coloca o sujeito ‘dentro de uma estrutura de direitos e deveres’ (Davies & Harré, 1990). P.e. dentro do discurso marital espera-se fidelidade e tem-se o dever de cuidar do outro, neste caso os direitos e deveres podem ser diferentes para o homem ou para a mulher. Os discursos constroem objetos, mas também os sujeitos e tornam possíveis determinadas formas de ser ou diferentes posições discursivas a partir das quais o sujeito age e fala. São mais do que simples papéis pois têm implicações diretas para a subjetividade do sujeito.

5- Prática - implica identificar as possibilidades de ação geradas pelos posicionamentos de sujeito. Explora-se a relação entre prática e discurso, os discursos oferecem determinadas versões do mundo e nesse sentido limitam ou prescrevem o que deve ser dito ou feito. Certos discursos legitimam certas práticas, p.e. o discurso marital legitima a não utilização de preservativo dentro do casamento ou de relações duradouras (Willig, 1997)

6- Finalmente a subjetividade diz respeito ao tipo de experiência, pensamentos e sentimentos que estes posicionamentos de sujeitos oferecem. Que sentimentos e pensamentos podem ser expressos dentro daquele(s) discurso(s) e posicionamento(s). Os discursos oferecem diferentes formas de ser, de ver e sentir, são a base de construção das realidades sociais e psicológicas. Aqui exploram-se as implicações para a experiência subjetiva do sujeito e por isso é também a etapa mais especulativa. Não se pretende descobrir estados internos pois sob esta perspectiva eles existem apenas no plano discursivo. Entende-se que a subjetividade está em constante processo de (re)formulação e (re)construção.

Cada vez mais a análise do discurso é usada para fundamentar e influenciar intervenções sociais (p.e. Allen, 2001; Willig, 1999d), o que mostra que a análise do discurso pode ser mais do que um método e pode ser usada para influenciar intervenções sociais e políticas. Nem todas as feministas se sentem tão confiantes como Carla Willig para argumentar desta forma: ‘ponderando as coisas parece-me que os riscos da abstenção são bem maiores do que os benefícios. Mesmo nos nossos papéis enquanto analistas do discurso, a abstenção significa convivência com o status quo. Precisamos mobilizar as nossas competências como analistas do discurso para intervir na luta sobre a forma como a linguagem constitui o mundo’ (Willig, 1999c, p. 158).

3.3. Grupos de discussão⁴⁰

O *focus group* ou grupos de discussão têm sido descritos de diversas formas, como entrevistas de grupo (Hughes & DuMont, 1993 cit. em Smithson, 2000), como “uma discussão informal sobre tópicos específicos entre indivíduos seleccionados” (Beck, Tombetta & Share, 1986 cit. em Wilkinson, 1999a), como “uma discussão cuidadosamente definida, que ocorre num ambiente definido de forma a obter percepções” (Kreuger, 1998 cit. em Smithson, 2000, p. 104) ou como um “grupo de discussão controlado com base na ideia que a interação gerada pela discussão é de importância primordial para esta metodologia” (Smithson, 2000, p. 104).

Este tipo de metodologia é inicialmente desenvolvido dentro da sociologia, durante muito tempo foi usada quase exclusivamente em estudos de marketing e só nas duas últimas décadas é que começa a ser usada de forma mais sistemática em estudos nas ciências sociais (Smithson, 2000; Wilkinson, 2003). Sue Wilkinson considera que esta metodologia apesar de pouco usada pelas feministas é de enorme utilidade e permite resolver alguns questões críticas para investigação feminista (Wilkinson, 1999a, 1999b). Dentro dos paradigmas científicos tradicionais e seguindo as regras positivistas é indispensável que os/as investigadores se apresentem sem rosto, sem objectivos e sem identidade (género, etnia,...) isso tem sido cada vez mais questionado e os grupos de discussão oferecem uma alternativa ao/a investigadora sem rosto. O paradigma positivista tem sido cada vez mais contestado e como tal têm-se explorado modelos alternativos na condução compreensão e teorização sobre a relação do/a investigador/a com os/as participantes (J. Kitzinger & Farquhar, 1999a). Um dos aspetos importantes do *focus group* é que permite que o poder do/a investigador/a seja ‘partilhado’ com os/as participantes (Montell, 1999; Wilkinson, 1999a, 1999b) no entanto seria ingénuo acreditar que esse poder é totalmente dissolvido (J. Kitzinger & Farquhar, 1999b). A única forma de promover a horizontalidade é envolver os/as participantes no desenho da investigação. Os grupos de discussão também podem ser usados como estratégia de investigação combinada com a conscientização e empoderamento dos/as participantes

⁴⁰Esta parte do trabalho é denominada grupos de discussão em vez de focus grupo pois nos estudos que serão apresentados se usa a expressão ‘focus group discussions’, no entanto as expressões são usadas alternadamente. Esta também é uma forma de demarcar do uso tradicional do focus grupo que pretende obter dados ou informação sobre um tópico ou questão muito precisa e propor uma síntese coerente ou resumo das ideias expressas. Os grupos de discussão foram usados como forma de recolher conversa em interação sobre sexualidade.

sobretudo dentro de um projeto feminista que queira combinar investigação com intervenção.(Montell, 1999).

Jenny Kitzinger e Clare Farquhar (1999a) fazem uma síntese de algumas considerações a ter na planificação do *focus group*. Primeiro de tudo o/a investigador/a deve considerar se esta é uma estratégia de recolha de informação adequada tendo em conta os objetivos da investigação. Só faz sentido usar o *focus group* quando se pretende explorar as experiências, opiniões, ideias, desejos, preocupações das pessoas bem como a interação gerada pela discussão e participação de cada um. O *focus group* é interessante porque permite observar uma rede social (conhecidos ou desconhecidos) em acção, apesar de ser inadequado para obter dados quantitativos pode ser útil para desenvolver instrumentos quantitativos. Uma outra questão diz respeito ao uso combinado com outras metodologias, quer qualitativas quer quantitativas. Ambas as alternativas são possíveis, no entanto em investigação social é mais frequente o uso de *focus group* junto com outras metodologias qualitativas como as entrevistas (p.e. Allen, 2005; Michell, 1999). O número de participantes sugerido pode variar entre 3 e 12, normalmente no marketing são usadas grupos com 8-12 pessoas, já nas ciências sociais é frequente ser aconselhada a participação de 5-6 pessoas por grupo. Como a representatividade não é o objetivo principal, o ideal é manter alguma flexibilidade na procura dos/as participantes. O número de sessões realizadas em cada estudo pode variar muito, normalmente este dado é condicionado pelos recursos destinados à investigação e da questão de investigação. Um aspeto importante a considerar é como é recrutada a amostra, se for por um/a intermediário/a é necessário assegurar que o/a mediador/a respeita o pedido do/a investigador/a. Quer na forma como seleciona os/as participantes, quer na forma como explica o projeto aos/às participantes. A estrutura do *focus group* pode ser mais ou menos definida, envolvendo um pequeno conjunto de questões e também pode envolver exercícios de grupo. Não existe uma única pessoa ideal para conduzir um grupo discussão, ela deve ser escolhida em função do objetivo da investigação, por vezes pode ser útil ter um/a facilitador/a com características semelhantes aos/às participantes (género, idade, classe social), em outras situações pode ser interessante ter um/a facilitador/a que tem poucos elementos comuns com o grupo, por exemplo uma mulher a moderar um grupo de homens, tudo depende dos objetivos do estudo. A forma mais rica de recolher dados de um *focus group* é gravar (vídeo /e ou áudio) e transcrever o material, combinando-o com as notas elaboradas durante a discussão e/ou no final da sessão. A transcrição deste tipo de material é mais complexa

pela diversidade de vozes dos participantes, por existirem mais interrupções e por em determinados momentos ocorrerem sobreposições que podem ser difíceis de discernir. A codificação da transcrição também pode ser adaptada em função do tipo de análise a fazer, por exemplo se a intenção é fazer análise discursiva pode ser importante fazer uma codificação o mais detalhada possível, codificando todos os elementos não linguísticos da interação. Já para a Análise Foucaultiana do Discurso a codificação pode ser menos descritiva. No que concerne às questões éticas é importante que os/as participantes tenham o consentimento informado com antecedência e que lhes seja assegurada e respeitada a confidencialidade. Os/as participantes devem ser informados/as que também devem respeitar a privacidade dos/as outros/as participantes. Caso seja veiculada durante o grupo de discussão uma ideia errônea e que seja entendida como verdadeira (p.e. se tiver relações sexuais durante a menstruação não se engravida) por alguns/algumas ou todos/as os/as participantes, o/a moderado/a deverá encontrar um momento para clarificar essa informação. Finalmente e provavelmente uma das questões mais relevantes é como é que será analisado o material, a técnica de análise mais comum passa pelo uso de programa informáticos de análise temática (como o NUD. IST ou The Ethnograph), outros/as autores/as optam pela análise narrativa ou análise do discurso (dentro da análise do discurso também podem ser usadas diferentes variantes) (Frith, 2000).

Uma das grandes vantagens do *focus group* é que proporciona ao investigador/a a possibilidade de observar e participar num acontecimento social que envolve a performance de todos/as os/as participantes (Smithson, 2000), muito embora isto não signifique que esta seja uma interação social ‘real’ ou ‘natural’ pois ela é produzida artificialmente. Contudo como é sugerido por Sue Wilkinson, pode dizer-se que o *focus group* é um método relativamente mais naturalista e que de alguma forma podemos reduzir a carga artificial (1999a, 2003). A grande vantagem desta ferramenta é que se evita a total descontextualização, permitindo uma aproximação a uma interação social real onde se produzem significados.

Comparativamente à simples recolha e/ou observação de interações em contexto real, a exploração dos/as participantes é de alguma forma minimizada pois o/a investigador/a está presente e visível. Este método é visto como uma forma de recolher dados mais igualitária e menos ‘aproveitadora’, sendo por isso um bom método para investigação feminista qualitativa (Montell, 1999; Wilkinson, 1999a, 1999b, 2003). Os grupos de discussão podem ser visto como performances sociais em torno de questões

definidas pelo investigador (Smithson, 2000) e mesmo uma ‘discussão natural’ tem de ser considerada como uma performance (Goffman, 1981 cit. em Smithson, 2000). Obviamente que esta é uma interação social ‘controlada’ e que não pode substituir ou pretender ser uma verdadeira ‘every-day talk’, mas como sugere David Silverman “nenhum tipo de dados (ocorrendo artificial ou naturalmente) é intrinsecamente melhor do que outro; tudo depende do método de análise” (Silverman, 1993, p. 106) e do objetivo da investigação. Já Derek Edwards e Elizabeth Stokoe (2004) a partir de um exemplo concreto, sugerem que em certas situações é melhor partir de interações reais que ocorrem no quotidiano e não no contexto do *focus group*.

O *focus group* pode ser uma metodologia válida quer para os/as investigadores/as que pretendem desenvolver questionários com base numa linguagem clara, adequada e próxima das pessoas, quer para os/as que pretendem investigar a construção social da sexualidade em interação (Frith, 2000; Smithson, 2000). Apesar da sexualidade à partida poder ser entendida como um tópico sensível⁴¹, podendo por isso potencialmente não ser produtivo realizar *focus group* de forma a recolher este tipo de material, o que a investigação das duas últimas décadas tem mostrado é que ao contrário do que seria de esperar, os/as participantes mostram-se mais predispostos a partilhar experiências pessoais do que, por exemplo, no contexto de uma entrevista da diáde (Frith, 2000; J. Kitzinger, 1994, 1995b). Já Carla Willig defende que pode não ser muito útil utilizar o *focus group* para questões sensíveis como falar sobre determinados aspetos íntimos da sua experiência e por isso sugere a utilização de outras metodologias, pois acredita que a abertura pode ser constrangida pela presença de outros/as participantes, embora o questionamento mútuo possa ter este efeito (2001). Contudo é importante situar que a autora em colaboração com Harden, Angela usou a mesma metodologia para explorar as construções discursivas em torno da contraceção (Harden & Willig, 1998).

Hannah Frith sugere três vantagens de estudar a sexualidade usando este tipo de metodologia:

- 1- Pode ser útil para uma investigação exploratória de tópicos pouco investigados e para uma análise rápida de políticas [públicas].

⁴¹ Por exemplo recentemente a revista *Nouvelles Question Feministes* que publicou em 2010 um volume sobre sexualidade ‘Entre plaisir et contrainte :nouvelles questions sur la sexualité des femmes’ recusou uma proposta de artigo com base no tipo de metodologia usada pra recolher dados, pois os revisores consideraram que os grupos de discussão eram uma metodologia inadequada para explorar algo tão íntimo como a sexualidade.

2- Permite ao/à investigador/a aprender a linguagem e o vocabulário tipicamente usado pelos/as participantes ao falarem sobre as suas atividades sexuais

3- O *focus group* oferece condições para as pessoas se sentirem confortáveis para falar sobre as suas experiências sexuais e estimula as outras pessoas do grupo a fazerem o mesmo.

O cariz interativo do *focus group* permite que as partilhas de uns ‘sacudam as memórias de outros’ (Wilkinson, 1999a, p. 226) estimulam os/as participantes a posicionarem-se em relação aos outros, a discordarem, distanciarem-se, aproximarem-se e a construírem ideias em conjunto. Pode ser propício para estimular flutuações e contradições porque a discussão influencia e motiva os/as participantes a reverem as suas afirmações. Nesse sentido o produto de um *focus group* é mais do que a compilação de entrevistas ou das respostas individuais a um conjunto pré-definido de perguntas. É importante ter em atenção que determinados conteúdos de conversas não ocorrem ‘simplesmente’ e ‘naturalmente’ por isso elas só podem surgir se a situação for criada. Janet Smithson dá o exemplo da sua investigação, na qual pretendia ouvir mulheres falarem sobre sexo e a forma como os media influenciam as nossas ideias sobre sexualidade, e em que seria praticamente impossível conseguir uma situação real onde isso acontecesse e a recolha de dados fosse possível (2000).

Como referem Rosaline Barbour e Jenny Kitzinger o que distingue um *focus group* de qualquer outro tipo de grupo discussão e o facto do/a investigador/a estar atento/a e encorajar ativamente a interação no grupo (Barbour & Kitzinger, 1999; J. Kitzinger, 1995b; 1999a) daí os/as participantes serem estimulados a interagir e não se limitarem a responder cada um na sua vez. Num grupo discussão produtivo é importante que a discussão seja acesa e cada pessoa possa falar em profundidade (Morgan, 1998)

Apesar dos grupos de discussão colocarem aos/as investigadores/as qualitativos/as alguns novos desafios éticos eles também trazem novas possibilidades políticas. Os grupos de discussão são bem recebidos por causa do seu potencial transformador da relação investigador-participante. Ao contrário da entrevista individual, os grupos de discussão podem mudar a balança de poder a favor dos/as participantes. Sobretudo quando são envolvidos/as na definição das questões da investigação ou projetos de escrita colaborativa, no entanto ‘seria ingénuo acreditar que o diferencial de poder é totalmente diluído’ (Barbour & Kitzinger, 1999, p. 18). É

importante não pensar que os grupos de discussão conduzem automática e necessariamente à prática de uma investigação participativa, é importante distinguir o que é trabalhar com pessoas ou trabalhar sobre pessoas para ter efeitos de mudança, p.e. se se desenvolve um trabalho de conscientização ou não.

Os grupos de discussão permitem juntar numa só as experiências fragmentadas de cada um/a dos/as participantes e, através desta experiência estes/as podem passar a ver os acontecimentos nas suas vidas sob um novo prisma no decurso da discussão. O trabalho de grupo pode ajudar os indivíduos a desenvolverem uma perspectiva que transcende o seu contexto individual e como tal transformar os ‘problemas pessoais’ em ‘questões públicas’. Todo o processo de grupo fomenta uma identidade coletiva e proporciona um ponto de contacto para iniciar as mudanças de base (J. Kitzinger & Farquhar, 1999b). São estas as qualidades que tornam as discussões de grupo sob a forma de ‘grupos de conscientização’ numa arma política tão poderosa, nomeadamente nos movimentos de libertação das mulheres e do poder negro.

Também se pode questionar se o *focus group* é inevitavelmente empoderador ou politicamente correcto, pois o *focus group* pode ser utilizado p.e. para suavizar políticas governamentais impopulares ou usar os resultados de forma a justificar decisões que já foram tomadas (Barbour, 1995). A investigação participatória nunca é uma actividade isolada mas antes um ciclo acompanhado pelos investigadores e participantes que começa e acaba em actividades e significados partilhados (Baker & Hinton, 1999).

Um dos pontos fortes do *focus group* é a possibilidade de mobilizar os participantes para que respondam e comentem os contributos dos/as outros/as participantes; dessa forma as afirmações são desafiadas, expandidas, desenvolvidas, questionadas ou melhoradas de tal forma que proporcionam ao/à investigador/a uma fonte de dados enriquecida. Estes dados podem proporcionar ao/à investigador/a a possibilidade de questionar a forma como as atitudes podem ser formadas e podem mudar, e como é que em conjunto os/as participantes constroem significados. Permite perceber a forma como os/as participantes podem justificar as suas posições, e como podem ser persuadidos/as por outros a mudar a sua visão. Para além disso o *focus group* proporciona um contexto menos artificial do que a entrevista individual em especial se for conduzida num grupo pré-existente (Willig, 2001) e permite ao/à moderador/a escolher uma atitude mais ou menos interventiva. Por exemplo no estudo de Nicola Gavey e Kathryn McPhillips sobre a relação entre o uso de preservativo e o discurso romântico, a moderadora partilhava as suas próprias observações e algumas reflexões

analíticas básicas com as participantes durante o processo de discussão, estimulando a resposta dos/as participantes a estas reflexões, ao mesmo tempo que dirigia a discussão de forma a abordar todas as áreas previamente definidas (1999).

Sue Wilkinson (1999a) sugere que a metodologia de *focus group* permite às feministas resolverem três problemas ou críticas apontadas à sua metodologia (estas críticas também se aplicam a outros tipos de investigação):

1) Artificialidade que ocorre sobretudo quando o/a investigador/a opta por usar questionários ou escalas e recolhe informação num contexto completamente artificial. As feministas devem privilegiar métodos que retratem modos de comunicação e processos sociais quotidianos e abandonar os métodos experimentais.

2) Descontextualização – para as feministas o contexto social onde ocorre a vida das pessoas é um elemento fundamental para compreender as relações sociais e de género. Deve-se olhar o indivíduo em contexto e não o isolar das interações com os outros ou do contexto social. Esta crítica está em sintonia com as críticas Pós-modernistas sobre a visão individualista da Psicologia. Para as feministas construcionistas a experiência humana é construída em contextos sociais específicos, os significados são produzidos e negociados colectivamente, e ‘são elaboradas identidades através de processos de interação social entre pessoas’ (idem 1999a, pp. 224-225)

3) Exploração – uma das principais críticas das feministas à investigação tradicional é que o investigador tende a subordinar os interesses dos/as participantes aos seus interesses, estabelecendo uma relação com os/as participantes de sujeito-objeto. Impondo uma relação hierárquica entre o investigador que sabe e que avalia e o sujeito que é avaliado e julgado. Para evitar essa exploração as feministas propõem investigar de forma a respeitar a experiência e perspectiva do outro e ao mesmo tempo proporcionar resultados que sejam úteis para as/os participantes.

Um dos problemas mais frequentemente identificados com o uso de material proveniente de *focus group* é que a análise trata o material como se de uma entrevista se tratasse ou então tenta produzir uma síntese coerente e unitária do que foi produzido durante a discussão (Wilkinson, 1998), quando o mais interessante neste tipo de metodologia é a possibilidade de analisar a forma como as ideias são (co)(re)construídas, (re)vistas, as contradições e as tensões (Montell, 1999; Smithson, 2000).

Apesar do enorme potencial também existem algumas limitações, Janet Smithson sugere que podem surgir 3 limitações ou problemas:

- 1) Quando um ou vários indivíduos do grupo dominam a discussão e impedem que os/as outras partilhem as suas experiências e ideias
- 2) Utilizar *focus group* para investigar grupos minoritários
- 3) A dinâmica de grupo pode obscurecer algumas das perspectivas mais controversas e haver uma tendência para os/as participantes se limitarem a reproduzir discursos normativos

A autora argumenta que é possível prevenir ou remediar estes problemas através de uma boa planificação (por exemplo se desejar ouvir um grupo minoritário é importante que a minoria esteja em maioria no grupo), moderação do grupo, mas sobretudo através da análise dos dados.

Como sugerem várias autoras, os grupos discussão abrem novas possibilidades à investigação feminista para explorar questões relacionadas com sexualidade e género (Frith, 2000; Montell, 1999; Wilkinson, 1998, 1999a, 1999b) e pode ser usado como ponto de partida para a conscientização e empoderamento das participantes. Limitar o uso da metodologia à recolha rápida de informação relevante pode resultar em alguns ‘*soundbite*’ ou temas dominantes, mas estar-se-á a ignorar a complexidade da situação e as possibilidades de análise (Montell, 1999). Esta metodologia responde aos desafios feministas de produzir investigação que fomenta a emancipação num contexto real e mais interativo (Wilkinson, 1999a).

CAPÍTULO II - ESTUDOS

**STUDY I - 'My sexual self, I stifled it': Sexual Subjectivities
among Young Portuguese Women**

'My sexual self, I stifled it':

Sexual Subjectivities among Young Portuguese Women⁴²

ABSTRACT

Recent research has examined young women's sexual subjectivities and desires, yet has neglected the ways women in their twenties account for their sexual selves. The present study focuses on the discourses and discursive constructions available for young Portuguese women when talking about their sexual subjectivity. Data were collected through six focus group discussions with young Portuguese women. The goal was to analyse discursive constructions and their potential implications for sexual empowerment and resistance. In the course of the work, it was possible to identify several different discursive devices, the most pervasive of which were Pandora's Box, Protocol and Process. Each of these constructions tended to be negative or contain negative judgements about women's sexuality. Even in contexts where a positive discourse on women's sexual desires emerged significant constraints were encountered in achieving of a fulfilling and positive sexual experience.

Keywords: young women, sexuality, sexual subjectivity, Portugal

INTRODUCTION

Although transformations in gender relations are underway, recent social research suggests that dominant representations of gender identities and sexuality remain mostly unchanged. Research suggests that young women are still expected to aspire to love in a relationship (Fine, 1988; Fine & McClelland, 2006; Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 2004; Tolman, 2005) rather than seek fulfilment of their sexual needs. Girl's sexuality is desexualized, substituting desire and bodily (sexual) feelings for emotional connection and relationship. This excludes young women from the possibility of sexual subjectivity based on their erotic voices, bodies and sexual feelings (Tolman, 2005).

A double standard, enforced by the regulatory device of sexual reputation, continues to prevail in popular culture whereby girls are continued as the passive

⁴² This article was published at the Journal *Culture, Health & Sexuality* Vol. 11, Issue 4 in coauthorship with Cecília Costa, Conceição Nogueira, e Félix Lopez. The article can be found in Anexo C.

objects of male active sexual desire not so much as subjects of desire or agents with control over their own bodies and sexuality (Aapola, Gonick, & Harris, 2004; Kitzinger, 1995; Lees, 1993). Active and public sexual desire on the part of boys is rewarded, while a desiring female sexuality is negatively labelled (Holland et al., 2004), which turns the expression of female desire into a dangerous endeavour (Jackson & Cram, 2003).

Ellen Sieg (2007, p. 183) has recently indicated that there is a gap ‘between young women's relational desire, expectations, and realities, and between assumed equalities and lived inequalities, which highlights some remaining dilemmas for young women's heterosexual relationships’. Although young women may be able to articulate a discourse of sexual desire outside a relationship, many internalize a ‘male-in-the-head’ (Holland et al., 2004) because they are not able to expect or experience equitable relationships with men. Young women often face a tension between sexual pleasure and sexual pressure, and between expectations and real life experiences, in which traditional and non-traditional heterosexual identities and practices co-exist (Maxwell, 2007).

There is growing interest among researchers in studying adolescent sexuality and desire (Allen, 2005; Holland et al., 2004; Jackson & Cram, 2003; Tolman, 2005), but with respect to women's sexuality in young adulthood the published research is less extensive. Because of this it is important to reflect, in broad terms, on the sexual subjectivities of young women during and after adolescence. It is also important to analyse young women's resistance and their ability to actively shape their own sexual lives (Gavey, 2005), the negotiation of sexual desire being central to the development of young women's sense of personal empowerment and entitlement (Allen, 2005; Fine & McClelland, 2006; Holland et al., 2004; Lees, 1993; Tolman, 2005; Ussher & Mooney-Somers, 2000).

Recent decades have seen striking changes in the sexual behaviour of young women in Portuguese (Almeida, Vilar, André, & Lalanda, 2004a) and worldwide. The intention of the present study was to analyse the ways in which young women resist dominant discourses of heterosexuality as well as the existence, if any, of safe spaces for them to express sexual desire and embodiment, aside from the dominant discourses of femininity (Holland et al., 2004), male sexual drive (Hollway, 1984), romantic love (Willig, 1997) or (hetero)sexuality (Allen, 2005). In particular, are young women able

to articulate alternative constructions that challenge andocentric sexuality (Tiefer, 2004), are they able to make ‘responsible and self-affirming sexual decisions’(Welles, 2005, p. 31), or do cultural standards deny them the integration of sexual desire as both part of normal development and a positive aspect of their identities?

In the present study, discourse analysis will be used in order to understand ‘how language constructs objects, subjects, experiences, including subjectivity and a sense of the self’ (Willig, 2003, p. 2). The subject positioning made available by different discourses offers ways of seeing and being in the world, and the ‘choice’ of a specific discourse has important implications for subjectivity and experience (Weedon, 1997 [1987]; Willig, 2003). By positioning, we are not referring to simple cognitive and individual choices, but to complex processes that underlie both the way in which people actively position themselves in discourses and how discourses position or constrain the person using them (Jones, 1997).

Taking a narrower focus and by analyzing discursive constructions, it is possible to understand how sexual subjectivities are talked in to existence (Willig, 1999) and how different discourses contribute to the construction of young women’s sexual subjectivities. According to Tolman, sexual subjectivity ‘is a person’s experience of herself as a sexual being, who feels entitled to sexual pleasure and sexual safety, who makes active sexual choices, and who has an identity as a sexual being’ (2005, pp. 5-6).

Dominant discourses are often those of those who are more powerful in society (Potts, 2002), and have strong institutional roots in religion, science, medicine, law, family and/or media. They “are so ubiquitous that they appear to be natural, universal, inevitable” (Potts, 2002, p. 16), and as a result become the main resource through which individuals constitute their sexual subjectivities. Discourses transmit and reproduce power, and at the same time they constitute and govern individual subjects (Weedon, 1997 [1987]). Nonetheless where there is power, there is resistance. Grounding itself in on such ideas, the present paper intends to explore the possibilities of resistance available in the discursive constructions used by young women to talk about their sexual subjectivities, in ways that challenge the hegemonic constructions of sexuality which position women as the passive objects of male sexual desire (Allen, 2005).

Political background and context

Portugal is left scarred by 50 years of dictatorship and by the Catholic Church, which exerts a profound influence over women's rights and sexuality. The country has faced many changes and challenges over the last three decades, particularly concerning women's sexual and reproductive rights. The universal right to vote was only achieved by Portuguese women in 1976. Subsequently, important changes have taken place such as constitutional recognition of the right to access family planning, and increasing availability of contraception in the 1980s (Almeida, Vilar, André, & Laland, 2004b). Sex education was established by law around the same time, but after more than two decades it still has not been fully put into practice and remains controversial. Portuguese women only achieved the right to abortion in 2007, after almost three decades of struggle (Tavares, 2003).

As in any other country, sexuality In Portugal cannot be confined to the personal and private sphere because it reflects broader inequalities of power between men and women. In Europe, Portugal is one of the countries with the most women contributing to the work force, and is a country where two thirds of university students are female. Despite this, equality between men and women remains a distant reality: statistics show that women earn less for the same work, have higher rates of unemployment, occupy lower positions in employment and comprise only one fifth of parliamentary representatives (INE, 2007).

METHOD

Material

The material for the present study comes from a broader investigation involving six semi-structured¹ focus group discussions on sexuality with young women. Four to six women aged between 19 and 27 years participated in each focus group, giving a total of 31 participants. Respondents came from different parts of the country and all were or had been university students. The sample was obtained through personal contact by the first author, who also conducted all focus group discussions. The names presented are fictitious and were chosen by participants. Focus group sessions lasted between 120 and 220 minutes and were recorded digitally. The material analysed concerned responses to

the question 'how did you become aware of being women, of being sexual subjects'. All the recorded material was transcribed verbatim; the extracts presented were translated from the original (Portuguese) into English.

Discourse Analysis

The analysis of the group discussions material was guided by Parker (1992) and Willig's (2003) approach to discourse analysis. The goal was to understand how sexual subjectivities were constructed by participants. In order to do this, excerpts from young women's discussions of their sexual selves were first selected. Next, the transcripts were analyzed in order to identify different discursive constructions, exploring the connotations, allusions and implications induced by the text as well as the contradictions and tensions between and within different discourses. In the course of the analysis, the authors identified several networks of meaning, which in turn led to the identification of specific discourses and their strategic deployment. Available subject positionings were explored in terms of what they enabled participants to say, do and feel.

ANALYSIS

Pandora's Box

In young women's accounts, female sexual subjectivity often appears as something bad and scary, to be kept under control and regulated, so that it will not become uncontrollable or inappropriately expressed. Young women talk as if their sexual selves were a Pandora's Box. The discursive construction of Pandora's Box here reflects sexuality as coming from the 'inside', as sometimes frightening and mysterious needing to be self-regulated, and sometimes as a source of pleasure. The idea that there are right moments and conditions in which to express one's sexuality is underscored by this discursive construction. If on the one hand sexuality is a source of pleasure, on the other it is intimately connected to guilt and repression. The only safe space for female desire is within the context of a stable heterosexual relationship or when there is no moral consciousness that represses it.

In young women's accounts, it is possible to trace something of the inconsistency implicit in this discursive construction. On one hand, this construction is based strongly on the idea of repression and on the other hand repression derives from intuitions arrived at by interpreting adults' silence. It seems that young women are repressing something they do not really acknowledge.

In the following account, Teresa constructs her sexuality as something she should silence, over which she has to exert control in order to protect herself, and not as something to be enjoyed and expressed.

I think that for a while I rejected my sexuality a little bit. I think it was quite late. (...) by the time I became conscious of my sexual self, I stifled it. I only started to deal more consciously with it when I was around 14 or 15 years old (...) I think it was a block with my body and discovering it (...) It is linked to desire, to this sequence when you begin to understand ... what is it that you are feeling. In my case, it was different (...) There was the weight of this sequence being an unnatural thing [feeling attracted to girls].

(Teresa 27, non-heterosexual, Lisbon)

Here, Teresa positions herself as an active subject expressing agency over her sexuality by assuming control and holding it back. On the other hand, however, this suppression meant silencing the voice of her body and desire, rejecting a part of herself. This repression seems linked to the idea that the libido is essential to psychological life, especially the unconscious (Potts, 2002), so the silence imposed on her sexuality is somehow outside of her active control. When she became conscious she 'stifled it' – being unable to deal with her desire even when she acknowledged it. In a way, this positioning protects her, because it is socially expected for children, especially girls, to be asexual throughout childhood until adolescence.

In this same quotation, the sexual drive appears as something innate and unchangeable, so the only possible options are to repress or accept it, and this choice will inevitably be mediated by the dichotomies of moral/amoral, normal/pathological and sexual maturity/childhood sexuality (Potts, 2002). When dealing more consciously

with her sexual self, however, Teresa sees herself as a desiring subject. But this too is problematic, since her desire does not fit social expectations.

In the next passage, Ana clearly expresses desire and acknowledges herself as an active sexual subject despite the moral constraints she felt.

I recall having sexual activity from a very early age, masturbating very early, but I was never conscious of it. I became conscious that it was something sexually related by the age of 11 or 12, but it wasn't very clear, and then I was obviously restraining (...) From a very early age, I felt that something was not really good about it (...) [it was] related to guilt and the pillow. It led me down a double path (...). It was something that made me feel guilty (...) My body was asking for something. It began very early.

(Ana 25, heterosexual, Lisbon)

Ana is able to express her sexuality using a discourse of desire when she recalls 'having sexual activity' and the 'body asking for something' since a very early age, assuming herself to be a subject of her own desire and pleasure. On the other hand, she also uses the discourse of the innocent and asexual child - 'I was never conscious' - and comes close to using what Tolman (2005, p. 2) calls the 'it just happened' account – one of the few socially acceptable narratives through which girls can talk about their sexuality. Ana also makes references to moral standards – 'something was not really good about it' – to explain how she suppressed her desire and sexual behavior since it made her 'feel guilty'. By doing so, she positions herself as a 'good girl' who is able to control her impulses.

In the next passage, Magdalena describes the discovery of both her body and desire. Although she acknowledges herself as a desiring sexual subject, she seems to have difficulty finding space for the expression of this desire outside the context of a relationship.

I think I discovered it [body and desire] a little bit on my own, but very slightly. When I was an adolescent, I don't remember very well (...) I didn't really cultivate it a lot. And still today I think that I don't really miss self-stimulating, and I think I only gave it more importance when it was with another person. The discovery itself wasn't so much on my own than with other bodies.

(Magdalena 24 years, heterosexual, Porto)

Even if Magdalena acknowledges she discovered her body and desire by herself, she did so only 'slightly' and she 'didn't really cultivate it a lot'. To be sexually active and desiring outside of a relationship is not an acceptable positioning – 'I don't really miss self-stimulating' – because it contradicts a traditional femininity. Magdalena's reluctance to assume she can explore her own body is also implicit in the absence of the word masturbation from all talk. While in the previous excerpt Ana talked about repressing her body's voice, but recognizing herself as a desiring subject, Magdalena is more reluctant to express either.

Overall, the discursive construction of Pandora's Box is characterized by the emergence of an active subject which regulates and restrains sexuality and desire. In this context, pre-pubescent female sexuality and masturbation appear as transgressions to dominant models of sexuality and offer a space of resistance, where young girls can also express desire and feel pleasure, even if only as experimentation with a body that has not yet reached sexual maturity and is not "real sex".

Protocol

Another discursive construction present in young women's accounts is what might be termed "Protocol". Many participants expressed the idea that there is a strongly established script for behaviour, to be followed in both public and private spaces, concerning sexuality. This learned script teaches girls how the world (of sex) "is", how they are expected to behave, and makes them conscious of the rules of femininity they should follow.

By analysing this discursive construction, it was possible to recognize how women are positioned and position themselves within a predominantly passive sexuality. As

they are following externally imposed rules or guidelines, they give up their role as subjects to become the object of others' wishes or values.

According to Ussher (1997), girls learn to perform as women by reproducing the social representations they have access to, while simultaneously negotiating conflicting images and accounts of these representations. Far from saying that women have no option other than to passively internalize the dominant ideology our goal is to understand through critical analysis how it is possible for young women to defy and resist the demands of traditional femininity.

In the accounts gathered, it is sometimes possible to identify young women's reluctance to adhere to femininity rules, even if they also see these traditional roles as constituting a privileged space in which to learn and develop their sexual subjectivity.

We learned to be more fragile even if we were stronger than them [boys], but we were taught not to be stronger, for example when playing. I was [laughs] a kind of a tomboy. I didn't really agree with that (...) playing house [when we were younger], the wife was the one doing the entire household and everything, and afterwards the husband arrived (...) In our games, we also began to follow these models. In these games, there was obviously also a part of sexuality (...) We pretended to be a couple, but there were no kisses (...) [it was] something like dating (...) We started to understand better how things worked, how relationships [work], how we should behave.

(Marta 21 years, heterosexual, Braga)

Even if Marta seems here to question traditional notions of feminine vulnerability using notions of equality to sustain the view that girls have the same rights as boys, her account excludes reference to any embodied desire – for example 'there were no kisses'. Here, sexual subjectivity is clearly constructed as a Protocol that needs to be learned – 'how things work, how relationships [work]' and how to 'behave'. Transgressing norms of femininity and being a tomboy provided a powerful positioning for Marta, even if she was unable to occupy the same position when it came to sexual behaviour. Although she said 'there was obviously also a part of sexuality', her role-

plays are desexualized, being a privileged space in which to reproduce dominant heterosexuality and constrain the way in which gender is constructed.

Sexual subjectivities are often entangled in relationships. In the following extract, Ana and Daniela articulate how important it was for each of them to have a boyfriend.

Ana: It was something exterior [dating in primary school], it wasn't mine. (...) For a very long time I was very anxious to have a boyfriend (...) From the moment I stopped restraining myself, maybe sexually. I wanted to have a boyfriend, no matter what price and I didn't understand why I didn't have a boyfriend and that caused me severe pain. I wasn't able to understand because I thought I was fat and I don't know what else.

Daniela: Those crazy things (.....)

Ana: As if I needed the other to... as if I would only be confirmed in myself because someone liked me and wanted me (...)

Cecilia: You talked about the need of having a boyfriend from 12 to 14. Was that feeling the need for touch, or was it the social issue of everybody has a boyfriend and why I don't?

Ana: Of course the social issue was also important, but I think it was more from my emotional side to...

Daniela: To feel chosen.

Ana: Yes, of needing love. Then of course, obviously it had to go wrong.

(Ana 25, heterosexual, Lisbon; Daniela 25, heterosexual, Lisbon)

In the above, it is possible to see how Ana and Daniela built their sexual subjectivity as a Protocol by fitting it within external standards and impositions – ‘it was something exterior’, ‘to have a boyfriend, no matter what price’, ‘the social issue was also important’ or ‘to feel chosen’. The main idea underpinning this discursive construction is that women's sexual subjectivity comes more from the adoption of normative practices and dominant discourses of gender than from their desires. Desire - ‘I stopped restraining myself’ – is only acceptable within a relationship – ‘I wanted to have a boyfriend’. Ana and Daniela here refer to the dominant discourses which expect

girls to seek romantic commitment and fulfill their emotional needs at the same time as they renounce their bodies' voice.

For young women, having a boyfriend symbolizes the passage to womanhood. In her account, Ana expresses a clear rejection of romantic stories - 'then of course, obviously, it had to go wrong' – assuming the negative consequences of these discourses and the positioning they imply. Even if young women can be critical of traditional femininity they are inevitably trapped within its discourses.

In another focus group, discussion turned to how young women become interested in boys and fall in love. One respondent felt that the choice was mainly based on 'what people say (...) if the other people say nice things about him, we start to think he his great' (Magdalena 25, heterosexual, Porto). Young women are prompted to perform according to what is expected and not to act upon their own desires.

The discursive construction of the protocol appeared many times in focus group discussions. Often young women talked about parents and school as the main sources of learning about their sexuality – 'in school we learned about the human body and we started to see changes' (Catarina 25, heterosexual, Vila Real) or my '[mother] started to explain menstruation (...) than I became conscious of the responsibilities I would have' (Vera 23, heterosexual, Vila Real).

Most of the time, Protocol guidelines serve to constrain young women's sexual empowerment but, as illustrated in the following accounts, they can also enable them to access alternative form of knowledge.

Ana: I began to restrain it, let's say, around nine years old. I clearly recall being in bed and wanting to masturbate and refraining myself because I thought it was something bad. Not because anyone had told me it was wrong, but because I had no clear notion of what it meant. Then I began to read all kinds of stuff. [laugh]. In those books, it's something normal (...)

(Ana 25, heterosexual, Lisbon)

Margarida: Whatever I did with my blue bear I associated it with something wrong. I just became conscious of my sexuality around 13 years old. It's because I began to read about the subject and understand what genital organs

were... And I began to understand that it was normal. So let's say it became much quieter... I didn't associate it with feeling guilty anymore.

(Margarida 25, heterosexual, Lisbon)

Here, both the discursive constructions of both Pandora's Box and Protocol manifest themselves. Desire - 'desiring to masturbate' - is clearly expressed but at the same time moral standards - 'it was something bad' or 'wrong' - impose the need to refrain from giving into this desire. According to the Pandora's Box construction, young women thereby position themselves as active desiring subjects who have to control from their sexual urges.

In the Protocol construction, both participants draw on scientific evidence - 'in books on adolescence, it is 'something normal' - seeking guidelines for behavior and positioning themselves as unacquainted with their bodies or sexuality. Young women are simply responding to set of externally imposed normative behaviours and processes that are necessary in order for them to fit in. The coexistence of desire and moral constraint results in ambivalence, and access to scientific discourse provides a solution which allows Ana embodiment. Within the Protocol discursive construction, however, resistance is limited since it depends on the access to alternative models and discourses of sexuality and femininity, which are not always available.

Process

Process links to the idea that sexual subjectivity is the result of a sequence of transformations or ritual passages. This construction has its roots in discourses of adolescence which serve as the basis for young women to give meaning to their experiences and feelings. Most of the young women in this study dated initial consciousness of their sexual subjectivity to puberty, a time when, according to dominant discourse, it is expected for them to be overwhelmed by hormonal urges (Allen, 2005). Another prominent idea is that this evolution is marked by blocking and unblocking moments or events, and is therefore discontinuous.

As acknowledged by Walkerdine, 'psychological knowledges have a positive effectivity in that they are implicated in the production of forms of sociality, and the

apparatuses and practices of administration and normalization' (1998 [1984], p. 154). In young women's accounts, it is evident that developmental discourse is well integrated serving as a fundamental resource from which young women give meaning to themselves and to their sexual subjectivities.

I also have a story about a bear (...) and it ended up with masturbation. Finally it faded, probably because it was associated to some guilt and after that it was (...) an aspect of my sexuality which I was only able to reconcile much later. When I started to know that I was a woman, [to be conscious] of my sexuality, maybe around 13 years old, I think it wasn't entirely (...) I think it was a very slow and gradual process (...) I think that it was very complicated for me, and I was not peaceful until I got much older. It was only later that I managed to reconcile things.

(Luisa 27, heterosexual, Lisbon)

Here, Luisa suggests her sexual subjectivity was the outcome of a 'very slow and gradual process' that should have an end – the word 'entirely' here implying a reconciliation between her sexual urges and the moral constraints of society. One can see here the idea that sex is an important expression of the inner self and that sexual maturity presupposes a reconciliation between one's sexual impulses and the constraining norms of society. Luisa points out that for her, puberty or adolescence were the prelude to a consciousness of the sexual self. She positions herself as a mature woman, fully aware of her sexuality, for whom the process of becoming conscious has apparently reached an end, after "integrating everything" and recognizing masturbation and self-eroticism as an acceptable aspect of her sexuality.

It was relatively common to find reference to puberty in young women's accounts constructed within this discursive regime, which confirms discourse of adolescence as an important resource for girls in talking about their sexuality. This same discourse is also linked to the coital imperative discourse described by McPhillips, Braun and Gavey (McPhillips, Braun, & Gavey, 2001) in the sense that, according to developmental

theory puberty is a turning point marked by menarche for girls and ejaculation for boys. Thereafter, adolescents are physically able to reproduce themselves and engage in “real sex”, i.e. genital/coital sex.

According to some accounts, opportunity to express desire and sexual autonomy are slightly more extended for young women entering womanhood than for adolescent girls.

It is age that defines different things. For instance, at 16, maybe I might badly want to have sex with a boy I was dating (and) who I liked a lot. But probably at 15 or 16 I would think twice before having sex and asking myself if it was for good. Now at 24, if I (...) met a boy (...) things would go much quicker. Our desire to discover (...) or want to go faster, also has to do with maturity.

(Leonor, 24, heterosexual, Matosinhos)

Here, Leonor draws on developmental discourse to explain how her sexual subjectivity was characterized by different desires and preoccupations depending on the maturity process. She allows herself more space for change subsequent to adolescence, but apparently changes need to be kept within the boundaries of morality. In her account of her adolescence, moral imperatives clearly restrained her sexual activity and desire - ‘asking myself if it was for good’ - because the most important issue then was the relationship rather than desire. The same moral imperatives can also be seen in her description of what could happen in young womanhood. Even if she gives greater space to her desire, assuming that ‘things would go much quicker’, desire is also constrained by the relationship imperative. Behaving outside the margins of the moral standards of relationships could be painful. Once again it is difficult for desire to have space in the context of morality and development discourses.

In contrast, and in the following account, Teresa conceives of her sexual self as a work in progress.

The discovery of my sexuality was something very complex. And this discovery of sexuality continues. I don’t think it is limited (...) and that gave me a lot of

freedom (...) I try not to refuse my desire. (...) the discovery of my sexuality was something very complex. However, the continuing discovery of my sexuality is not... I don't think it is closed. When I managed to say: "I'm a homosexual", after some time, I thought "Maybe I'm not as homosexual as I thought I was". And that was also a big shock. I suffered a lot until I was able to say: "I am a homosexual"...

(Teresa, 27 years, non-heterosexual, Lisbon)

In this account, the idea of Process is clearly present but it is presented as an endless endeavour characterized by complex negotiations but with a clear privileging of desire. Apparently, the discourse of desire itself gave Teresa the tools to talk and give meaning to her sexual self. She is able to rule her own sexuality and allow her body expression, without needing to refer to developmental discourse. Assuming desire implies resistance in that she could choose the object(s) of her desire and when and how sex would take place, not necessarily within the boundaries of a stable romantic heterosexual relationship. The possibility of positioning herself within a construction of sexual subjectivity as a working process seems attractive because it offers further possibilities for Teresa and other young women to negotiate alternative meanings concerning their sexual experience.

CONCLUSION

In this paper, we have tried to identify some of the discourses and discursive constructions Portuguese young women use in their accounts of sexual subjectivity. The Pandora's Box discursive construction offers some space for desire and resistance, although this potential remains limited because of links to other dominant discourses. Desire does seldom appear on its own. It is usually linked to love, relationships and danger, casting young women as victims or placing them in a disempowered position.

The discursive construction of Protocol seems clearly to constrain possibilities of resistance. Within it, young women are pressured to position themselves or be positioned within traditional discourses of femininity, finding little space for the expression of their desires. Within this discursive construction, traditional forms of

femininity offer a kind of 'comfort zone' (Nayak & Kehily, 2008) for young women. Rejecting traditional femininity means rejecting a privileged place within heterosexual relationships and an accepted public identity vis-à-vis other women.

Even if the discursive construction of Process was mainly built upon fixed positions following a pre-established order of change, some young women were able to articulate more fluid identities, giving desire a privileged position.

During focus group discussions, it was evident that experiences such as having a steady boyfriend and having a good sex life within available discourses of heterosexuality offered young women an empowered position relative to those who had been left by their partners who had had, having many partners in the past, or who were not enjoying sex and who drew on a discourse of victimization (Fine, 1988). These power relations warrant further exploration.

Occasionally some young women were able to be critical about dominant heterosexuality and femininity even if this was not always translated into practice. There is no straightforward way for young women such as these to resist dominant discourses of sexuality and femininity. Overall, findings are constant with the broader feminist literature which notes that society still expects girls to aspire to love and seek serious commitments with boys. Generally girls, unlike boys, are not expected to have sexual needs and are not treated as sexual subjects. This desexualization is successful most of the time because women's sexual feelings are often fused with the desire for an emotional bond or relationship. Women generally have little space in which to express their erotic and bodily needs outside of the restricted constructions available to them. That said, for young Portuguese women, some practices have changed and the presence of desire in their accounts is evident, which leads us to conclude that there is some space for the emergence of genuine female sexual desire (Harris, 2005), although they recognize that this space is not immune to social regulation and surveillance.

Notes

1. Discussions were structured around a set of open-ended questions designed to explore opinions, wishes and concerns about sexuality, romantic relationships, desire, break-ups, sexual experiences and coercion.

2. Pandora's Box was supposed to trigger curiosity at the same time as it stimulates a fear of something terrible or uncontrollable. It is used here as an analogy for aspects of women's sexual subjectivity.

Acknowledgements

The study on which this paper is based was funded by a research grant from the Fundação Ciência e Tecnologia - Portugal. The authors would like to thank the anonymous reviewers for their helpful comments on an earlier draft of this paper.

References

- Aapola, Sinikka, Gonick, Marnina, & Harris, Anita. (2004). *Young femininity: Girlhood, power and social change*. New York: Palgrave MacMillan
- Allen, Louisa. (2005). *Sexual subjects: young people, sexuality and education* London: Palgrave.
- Almeida, Ana Nunes de, Vilar, Duarte, André, Isabel Margarida, & Lalanda, Piedade. (2004a). *Fecundidade e Contraceção*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Vilar, Duarte, André, Isabel Margarida, & Lalanda, Piedade. (2004b). *Fecundidade e Contraceção: percursos de saúde reproductiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fine, Michelle. (1988). Sexuality, schooling, and adolescent females: The missing discourse of desire. *Harvard Educational Review*, 58(1), 29–51.
- Fine, Michelle, & McClelland, Sara I. (2006). Sexuality education and desire: Still missing after all these years. *Harvard Educational Review*, 76(3), 297–338
- Gavey, Nicola. (2005). *Just sex? The cultural scaffolding of rape*. New York: Routledge.
- Harris, Anita. (2005). VII. Discourses of Desire as Governmentality: Young Women, Sexuality and the Significance of Safe Spaces. *Feminism & Psychology*, 15(1), 39-43.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline, Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel (2004). *The Male in the Head: Young People, Heterosexuality and Power* (2° Rev ed.). London: Tufnell Press.
- Hollway, Wendy. (1984). Women's Power In Heterosexual Sex. *Women's Studies International Forum*, 7(1), 63-68.

- INE. (2007). Indicadores Sobre a Situação da Mulher em Portugal. DIA INTERNACIONAL DA MULHER – 32 ANOS (1975-2007). Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. . *Destaque*. Retrieved from http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=5582662&DESTAQUESmodo=2
- Jackson, Susan, & Cram, Fiona (2003). Disrupting the sexual double standard: Young women's talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology*, 42, 113-127.
- Jones, Alison. (1997). Teaching Post-structuralist Feminist Theory in Education: student resistances. *Gender and Education*, 9(3), 261-269.
- Kitzinger, Jenny. (1995). "I'm Sexually Attractive but I'm Powerful": Young Women Negotiating Sexual Reputation. *Women's Studies International Forum*, 18(2), 187-196.
- Lees, Sue. (1993). *Sugar and Spice: Sexuality and Adolescent Girls*. London: Penguin.
- Maxwell, Claire. (2007). 'Alternative' Narratives of Young People's Heterosexual Experiences in the UK. *Sexualities*, 10(5), 539-558.
- McPhillips, Kathryn, Braun, Virginia, & Gavey, Nicola. (2001). Defining (hetero)sex: How imperative is the "coital imperative"? *Women's Studies International Forum*, 24(2), 229-240.
- Nayak, Anoop, & Kehily, Mary Jane. (2008). *Gender, Youth and Culture: Young Masculinities and Femininities*. Hampshire: Palgrave.
- Parker, Ian. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.
- Potts, Annie. (2002). *The Science/Fiction of Sex: Feminist Deconstruction and the Vocabularies of Heterosex*. London: Routledge.
- Sieg, Ellen. (2007). 'What you want, or what you get?' Young women talking about the gap between desired and lived heterosexual relationships in the 21st century. *Women's Studies International Forum*, 30(2), 175-186.
- Tavares, Manuela. (2003). *Aborto e Contraceção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tiefer, Leonore. (2004). *Sex is Not a Natural Act and Other Essays* (2 ed.). Oxford: West View Press.
- Tolman, Deborah L. (2005). *Dilemmas of Desire: Teenage Girls Talk about Sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ussher, Jane M. (1997). *Fantasies of Femininity: Reframing Boundaries of sex*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Ussher, Jane M., & Mooney-Somers, Julie. (2000). Negotiating Desire and Sexual Subjectivity: Narratives of Young Lesbian Avengers. *Sexualities* 3(2), 183-200.

- Walkerdine, Valerie. (1998 [1984]). Developmental psychology and the child-centred pedagogy: the insertion of Piaget into early education. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. London: Routledge.
- Weedon, Chris. (1997 [1987]). *Feminist Practice and Poststructuralist Theory* (Second ed.). Oxford: Blackwell Publishers.
- Welles, Caitlin E. (2005). Breaking the Silence Surrounding Female Adolescent Sexual Desire. *Women & Therapy*, 28(2), 31-45.
- Willig, Carla. (1997). The Limitations of Trust in Intimate Relationships: Constructions of Trust and Sexual Risk-Taking. *British Journal of Social Psychology*, 36, 211–221.
- Willig, Carla. (1999). *Applied Discourse Analysis: Social and Psychological Interventions*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (2003). Discourse Analysis. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 159-183). London: Sage Publications.

**STUDY II - Different voices about My First Time: 'It
had to happen anyway'**

Different voices about My First Time: 'It had to happen anyway'⁴³

ABSTRACT:

The heterosexual intercourse has been widely defined as the 'real sex' providing limited spaces for alternative discursive constructions of the first (hetero)sex experience. Feminists argue that this is a moment where girls are persuaded into the 'gendered practices, meanings and the power relations of heterosexuality' (Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 2000, p. 221), and that most of the time they have to handle loss and ambivalent responses as good as they can. Here we present the analysis of the discursive construction of the first (hetero)sex, collected through six focus group discussions on sexuality with young portuguese women and from letters written 30 years ago to a family planning section of a magazine. Through the analysis of young women's accounts of their first sexual experiences, we are especially interested in identifying alternative constructions and spaces of resistance to the hegemonic hetero and male centred sexuality. We will explore the discursive constructions (Willig, 2003) and discourses used by young women to escape or conform to the pressures for conventional femininity.

Keywords: first time, young women, sexuality, discourse analysis

VIRGINITY LOSS

Virginity has been given a lot of importance within the occidental Christian culture, where women should reproduce Mary, being pure and innocent. Nevertheless this has been changing over the times and through social classes (M. Crawford & Unger, 2004; Le Gall & Le Van, 2003). But most important is that even if moral discourses of purity and sin are becoming less relevant for the acquisition of sexual identities the meaning of virginity loss is still very different for young women and men, and sexual intercourse and first intercourse is a way of giving visibility to institutionalized heterosexuality (Holland, Ramazanoğlu, & Thomson, 1996). First sexual intercourse is still a major

⁴³ A shorter version of this study will be submitted to the Journal Psychology & Sexuality under the co-authorship of Cecília Costa & Conceição Nogueira.

subject of interest when talking about young people's sexuality. The media seem very keen to write about virginity whether to say young people are losing virginity too soon or simply they are not losing it (Carpenter, 2005; Maillochon, 2010).

Even in qualitative research scholars have been using mainstream definition of virginity loss which colludes with coitus (example, Le Gall & Le Van, 2003), leaving no space for other possible ways of seeing or constructing first sex, nor for other sexualities than heterosexuality and ignoring other practices than the 'full' encounter of penis-vagina. In this context of research many scholars continue to ignore that virginity loss is essentially a cultural phenomena (Carpenter, 2005). Laura Carpenter points out two problems of the research done until the 90's concerning this issue, one was that it focused mainly on women and the other was that it totally ignored other sexual minorities (2005). In her study she concluded that the vast majority of her participants equated virginity loss as the first vaginal intercourse letting out other forms of sexual activities and totally ignoring gay and lesbian realities. For the vast majority of young women and men first intercourse is a critical moment independently if they 'are actively seeking sexual intercourse, allowing the intercourse to happen, or having it thrust upon them' (Holland et al., 1996, p. 353).

The acquisition of sexual identities is still socially gendered and embodied in very different ways by men and women (Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 1994; Holland et al., 1996). In our culture what stands for 'real sex' is a male body penetrating a female body. In these constructions the male is featured as a lively actor who is particularly empowered by the first (hetero)intercourse experience (Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 2004; Holland et al., 1996; Potts, 2002). So the experiences of first (hetero)sex are clearly gendered providing the possibility for men to enter manhood and performing their masculinity while for women many times it entails guilt, losing value and endangering their reputation (Holland et al., 1996; Lees, 1993; Sprecher, Barbee, & Schwartz, 1995; Thompson, 1996). If on one hand for many men 'first sex' is clearly a way to enter adult masculinity, on the other hand, as referred by Holland et al, women have an ambiguous role (1996) even when they already have experience. Not only they are undergoing pressure to consent to the constitution of adult heterosexuality as the construction of masculinity but also they should make sense of themselves in this construction. Sexual intercourse with men becomes something for them to manage as good as they can. The most problematic here is the absence of a

positive heterosexual femininity (Holland et al., 1996). Annie Potts suggests that first intercourse for women is her “entrance to the subordinated position within heterosexual relations and patriarchy” (2002, p. 199)

Despite the fact that young girls are becoming more pressured, specially by the media, to have first (hetero)intercourse and to detach it from love, this event is still experienced by them as disappointing (Ussher, 1997). For Holland, Ramazanoglu, Sharpe, & Thomson (2000) the moment of first (hetero)sex is fairly more complicated for women because it involves managing loss and dealing with ambivalent responses. It is usual for girls to keep in secret their sexual experience (Thompson, 1990) in opposition to what usually happens with boys. Young girls often account for it as ‘it just happened’ and having no reference to desire or other positive bodily sensations associated (Tolman, 2005).

Research has shown a wide interest in studying the age of the first sexual intercourse specially focused on girls and linking it directly to adolescent pregnancy, STI (Sexually Transmitted Infections), sexual coercion, contraceptive use and effectiveness of sexual health programs (Dickson, Paul, Herbison, & Silva, 1998; Rolston, Schubotz, & Simpson, 2004), but there is still little research on young women’s subjective responses to the first experience of intercourse (Houts, 2005). Researchers haven’t extensively explored young women’s and men’s subjective responses to their first intercourse experience. This lays ground for many researchers to assume that if an individual engages in sexual activity and won’t define it as rape then it was a consented and desired sexual relationship (Houts, 2005). Some authors claim that young girls lack effective dialogue to express they do not wish to engage in sexual intercourse (Mitchell & Wellings, 1998) as if it is obvious that for engaging in sexual intercourse there is no need to have an explicit consent. As Houts (2005) argues the traditional sexual script for engaging in intercourse doesn’t include verbal consent and to express refusal to engage in sexual intercourse young girls would have to show explicit physical resistance. Nevertheless some young men either ignore this physical resistance or interpret it not as a refusal to engage in intercourse but as a ‘feminine’ way to consent to intercourse. Young women seem to be using normative conversational patterns for refusing intercourse directly or indirectly. Frith and Kitzinger claim that it isn’t the adequacy of their communication that should be questioned but the claims of their male partners of not understanding their communication as refusal to have intercourse (1999).

With so much focus on the first intercourse this ends reinforcing the image that either you do it or you don't as a black and white picture and by this creating an image as if there is nothing in between or nothing else to discover afterwards. Either you have had sex and you have discovered it all or you haven't. So there is an increasing number of young people that are engaging in intercourse almost without any sexual experience or experimentation such as petting or orgasm (specially young girls) (Thompson, 1996). Socialization of young girls seems to be so effective to cut them off of their sexual desire that many of them engage in first intercourse without having ever experienced pleasure or desire (coital at least).

The collusion of virginity loss and coitus fostered by the media and sex education has also been used by scholars. Which leaves other sexual practices (such as anal sex, oral sex, intensive petting) or non-heterosexual experiences out of the picture. In her study Carpenter (2005) found that even some lesbian women when asked about virginity loss reported the first experience of intercourse with a male partner. Many scholars have been also studying this as a simple phenomena or event and not as a cultural construction which clearly limits the comprehension of the event in terms of gendered construction of sexual identities. This lead them to propose naive and acritical explanations for gender differences such as pain, pleasure or anxiety (see Sprecher et al., 1995), claiming physiological differences and higher likelihood for boys to experience orgasms. As Carpenter points out in the spectrum of sexual experiences and first times, only coitus is entitled to a specific term so it is normal that when we ask participants to tell their first sexual experience most of them collude with this conception of first time as being the first coitus. Academics seem to subscribe and implicitly promote these ideas "One never forgets the first intercourse. It is part of these events with a deep imprint in the minds of people, because they mark a passage and seem to foretell a destiny (Bozon, 1993, p. 1317)

Even if most the research shows that first sex experience isn't an empowering one for most of the young women in the western world, this doesn't mean that the ideas of love and virginity are unchanged within different ethnic, social class and religious groups (M. Crawford & Unger, 2004). Indeed some large scale sexual surveys have concluded that curiosity is now one of the main reasons for young women to engage in first intercourse (Wellings et al., 1994 cit. in Ussher, 1997).

In the past decades several feminists have studied how young women narrate the experience of first intercourse (Carpenter, 2001, 2005; Holland et al., 2000; Thompson, 1990, 1996). Based on interviews with young women in the 1990's, Thompson argues that young girls use two alternative same stories to account for their first sexual intercourse. The vast majority (3/4) refers to stories of coercion, pain, boredom and disappointment and at the same time they say it was something that just happened. The second same story was about pleasure with vivid memories of first sexual experiences, childhood masturbation and where double standard is questioned. They were familiar with their bodies and they related a steady progression through petting before engaging in intercourse (Thompson, 1990).

Carpenter has proposed four interpretative metaphors that women and men use to talk about their first time. These metaphors can change over time and she coded them according to what was the metaphor at the moment they had their first intercourse and how they talk about it now (except for virgins). The dominant metaphors were gift, stigma, natural step, the author has also identified worship but it was almost absent. Within the metaphor of gift there are three implicit obligations, to give, to receive and to reciprocate. According to the author this metaphor is very close to the current anti-sex or pro-abstinence discourse and can also be traced back to the status of property where daughters were given by their fathers to their husbands, and women were supposed to keep their virginity for the right person. Men who use this metaphor reject the traditional masculinity but young women who use it were framing themselves within conventional femininity even if they no longer need to keep their virginity to remain respectable women. Even if virginity is seen as precious it is more and more acceptable to lose virginity before marriage, as this institution is losing popularity. It is less common and stable alongside feminists' claims that girls should have the same sexual freedom and pleasure as boys. Many women and men used the unbearable stigma metaphor to talk about their virginity. For some, it was a stigma to be virgin (mostly men) and for others the stigma was not being virgin anymore (mostly women). Both of these metaphors are highly consistent with the double standard (J. Crawford & Popp, 2003).

Another metaphor is a natural step; first intercourse is constructed as an event that marks the transition from youth to adulthood at the same time that knowledge about sexuality is acquired. For some it was a milestone or rite of passage to enter not only

adulthood but specifically womanhood and manhood, i.e. adult gendered identities. As referred by Aapola et al. "achieving physical and emotional maturity are shown as deeply gendered and gendering experiences" (2004, p. 133) . The young women who know their bodies and are aware of their sexual desires are much more likely to engage in sexual activities they desire and to have pleasure in their first intercourse than those who are unaware of their bodies and desires (Carpenter, 2005; Thompson, 1990).

As Maillloch points when we compare figures around sexual behaviors between girls and boys the results are very similar (2010). Quantitative research often obscures the gender differences that are evident in some qualitative research on (hetero)relationships. There are evident differences between genders in the way boys and girls construct and experience their relationships. Even if apparently young women are liberated and 'allowed' to engage in pre-marital sex they still have the imprint of the traditional norms disguised under the strong and dominant link between sexuality and love and/ or relationship (Mailloch, 2010). Even if some authors state that the first intercourse now takes place in a more egalitarian context (Le Gall & Le Van, 2003) and young girls seem better informed than their mothers about sex. The authors say that the "first time" today is part of a more egalitarian relational context in which everyone can exercise his choices. Moral liberation helped to make the first body encounter less traumatic.

Young girls and boys still have different spaces and pressures over them concerning sexuality. In her study Ana Marques concludes that the first sexual experience is still occurring within a stable romantic relationship, where love is the main argument (2007). The "first time" takes place following a "demanding script" both in terms of contents of the scenes and their context (Le Gall & Le Van, 2007) and which allows us to see that there are still significant differences between boys and girls. Unlike flirting, the first sexual intercourse does not take place in the same types of "couples" for boys and for girls. While flirting allows a certain equality between boys and girls, the first sexual intercourse are the scene of the first important forms of sexual differentiation between young people, when girls begin to take on the marital clothes of sexuality ((Mailloch, 2010)

Using content analysis of letters sent between 1978 and 1981 to *Crónica Feminina*¹, a national project of the *Comissão da Condição Feminina* to disseminate information

concerning family planning, Ana Vicente (1987) proposes several thematic portraits. Two of the identified themes were young women having intercourse with their boyfriends and virginity. In her analysis she concludes of the evident privileged status of the girl who has a boyfriend compared to the one who hasn't. Nevertheless the preferable status is clearly to be married, marriage being the main goal for most of them. And it is with this powerful position that the boyfriend asks for a proof of love, in this case to accept to have intercourse before marriage and/or to trust him with their virginity. Trapped within this situation they feel forced to offer that proof despite the risks this entails – getting pregnant and being dumped by their boyfriends. Pain, absence of pleasure, ignorance, guilt, fear of pregnancy, secretness were the dominant accounts identified in those letters.

The analysis presented here intends to contribute with some reflections on the following questions: what has changed almost 30 years later? The traditional values of marriage and double standard take almost caricatural shape when reading these letters. But what has been perpetuated 25-30 years later? What has changed between mothers and daughters?

DATA

Kitzinger suggests that focus group sessions are a privileged method to foster debate on 'sensitive' topics (1995), offering us the possibility to explore a 'specific set of issues' (Barbour & Kitzinger, 1999, p. 4) namely young women's opinions, wishes and concerns around sexuality, romantic relationships, desires and sexual experiences. The focus group material presented comes from a doctoral research study that involved six semi-structured focus group discussions with young women on sexuality. The number of participants in each focus group session ranged within 4 to 6 and involved a total of 31 participants. To write this paper we focused on the material of the focus group that was related to the young women's experience of first (hetero)sexual intercourse. This was a convenience sample obtained through personal contacts of the first author; the day and place were always accorded between the first author and the participants. Before starting the focus group session the participants were informed about the purposes of the project and expressed their consent to participate. The names presented here are fictitious and were chosen by the participants at the focus group session.

The duration of the focus group discussions lasted between 120 minutes and 220 minutes and was recorded with an audio digital recorder. All the recorded material was transcribed verbatim, followed by the material analysis, at the final stage the selected extracts were translated from the original (Portuguese) idiom to English. Besides analysing the material from the focus group sessions on first sexual intercourse we have also analysed the accounts published by Ana Vicente on young women having intercourse with their boyfriends and virginity (1987).⁴⁴

METHDOLOGICAL APROACH

The analysis of group discussions presented here were guided by the proposals made by Parker (1992) and Willig (for more detailed description see 2001, 2003, 2008) on Foucaultian Discourse Analysis. Here we will explore the discursive constructions used to talk about the first experience of (hetero)sex, the discourses used in their accounts and the orientation towards action and the implications for young women's subjective experience. We will also focus on the subject positions provided by the different discourses, analysing how the discourses positioned the subjects and how the subjects positioned themselves within the discourses. This allows us to look to the implications discourses have on what participants say and do (Willig, 2001). We will also analyse the relationship between discourses and the practice, namely in what way they open or close the opportunities for action, exploring as well the connections between discourse and subjectivity, namely what points of view and subjective experience this discourses and discursive constructions provide to young women.

ANALYSES

With the analyses presented here we want to explore if women's accounts still prioritize men's 'needs' and wishes putting women's agency, energy and identity subjugated to the accomplishment of masculinity (Holland et al., 1996). By doing so we want to search for spaces of resistance and compliance to the genderization of first experiences

⁴⁴ The *Comissão da Condição Feminina* developed an information campaign on family planning during the years 1978-1981, publishing weekly texts on contraception and family planning. Throughout these four years they received and answered over 10,000 letters with questions, requests and personal stories. In her book *Mulheres em Discurso*, Ana Vicente presents a thematic analysis made from letters and testimonies of 600 women and 40 men.

of (hetero)sex. With these analyses we intend to examine the discursive constructions employed by young women to account for their first intercourse experience, identifying the discourses that frame them. At the same time we highlight the discourses that are available for these young women to talk about losing virginity and the implications of these discourses in their subject positioning, orientation for action, subjectivity and ultimately agency.

All of the young women in this study have stated losing their virginity with their boyfriends as opposed to what Carpenter and Thompson (Carpenter, 2005; 1996) have reported in their studies. The analyses of these young women's talk of about their first sexual intercourse are organized in three sections, in one of them we will analyze the discursive constructions they used to explain **why they did it**, another focus will be on the binary **between good and bad** and a last section will explore the discursive constructions about **what did it mean**. In our analyses we found inevitability, risky investment, political action, treasure, one shot scene, experienced partners, gateway to womanhood, and Old Wives' Tale as the discursive constructions that young women used to account for first intercourse. It is important to note that several young women used more than one discursive construction to talk.

Why I did it

Much of the efforts while talking about first sexual intercourse were to explain why they 'choose' to lose their virginity, 'it was the right moment', 'the right person', 'I felt like it'. Many of these comments come on the surface when the talk is about first intercourse. As if they felt they had to give 'solid' explanations of why they did it and it is very clear that young women feel they have to show/say they have made conscious choices, they are in charge of their lives and destinies (but is that so?).

Inevitable

In the excerpts below young women talk about their first sexual intercourse as an inevitable event, 'it had to happen anyway', and under 'it had to happen anyway' it is clear that the main reason to engage in first intercourse was pressure from their male

partners and their wish to keep their relationship. All the following accounts share a very similar storyline concerning their first sex. This discursive construction could also be found in some of the letters of *Crónica Feminina*. The inevitability to have intercourse is clearly fostered by the overt pressure of their partners:

Bárbara: Until a certain day we had already been discussing [for a while] a little about this (...) *maybe you don't want [to do it] because you don't like me so much* [boyfriend], that thing almost like blackmail, I said OK, do as you want. I don't feel prepared if you want to leave, feel free. I made bluff (...) because I didn't wanted him to go.

(21 years, heterosexual, Braga)

Mariana: It hurt, it hurt for several reasons, first because I didn't want that much, but he had insisted so many times.

(24 years, heterosexual, Matosinhos)

Beatriz: What happened is that he was my boyfriend for 6 months, he was insisting and so it developed a conflict environment (...) of pressure. I felt pressured because I was hearing the voice [of self censorship] and hearing him (...)

Bárbara: Hearing the voice (laughs), the problem was the voice.

Beatriz: I mean I felt lost you see (...) until that moment I had never had problems with my ex-boyfriend, those conflicts came up so I felt pressured. For 6 months we were on foreplay. I mean we never moved forward, to the next stage (...) then we end it up getting upset with each other and in a certain way I felt rejected.

(22 years, Heterosexual, Braga)

I date with a boy for more than 3 months and he constantly asks me to have intercourse with him, I haven't done it yet. But he says that to show him I really like him [I should accept to have intercourse]. I love him immensely but I'm afraid of having intercourse.

(Letter 6, Age unknown 1978-1981)

The inevitability of first intercourse comes from the pressure of their partners within the context of a relationship, as if being their boyfriends somehow gave them ‘rights’ or ‘ownership’ over their girlfriend’s bodies as within the traditional marital discourse (Willig, 1998), as if the implicit rules within traditional marriage are unquestioned and transposed into dating relationships.

The conflict for young women came up because they weren’t in a matrimonial relationship and they have to preserve their reputation and integrity. Implicitly they weren’t sure they wouldn’t be left once their boyfriends had had what they wanted.

Bárbara draws on the have/hold discourse (Hollway, 1984) *‘I made bluff (...) because I didn’t wanted him to go’* to narrate her first intercourse. By drawing on the have/hold discourse these young women assume some agency over their sexuality but only until the moment they assent to have intercourse with their boyfriends, because at a certain point the price to pay for the “safety” of a relationship was to engage in unwanted intercourse. In these accounts young girls position themselves within the traditional discourse of heterosexuality (Allen, 2003, 2005; Costa, Nogueira, & Lopez, 2009; Holland et al., 2004) where girls are expected to work as gatekeepers of their sexuality and reputation, *‘I was hearing the voice [of self censorship]’*. As we will see later they have to be sure to ‘give’ their virginity to the right person [risky investment construction]. Desire is replaced by coercion; their feelings or wishes end up ignored by their boyfriends and by themselves as they prioritize their boyfriends’ desires in order to keep their relationship. As pointed by Bárbara the problem was *‘the voice [of self censorship]’* and not coercion. This shows how hard it is for these young women to name coercion.

As in other researches (Frith & Kitzinger, 1997; C. Kitzinger & Frith, 1999) it is clear that young women are communicating their wish not to have intercourse. But apparently to say ‘no’ wasn’t enough to make their boyfriends understand they should stop.

Confronted with the open pressure of their boyfriends they seem to give ‘consent’ to their wishes, as it would be just a matter of time. To avoid losing their boyfriends they ‘decide’ it might be better to say yes.

Bárbara: I didn't wanted him to go (...) then I thought well it had to happen anyway because he is insisting and it will have to happen (...) then on a Sunday I went to tell him OK (...)

(21 years, heterosexual, Braga)

Mariana: (...) at that time I thought it was the man of my life and we were already dating for 6 months and at that point I was already 19-20 years old and we were starting to stop having what to talk about [cafe talk] [laughs] and I said ok let's go and so on ... and I don't know, it ended up happening.

(24 years, heterosexual, Matosinhos)

Beatriz: My first sexual relationship, it was in my twenties, it was very well thought, I mean I was dating for a year and half, (...) I ended up to give in.

(22 years, heterosexual, Braga)

I'm getting married in [soon] ... but I have a problem that worries me a lot. As is general knowledge all brides and grooms have intercourse sooner or later. During the sexual relationships my boyfriend lives moments of full happiness and I don't.

(Letter 17, 18 years 1978-1981)

All three girls accepted the blackmail – *'I ended up to give in', 'I said OK', 'I went to tell him ok'*; the price to pay for keeping the relationship was to give their virginity away. As argued by Thompson (1990) girls seem reluctant to name coercion when the first sex experience happens within a steady relationship. In the case of Bárbara there is an increased reason not to name the abuse since at the moment of the focus group discussion she was still dating the same person.

Young women seem very conscious that if they want to maintain their romantic relationships intercourse is something that will have to happen sooner or later, *'all brides and grooms have intercourse sooner or later'*. So intercourse is an inevitable event if you are in a committed relationship.

Beatriz: But even like that what ended up happening, is that I had a lot of pain, I mean the fact that my body wasn't completely relaxed and having that, that fear and all that pressure, I didn't feel relaxed. I mean I was never able, I was never able, I mean besides that there were those conflicts, and I would say hell I was never able, and I felt even more guilty (...) and got such an aversion, a certain aversion, this wasn't causing much pleasure until, I remember of one day we had an exam and so I called him and at that moment he was a little bit upset. He was talking to me a little bit pissed off, so I remember going to his house, we were talking and then he (...). I let myself go and it happened. It really happened and after that I was like, well after so much pain and so many insistence and so on, I was like well was this the thing? I felt like saying, it was this?

(22 years, Heterosexual, Braga)

Bárbara: It was funny. It was in a tree. He had a small tree house (...)

Francisca: So funny (...)

Bárbara: It was funny (...) Then we started with those things and it also hurt me a lot and I wanted him to stop and then I also noted his insistence and he said (...) *oh it is normal because if it isn't today, then we will always be postponing, so if it is because it hurts the next time it will also hurt so it will have to happen today* [boyfriend talking], and I thought oh my God it has to be (...) I was disappointed because of course I was expecting that it would be extraordinary and that it would be very good and I had no pleasure at all.

(Bárbara, 21 years, heterosexual, Braga)

Mariana: it hurt, it hurt for several reasons (...) it was a little bit forced by him (..) it was like, *it has to be now and it will be*. It wasn't like in the movies you see on TV, it had nothing to do with that (...)

Ema: It is never like in the movies.

Mariana: But it hurt, almost all the times after that (...) [It was] totally unpleasant and what sometimes happened (...) in the middle I would say I don't want to, it is hurting me, I don't want to, and I felt from his side some

frustration and inability to understand and that of course made all the relationship even harder. But I'm not a sexually active person, so if I eventually activate again it will be complicated.

Marisa: You will have to reload it[mobile] again (laughs)

(Mariana, 24 years, heterosexual, Matosinhos)

I'm 19 years old and I never had intercourse in my life except 2 times with my boyfriend, during what I felt nothing only pain and blood, yes I cried, when I was alone so no one saw it, not even he knows I cried because I never told him, although he had asked me, but I didn't want to show I was weak, so, since I desired him and he desired me too I think it wasn't worth it [to tell him], also because I think it was my fault since it was me who asked him to see the apartment he had bought for us. He took me there and the result is here to see, for several times before he had tried and I didn't let him. That time we were alone and it happened.

(Letter 18 - 19 years 1978-1981).

From the moment she says '**OK**' Bárbara is no longer entitled to change her mind or say no '*if it isn't today, then we will always be postponing, so if it is because it hurts the next time it will also hurt so it will have to happen today* [boyfriend talking], and **I thought oh my God it has to be**', she cannot expect to have pleasure or control over her body ending up in a completely disempowered situation.

The most astonishing is that Bárbara tells a story of coercion as it was the most natural event, and apparently she is uncritical in front of the fact that she was obviously forced to have sex. The incongruence is clear between the "story" she tells and the emotional tune [funny story] she uses to tell it to the group. Apparently this account allows her to adjust herself to a normal femininity and to tell a tale of abuse as a normal event that happens within teenage sexual relationships. It is the self censorship, '*the voice*' or the lack of conversation, '*stop having what to talk about*' are causes of amusement [laughs] but sexual coercion isn't pointed or named as such and is euphemized as pressure, insistence.

The contradiction is that later in the group discussion when talking about a break up they had in the relationship and when virginity is constructed by other participants as a risky investment, Bárbara eventually says *'so I did it, I felt like it, I feel I did it when I wanted to'*. Using here the pseudo-feminist discourse that she is in charge of her life she feels pressured to assume this coercion as if it was her choice. The same happens when Beatriz begins to say *'My first sexual relationship, it was in my twenties, it was very well thought'*. It is highly perverse to actually say I choose to consent to coercion instead of clearly naming coercion. No woman wants to be a victim because if she is a victim it is as if it was her [de]fault. The subject positioning of woman as victim 'created' by feminism [when highlighting oppression of men over women] is highly disregarded nowadays. It is incompatible to be an emancipated woman and a victim at the same time. In the account from *Crónica Feminina* the young woman also asserts *'I think it was my fault since it was me who asked him to see the apartment he had bought for us (...) for several times before he had tried and I didn't let him. That time we were alone and it happened'*. Even if the intercourse results from her boyfriend pressure she assumes the responsibility over this unwanted event.

So basically the storyline of first intercourse discursive construction as inevitable is: they started dating and at a certain point their boyfriends started to make advances; they weren't in the mood or had no desire to have intercourse and at the same time they had to be sure he was the right person; in the beginning they tried to refuse but at a certain point they end up giving in to the coercion because they didn't want to lose the relationship and finally they had intercourse. Once they said yes to their boyfriends it was a no turning back decision, they had become unable to hear no or stop. As within the traditional frame of marriage these young women thought of intercourse as a duty within a pre-marital relationship, *'the man of my life'*, and intercourse becomes inevitable and the partner's pressure and coercion seems more or less acceptable.

Mariana and Beatriz seem to be more able to name coercion in their accounts of first intercourse and this can be partially explained by the fact that at the time of the focus group discussions they were no longer together with their initiators. Boys are more easily and implicitly labelled as 'jerks' when they are no longer their boyfriends. Comments like [the new boyfriend is totally the] *'opposite'* easily come up while, at another point of the discussion, Beatriz was explaining how she broke up with her ex-boyfriend and started with the new one. Nevertheless the coercion itself is not

questioned directly or indirectly and seems to be implicitly accepted. To preserve her(self), Bárbara cannot assume she dates a bad or troubled person.

In the three excerpts the young girls explicitly expressed, at some point of the discussion, that they chose to do it and by doing so they gave explicit consent to their boyfriends to engage in sexual intercourse. But are these the descriptions of consented intercourse?

The sexual experience itself and the lack of pleasure were bad but that was a victimization these young women could assume under the traditional feminine positioning. Being victim of forced intercourse /sexual abuse is definitely a totally undesired subject positioning. This is an example of how hard it is for women to assume themselves to be positioned as victims, and their boyfriends as sexual aggressors. It is preferable to assume sexual coercion by boyfriends as 'normal' and be empathic with their boyfriend's wishes/pressure then to assume themselves as victims of sexual abuse. The perverse here is that in order to avoid being positioned as victims the young women use the pseudo-feminist discourse that, I have chosen, I decided to do it, I'm in charge of my life and destiny, thereby encouraging the invisibility of sexual coercion.

Risky investment

In the following accounts virginity is constituted as valuable and should only be 'given' in the context of a safe relationship. The ideal scenario would be to 'give'/'invest' virginity when you are sure you found your life partner. The partner's virginity in general is not relevant or wished but for these young women investing their virginity in their partners seemed risky, as break-ups could come up. Several of the girls in this study continued to date their first sexual partner proving they made the right choice and not regretting having invested 'their virginity' on them. They didn't have to renegotiate their new self as non-virgin and single in order to keep coherency.

If they are still virgin they are safe since they are still in a power position. Once they give their virginity away there is no turning back as if the first intercourse had an increased value compared to intercourse afterwards. This construction shows a very traditional view of female sexuality where girls are supposed to be virgins until they get married or in this case until they find the person they will get married with. For some

others it was dangerous to give away virginity to the wrong boyfriend. In the excerpts that follow it is clear that pre-marital intercourse is generally well accepted, but in the same logic as virginity until marriage. Virginity should be kept safely until you find the right person, the one you will marry with.

Vera: Maybe your family transmits you (...) even though my family talked about it very early, but there was always [this thing that] it has to be with the right person (...) I remember that at that moment I was thinking of what my mother said, that it will hurt and so, and I think I was there and I wasn't at ease because I was thinking about that...

(Vera, 25 years, Heterosexual, Vila Real)

Beatriz: I really felt I wanted to do it with the person with whom I was sure, I mean I felt that dilemma of saying should I give myself, maybe I'm spoiling an opportunity of a relationship. I have to forget this voice [of self-censorship] I mean I weigh up [things] very well, I'm a pretty much thoughtful person. I mean rational, even if my body asked for it the reason was much stronger than, than the body (...)

(Beatriz, 22 years, Heterosexual, Braga)

Bárbara: Right after [having first sex] I was waiting tables and I felt awkward, and then I stopped and thought: have I done the right thing? Because at the beginning I was thinking did I do the right thing? Is this the person with whom I want to stay with? I already liked him a lot and I wanted to do it with him, but I was much younger than him and I knew he had those experiences in Aveiro. He studied faraway, so we were together only during weekends, maybe for him it was just something without importance, no, no importance ... Because at that point I was already noticing that he liked me, but I thought maybe it won't last, it isn't going to turn out well. But the thing is that now it has been 6 years even if not everything turned out ok.

(Bárbara, 21 years, heterosexual, Braga)

I like him a lot but I'm afraid of giving myself to him and that I get

pregnant and he doesn't marry me... He says that if I get pregnant he will marry me but I'm afraid.

(Letter 12, 19 years 1978-1981)

Desire or curiosity are totally irrelevant in this discursive construction – *'even if my body asked for it the reason was much stronger than, than the body'*-, deciding to have first intercourse is constructed as an investment in a lifetime relationship and this can be risky. Again the marital discourse is present, women are supposed to give their virginity to their future spouse, if you are no longer a virgin you run the risk of not getting a good and comprehensive partner or even worse not getting a partner at all. While these young women stress they thought about it *'I evaluate that very well'* they weren't immune to disappointment.

Even if parents no longer choose and give their daughters to their husbands and some express clearly that young women have the right to choose, women should be sure to make the right choice *'my family talked about it ... it has to be with the right person'*. Vera is able to articulate she wasn't at ease because she *'was thinking of what my mother said'* but at no point she questions or opposes herself to this construction of virginity and relationships. Danger of not being reciprocated by their partners, even if here the fear of being left is not openly expressed as in the letters, it is clear that implicitly the fear of being left 'dishonoured', sooner or later, was very present as the boyfriend could not value her virginity as much as she was valuing it *'maybe for him it was just something with no value'*. As we can see in Bárbara's account the most important is that *'it has been now 6 years [together] even if not everything turned out ok.'* The fact that she was able to keep the relationship so long gives her an empowered position over others that weren't able to maintain a long term relationship (Reynolds, 2008).

Bárbara points out she made the right choice not needing to reorganize her identity as it happened with some of the other young girls participating in the group discussion. In her account Beatriz is unable to question the fact that to maintain a relationship/marriage she has to accept to have intercourse *'maybe I'm spoiling an opportunity of relationship'* [see marriage]. Saying yes or no, could in both cases mean being dumped. She was trapped in the dilemma of losing her virginity, her relationship

or both as it eventually happened. This account is very similar to the account in letter 12. Beatriz debates with positioning herself as impure or of being left by her boyfriend. Both put her in a deficit position as a woman. Ultimately, being in a relationship, even if impure, seems to be better than to be pure but alone.

The following extracts will focus on the notion of safety; young women need to feel safe to be reassured that it is secure to lose their virginity with a particular partner. The initial responsibility is from the young woman who will have to judge if it is safe to invest her virginity with that particular person. The partner should have the role of protecting them and assuming possible negative outcomes.

Vera: For a long time I dated at distance so I wanted to know if that would really be worth for me, at which point it was safe for me to do that [have first intercourse], so I waited the time I thought it was necessary.

(24 years, Heterosexual, Vila Real)

Bernarda: If you are doing it for the first time, [it is because] you feel a totally different attraction, you like [love] that person. The first time, the first time that a person likes [loves], and I think it has much to do with the man, with the person whom we are doing it, not only with us. Because for us it is the first time (...) we are afraid, but maybe we are going to do it with the person whom, with the person whom we like [love], with whom we feel protected. We feel good because we are with that person that we wanted to be with, because afterwards we may end up realizing that maybe it wasn't [the right person], but maybe at that point it was the one. It is with the person we want and we feel good with because we feel protected and we know he is going to take care of us.

(21 years, Heterosexual, Vila Real)

For a long time now he [the boyfriend] wants to have intercourse, for 2 times I managed to convince him and nothing happened. The last time we met he wanted to have [intercourse] and asked me if I agreed. I explained him that I didn't want and that I was afraid. He didn't understand and told me I shouldn't be afraid and to prepare myself to... have that [sexual] relationship. I explained

him again that I wasn't afraid of having intercourse but of the consequences. At that moment he said he was a man and he would know what to do if something happened, from the things he said he made me understand that if I got pregnant we would marry...

(Letter 19, 17 years, 1978-1981)

Safety is a major concern, not safety concerning STI (Sexually Transmitted Infection) or pregnancy but safety to invest your virginity in your future husband or life partner. Young women made clear that virginity should be a safe investment. You should only invest it once you are sure that it is the right person. Even if Bernarda acknowledges that *'afterwards we may end up realizing that maybe it wasn't [the right person]'*, it is important that you give a long thought *'if that would really worth'* and most important if that *'was [a] safe'* option. In other words the question is if he will be your lifetime partner or as in the letter he will get you pregnant and leave you afterwards. Fear, *'we are afraid'* is a dominant emotion as you might be taking the wrong decision, having your first intercourse with the wrong person. Here Vera positions herself as a very conscious girl who thinks rationally and profoundly before taking the big step. She cannot let herself go by the emotions, as losing virginity seems way too important. On the other hand Bernarda positions herself as fragile and passive - *'we are protected and we know he is going to take care of us'* – showing a very traditional view of masculinity where grown men are the protectors and take up for their responsibilities. It is similar to how boyfriends are portrayed in the letters while insisting with their girlfriends to have intercourse at the same time they state that they would assume the consequences of intercourse (eventually getting pregnant). In the letters of *Crónica Feminina*, safety concerns address not only the issue of choosing the right person but also not to be dumped and/or get pregnant.

For some young women break-up was the painful confirmation that they had made the 'wrong choice' and a 'bad investment'. For others the moment of break-up made them realize they had felt promiscuous and had trouble to imagine having sex with other boys. Their mission to invest their virginity in their life partner had failed.

Beatriz: I ended up giving in [and have intercourse] (...) I continued to be rejected so you can imagine what is living with that, with that dilemma of saying hell I took the risk and had nothing instead. I mean he didn't change, he didn't change, do you understand? [directing herself to the rest of the group] and that rejection from his side (...) I mean you can imagine what it is to hear those speeches (...) I mean you give yourself, he is the man of your life and you say and now what should I do? Does this mean I will have to accept this boy? (...) I mean because of that, because of that sexual component [having lost her virginity with her boyfriend], you can imagine that this has a lot of importance in our life.

(22 years, Heterosexual, Braga)

The enormous dilemma of Beatriz is obvious in her account. Even if her boyfriend maltreated her before 'giving in' to intercourse but also after, it was very hard for her to break-up. She positions herself as having made the wrong choice and strives because she has to choose between continuing with someone who rejects and maltreats her or being a dishonoured woman. Even if in the accounts from the focus group discussion the word dishonoured never came to surface, it was clearly implicit, especially in Beatriz account where she worried of how she should tell her family she dishonoured and disappointed them by having intercourse with someone she wasn't going to stay forever.

The following accounts give continuity to the co-construction of first sex as a risky investment and the sinner subjectivity that arises once the relationship is over.

Francisca: We dated for almost 6 years and for me it was to get married and when it was the time to break up (...) it hadn't even passed through my head. I had lost my virginity with him, I was his, I had to marry him (...) when I had sex [with another person] (...) it was something that martyred me, and I'm not going to be able to do this with anyone else. I am ashamed (...) [I was thinking] I'm not going to be able, I won't be able, I won't be able (...) I felt so dirty, so dirty it is true. I really felt dirty, but I remember of having that feeling that oh how filthy I am.

(21 years, Heterosexual, Braga)

Carolina: Maybe that way, the same also happened to me. Then when the relationship was over it was so hard to detach myself from him because that [virginity loss] had a big influence and what Beatriz was saying (...) I don't know if that is because you we have some rule in our head, if it is the society, the culture, I don't know what it is. We have that idea that it was with him and that it is with him that I have to stay and now how is it going to be, because I will never be able to do it, and so on, and so on. (...) I'm not going to be able to have sex with other boys.

(21 years, Heterosexual, Braga)

Bárbara: I never regretted anything, some months later we split up (...). I felt what you said [Francisca]. Now I will never be able to get involved with no one else. How is it going to be to have something with someone else? I mean after so many years, around five, five no, 4 years and something, with such an intimate relationship, so [close] with him, how will I be able to get involved with someone else, how can I, it seems I don't even know what is to kiss someone else. It was strange.

Carolina: What intimacy with someone can do.

Bárbara: To the point of thinking we cannot go through without that person.

(Bárbara, 21 years, heterosexual, Braga)

Underlying Barbara's account is the Religious discourse where you become a sinner, '*Im ashamed*', '*martyrized*', if you have sex outside the wedlock, in this case outside a monogamous and for life relationship. There is a clear idealization of the woman with exclusive sex partner experience and adjusting to a new subject positioning as a person who has several sexual partners is a hard and demanding task. Young girls enter adolescence with the idealization they will only have sex when they find their life partner and when they fail to do so it is quite painful. After having "slipped" and made the wrong choice, the options are limited either to be chaste and sent to a convent to serve god, as was the case with dishonoured girls in the past – '*I'm not going to be able to do this with anyone else, I'm not going to be able to have sex with other boys*' – or

be a sinner for having other sexual partners – ‘*I remember of having that feeling that oh how filthy I am*’. The religious or moral discourse positions them as having failed in their femininity. It is part of their femininity to choose and keep the right partner. Nevertheless this choice is often limited to choose among available ‘suitors’, following a compulsory boyfriend framework.

Virginity is constructed as the most valuable possession one will ever be able to exchange for love (Thompson, 1984). Within this construction once it is given it is lost and it can be problematic as they weren’t able to be chaste until marriage and worse than that they could not keep their boyfriends. To overcome this impurity feeling they had to suffer and pass through an identity reconceptualization. The last account shows clearly a total inability to question the marital relationship imperative or the religious discourse, which position these young women as sinners and developing a negative subjectivity towards themselves and their sexuality.

Even when break-up is decided by women the fact that they are no longer virgins and no longer with their *deflowerer* has a huge weight on them and they need to go through a total personal reconceptualization, almost as one revirginization (Gill & Herdieckerhoff, 2006). For example later in the discussion Beatriz says ‘*what I had with my ex-boyfriend was sex and what I do with my actual boyfriend is making love*’ allowing her some kind of revirginization. The following account comes from the letters and it is interesting to see how the solution for being dishonored is clearly different.

I’m a young woman who was unhappy with her first boyfriend (...) he dishonored me and then he didn’t want me, and now I’m dating another boy and I wish to marry him but I didn’t want to tell him what happened. Can you give me information on what is the best way of fool him, so he doesn’t realize?

(Letter 20, Unknown age, 1978-1981)

In the letters, the worries of these young women who had lost their virginity and were abandoned was to make believe their actual partners they were virgins and the moral was clearly less relevant. Here dishonour is solved by marrying another person

and making them believe they were their *deflowerer*. Regaining virginity was a physical issue and not a spiritual one.

Under the discursive construction of first sex as risky investment lays the idea that relationships are the best thing in the world and when possible should be kept even if the price to pay is high (Reynolds, 2008). Several of the girls in this study are still dating with their initiator proving they made the right choice. Desire, pleasure and intimacy weren't relevant. Virginity is part of your dowry and if you spend it, it can be extremely damaging emotionally. Even if reputation isn't openly talked, several of these young women referred they kept for themselves the fact that they had lost their virginity. This shows that for most young women having had first intercourse is associated with value loss. For them it wasn't something to share not even with their closest friends. The secret would only be disclosed when their friends talked about having or deciding to have intercourse with their boyfriends. As if having intercourse was a transgression that shouldn't be disclosed unless the transgressive behaviour was shared.

Most of them had the need to underline that they just engaged in first sex when they were sure it was a serious relationship, stressing the time they waited (months or years) for that moment or the time they stayed together with that particular boyfriend, which seemed an important issue to account for. This allows them to set clear they were neither easy nor promiscuous. Somehow Bárbara's account is contradictory because if she made the '*right choice*' and '*everything stayed the same*' how come she cannot, after that, imagine herself having intercourse with someone else. Here it is clear the issue is to have intercourse not necessarily other components like emotional intimacy while dating.

Even if none of them refers to religion all three seem to position themselves as 'good Catholics' who feel bad and 'dirty' for having had intercourse outside of the wedding. Only after some personal suffering and identity reconceptualization they were able to engage in sex again. Beatriz revirginized with her new boyfriend, Bárbara came back to her boyfriend at the same time she escaped from the temptation of having a one-night stand. Francisca was able to overcome it in a somehow contradictory way, she felt '*attracted*' but she finally engaged in intercourse because her head asked for it and it ended up being '*an automatic thing*'. Again there is the implicit need to stress they

have the correct dose of desire and thoughtfulness as in the Goldie Locks theory (Plante, 2006). Even if Francisca is in control because she intentionally decided to have intercourse she is clearly victim of her emotions, a suffering sinner/ martyr of the Judaeo-Christian tradition.

Treasure

Even if again virginity is viewed as valuable, here it isn't constructed as a risky investment, just a treasure you give or get from someone. Virginity still enjoys a privileged role within the repertoire of the first times (Carpenter, 2005) but in this construction virginity loss is not constructed as a dangerous or damaging endeavour.

Daniela: I gave myself in too late, late but for me it was the right time, I had 26 years old and I keep on saying that it was the right time. When I look back, I now understand that the unblocking was later than the usual, but it was the only way it made sense (...). The first contact (...) was with the person with whom I truly gave myself in the on January the 5th, 2005. I recall the day.

(27 years, heterosexual, Lisbon)

Catarina: My first time, believe it or not, get surprised or not, hasn't come yet, it will be. It isn't that I don't feel ready, but I haven't found someone with whom I really felt good and that I felt I should do it, so it will be, if God wants, with a lot of security (...) You shouldn't lose it, you should share it.

(25 years, heterosexual, Vila Real)

Both accounts construct virginity as an important treasure that is given or shared. Daniela uses the psychological discourse '*unblocking*' to explain why she only engaged in intercourse at 26 years old and not necessarily the Judeo-Christian morality. It was a psychological defect/ problem she had to overcome as other women, but in her case it '*later than the usual*'. Daniela tries to explain herself – '**I gave myself too late, late but for me it was the right time**', as she thinks she will be judged by the others that losing virginity at 26 is problematic or at least non-normative. Again girls seem to be

compelled to account why they lost their virginity – they had to be sure - and also to stress it was the right time. And this seems that it shouldn't be too late or too soon, again the Goldie Locks theory in action (Plante, 2006). Catarina explains why she hadn't had sex yet due to destiny – *'if God wants'* -, of not finding the right person but mostly she is drawn on chance and not choice when accounting for not having a relationship (Reynolds, 2008). Both of them feel they somehow have to justify their late virginity loss to the audience. So at the same time you have to keep your virginity to someone special but you should also not be too late because it can be ashaming.

These accounts show how important it is for young women to have to construct themselves as being in charge of their life's, taking independent decisions and not being excessively prude. The following account tells a reversed situation where desire means collecting the treasure.

Francisca: I lost the virginity, we were already dating for almost 2 years and it was ages, it was ages in which the body asked a lot, let's admit it, it is true, and something happened, something funny happened, I shouldn't be telling this, but it doesn't matter (...) I lost the virginity in August. (...) I remember he was also virgin, and in January I made him understand. And so, don't we? Aren't we moving forward with this and don't know what? The boy, this is really true, no, no I said I shouldn't be saying this but no, no, I don't have any problems talking about this. He turned to me and said no, and I oh for God's sake, and all the saints [laughs] (...) He was always a big playboy and I don't know what, but in those things he was very upright, oh no because it has to be with the right person and I... [Are you] trying to tell me that after 2 years I'm not the right person? And all those things, and I oh for God's sake, but he told me that no (...) As it is obvious I was agonizing until August.

Bárbara: That's funny normally it is the opposite.

Francisca: It is but with me things are a little bit like this (...) I really liked him. He had been my first boyfriend for real and I wanted that his first time would be with me, so I could have that as mine, [to be able to say] wait you are not going to forget me ever, oh, oh, it is true I recall perfectly that it was because the body was asking but the head was asking even more.

(22 years, heterosexual, Braga)

Here Francisca draws from an alternative narrative to explain her virginity loss. Her boyfriend's virginity is the treasure and she wants to collect this virginity almost as a prize. As acknowledged by Bárbara it's her who is taking up the traditional masculine role to insist and persuade her partner to have intercourse. On the contrary to what happened in the previous accounts of the young women, her boyfriend was able to say to her he wasn't sure if she was the one in order to refuse to have intercourse. Young women could not disclose this – that they weren't sure if he is the one – they would be afraid of hurting their boyfriend's feelings and ultimately ending the relationship (as we saw in previous accounts). Even if this is based on this example only, implications for young girls seem to be taken up differently.

Francisca repeats twice *'I shouldn't be saying this but it doesn't matter'* as if acknowledging to have been the one to insist in having intercourse and having heard a refusal could be damaging to her image but a few lines lower she positions herself as proud of not being traditionally feminine *'but with me things are a little bit like this'*, showing an ambivalent position. She knows different audiences will see this transgressive position in a different ways, positive or negative, by being ambivalent she ensures the empathy of both audiences. The same happens when she constructs in an ambivalent way her boyfriend as a *playboy* – very desired and successful with other women – but who acted differently when matters were important – like for virginity. Nevertheless fidelity wasn't so praised by him and he was several times unfaithful to her, as she will acknowledge later in the discussion. It is as if she had to give a positive image of her boyfriend, because in a certain sense the image of her boyfriend is ultimately her image and therefore she has what she deserves. By dating a playboy she is also putting herself in a power position towards other women who might desire him, but in the end she was the one who was able to conquer him and get his treasure, taking up a subject and empowered position.

Even if desire is present in the account the most relevant is to collect her boyfriend's treasure at the same time he assumes she is the one when he consents to intercourse. So she employs both traditional and non-traditional discourses of sexuality to make her account on virginity loss. She is not the passive Cinderella. Much of the

contrary she is the active subject that implicitly – ‘*don’t we?*’ – and explicitly expresses to her boyfriend she wishes to engage in intercourse at the same time she expects her boyfriend to demonstrate she is the one and that they are in a life relationship. By saying he was a big playboy she also asserts her wishes to have intercourse didn’t come out of nothing.

Virginity is definitely something valued, no matter if you win it, loose it, give it or share it. The following account shows how relevant virginity is even if there isn’t a consensus on what it represents.

Cecília: Is it that sensation that you lose something?

Maria: I mean, why do you lose, if after all you win, isn’t it?

Joana: I don’t think so.

Bernarda: Lose your virginity.

Joana: I don’t think I lost anything, honestly I didn’t feel (...) I don’t think you lose anything, what you get is a huge and awful pain.

Catarina: You don’t lose. You should share.

(Catarina 25 years, Maria 26 years, Bernarda 21 years, Joana 19 years
heterosexuals, Vila Real)

In this account the interviewer tries to elicit alternative accounts on first intercourse that do not necessarily involve traditional ideas of loss of value and leave young women in a disempowered position. It doesn’t matter if young women frame it within empowerment, victimization or equality, taking in consideration the young women’s account the only agreement seems to be that it must be done with the right person and in the context of a stable relationship.

Political Action/ Rebellion

In the following account Xuana constructs her virginity loss as a political act. She wanted to cut with all traditional ideas around virginity and purity to assume herself as a non-conformist and radical young girl.

Xuana: [laughs] I was 15 when I had my first sexual experience in (...) a youth political camp (...) I went to a debate and started thinking about that, then at night I completely transformed myself [laughs] and changed radically my positioning and it was when I lost my virginity. It was something really strange (...) [The debate] was about feminism and sexuality. They talked about feminine masturbation (...) I decide it was now. I was there with my boyfriend (...) It had always been a super puerile dating (...) and I refrained myself a lot (...) and all of a sudden, it is now and here, I closed my eyes and open my legs and said go for it (...) She [her mother] knew I was going to that camp with Carlos who was my boyfriend at that time (...) my mother looked at me and said [laughs] and maybe this was one of the reasons that lead me to lose the virginity in that camp, *'I only let you go to that camp because I'm sure that you are not going to bed with him'* [laughs] and I think that was one of the reasons that fed that disobedience, I was always super disobedient.

(19 years, heterosexual, Lisbon)

Again even if desire is also absent and it was something the head asked more than the body, here she assumes herself as subject and rebels herself against her mother authority. She positions herself as a feminist subject even if this doesn't necessarily put her in touch with her body, pleasure or desire. She also ends up to engaging in disembodied (hetero)sex (Holland et al., 1994) at the same time she refuses traditional femininity. Her disobedience is motive of laugh and pride for her, also having the others' approval with a sisterhood laugh. Being named a slut is a way to resist conformism and patriarchal dominance; she assumes her feminism by having no fear of getting a bad reputation. She coerced herself to have intercourse as a political statement and act of resistance. Nevertheless it is her boyfriend who performs intercourse *'I closed my eyes and open my legs and said go for it'*. This shows how hard it was for her to completely put aside all the dominant ideas around (hetero)sexuality, namely that it is boys who do it to girls. The lack of body and pleasure literacy is clearly a handicap to engage in pleasurable intercourse.

Between Bad and Good

A relevant part of the discussion around first intercourse was focused on positioning themselves within the good or bad experience binary (Carpenter, 2005; Thompson, 1990). Pain, fear, anxiety, uncertainty were recurrent in young women's accounts. It is clear that first sex is highly valued, that is why when it is perceived as a bad experience it leads to huge disappointment. Negative first experiences are mostly attributed to an internal defect of the woman or to social pressure and not so much to their partner. The image of their partner tends to be 'protected' or 'spared' and he often (not always) is the one who gets the credits when it is a good experience.

From young women's accounts it is clear that pain or physical discomfort were not necessarily a main reason to say they had a bad experience, even if it is present they tend to be undervalued. Nevertheless all women who related they had a bad experience or referred pain, were with the wrong partner or were wrong screenplay and lacked access to the discourse of desire.

This section of the analysis will focus on how young women explain why they had good or bad experiences. We identified two discursive constructions – one shot scene and expertise matters.

One shot scene

Many of the young women referred to being disappointed on how everything turned out, not only because of the absence of pleasure combined with pain but because these scenarios they had been imagining/writing and preparing for months or years had nothing to do with what they ended up experiencing after all. Nevertheless some constructed their experience as highly positive and within a perfect scenario. The imagined scenarios were just like in the movies, these young women talked thrillingly about their expectations and desires for their first intercourse experience. This construction is built upon as if it was a one shot and there was no space or opportunity for rehearsal, repetition, other takes or even editing. The coital imperative (McPhillips, Braun, & Gavey, 2001) is very present; it is around it that the entire plot goes.

Francisca: I was really sad because when it happened.

Bárbara: It was a disappointment

Francisca: It was really strange because when it happened, oh because I had everything in my head. I think we girls are like this. I remember I had bought a nightshirt all perfect. I still have it. And it happened something. Then the shirt stayed at his place, and once in a while we would go to his place, and I let's put the shirt on. I mean maybe it wasn't that natural, but...It is funny because we had a lot of trouble [to achieve penetration], but when... I remember perfectly of achieving the penetration and I undressed the shirt, [I thought] I have to have a souvenir of this [laughs] I put the shirt under me, and it is true, these are things a person creates and then it is very hard to change. I think I still have the damn shirt at my place in a little box. That is the shirt that has the blood of my virginity.

(23 years, heterosexual, Braga)

This construction is anchored in the romantic and traditional femininity discourses where girls daydream about their lovers and first intercourse. Francisca has contradictory positionings since it is her who insists to have intercourse acting as a subject. She is the one who dreams with the romantic scenario but she seems unable to achieve it '*I was really sad because when it happened*'. Francisca accounts for her experience with a mist of disappointment and frustration but also as a funny event. She positions herself as an active subject who acts according to her desires and dreams. Even if she masters the situation and she is the subject in the story, she still feels somehow disappointed because things didn't happen exactly how she had dreamed. It is interesting to see how clearly she is the one who takes action and all the account is framed on her doing and penetration achieved by both - 'we'. Nevertheless events didn't match the romantic screenplay young women are infatuated with (Ussher, 1997), the romantic screenplay she had learned and stimulated to dream with. It was the right boy and the right moment nevertheless it wasn't perfect. This leads us to question if the first time screenplays with which young women are infatuated are really positive after all. Is it just a matter of lack of realism or are these shared stories also disempowering? Often it seems that there is a huge expectation of something wonderful because it is valued as very important but at the same time the idea persists that it will be something painful

and unpleasant, as they have heard many times before from other women. So they seem to engage in a no win situation.

Ana: I was very scared of losing my virginity (...) Even if my body was asking for that before but that was exactly because of the social and romantic side, and the image, for many years I imagined a room and I don't know what else, the candles and I don't know what else, the music and I don't know what else. I mean everything was hyper constructed (...) he lived just next to the school (...) so whenever we had breaks we would always go to his place so we had a huge period of... before penetration, of really having penetration. A lot of experiences and I always thought, I always wanted it to be all that constructed image that I had and it never matched to that constructed image that I had, which obviously was hard, (...) he could have understood me a little bit better. (...) and then the first time ended up being on his living room couch, and then I had a lot of fear of that thing of the blood. It was always I'm going to bleed, how is it going to be and then it was on the living room couch in the middle of the day with lots of light coming in, not funny at all. It was on the upholstery of the couch. He opened the sofa bed and that had a plastic, the most unpleasant thing and it was awful, it was really awful. I cried a lot because that hurt a lot and didn't bleed and it was also a huge problem. (...) I had constructed those images that were given to me, of what was good socially and what wasn't, I don't know.

(25 years, heterosexual, Lisbon)

The liveliness of both accounts shows to what point the entire scenario was written and mentally rehearsed, with all the small details that make the scene seem romantic and unforgettable, so you can have your first time just like in the movies. Even if desire is clearly referred in the beginning of the account '*my body was asking for that*', it hasn't a central role in the plot. The scenario is more important than her body. The external cues – '*living room couch*', '*middle of the day*', '*lots of light*', '*plastic, the most unpleasant thing*' are more '(des)embodied' than her physical cues to sexual intercourse itself – '*hurt a lot and didn't bleed*'. Resisting dominant femininity (where girls are expected to be responsible for everything that goes wrong with sex or relationship). Ana attributes her disappointing experience to her anxiety but also to her

boyfriend who wasn't comprehensive enough with her desires and dreams. She is one of the few young women who are able to say the partner wasn't helpful, even in the cases of coercion girls weren't able to name their boyfriends guilty or partially guilty for the bad or negative experience. Coital imperative is very present with the symbolic loss of blood being the central event. Ana is very critical of the romantic storyline that was the conducting line to make sense of her story. Even if she is critical of the romantic storyline she is still very disappointed with the event.

The following account is also about how the planning and dreaming with first intercourse can end up in a disappointing first sex experience.

Maria: I thought a lot about that [loosing virginity]... How it would be, was it going to be good? Was it going to be bad? And maybe the more you think of the situation

Joana: The worse it gets.

Maria: Then at the moment it constrains the events, isn't it? Whereas if you don't think, or if you think '*what the hell, what will be will be*' and it is over. If at the moment you let yourself go by in the wave, maybe things go well (...).

Vera: My first time took 3 years to be planned because only after dating three and a half years I thought it was the right time, also because we were both virgins and we both wished that moment to be perfect. So it didn't go out so well [laughs] it didn't go very well from my side because besides the pain and that, I think there was so much fear, so much fear that things wouldn't go well, that at the end everything went wrong, but well (...) When things are planned... I think it is much easier to happen if it just happens than when things are planned.

Bernarda: Sometimes you say, so it is tomorrow, it is tomorrow, you plane a place, what to do, at what time you can do it, so it ends up being very tense.

(Vera 23 years, Maria 26 years, Bernarda 21 years, Joana 19 years,
heterosexuals, Vila Real)

Vera explains it was a very well thought decision; it was '*planned*' so it would be '*perfect*' but this wasn't enough to ensure it would be a positive experience. She

attributes to herself the causes of not succeeding but it is also for her that it didn't work out well and not necessarily for her boyfriend when she stresses – '*so it didn't go out so well [laughs] it didn't go very well from my side*'. Even if Vera accounts they were in the same boat '*we were both virgins*' the outcome wasn't the same for both of them. The responsibility for everything being wrong is totally assumed by her – her fears, her pain. The fact that the event was planned didn't erase the dominant fears that seem to fly over the heads of many young women.

In what follows both Vera and Bernarda subscribe that the only way to have a positive and pleasant first sex experience would be to just let "it just happened" (Tolman, 2005). When it is under the "it just happened" account young women can forget the boundaries of sex and let themselves go. They are out of the 'it just happened' account but for some this account seems more open to pleasure than the choice account. In this excerpt it is interesting to see how all these four women co-construct the 'just happened' as a more 'empowering' than planned and chosen account. This shows how little space for desire and pleasure there is outside the just happened account.

At the same time most of these young women seem to refuse the "it just happened" account since they stress the decision of having intercourse was well planned, and deeply reflected. Young women using the 'just happened' account can be sanctioned through the social mechanisms of reputation (Cowie & Lees, 1981; Holland et al., 2000). Planning seems to include negative expectations; young women position themselves in a paradoxical stance. At the same time they wish the moment '*to be perfect*' they continue to expect pain and are overwhelmed with fear of doing the wrong choice. In Vera's account it seems she could only have had a pleasant first time experience if she had had a just happened experience. Subjacent to this there is also the traditional idea that normal prude, non-nymphomaniac women don't like sex and feel pain. During the focus group discussion the few young women who reported no pain in their first intercourse were seen by the others as lucky ones.

In all cases where the experience was accounted as bad, young women underlined that they waited, they kept their virginity long enough before they engaged in first intercourse. It seems important to them to position themselves as respectable women and not as easy ones. Before starting the account all three young women stress how long they were with their boyfriends before and after having intercourse, to show they were

good and feminine women (Holland et al., 2000). Even if the body was asking it wasn't safe to engage in intercourse.

In the following account Jamila also frames her first sex within a film plot, but not necessarily one that she dreamed of but one that fitted to it.

Jamila: No, the first time. I was talking with her and I was trying to remember my first time. It was, I had no pain at all, I never knew that pain that people talk so much about. I had pleasure but I didn't have pleasure. I mean, I had the notion that I had an orgasm but well, it was nothing special compared to what I have now, isn't it. But it was magical, for the space and the atmosphere... The situation itself of discovering the body, of letting him touch me in parts that I had never let him touch before (...) the ritual itself, it was amazing, it was very beautiful, it was inside a van, it was very nice [a lot of laughing]

Mariana: Thrilling.

Marisa: Go on!

Jamila: It was the moment itself, it was very beautiful, and I think that made it that special, but aside from that not even the meter and half of his person was special.

(Jamila 24 years, heterosexual, Matosinhos)

In this excerpt the issue wasn't the idea that the one shot scene was considered a bad shoot but it had the wrong character. Taking this into consideration the film plot seemed to be used in order to account for the absence of pain and 'some' pleasure. As acknowledged by Jamila it was '*magical*', '*amazing*', '*beautiful*', '*special*' and then commented by Mariana '*thrilling*' to tell it was just like in the movies. Interestingly the person involved - '*not even the meter and half of his person was special*' – wasn't relevant for the plot, what mattered was the '*atmosphere*' and her body feelings and discovery. The discourse of desire or erotic's shows timidly, the ritual and the context '*the ritual itself*' are more valued than pleasure, which is never qualified as amazing or magical. As it is possible to read, her account is full of contradiction and tensions, which seem to arise for having done it with the wrong character. In the beginning she says '*I was trying to remember my first time*' but then she says how amazing it was

which seems contradictory as such good experiences are easily retrieved and also because she acknowledged dating this wrong character for several years. Right after that she starts to explain *'I had pleasure but I didn't have pleasure'* concluding she had no pain and had an orgasm *'but nothing special compared to what I have now'*. All this seems to be used to make her point that the person with whom she was wasn't so important after all and it is now with her new boyfriend that she really knows what good sex is. Even if there is no expressed regret this seems close to the revirginization idea. What happened before didn't really count, not necessarily because it was bad but because ideally you should only have one lifetime sex partner.

Expertise matters

In the following accounts the positive or negative experiences around first intercourse are predominantly attributed to the male sexpertise (Potts, 2002) or male skill (Mooney-Somers, 2005). Bad experiences are explained by the lack of experience of their male partners and good experiences are credited to the sexpertise of their partners, nothing depends on women. These accounts are profoundly based on the traditional heterosexuality discourse where it is boys who do it to girls. They are the ones who need to be knowledgeable about sex and should teach it to women. If they have previous experiences they know how to do it. So when it works fine it is thanks to them but when it doesn't it is young girls fault. If they are both in the same boat (Holland et al., 1996) i.e. unskilled in the art of intercourse, the bad experience is attributed to the lack of sexpertise of both of them.

The following account shows how a group of young women construct the idea that sexpertise matters for first intercourse.

Maria: As a matter of fact my first time wasn't so good [smile] (...) I don't know if it was because it was the first time for both of us and that leads us to another question that is the experience (...)

Bernarda: (...) as I said before he was older than me, he had experience of sexual life much more than I had, a lot more, much more experienced [sexual] life than mine. (...) Maybe it was because he already had experience. It was

good, because [he] knew how to act, even if I didn't, I didn't know but he did, so he helped me a little bit, to act in the situation. It was like what I should do, what I shouldn't. He was experienced and that helped me, and I'm not going to say that it wasn't good. I liked it (...)

Joana: My first time was bad, it was awful... it was bad, when we were together. When I told him I wanted he was like, *what?* He wasn't expecting (...) It was awful, I hated my first time. It was really, really awful (...) He was really sweet with me, it was all, but there is always that thing, I hated it, I hated it (...) Even knowing the precautions, if you woman don't feel comfortable and he has experience (...) there is always that thing, I talk for myself. He also had experience and he knew everything very well and everything just right, but the problem was me.

(Maria 26 years, Bernarda 21 years, Joana 19 years, heterosexuals, Vila Real)

Bárbara: I didn't talk with anyone and everything that I learned was from myself, from my boyfriend because he was more conscious in those things, isn't it? He was also teaching me things, everything that I learned was with him, of course he also learned things with me and so we constructed that

(22 years, heterosexual, Braga)

Within this discursive construction most of the young women positioned themselves as objects of male expertise, i.e. unable to contribute positively in order to make the experience positive. Bernarda constructs her boyfriend as a man. As pointed by Maillochon (Maillochon, 2010) girl's search of an older partner to have first intercourse is ambiguous: as the quest for the "*savoir-faire*" of the partner (through the experience that his age represents) is also a confession of girls of their desire to "make" (love). Searching a partner that will 'perform' for them, that will be in charge and knows '*how to act*' reinforces the traditional femininity where girls are passive objects of male gaze. Previous sexual experience on the part of the male is valued and when the male has expertise and it doesn't go well it is due to an internal defect '*the problem was me*'. At no point the inexperience or ignorance about their bodies and/or their partners' bodies was raised as a reason for a dyembodied sexuality (Allen, 2005) nor were raised the constraints of the coital imperative in the way the sexual exploration of the bodies is

made. The idea here is that once you [man] know how to do it things go well except if you [woman] have a personal defect. The second account seems somehow nuanced because even if she emphasizes her boyfriend's sexpertise '*he was more conscious in those things*' (previously stating he had other experiences at the university) she ends up stressing that her boyfriend '*also learned things with*' her, allowing her to position herself within the equality discourse and mitigating double standard.

In the excerpt that follows it is also possible to find the construction that male sexpertise matters but where not all sexpertise counts.

Marta: He wasn't virgin, he had done it once, but he wasn't very skilled to do it [laughs]. So I felt a little bit like coordinating that, it was a little bit, it was me who said 'take it easy', oh, I even think I said this, 'I think this is normal' and I don't know what, 'let's go slowly', but I really felt a lot of pain, because (...) I had to coordinate things and say 'take it easy' and I don't know what(...) 'the situation is under control'. But at the same time I couldn't get myself free so much and I recall, I felt a lot of pain, and even the second time I felt [pain] and only the third time it started to be more [laughs]

(23 years, heterosexual, Braga)

Except for Marta's account where the previous experience of the male partner seemed unvalued, all the others seem to attribute an increased value to the previous experiences of their partners. In Marta's account even if she was the inexperienced one she was the one in control of the situation, nevertheless this position of control is constructed as being negative as she had to be in charge – doing male job – and by doing so she '*couldn't get myself free*'. In this case she seems to only question the male sexpertise of this particular partner and not necessarily the male sexpertise in general. Being in charge and in control seems to empower her because she was in charge and '*coordinating*' but not necessarily empowered to enjoy her embodied sexual pleasure. This account could be close to male desymbolized accounts of sexuality where they are put under pressure to perform well and take control.

Finally the account that follows describes a situation where it was the young woman who had the sexpertise. It is interesting to see how the ‘same’ sexpertise is framed differently, i.e. into an emotion expertise.

Beatriz: About initiation [with her following and current boyfriend] (...) I hope that now this doesn’t go out of here, because it is really important (...) having initiated his sexual activity with me, it led to that anxiety and he, himself for instance he couldn’t have an erection in the...

Cecilia: In the first intercourse...

Beatriz: In the first and continuing after that, I mean, we had a lot, a lot of trouble to be able to conciliate that. But what I thought was that for me the sexual activity doesn’t have that huge importance. For me it isn’t the penetration. (...) even if there were those difficulties and I liked him and he felt really with problems and inferior because of that and I knew how to support him and he gave me value for that and we continue to have that relationship of great openness.

Emotion work (Duncombe & Marsden, 1993) here is used instead of sexpertise to explain how Beatriz supported her boyfriend in his first time. Again that shows that young women are not expected to have sexual knowledge, and when they have it isn’t significant for intercourse. What is relevant it is their emotional work to support their partners (Burns, 2000). Male anxiety around sexual performance of her partner is built on the traditional idea that women aren’t supposed to have sexual knowledge and when they have it can be intimidating. It is possible to find a tension in this account, as on one side she questions the coital imperative by stressing that for her *‘penetration isn’t the most important’* but initially she requests the other participants confidentiality, stressing *‘because it is really important’*. Both these accounts are enacted to preserve her boyfriend’s identity, positioning herself as a caring and loving partner. A real resistance to coital imperative would mean she wouldn’t frame her boyfriend first time as penetration. Her patience, supporting and understanding, helped him overcome his problems and made them closer, just as in typical romantic plots, even if normally the problems aren’t from sexual nature...

What did it mean?

Besides trying to explain why they did it and how it was, many young women tried to make sense of what it meant or represented for them losing their virginity. Two accounts were identified, where we could find a clearer and open resistance to dominant accounts of first intercourse and some spaces for women desire and pleasure. As noted by Holland et al. (2000) young women need to make sense of these experience as best as they can especially when it happens not because they want it but because they were pressured to.

Gateway to adulthood

The following account will show how losing virginity is co-constructed as a gateway to adulthood or adult woman. Agency is gained when young women engage in first intercourse because they believe it is a way of entering adulthood, but this doesn't necessarily mean entering womanhood, as in most cases this had been achieved before, with menstruation (Holland et al., 2000; Holland et al., 1996).

Carolina: The thing is that I felt, I don't know, I don't recall, I know, maybe the social pressure, of everyone. This also matters, feeling like the others, feeling I'm a woman now and I don't know what else [whispers], I think I thought more about that than other things, I didn't even think a lot about that, of what that was going to imply for my future or for my relationship. I didn't even think a lot about that. It wasn't planned, and it wasn't either that I was 'oh it is going to happen' and I don't know what else. It happened, as a friend of mine says the body asks and we go [laughs] (...)

Marta: At that time I really liked him and I don't know what else, but hey man I had curiosity, I really wanted to know how was virginity, penetration, everything. And after the penetration how is it, and so on, hey man there was that curiosity. I remember us talking, he, I was talking about that part (...) We were at his place and then we started to talk about that and I don't know what else, and so on, and so on, I don't know what else and we started, I remember him, hey man. (...) Really, to tell you the truth now I felt a little bit different, this was my experience, it is different from yours, there wasn't that thing

Francisca: Of love.

Marta: Of love like that, I liked him, but it was more for the experience itself than for that love and I don't know what else, the connection. There wasn't, wasn't love, it was a little bit passion, a little bit, but it was more the experience itself.

Carolina: Curiosity

Marta: Curiosity.

Marta: (...) I wanted to do it, I wanted to do it at that moment. I think curiosity had also a big weight, kind of. I was also 17 and I was only dating with my boyfriend for 3 months, but I didn't, then I came to think he was the right man and so on, but at that time I didn't, but it was the will to experiment, the will to feel like everyone else, of growing up, of being grown up. It seems it is a milestone, I don't know (...) I got out of his place and I really felt different, I felt like being woman, and hey man I did something that hey man, women do, something that women do. Now I know more than I knew before. Now I really know what it is, what you see people doing on TV. Of course that is a movie and I don't know what else (...) I felt different, I felt.

Francisca: Adult (...) It can be good and it can be bad, it can be with the right person, it can be with the wrong person, but I think it makes us grow up; it is a behaviour that makes us grow up.

(Marta 21, Carolina 22 years, Francisca 22 years Heterosexuals, Braga)

Both Marta and Carolina at a certain point of their accounts refer they liked or were in love with their boyfriends but curiosity seemed more important (Ussher, 1997). This can also be problematic in the sense that some of these young women engage in sexual intercourse without any previous experiences of petting or knowledge of their bodies (Thompson, 1996). Here Carolina clearly acknowledged her desire '*the body asks and we go*' but still it seemed more important to know what everyone was talking about. However this construction seems to offer resistance to dominant heterosexuality as these young women engage in intercourse both with desire and curiosity and don't seem afraid of the consequences to their reputation for having sexual intercourse, as long as the intercourse occurs within a stable relationship. Pressure from their partners is absent and it seems a genuine choice they consciously make. Normally similar

accounts are used within the dominant masculinity subjectivities, with the difference that first intercourse seems to allow them to enter adult's womanhood more than womanhood itself (i.e. proving their femininity). They perform as active subjects. Even if sex turned out to be more disappointing than expected it didn't necessarily seem to be a problem since both of them state '*It isn't so special after all, but it has come to improve, and that is what matters (Carolina)*' and '*only the third time it started to be more [laughs]*' which shows they engaged in first intercourse also because of the sexual pleasure they could have after, relativizing the importance of first intercourse. It is just a mean to an end.

Old wives' tale

The last discursive construction we wish to present is the one that most clearly defies dominant heterosexuality. In the following accounts young women clearly question the idea of losing virginity as being complete penis-vagina penetration. Sexuality is constructed as a continuum so intercourse itself doesn't necessarily have a privileged status within the full panoply of sexual behaviours. Virginity loss event is relegated into a old wives' tale.

Margarida: My first sexual contact happened when I was 16/17. It was like that. What it is strange is that I cannot tell, even though I had that conception of losing virginity. With him it was so gradual that I cannot tell when it was (laughs) if it was in day X. When I'm asked I say between 16 and 17 (laughs)

Ana: I know day and hour (laughs)

Margarida: It was all so gradual that, oh 'it is hurting', 'OK let's do something else'. So it is rare but I cannot answer that question because in that sense it was very beautiful (...) because it was a discovery step by step. It implied understanding that there are points, it wasn't a genital sexuality, it meant understanding everything that it [sexuality] was.

(23 years, Heterosexual, Lisbon)

Helena: If you ask me when did I lose my virginity, I can tell you, but I don't understand that as losing virginity, (...) I think what happens is that first you touch here, then the following day you do a little bit more, and then a little more and that is so gradual that OK, there is a day where there is penetration and the previous day there wasn't, (...) it is a continuum so that, for me it isn't, 'oh today I'm not virgin anymore' (...) For me it was completely different because the first time that there was penetration, it had been several years that, I mean, that I had orgasms and that I did several things. So, oh I remember at that time thinking ok, so really, and notice it was a continuum and that it wasn't all of the sudden you are there and before you only had been here [makes gestures to express distance] so it is really a hard for me to say, it was that day, it was the day.

(23 years, Heterosexual, Feminist, Lisbon)

Margarida and Helena construct virginity as an Old Wives' Tale, '*it was so gradual that I cannot tell when it was (laughs) if it was in day X. When I'm asked I say between 16 and 17 (laughs)*' in the sense that she didn't experience losing her virginity in a specific moment like Ana '*I know day and hour*' and other participants that who were able to date precisely the moment of virginity loss. In Margarida's account she clearly draws on the discourse of desire '*it was a discovery step by step. It implied understanding that there are points, it wasn't a genital sexuality*' where she clearly acknowledged her body sensations and was in control of what she did and wanted to do '*it is hurting*', '*OK let's do something else*'. Exploring a non-genital sexuality allowed her to build an alternative sexual subjectivity and to resist to dominant models of femininity. In her account she noticeably puts herself as the actor of the story, resisting the mainstream ideas about virginity loss for women, often associated with pain, anxiety and fear (Thompson, 1996). Helena asserts that she could remember when was her first time at least as traditionally framed but she refuses to do so as she doesn't '*understand that as losing virginity*' because '*it was a continuum*'. This account allows her to position herself as 'different' from most people as she 'had orgasms and did several things' before having intercourse also because she is conscious of the feminist critique around heterosexuality and intercourse.

The need to correspond to the emotional needs or demands of the other isn't central to their account. Normally when women prioritize the emotions of their partners they do so to explain why they did something they initially didn't intend to do. Sexuality involves an itinerary a mutual exploration of the bodies and pleasures.

The following two accounts also seem to question the dominant ideas of losing virginity as first penis-vagina penetration in controversial ways.

Xuana: To me happened something really funny, as I lost virginity with 4 or 5 boys, because I was always bleeding. I bled a lot of times (...) it was enough for me not to have sex for a month that then I bled and the doctor explained me why, because the hymen wasn't completely broken and so it regenerated, it was always regenerating.

(19 years, Heterosexual, Lisbon)

In one of the many moments of tenderness, we were completely one of the other [had intercourse] and still today without regret from any of us (...) Until then I was a young virgin and I continue to be until this day since I do it with sincere love because I truly love my fiancé.

(Letter 5, 21 years, Letters 1979-1981)

Most people including academics would say these aren't accounts of virginity (Vicente, 1987) or losing virginity (e.g. Le Gall & Le Van, 2007). Within traditional femininity, virginity is often equated as being *deflowered* and losing blood. Xuana sarcastically frames it saying '*I lost virginity with 4 or 5 boys*'. This is still a very present issue in very conservative communities (and also less conservative) where women are expected to be virgins until the wedding. More recently some women started to look for hymenoplasty, which can be seen either as subversive and/or as protective, as a way to avoid being sanctioned by their communities. Both assertions arguing for the transgressive (if everyone can be virgin again and not give explanations on their

sexual lives then virginity might stop being so important) or reactionary (will just reinforce the idea that virginity is important) potential of this surgery are valid. Even if Xuana frames it in a radical way, deconstructing the idea of virginity, the born-again virgins often have and argue for very conservative visions of sexuality (Carpenter, 2005). They are born again virgin after a regretful slip or 'choice'. The second account also questions virginity ideas even if framed within the romantic plot. She reverses the religious belief of purity as being honesty and sincerity of feelings and by doing so she positions herself as a good woman. Even if nowadays the importance of church and religion is rarely verbalized, as it was possible to see in the previous construction of risky investment that the religious discourse is still deeply rooted and therefore the sinner subject positioning is still very present.

CONCLUDING COMMENTS

Our analysis reflects in many ways most of the results of other feminist studies on first experiences of (hetero)sex (Holland et al., 2000, 2004; Lees, 1993; Potts, 2002; Thompson, 1996; Tolman, 2005) where young girls are often pressured to consent to (hetero)sex and show ambivalent feelings towards it. Most of their memories involve pain, fear, anxiety or shame. The 'normative' models of adolescent female of first (hetero)sexual intercourse endorse constructions that mainly focus on potential negative physical aspects of virginity (Carpenter, 2001; Thompson, 1990) while the discourse around sexual desire and bodily pleasure is absent in most of adolescent girls accounts (Welles, 2005).

Most young women draw their accounts of first (hetero)sexual intercourse on dominant femininity, marital or romantic discourses, which are clearly merged within negative descriptions and subjective experiences. When these young women frame their virginity loss within the inevitable and risky investment construction their agency is clearly put in question. Within these discursive constructions desire or pleasure are absent. Abuse is hardly ever named and pseudo-feminist discourse or neoliberal discourse of choice, implying responsibility for choice, is used to state they decided or chose to have intercourse when this 'choice' is in fact a consequence of coercion from their boyfriends. The ideas of forever monogamy and romantic ideals make it harder for young women to get out of abusive relationships. It seems to be more problematic to

say the first intercourse was a result of pressure or coercion than to acknowledge a bad experience.

The discursive constructions of inevitable and risky investment were also found in the letters written 30 years ago, the only difference is that the fear of pregnancy wasn't evoked in the most recent accounts. Even if it is not named the idea of being dishonoured associated the religious discourse were very relevant and clearly influence young women's subjectivities. Virginity is still very valued, like in other Latin groups (Espín, 1997; Hurtado, 2003 cited by Gavey, 2005) even if the practices are in contradiction with young women experiences. Another account that seem to reinforce traditional femininity is the sexpertise matters, where only male sexpertise is valued and where women are positioned and position themselves as a passive objet to whom sex is done (Holland et al., 2004). The data suggests young women are still called upon to account for virginity and to be held responsible for possible problems in first intercourse.

We consider that there is also some potential in the transformation of the one shot scene. A suggestion would be to change this one shot scene recorded on live and without rehearsal into a several takes scene, where the first time can be recorded several times so that women can choose their favourite take to insert in their first time movie, always keeping the possibility of editing it. It would also be possible to stop the shooting if the screenplay is not taking the wished and dreamed shape. The construction of virginity loss as an old wives' tale is one of the constructions that seem to offer resistance. This construction questions the virginity loss itself and young women seem to possess a clear literacy on bodily pleasures and erotic. Like in Carpenter's (2005) research the decision to lose their virginity was primarily 'taken' based on relational motivations. Desire is a second level reason to engage in intercourse. It seems most young women have no safe place to scream loud they had sex because they desired to, because the body asked for it. Even when they had no pain and had pleasure 'some' didn't seem proud to say it openly.

Taking in consideration this analysis Feminism should invest in creating alternative, creative and safe discursive spaces (Frith, 2001) for young women to discuss, try new ideas, make reflection and critically rethink heterosexuality in order to develop a real sexual agency (Segal, 1994). As argued by Holland, Ramazanoglu,

Sharpe, & Thomson 'the project of re-working the public and private faces of heterosexuality needs to be understood as part of wider processes of social and cultural change' (2000, p. 231) and it is crucial that feminist activists and academics contribute for it.

REFERENCES

- Aapola, Sinikka, Gonick, Marnina, & Harris, Anita. (2004). *Young femininity: Girlhood, power and social change*. New York: Palgrave MacMillan
- Allen, Louisa. (2003). Girls want sex, boys want love: Resisting dominant discourses of (hetero)sexuality. *Sexualities*, 6(2), 215–236.
- Allen, Louisa. (2005). *Sexual subjects: young people, sexuality and education* London: Palgrave.
- Barbour, Rosaline S., & Kitzinger, Jenny. (1999). Introduction: The Challenge and Promise of Focus Groups. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice* (pp. 1–20). London: Sage.
- Bozon, Michel. (1993). L'entrée dans la sexualité adulte. Le premier rapport et ses suites. *Population*, 5, 1317- 1352.
- Burns, Angie. (2000). IV. Looking for Love in Intimate Heterosexual Relationships. *Feminism & Psychology*, 10(4), 481–485.
- Carpenter, Laura M. (2001). The First Time/Das Erstes Mal: Approaches to Virginity Loss in U.S. and German Teen Magazines. *Youth and Society*, 33(1), 31-61.
- Carpenter, Laura M. (2005). *Virginity Lost: An Intimate Portrait of First Sexual Experiences*. New York: New York University Press.
- Costa, Cecília, Nogueira, Conceição, & Lopez, Felix. (2009). 'My sexual self, I stifled it': sexual subjectivities among young Portuguese women. *Culture, Health & Sexuality*, 11(4), 431-442.
- Cowie, Celia, & Lees, Sue. (1981). Slags or Drags. *Feminist Review*, 9(Autumn), 17-31.
- Crawford, June , & Popp, Danielle. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *The Journal of Sex Research*, 49(1), 13- 26.
- Crawford, Mary, & Unger, Rhoda Kesler. (2004). *Women and gender: A Feminist Psychology* (Fourth ed.). New York: McGraw-Hill.
- Dickson, Nigel, Paul, Charlotte, Herbison, Peter, & Silva, Phil. (1998). First sexual intercourse: age, coercion, and later regrets reported by a birth cohort. *British Medical Journal*, 316, 29-33.

- Duncombe, Jean, & Marsden, Dennis. (1993). Love and Intimacy: The Gender Division of Emotion and 'Emotion Work'. *Sociology*, 27(2), 221-241. doi: 10.1177/0038038593027002003
- Fine, Michelle. (2005). Desire: The Morning (And 15 Years) After. *Feminism & Psychology*, 15(1), 54–60.
- Frith, Hannah. (2001). Young Women, Feminism and the Future: Dialogues and Discoveries. *Feminism & Psychology*, 11(2), 147–151.
- Frith, Hannah, & Kitzinger, Celia. (1997). Talk About Sexual Miscommunication. *Women's Studies International Forum*, 20(4), 517-528.
- Gill, Rosalind, & Herdieckerhoff, E. (2006). Rewriting the romance: new feminities in Chick lit? *Feminist Media Studies*, 6(4), 487-504.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue , & Thomson, Rachel. (1994). Power and Desire: The Embodiment of Female Sexuality. *Feminist Review*, 46(Sexualities: Challenge & Change), 21-38.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel (2000). Deconstructing virginity—young people's accounts of first sex. *Sexual and Relationship Therapy*, 15(3), 221-232.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel (2004). *The Male in the Head: Young People, Heterosexuality and Power* (2° Rev ed.). London: Tufnell Press.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , & Thomson, Rachel (1996). In the same boat? The gendered (in)experience of first heterosex. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 143-160). Buckingham: Open University Press.
- Hollway, Wendy. (1984). Women's Power In Heterosexual Sex. *Women's Studies International Forum*, 7(1), 63-68.
- Houts, Leslie A. (2005). But Was It Wanted?: Young Women's First Voluntary Sexual Intercourse. *Journal of Family Issues*, 26(8), 1082-1102.
- Kitzinger, Celia, & Frith, Hannah. (1999). Just say no? The use of conversation analysis in developing a feminist perspective on sexual refusal. *Discourse & Society* 10(3), 293–316.
- Kitzinger, Jenny. (1995). Introducing focus groups. *British Medical Journal*, 311, 299–302.
- Le Gall, Didier, & Le Van, Charlotte. (2003). La première fois : récits intimes. *Sociologie et sociétés*, 35(2), 35-57.
- Le Gall, Didier, & Le Van, Charlotte. (2007). *La première fois. Le passage à l'âge adulte*. Paris: Payot.
- Lees, Sue. (1993). *Sugar and Spice: Sexuality and Adolescent Girls*. London: Penguin.
- Maillochon, Florence. (2010). L'initiation sexuelle des jeunes : un parcours relationnel sexuellement différencié. In V. Rouyer, S. Croity-Belz & Y. Preteur (Eds.), *Genre et*

socialisation de l'enfance à l'âge adulte. Expliquer les différences, penser l'égalité (pp. 141-150). Toulouse: Erès.

Marques, Ana Cristina. (2007). A primeira relação sexual: contextos e significados. *CIES e-Working Papers*, 32. Retrieved from

McPhillips, Kathryn, Braun, Virginia, & Gavey, Nicola. (2001). Defining (hetero)sex: How imperative is the "coital imperative"? *Women's Studies International Forum*, 24(2), 229-240.

Mitchell, Kirstin, & Wellings, Kaye. (1998). First sexual intercourse: anticipation and communication. Interviews with young people in England. *Journal of Adolescence*, 21, 717-726.

Mooney-Somers, Julie. (2005). *Heterosexual Male Sexuality: Representations and Sexual Subjectivity*. (Doctor of Philosophy), Western Sydney, Sidney.

Parker, Ian. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.

Plante, Rebecca F. (2006). *Sexualities in Context*. Cambridge: Westview Press.

Potts, Annie. (2002). *The Science/Fiction of Sex: Feminist Deconstruction and the Vocabularies of Heterosex*. London: Routledge.

Reynolds, Jill. (2008). *The Single Woman: A discursive Investigation*. London: Routledge.

Rolston, Bill, Schubotz, Dirk, & Simpson, Audrey. (2004). The First Time: Young People and Sex in Northern Ireland. *Journal of Youth Studies*, 7(2), 191-207.

Segal, Lynne. (1994). *Straight Sex: Rethinking the Politics of Pleasure*. Berkeley: University of California Press.

Sprecher, Susan, Barbee, Anita, & Schwartz, Pepper. (1995). "Was it Good For You, Too?": Gender Differences in First Sexual Intercourse Experiences. *The Journal of Sex Research*, 32(1), 3-15.

Thompson, Sharon. (1984). Search for tomorrow: on feminism and the reconstruction of teen romance. In C. S. Vance (Ed.), *Pleasure and Danger: Exploring female sexuality* (pp. 350-384). Boston: Routledge & Kegan Paul.

Thompson, Sharon. (1990). Putting a big thing into a little hole: teenage girls' accounts of sexual initiation. *Journal of Sex Research*, 27(3), 341-361.

Thompson, Sharon. (1996). *Going All The Way: Teenage Girls' Tales of Sex, Romance and Pregnancy*. New York: Hill and Wang.

Tolman, Deborah L. (2005). *Dilemmas of Desire: Teenage Girls Talk about Sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Ussher, Jane M. (1997). *Fantasies of Femininity: Reframing Boundaries of sex*. New Jersey: Rutgers University Press.

Vicente, Ana. (1987). *Mulheres em Discurso*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.

Welles, Caitlin E. (2005). Breaking the Silence Surrounding Female Adolescent Sexual Desire. *Women & Therapy*, 28(2), 31-45.

Willig, Carla. (1998). Constructions of Sexual Activity and Their Implications for Sexual Practice: Lessons for Sex Education. *Journal of Health Psychology*, 3(3), 383–392.

Willig, Carla. (2001). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method*. Buckingham: Open University Press.

Willig, Carla. (2003). Discourse Analysis. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 159-183). London: Sage Publications.

Willig, Carla. (2008). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method* (2 ed.). Buckingham: Open University Press.

**STUDY III - Managing sexual identities in a focus group
discussion – methodological potentials**

Managing sexual identities in a focus group discussion – methodological potentials

ABSTRACT:

In this article, the authors wanted to emphasize the potential of mixed focus groups to explore sexual identities and the processes of heteronormalizing and heteronormativity occurring and being displayed in the social context of group discussions. The Foucauldian Discourse Analysis is used here to explore the ways in which a group of young women manage their own sexual identities through their speech during a discussion about sexuality. This methodology offers the possibility of making visible non-heterosexual identities, stimulating critical thinking about sexual identities on behalf of the participants and influencing the heterosexual participants to be explicit about the object of their sexual desire. The authors reflected upon the possibilities of resistance to heteronormative practices, for instance through more fluid sexual identities and highlight the potential of mixed focus groups to confer visibility to traditionally invisible sexual identities and to study how heterosexual normalcy is enacted, maintained and performed.

Keywords: heteronormativity, young women, sexuality, discourse, methodology, focus group

INTRODUCTION

Heteronormativity is like the air we breathe

(Town, 1999)

Even if it not possible to slot queer theory under a monolithic perspective, it is consensual that queer academics (Butler, 1990, 1993; Sedgwick, 1991; Sullivan, 2003; Thomas, 2000) are particularly interested in theorizing the fluid and temporal nature of gender and sexual identities. To accomplish this it is necessary to deconstruct the ways in which sexual normalcy is built up. Queer theory is a theoretical perspective that

stems from gay politics which intentionally aims to undermine, agitate and challenge the dominant discourses of heterosexuality. The authors seek not only to undermine the dominant discourses available in common sense but also to dismantle the ones provided by traditional psychological research methods. These end up being an accomplice of the regulatory regime in the name of objectivity in science (Warner, 2004) and was often used to validate what the religion and the moral standards proposed. By building up rigid and controlled categories of hetero/homosexuals we keep on marginalising and harassing those who don't fit into these strict labels.

The fact that femininity and masculinity are presented as though they were natural which is sustained by the scientific discourses makes these concepts ideologically more efficient; the harmonious images of femininity and masculinity might lead to them being taken as intrinsic qualities of the individual (Wetherell, 1997). Jackson and Scott argue that 'gender and sexual categories are not given realities but are "regulatory fictions", products of discourse' (1996, p. 8) and that it is possible and necessary to challenge some of the dominant assumptions that uphold the nature of sexual identity. One possibility proposed by Elizabeth Grosz (1995) is to introduce fluidity in human sexuality and destabilizing ordinary sexual identities. She suggests that it is possible to create a tension point in the bases of homo/hetero-sexualities through the interchange of positioning and actions; in such a way that masculine behaviour is undertaken by female subjects and female behaviour is assumed by male subjects.

The pervasiveness and dominance of heterosexuality as natural has been guaranteeing the 'visibility and invisibility of identities and social spaces'(Steinbugler, 2005, p. 427).Heterosexual identity is taken for granted (C. Kitzinger & Wilkinson, 1993) in such a way that in certain sense it becomes invisible because it isn't necessary for the individual to openly express it; their heterosexuality will always be presumed until some evidence come up question it. But on the other side the heterosexual practices are extremely insidious in public space, overtly silencing or refusing recognition in most of the public spheres to any other alternative sexual practices (Plante, 2006; Richardson, 1996). Even if it is possible to get from popular culture some glimpses into lesbian lives, the young women who identify themselves as lesbian still have to negotiate their desires and subjectivities in a context full of fears, where they can be rejected, threatened or abused (Ussher, 2005). The power exerted over individuals that enforce the heterosexual norm is sustained by hetero-normative

practices and discourses that reinforce the antagonist position between femininity and masculinity (Hird & Jackson, 2001). Girls learn to privilege the development and performance of a feminine identity in the context of social interaction ensuring their normality and avoiding any of the threats posed for getting out of the established social norms (Gill, 2007). Facing very miscellaneous experiences LGBTQ (Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual and Queer) people experiment the same silencing, erasure and intolerance imposed by social institutions (Ruspini, 2007).

The sexual preference proposed by modern language is underpinned by the idea that the intimate relationships arising from this preference are ‘‘natural’ outcome of ‘inner’ necessities of personhood’ (Johnson, 2004, p. 197). In what concerns women, they still have to negotiate their sexuality entangled between pleasure and danger due to the omnipresence of sexism and heteronormative practices (Klesse, 2005; Vance, 1984). Heteronormativity is so pervasive in our lives that often it becomes too hard “*thinking against the thought* of your cultural foundations” (Quinlivan & Town, 1999, p. 512). Our worlds are infatuated by the strict dichotomies male/female, boy/girl, masculine/feminine, heterosexual/homosexual underpinned by the common belief that ‘normal’ sexuality is hetero(sex) leaving a very limited space to alternative forms of femininity or masculinity, so the first step to offer resistance to heteronormativity must be making it visible. And it will only be possible to access this visibility if it is possible to identify the key practices of heteronormativity, namely how the performances of gender are shaped and instigated. The visibility can also be enhanced by confronting heterosexuals with alternative sexualities, creating a space to share different experiences and subjectivities. Our paper is precisely underpinned by this ‘meeting’ and shared experience of different sexualities and sexual subjectivities.

The disruption of the sexual orientation categories is intrinsically connected to the disruption of the binary sex/gender that sustain identity classification (Monro, 2007) for the reason that gender identities are shaped and shape the sexual orientation. Taking ground on the insights provided by queer theory the authors will try to explore heteronormalizing processes at work in this focus group, considering its implications on sexual diversity the possibilities that are available to creatively undermine dominant discourses of heterosexuality. Exploring the spaces to expand and develop notions around sexual diversity and fluidity, and letting behind the traditional binary hetero/homo-sexuality. In order to reconstruct our understandings of sexuality it is

necessary to start to expose the binary discourses and then erase them; to endeavour this, discourse analysis can be of an immense utility, providing an important framework for a critical analyse of these binaries (Quinlivan & Town, 1999). On the other hand Kitzinger and Wilkinson propose that lesbianism will only be visible in feminism when the ‘institution of compulsory heterosexuality becomes a serious target for analysis and political action’ (1993, p. 12).

As suggested by Allen ‘sexuality is potentially mutable for all human subjects, and the expressions it takes and the meanings attached to these are discursively constituted and confined’ (2006, p. 167). In order to increase the choices for all sexualities it is crucial to focus on pleasures and desires while recognizing the sexual fluidity, which means that individuals will not necessarily need to follow exclusive or fixed identities and that they are likely to explore and live their desires in diverse ways throughout their lives (Quinlivan & Town, 1999). Through this article the authors intend to offer some insights on the possible voices of resistance to the mainstream heteronormative discourses. In that way the focus group and discourse analyse seemed privileged methods to estimate the enactment of different discourses and the tensions between them. Positioning themselves as critical social researchers the authors intend to contribute to a true sexual empowerment and defy the hegemonic constructions of sexuality (Prilleltensky & Nelson, 2002).

METHDOLOGICAL APROACH

Focus Group

In the wider context of this research project the authors have chosen focus group discussions because we were interested in obtaining a wide variety of information (Morgan, 1997) built upon a matrix of interaction that could contribute to enrich the analyses. It made possible to adopt a feminist experiential approach (Wilkinson, 2005) putting women’s experience as a central to our understandings. The interaction raised turned out to be especially useful in the particular for the analyses propose here.

This methodological tool is particularly useful to access information on ‘how accounts are articulated, censored, opposed and changed through social interaction and

how this relates to peer communication and group norms' (Barbour & Kitzinger, 1999, p. 5)

Focus group sessions are a privileged method to foster debate on 'sensitive' topics (J. Kitzinger, 1995), so they offer us the possibility to explore a 'specific set of issues' (Barbour & Kitzinger, 1999, p. 4), young women's opinions, wishes and concerns around sexuality, romantic relationships, desire, ruptures and sexual experiences. The opportunity to explore 'sensitive moments' (emphasis by the author, J. Kitzinger & Farquhar, 1999) created within a focus groups involving heterosexual and not heterosexual women enhanced the possibilities to explore and analyse the different performances concerning sexual identities. Focus groups are not only useful to take hold of the agreement and disagreement between participants but it is also very useful to explore how transformations take place (Warr, 2005)

Research participants are inserted in a collective discussion that allows them to interact granting the researchers with the possibility to explore under-researched issues and offering them a complex insight on the language, vocabulary and the different layers of discourses used to talk about sexuality (Frith, 2000). Even this methodology hasn't been always privileged in the past to explore intimate experiences and meanings, the focus group can prove to be a suitable context for people to feel comfortable and secure to talk about their sexual experiences and activities. This method proved to be particularly hopeful in studying the ways how 'normality' and 'identities' are jointly (re)shaped.

This methodological choice allows us to 'unpack the social construction of sensitive issues, illuminate group taboos and routine silencing of certain views and experiences' (J. Kitzinger & Farquhar, 1999, pp. 156-157) and to do so, it is essential to watch for 'unspoken assumptions and question the nature of everyday talk' . Jennie Munday (2006) proposes that research based on focus group is privileged to provide the researcher with the apparatus to explore the construction, negotiation, affirmation and the way collective identities that occur in group are maintained. It would also be of great utility to explore how different identities are enacted in context of a group, exploring the ruptures and the communalities that might emerge.

Despite the increasing use and popularity of this method in social sciences (Morgan, 1996; Seal, Bogart, & Ehrhardt, 1998; Wilkinson, 1999), it hasn't been

particularly used to explore ‘heterogeneities’ and is predominantly used to study specific groups, either heterosexual/lesbian/gay, with a clear dominance by the “straight” mainstream studies (Braun, 2000). The authors think that to do so, is to ignore the potential laid in using mixed groups, because it raises the possibilities for researchers to hear all voices, while at the same time the researchers have to do their best to prevent the oppression, intimidation or silencing of participants in minority (Braun, 2000; J. Kitzinger, 1994; Wilkinson, 1998). This might be achieved through a careful planning of the research schedule and agenda. The context of group can also provide the occasion to disrupt and change participants talk (Wilkinson, 1999) offering them access to alternative discourses to talk about their experience and make sense about their lives.

Discourse Analyses

Discourse analysis allows to explore how behaviour is constituted amidst social, cultural and historical settings and goes beyond conventional individualistic explanations (Harden & Willig, 1998). While choosing the discourse analysis it is assumed ‘that experiences, selves and that the social and psychological phenomena’s are constituted through language’ (Widdicombe, 1993, p. 96). Discourses that are available and (re)produced within specific social, cultural, geographical and historical contexts ‘are product of social factors, powers and practices more than an individual’s set of ideas’ (Hollway, 1983, p. 231). Ian Parker defines discourse as ‘the organization of language into certain kinds of social bond’ (Parker, 2005) so to enterprise a discourse analyses it is essential to review how different types of language position the individuals as subjects in terms of power. The analyses will focus on the way objects are constructed by participants, through talk-in-interaction. The meanings one attributes to its experiences and selves are constructed upon the available resources and practices (Allen, 2004), the talk won’t be considered as an expression of inner cognitions, values or beliefs (Harden & Willig, 1998).

Discourses are the frame of reference upon which people interpret and give meaning to the world. Not only to external world but also our “inner” worlds, avoiding the essentialist notion of personality or fixed identity. The constructionist theory proposes that identities are built upon the cultural available discourses in which we

draw to communicate in social contexts (Burr, 2003). According to Foucault, where there is power there is also resistance, so under oppression it is possible to act in rebellion (Weedon, 1997 [1987]). The dominant discourses ensure to maintain a certain ideology but they can also foster resistance through alternative discourses, practices and positioning.

The promotion of subversive discursive practices and spaces of resistance make subjects empowerment possible, so the goal of the research is to find opportunities of resistance inside and outside institutions (Willig, 1999). As researchers the authors are compromised with doing social critic, that is to say they are committed in exposing the ways by which language works to legitimate and maintain unequal power relationships (Chouliaraki & Fairclough, 2005; Willig, 1999).

Foucaultian Discourse Analysis was the method of analysis chosen.. Even if the analysis of group discussions presented here are guided by the proposals made by Parker (1992) and Willig (2003, 2008) like any other forms of discourse analysis this is a subjective and interpretative procedure (Burr, 2003). The emphasis will be put on the positioning provided by discourses and taken up by the participants. To highlight the positioning analysis the authors have taken in consideration the works of Wetherell (1998) and Davies and Harré (1990). The subject positions provided by the different discourses will be explored, analysing how the discourses position the subjects and how the subjects positioned themselves within the discourses. Analyzing the implications discourses have on what participants say and do (Willig, 2001). The relationship between discourses and practice is explored, namely in what way they open or close the opportunities for action; analyzing the connections between discourse and subjectivity, what points of view and subjective experience these discourses and discursive construction provide to young women. Exploring the relations of power created by the local and heterogeneous positinings of subjects (Arribas-Ayllon & Walkerdine, 2008).

Data

The focus group material in this article comes from a larger doctoral research that involved several semi-structured focus group discussions with young women on sexuality². This article is centred on the material obtained in one focus group discussion

with five middleclass, urban women aged between 22 and 27 seven years. The focus group session was conducted by a self identified heterosexual; four of the five young women identified themselves as heterosexuals and one as non heterosexual. This was a convenience sample obtained through personal contacts of the first author; the day and place were accorded between the first author and the participants.

Before starting the focus group session the participants received an informed consent declaration explaining the research project. The names presented here are fictitious and were chosen by the participants at the focus group session, except for the researcher conducting the session.

This focus group session in particular, lasted around three and half hour and was recorded with an audio digital recorder. All the recorded material was transcribed verbatim, followed by the material selection and analysis; at the final stage the selected extracts were translated from the original (Portuguese) idiom to English.

ANALYSES

Performing straight

Throughout the focus group discussion it was most common for young women to draw mainly on dominant discourses of heterosexuality when asked to account for their sexual experience and subjectivities. So in the next excerpts the authors will exemplify how heterosexual women, that participated, in this focus group positioned themselves as straights using dominant discourses of heterosexuality and how gender was intrinsically interlinked with (hetero)sexuality imperatives and dominant scripts of femininity (Ussher, 1997).

Cecilia: (...)When did you become conscious about your sexuality (..)

Margarida: I remember (...) I was very little, my lover was my blue teddy bear. (...) I wasn't really conscious of what I used to do [refers to masturbation] with my blue teddy bear (...)

Daniela: I don't want to make things more complicated, but sexuality in terms of feeling attracted to boys started really early, in primary school I was around

6/7 years, I had those dates with kissing and then they came and lift up our skirts and etc. So that part came really soon and I really felt that some boys were prettier than others.

Both women construct their sexual subjectivity as following the “natural order of life”, where girls desire and fall in love for boys, ‘*my lover was my blue teddy bear*’ or ‘*feeling attracted to boys*’. Margarida and Daniela clearly have drawn their accounts on the discourse of compulsive heterosexuality, even though they are able to rebel against the traditional femininity by affirming an active sexual desire in childhood. Their insubordination towards the conventional norms of femininity, while affirming their childhood sexual experiences of desire and sexual activity (masturbation) is noticeably structured within an heteronormative frame of reference. In one stance they are able to organize and express their memories around desire but their desire is inexorably dependent on the existence of a male (or substitute) subject, almost as if their sexuality was only to be noticeable or possible as heterosexuality and the possibility to desire or have sexual pleasure with other women is clearly absent.

Apparently for them it is easier and safer to just defy some of the traditional femininity roles but more difficult do question fixed sexual identity. Here they position themselves as active desiring subjects, considering themselves as transgressors, ‘*my lover*’ or ‘*started really early*’, but at the same time positioning themselves as unquestionably straight. It seems far more damaging to reputation being non-heterosexual than being an active female desiring subject.

Ana: Recently I started to being conscious (...) that the social side (...) was always more important in me (...) and the emotional side too (...) but also the idea we are shown (...) that if I had a boyfriend I would be valued for that and if I hadn’t I would be not considered for that, (...) so I think I wanted to fall in love and have a boyfriend and all those things, not exactly because it was that person or because I really wanted to have those things (...) there was a strong social side in it.

Ana constructs having a relationship as a prerequisite to be accepted into the club of adulthood. Even though Ana is able to present a more critical analysis of the heteronormalizing practices '*if I had a boyfriend I would be valued for that*' she also draws on traditional femininity '*important (...)the emotional side*'. Her narrative clearly reflects the idea "that girls want love" (Allen, 2003) and that they look to fulfil their emotional needs (Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 2004). By doing so she positions herself in a double role: on one side she wants relationships to succeed in the social arena and on the other side she acts passively while waiting for her "male prince" to come and fulfil her needs of reassurance. The dominant discourses of heterosexuality position her as being object of love and/or desire, assuming the position of "wanting to be wanted" more than wanting '*not (...) because I really wanted to have those things*'. Social pressure for a boyfriend is also directed towards having a straight relationship and not any kind of relationship. Here, having a lesbian relationship wasn't envisioned or considered as a possibility. Apparently it might be more damaging having a same sex relationship than having none.

In these narratives the authors found no free space for alternative desires, objects or relationships other than monogamic heterosexual desire. It is clear that heteronormativity here works to constrain young women's sexual objects to male "category" and that they construct it either as a product of social pressure or as the "natural order of life".

Performing lesbian

The last two decades had been fertile around the debate of the "missing discourse of desire" (Fine, 1988) and the silencing of other sexualities than heterosexuality (Ussher & Mooney-Somers, 2000). Michelle Fine with her paper has also opened some space to research about the different needs, difficulties and dilemmas faced by girls who identify themselves as lesbian (Ussher, 2005) and to explore how their desires are doubly silenced. Not only there is a silence around feelings and perceptions over sexuality but the domination of the biological model of sexuality converts lesbian/bisexual/gay/transgender subjectivities, at the least, invisible.

Cecilia: You talked about sexuality centered around your body (...) and that happened before your attraction for other people or not (...) before discovering your sexuality mediated by another body (...)?

Teresa: (...) I didn't talk about masturbation. By matter of fact I split those things very well (...) My sexuality I discovered it long before. Discovering my own body passed much more when I started having contacts with other bodies (...) There was block with my body (...) That cut between soul and body was pretty evident in me (...) When I started to have desire (..) it has to do with you starting to know what you feel for someone else, in my case it was different, supposed to be different (...) There was all that weight of not being a natural situation (...) during my sexual discovery I couldn't find me, my body.

In Teresa's account it is clear that she constructs her sexual self as something anomalous, '*it was different*' or '*there was all that weight of not being a natural situation*' drawing on the biological discourse. That it is based on the assumption that sexuality is biologically driven and that its goal is directed to intercourse (Hird & Jackson, 2001) and reproduction. So the only way to protect herself from the possible rejection, threat and abuse was to silence her body desire '*there was block with my body*'. This was clearly enhanced by the romantic discourse '*cut between soul and body was pretty evident in me*' that she accomplished through platonic love, but after all this wasn't enough to completely protect herself from the hazards of performing a marginal sexual identity. The romantic discourse provided her with some safe space for performing her desire for other women in silence, to conform in some way with femininity she had to maintain it clandestine, otherwise the retaliations would be seen as being too harmful. Even though she resists to dominant femininity by desiring same sex persons, she still conforms to traditional femininity by adopting a passive role in sexuality '*discovering my own body passed much more when I started having contacts with other bodies*'.

Agency was directed towards the silencing of her desire, leaving very limited possibilities to truly and freely enjoy her sexuality as a sexual subject, discarding either to explore her sexuality alone or with other (female) bodies.

Performing Queer

It is widely recognized that the heterosexual paradigm is so dominant that the social world is pervaded by heterosexuality (Rich, 1998; Steinbugler, 2005). At the same time some argue that the changes operated in social construction of sexuality and intimate relationships have come to support some glimpses in the dissolution of static sexual identities namely the binary homo/heterosexual into more fluid and malleable sexualities (Johnson, 2004).

Teresa: The discovery of my sexuality continues (...) and I don't think is nothing narrow and in the moment I was able to say OK I'm gay, a couple years later I said: 'shit maybe I'm not so gay after all as I thought I was' and that was a big shock for me (...) It was a big suffering until I was able to say 'I'm gay' and then a couple of years later I realized (...) These labels are all bullshit and it is only for myself to feel safer, and that also gave me a lot of freedom (...) I hope you don't put it there that I'm gay, its only statistics (...) I try not to refuse my desire, specially because my desire has already astonished me many times, in the same way it astonished me at 14 with my first love, it also astonished me at 27 I suppose even before, but in a more obvious way [by someone of the opposed sex] (...) to accept my desire is a good thing.

Here Teresa constructs her sexuality subjectivity as unpredictable and unlimited, '*my desire has already astonished me many times*' in the sense that her desire and sexuality are in constant mutation and aren't ruled by any strict script or fixed identity. While drawing on a queer discourse she was able to position herself in control of sexuality. This was achieved not by refraining it and succumbing to the prescription of dominant femininity but through the full acceptance of her desires, even those that go beyond the prescribed scripts of normality or abnormality approved by the binary homo/heterosexuality. Here she doesn't adopt a theoretical notion of fluidity proposed by academics and that still seldom has an outreach beyond the academic world but, one embodied in her experience of sexual subjectivity. By positioning herself within a queer discourse she is able to perform and develop a subjectivity that isn't fastened within a fixed identity homo/hetero that was in part the cause of her previous suffering: '*it was a big suffering until I was able to say 'I'm gay'*'. Teresa uses humour to question the lesbian identity '*I hope you don't put it there that I'm gay, its only statistic*'. By doing

so she is actively rejecting any type of label, '*Theses labels are all bullshit*' that limits the possibilities she discovers in her body and desires '*I try not to refuse my desire*' or '*to accept my desire is a good thing*'. The experience of desire outside the heterosexual framework can be extremely positive and powerful (Ussher, 1997).

As acknowledged the positioning and identities aren't necessarily fixed or coherent and along the focus group session it was possible for participants to assume different positioning around sexual identities. So in the sequence of Teresa's more fluid positioning, Ana questioned the possibility in future to experience other sexual identities.

Ana: That clear notion of what is the sexuality came because of the other, in this case a man, because until now I'm heterosexual (...) my sexual objects are men.

In this case exploration is the discursive construction here to account for Ana's sexual subjectivity. Even though the discourse of desire, '*until now (..) my sexual objects are men*' ensures Ana with some fluidity on her sexual identity, when she admits the possibility of destabilizing her (hetero)sexuality '*until now*'. But finally she ends up making another clear remark on her heterosexuality, by doing so she guarantees her positioning within the 'normal' side of heterosexuality. Her glimpse into the possibility of an unrestrained desire is clearly refrained by the heteronormative practices like having a boyfriend, which is far more constitutive of her femininity than desire itself, especially if it turns out to be a gender blind desire. Interpreting 'sexual desire is not a automatic and straightforward process' (Ussher, 2005, p. 28). So girls often learn to promptly associate practices with desire and are not so well trained in identifying their feelings, thoughts, body sensations or changes as sexual desire. It seems that in order to maintain and perform her heterosexual identity she brings into play and makes use of the borders of homosexuality (Johnson, 2004). It seems that the visibility of alternative sexualities made possible for some participants to have a more critical vision over their sexual identities and to question the possibility that in the future they might experiment or perform alternative sexualities. Even if one focus group is enough to raise

this consciousness, but it can be a contribute together with other experiences where space is created to make different sexualities visible.

Trying to Queer the focus group

It is essential to disrupt and subvert dominant discourses of sexuality (Allen, 2005, 2006) through the research agenda and try to challenge the heterosexist talk. One of the ways to do it was to avoid direct references to heterosexuality, using terms like person, body, to question participants about their sexuality and letting participants freely position themselves in what concerns sexual orientation. Trying to provide the opportunity to make visible all sexual identities and practices at the same time the authors tried to move beyond the traditional binaries and create an alternative space for young women to position themselves in more fluid identities. It became relevant to consider the influence of the researcher positioning in participants' accounts. It was noticeable that participants alternated between the allusions to man, bodies, other, person, opposite sex. By doing so they weren't able to completely put aside the straight identity.

Margarida: To insert other persons in my sexuality, so another man, a man in these case it wasn't so pacific at all (...) So being conscious of being a woman and to have my sexuality (...) It obviously becomes much more conscious when I was able to integrate another person, another body and on the self-knowledge about your body at another level it becomes totally different without a doubt (...) I think you know much more about your own body through another person.

Here Margarida constructs her sexual subjectivity as something that you need to learn through another person: '*it obviously becomes much more conscious when I was able to integrate another person*'. The dominant discourse of heterosexuality is clearly putting the man in a privileged position in what concerns the expertise around sex (Potts, 2000, 2002) because he will be the one who is going to allow her to know her '*body at another level it becomes totally different without a doubt*'. The discourse of

male expertise positions women as passive and naïves about sexuality, although Margarida asserts to detain some sexual knowledge of her own it only becomes ‘full’ with another person (man). The possibility to enhance her ‘self-knowledge’ with another woman is not slightly interrogated or anticipated. Even though she positions herself as partly expert, she assumes that her expertise needs to improve and be refined but that depends on the participation of a man. The need to materialize the masculine body comes from the fact that in the context of mixed focus group, as this one, silence might be misinterpreted. So this may have compelled her to clarify and give visibility to the her object of sexual desire.

Daniela: The desire itself, and because it was more castrated than the body exploration, that was a much later unblocking, because it was if I was embarrassed to feel desire for a man, that is something extremely natural, I think (...) to make love to another person.

Daniela builds her sexual subjectivity in as a dyadic experience, the ‘*body exploration*’ and the ‘*desire for*’ the other [man], in the discursive construction, the (hetero)sexual relationship and love have the main and most important role. The discursive construction employed is sustained by the biological discourse (Hird & Jackson, 2001; Tiefer, 2004) ‘*extremely natural*’, that ensures her belonging to ‘normal/regular’ people group. Again it is clear that she is affirmative in positioning herself as straight, the reference to ‘person’ seems to be an appropriation of the researcher’s jargon more than a clear intention or possibility.

It was clear that somehow these agenda option influenced the young women’s narratives in the sense that both used the expressions ‘*body*’, ‘*person*’ but it was also clear that they weren’t able to draw on a fluid identity based more on desire itself and less in the prescribed boundaries of hetero/homo/bisexuality and in some way by a more or less explicit rejection of homosexuality. The presence of non heterosexual identities forced the participants to make visible and express what usually they aren’t used to say which is taken as a tacit truth. In this context they are compelled to overtly express the object of their desires, in this case a man. By doing so they experimented the feeling of

having to explain themselves about their sexual desires, when what usually happens is that their desires are taken for granted and are something they don't need to explain.

Even if there was an attempt to avoid 'othering' non heterosexual fixed identities, through the reflection about the methodological issues surrounding sexual identity politics, issues like the possibility of having several partners or to refuse the identity of woman were overlooked. While writing this paper the authors realized that even though they tried to escape from thinking straight they still assumed these women were getting involved in successive monogamic relationships, thereby restraining the visibility of alternative forms of relationships, sexual subjectivities or identities.

CONCLUDING COMMENTS

Queer theories intend to deconstruct and destabilize the dominant constructions of sexuality and gender by emphasizing the fluid and temporal nature of gender and sexual identities (Allen, 2006), through the subversion of concepts such as gay/straight and the dissection of the ways by which sexual normalcy is constituted. The paper offers some examples of how young women can resist to these dominant constructions of sexuality and gender. During the focus group it was possible to recognize how heteronormativity is promoted and rewarded in opposition to other sexualities, and how young women end up to perceive it as much safer than a fluid sexual identity.

Heterosexual women seem to have difficulties to get out of the heteronormative frame of reference while accounting for their sexualities and their own identity as women. In antagonism to a queer positioning they seem to lack the discursive resources to build their sexual identities as more fluid and flexible. This can be partially due to the fact that heterosexuality is in the central focus of attention, so the silencing of other sexualities may limit the space to fabricate alternative sexual identities. According to Plante (2006) revision of the literature lesbians often state their sexuality as a choice and an affirmation of desire, defying traditional femininity where women are expected to be passive and have their desires silenced.

The recognition that everyone no matter gender, sexual identity or orientation (transgender, intersex, women, man, lesbian, gay, bisexual, heterosexual, queer, or any other person or way of being) is entitled to freely feel (or not) desire and experience

pleasure will only be possible if every person has access to all kinds of erotic and desire discourses (Allen, 2004; Fine & McClelland, 2006) and is supplied with spaces to openly express and enjoy their sexual subjectivities.

The dominant discourses of (hetero)sexuality continue to shape women's sexuality towards a desirable femininity, at the expenses of their agency. Ramazanoglu & Holland (2006) assert it is not acceptable to ignore that taking a certain identity rather than another hasn't got consequences in their social inclusion/exclusion, and that there are limits in 'choosing', 'experimenting' or 'shifting' identities. Apparently it is more difficult for young women to offer resistance to the dominant discourse of heteronormativity, when they limit themselves to narrow definitions of sexual choices. Performing "normal" femininity is inevitably entangled with performing straight, performing other than straight poses a huge threat to feminine identity. So it is urgent to use and disseminate language and discourses that emphasize sexual diversity and fluidity associated to sexual practices and identities and that they become accessible to all people (Bisexual/Gay/Lesbian/Queer/Straight/Transgender/...).

To position oneself as queer and transposing the boundaries of the binary homo/hetero offers a more efficient resistance towards heteronormativity because it enables to oppose both the discourse of 'normality' as heterosexual sexuality and the discourse of equity that only reinforces the heterosexuality has a norm (Quinlivan & Town, 1999). Even though Johnson (2004) suggests that the challenges to homo/hetero binary is still very fragile and insufficient, our analysis prompt us to say that it is possible to find spaces for feeling and performing more fluid and malleable sexual identities.

In the context of growing popularity of focus group discussions within qualitative sex research (Frith, 2000) the authors hope to have highlighted some of the potentialities and strengths offered by this method in particular to what concerns the interaction between participants, their positioning and performing regarding sexual identities. The opportunity of developing mixed focus group granted us the possibility to give visibility to traditional invisible sexual identities and to show how the heteronormative practices were enacted during the focus group session. The introduction of alternative sexual identities made possible for the other participants to be confronted with diverse sexualities and to raise a critical consciousness about fixed

sexual orientation, questioning its fixed nature. The focus group offers to participants the possibility to share different discursive resources to talk about sexual subjectivities and in this way it work to raise resistance to heteronormative practices. Mixed focus groups induce in “straight” participants the need to give visibility to their sexual identity, because somehow it from being the obvious and started being just another possible identity. Participants experienced the need to overtly express their sexuality as a phenomenon that isn’t usual in this ‘straight’ world.

There is need for developing focus groups around the heteronormativity practices involving broader samples, with a more equal distribution concerning sexual identities.

Notes

1. One of the participant rejected a fixed label and positioned herself in more a more fluid sexual identity, ‘considering the statistics’ has she humorously put it, she would be considered lesbian.

2. The empirical data presented here are derived from field work carried out in 2005. The first author was granted with a doctoral scholarship by *Fundação para a Ciência e Tecnologia in Portugal*. The study involved conducting several semi-structured focus group discussions with young women (ranging from 19 to 27 years old) on sexuality, romantic relationships, expectations, and ruptures. Unlike in other countries (see Allen, 2005; Holland et al., 2004; Lees, 1993; Rosenthal, 1997) in Portugal there are no in-depth qualitative studies on women’s sexuality, the author intended to explore women’s sexual subjectivities in broader terms.

REFERENCES

- Allen, Louisa. (2003). Girls want sex, boys want love: Resisting dominant discourses of (hetero)sexuality. *Sexualities*, 6(2), 215–236.
- Allen, Louisa. (2004). Beyond the birds and the bees: constituting a discourse of erotics in sexuality education. *Gender and Education*, 16(2), 151–167.
- Allen, Louisa. (2005). *Sexual subjects: young people, sexuality and education* London: Palgrave.

- Allen, Louisa. (2006). Trying not to think 'straight': conducting focus groups with lesbian and gay youth. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 19(2), 163–176.
- Arribas-Ayllon, Michael, & Walkerdine, Valerie. (2008). Foucaultian Discourse Analysis. In C. Willig & W. Stainton-Rogers (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative research in psychology* (pp. 91-108). London: Sage.
- Barbour, Rosaline S., & Kitzinger, Jenny. (1999). Introduction: The Challenge and Promise of Focus Groups. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice* (pp. 1–20). London: Sage.
- Braun, Virginia. (2000). Heterosexism in Focus Group Research: Collusion and Challenge. *Feminism & Psychology*, 10(1), 133–140.
- Burr, Vivien. (2003). *Social Constructionism* (2 ed.). London: Routledge
- Butler, Judith. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge.
- Chouliaraki, Lilie, & Fairclough, Norman. (2005). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Davies, Bronwyn, & Harré, Rom (1990). Positioning: The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20, 43-63.
- Fine, Michelle. (1988). Sexuality, schooling, and adolescent females: The missing discourse of desire. *Harvard Educational Review*, 58(1), 29–51.
- Fine, Michelle, & McClelland, Sara I. (2006). Sexuality education and desire: Still missing after all these years. *Harvard Educational Review*, 76(3), 297–338
- Frith, Hannah. (2000). Focusing on Sex: Using Focus Groups in Sex Research. *Sexualities*, 3(3), 275–297.
- Gill, Fiona. (2007). Negotiating 'Normal': the Management of Feminine Identities in Rural Britain. *Sociological Research Online*, 12(1).
- Grosz, Elisabeth. (1995). *Volatile Bodies: Towards A Corporeal Feminism*. St Leonards: Allen & Unwin.
- Harden, Angela, & Willig, Carla. (1998). An exploration of the discursive constructions used in young adults' memories and accounts of contraception. *Journal of Health Psychology*, 3(3), 429–445.
- Hird, Myra J., & Jackson, Sue. (2001). Where 'angels' and 'wusses' fear to tread: sexual coercion in adolescent dating relationships. *Journal of Sociology*, 37(1), 27–43.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline, Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel (2004). *The Male in the Head: Young People, Heterosexuality and Power* (2^o Rev ed.). London: Tufnell Press.

- Hollway, Wendy. (1983). Heterosexual sex: Power and Desire for the Other. In S. Cartledge & J. Ryan (Eds.), *Sex and Love: New Thoughts on Old Contradictions* London: The Women's Press.
- Jackson, Stevi, & Scott, Sue. (1996). Sexual skirmishes and feminist factions: twenty-five years of debate on women and sexuality. In S. Jackson & S. Scott (Eds.), *Feminism and sexuality: a reader*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Johnson, Paul. (2004). Haunting Heterosexuality: The Homo/Het Binary and Intimate Love. *Sexualities*, 7(2), 183–200.
- Kitzinger, Celia, & Wilkinson, Sue. (1993). Editorial introduction: Theorizing heterosexuality In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Heterosexuality: A Feminism and Psychology Reader* (pp. 1-32). London: Sage Publications.
- Kitzinger, Jenny. (1994). The Methodology of Focus Groups: The Importance of Interaction between Research Participants. *Sociology of Health and Illness*, 16(1), 103–121.
- Kitzinger, Jenny. (1995). Introducing focus groups. *British Medical Journal*, 311, 299–302.
- Kitzinger, Jenny, & Farquhar, Clare. (1999). The analytical potential of 'sensitive moments' in focus group materials. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics Theory and Practice* (pp. 156-172). London: Sage.
- Klesse, Christian. (2005). Bisexual Women, Non-Monogamy and Differentialist Anti-Promiscuity Discourses. *Sexualities*, 8(4), 445–464.
- Lees, Sue. (1993). *Sugar and Spice: Sexuality and Adolescent Girls*. London: Penguin.
- Monro, Surya. (2007). Transmuting Gender Binaries: the Theoretical Challenge. *Sociological Research Online*, 12(1).
- Morgan, David L. (1996). Focus groups. *Annual Review of Sociology*, 22, 129–152.
- Morgan, David L. (1997). *Focus groups as qualitative research* (2 ed.). London: Sage.
- Parker, Ian. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.
- Parker, Ian. (2005). *Qualitative Psychology: Introducing to Radical Research*. London: Open University Press.
- Plante, Rebecca F. (2006). *Sexualities in Context*. Cambridge: Westview Press.
- Potts, Annie. (2000). 'Coming, Coming, Gone: A Feminist Deconstruction of Heterosexual Orgasm',. *Sexualities*, 3(1), 55-76.
- Potts, Annie. (2002). *The Science/Fiction of Sex: Feminist Deconstruction and the Vocabularies of Heterosex*. London: Routledge.
- Prilleltensky, Isaac, & Nelson, Geoffrey. (2002). *Doing Psychology Critically: Making a Difference in Diverse Settings*. New York: Palgrave.

- Quinlivan, Kathleen, & Town, Shane. (1999). Queer pedagogy, educational practice and lesbian and gay youth. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 12(5), 509 - 524.
- Ramazanoğlu, Caroline, & Holland, Janet. (2006). *Feminist Methodology: Challenges and Choices*. London: Sage.
- Rich, Adrienne. (1998). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In P. Aggleton & R. Parker (Eds.), *Culture, Society and Sexuality* (pp. 199-225). London: Taylor & Francis.
- Richardson, Diane. (1996). Heterosexuality and social theory. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 1-20). Buckingham: Open University Press.
- Rosenthal, Doreen A. (1997). Understanding sexual coercion among young adolescents: communicative clarity, pressure, and acceptance. *Archives of Sexual Behaviour*, 26(5), 481–493.
- Ruspini, Elisabetta. (2007). Changing Femininities, Changing Masculinities Social Change, Gender Identities and Sexual Orientations. *Sociological Research Online*, 12(1).
- Seal, David Wyatt, Bogart, Laura M., & Ehrhardt, Anke A. (1998). Small Group Dynamics: The Utility of Focus Group Discussions as a Research Method. *Group Dynamics: Theory, Research and Practice*, 2(4), 253-266.
- Sedgwick, Eve Kosofsky. (1991). *The epistemology of the closet*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Steinbugler, Amy C. (2005). Visibility as Privilege and Danger: Heterosexual and Same-Sex Interracial Intimacy in the 21st Century. *Sexualities*, 8(4), 425–443.
- Sullivan, Nikki. (2003). *A Critical Introduction to Queer Theory*. New York: New York University Press
- Thomas, C. (Ed.). (2000). *Straight with a twist: queer theory and the subject of heterosexuality*. Urbana: University of Illinois.
- Tiefer, Leonore. (2004). *Sex is Not a Natural Act and Other Essays* (2 ed.). Oxford: West View Press.
- Town, Shane. (1999). Queer(y)ing masculinities : Faggots, fairies and the first fifteen. In H. Campbell & R. Law (Eds.), *Masculinities in New Zealand*. Palmerston North: Dunmore Press.
- Ussher, Jane M. (1997). *Fantasies of Femininity: Reframing Boundaries of sex*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Ussher, Jane M. (2005). V. The Meaning of Sexual Desire: Experiences of Heterosexual and Lesbian Girls. *Feminism & Psychology*, 15(1), 27-32.
- Ussher, Jane M., & Mooney-Somers, Julie. (2000). Negotiating Desire and Sexual Subjectivity: Narratives of Young Lesbian Avengers. *Sexualities* 3(2), 183-200.

- Vance, Carol (Ed.). (1984). *Pleasure and danger: Exploring female sexuality*. New York: Harper Collins.
- Warner, Daniel Noam. (2004). Towards a queer research methodology. *Qualitative Research in Psychology, 1*, 321-337.
- Warr, Deborah J. (2005). "It was fun... but we don't usually talk about these things": Analyzing Sociable Interaction in Focus Groups. *Qualitative Inquiry, 11*(2), 200-225.
- Weedon, Chris. (1997 [1987]). *Feminist Practice and Poststructuralist Theory* (Second ed.). Oxford: Blackwell Publishers.
- Wetherell, Margaret. (1997). Linguistic Repertoires and literary criticism: New directions for a social psychology of gender. In M. Gergen (Ed.), *Toward New Psychology of gender*.
- Wetherell, Margaret. (1998). Positioning and Interpretative Repertoires: Conversation Analysis and Post-Structuralism in Dialogue. *Discourse and Society, 9*(3), 387-412.
- Widdicombe, Sue. (1993). Autobiography and change: rhetoric and authenticity of 'Gothic' style. In E. Burman & I. Parker (Eds.), *Discourse Analytic Research: Repertoires and Readings of Texts in Action* (pp. 94-113). London: Routledge.
- Wilkinson, Sue. (1998). Focus Groups in Feminist Research: Power, Interaction and the Coconstruction of Meaning. *Women's Studies International Forum, 21*(1), 111-125.
- Wilkinson, Sue. (1999). Focus Group a Feminist Method. *Psychology of Women Quarterly, 23*(2), 221-244.
- Wilkinson, Sue. (2005). Breast Cancer: Lived Experience and Feminist Action In M. Morrow, O. Hankivsky & C. Varcoe (Eds.), *Women's Health in Canada: Critical Theory, Policy and Practice*. Toronto: University of Toronto Press.
- Willig, Carla. (1999). Introduction: making a difference. In C. Willig (Ed.), *Applied Discourse Analysis: Social and Psychological Interventions* (pp. 1-21). Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (2001). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (2003). Discourse Analysis. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 159-183). London: Sage Publications.
- Willig, Carla. (2008). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method* (2 ed.). Buckingham: Open University Press.

STUDY IV - 'Next time we will play cards': How young Portuguese feminists resist to dominant (hetero)sexuality

‘Next time we will play cards’: How young Portuguese feminists resist to dominant (hetero)sexuality⁴⁵

ABSTRACT:

Despite the intense debates about heterosexuality within the feminist academics and the research, these have mainly focused on adolescents and have not necessarily focused on young women and even less on feminist women voices. The authors wish to explore if feminism could be or not a powerful resource to challenge the dominant (hetero)sexuality and if there is space within feminism for heterosexualitie(s).

This article draws on a focus group discussion conducted with a group of young feminsits, with a focus on sexual subjectivities, desire, sexual experiences and romantic relationships. The discourse analysis guided the treatment of the material with a central focus on agency and resistance. Through the analysis it was possible to confirm feminism can provide with spaces of resistance to dominant heterosexuality especially in what concerns heterosex outside a relationship. These young women showed to be active sexual desiring subjects. Nonetheless feminism seems powerless to compete with the romantic discourses associated to relationships.

Keywords: feminism, young feminist women, sexuality, discourse analysis

HETEROSEXUALITY DEBATES

Among feminist scholars there has also been occurring a long, continuous and intense theoretical debate around feminism and heterosexuality in the last three decades (Hollway, 1995b, 2004; Stevi Jackson, 1999; Stevi Jackson & Scott, 2004; Celia Kitzinger, Wilkinson, & Perkins, 1992; Millet, 1969; Rich, 1980; Richardson, 1996; Segal, 1994; Smart, 1996b; Snitow, Stansell, & Thompson, 1983; Vance, 1984; Wilkinson & Kitzinger, 1993). In these debates we have watched some theoretical and personal reflections made by feminist around heterosexuality accounting on their own

⁴⁵ A shorter version of this study will be submitted to the Journal Psychology & Sexuality under the co-authorship of Cecília Costa & Conceição Nogueira.

experience, but we encountered no qualitative literature (e.g. of quantitative studies are Bay-Cheng & Zucker, 2007; Schick, Zucker, & Bay-Cheng, 2008) analyzing how young feminist and heterosexual women of the twenty-first century talked about (hetero)sexuality and how they managed to work with the competing discourses of equality, feminism and the dominant discourses on femininity and (hetero) sexuality.

In a mythical paper Adrienne Rich claims that heterosexuality was unexamined as such by the feminist theorists and lesbians were completely ignored, claiming there is no analysis of compulsory heterosexuality – “[an] institution that powerfully affects the societal prescriptions for women” (Rich, 1980, p. 179) and that feminists have not been able to deconstruct the idealization of heterosexual romance and marriage entangled into the compulsory female heterosexuality. A couple of years later Carol Vance called the attention to the double-bind which women are confronted with: sexuality as pleasure and danger, fear and excitement. She argued that feminism had to “put forward a politics that resist[ed] deprivation and support[ed] pleasure” (Vance, 1984, p. 23) raising against a monolithic vision of women as victims or ignorant. The author advocates that feminists need to share instructive, positive and complex stories and experiences with other women. This exchange is vital because it will stress that women are sexual subjects, actors and agents.

The special issue of *Feminism and Psychology* (Celia Kitzinger et al., 1992) made a huge contribution to the theorization of heterosexuality trying to address some of the issues raised by Adrienne Rich, trying to debate the “tyranny of the heterosexual assumption” (Celia Kitzinger & Wilkinson, 1993, p. 3) and defy the silence of the term. One of the main critics raised by feminists participation in this special number was that feminism had been portraying heterosexuality as a monolithic instance and many of them didn’t necessarily identify themselves within a fixed and orthodox heterosexual identity (Stevi Jackson, 1999; Smart, 1996a). Other exchanges have followed the special issue, offering different and opposed perspectives over the subject. Some important theoretical contributions were also introduced individually (Stevi Jackson, 1999; Segal, 1994) and collectively (Holland & Adkins, 1996; Richardson, 1996). Some of them often argue that feminists have been depicting the heterosexual feminist woman as a victim, as an object (Stevi Jackson, 1999) and that the poststructuralist feminist theories have been unable to provide concrete answers to these contradictions (Potts, 2002). Segal for instance argues that feminism should sexualize the body as it

could help women to get in touch with their bodies and rediscover their sexuality (Segal, 1994). The heterosexuality debate has been mostly focused on attacking or defending it, and on sexual experience and practice, particularly on desire and pleasure, but heterosexual experience and practice encompasses more than the erotic dimension (Stevi Jackson, 1996). Carol Smart has been arguing that the conceptualization of heterosexuality hasn't moved away from the old themes while lesbianism and gay sexuality achieved to do so (1996b). There is a need to move away from the heterosexual fixed subject and to give space for heterosexuality(s) based in equality and fostered in non-abusive relationships.

Feminist literature on female sexuality in the last decades has been suggesting that young women drew mainly on a very limited set of dominant discourses (Potts, 2000) of femininity and heterosexuality which confine them to be a passive object of male sexuality, letting little space for them to be agents of their own desire and sexual subjectivity (Costa, Nogueira, & Lopez, 2009; Fine, 1988; Gavey, 2005; Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 2004; Hollway, 1984; Lees, 1993; Thompson, 1996; Tolman, 2005). It has been argued that it is required to challenge sexual coercion and it is needed to develop a positive female desiring subject (Hird & Jackson, 2001; Ussher, 1997). The authors believe that feminism can be a powerful contribution, specially contributing to deconstruct the institution of heterosexuality in creative ways. Wetherell (1995) argues that the feminist agenda has been unable to integrate any emancipatory and positive discourses for women on heterosexual relationships. According to the author the feminist political discourse has been incapable of granting women with the possibility to create the conditions for them to have sexual pleasure and complete satisfaction of desire in relationships with men. The coital imperative is a pervasive construction of sex in occidental culture, the sexological model being a powerful holder of this imperative by representing sex as a series of reactions that always end in the coitus (Fraser, 2005; Stevi Jackson, 1999) leaving little space to alternative sexual practices and subjectivities for (hetero)sexuals. Braun et al. (2003) have found an increasing presence of the reciprocity discourse arguing that this discourse "has the potential to produce more enjoyable and egalitarian heterosex for women" (Braun et al., 2003, p. 255). Nevertheless the authors realized that reciprocity in sexual terms is often reduced to both having orgasms and subscribing to the coital imperative.

For Sheila Jeffreys the heterosexual desire is the erotization of the subordination of women to men even if this submission is not limited to couples of opposite sex (1996). Her proposal is that desire should be based in sameness and equality and can be experienced by heterosexual men and women. The answer would lay on the gender eradication, since the heterosexual desire is anchored in power difference and masculinity supremacy over femininity. Feminism should provide alternative and empowering narratives around female sexuality and not only focus on victimization, so women can feel powerful enough to challenge and change the existing disempowering structures (Sieg, 2000)

Even if male privilege has been challenged by feminist research the fact is that women, including feminists, continue to engage in love and heterosexual relationships (Burns, 2000). Therefore it seems clear that the answer should not lay in continuing to only stress the harms of heterosexuality, refuse heterosexuality or just focus on motherhood (Stevi Jackson, 1999).

ROMANCE

Popular culture is saturated of discourses and narratives of love and romance (Burns, 2000). As Kirkman states romantic narrative (1998) is one of the few socially acceptable narratives for young women to talk about sex and they are very aware of the dangers of deviating themselves from this traditional romantic plot. The romantic narrative clearly positions women in a subordinated role towards men. They have to cooperate with the hero of their romantic narrative and accommodate to his sexual male drive. Women have to assume the responsibility of what happens afterwards (e.g. pregnancy, reputation) including the failure to accomplish the main goal of the romantic narrative, achieve and maintain a committed relationship. Nevertheless it is the male partner who has the power over the encounters (Kirkman et al., 1998).

Friendships serve to cultivate traditional narratives of heterosexual romance (Korobov & Thorne, 2009) and families communicate with their daughters in order to make sure they know they should only engage in sexual activities within a serious commitment (i.e. marriage) and that they are responsible for achieving this goal (Averett, Benson, & Vaillancourt, 2008).

Passivity and submission are often supported and connected to the tales of romantic love which end up fostering vulnerability to abuse (Sue Jackson, 2001). Feminists argue that romantic love obscures male privilege in intimate heterosexual relationships (Wetherell, 1995) as it masks power differences between men and women (Burns, 1999). In this sense it is clear that women need to distinguish the happy and healthy from the oppressive (Frith, 2001) and there is a great need for feminism to deconstruct the traditional view of romantic love as a symbol of freedom and redemption (Wetherell, 1995). Feminists need to develop tools that allow questioning the reductionist schemes used within romance such as female passivity, nurturing nature and stoic capacities against all defaults her man may have and all the pain he inflicts her.

Women are often confronted with contradictory stories about romance and sex and are faced with paradoxes. On one side they are supposed to maintain the control and be skilled at [sex], on the other side they have to let themselves go. And even if sex is a skill most of the times it has to be coupled with 'love' (Ussher, 1997). They are immersed within contradictory imperatives: to be sexually active and at the same time be a good woman, where their heroic goal is to sacrifice themselves to the others with the omnipresent fear of not being loved or worthy of love (Davies, 1992). In the romantic storyline women get pleasure from taking care, nurturing and providing pleasure. Their role is to stand by their man because having an heterosexual relationship is essential for overall satisfaction and it can encompass the normalization of male misbehaviour (Philips, 2000).

The 'happily ever after' discourse (Allen, 2005) or 'the love conquers all' discourse (Philips, 2000) are still deeply embedded in our culture and even if these discourses seem to be more and more used by boys (Allen, 2005). But still the implications for boys and girls are not the same. As stated by Burns men draw on the discourse of working at love and intimacy as a personal growth that will allow them to exercise their expertise at relationships (Burns, 2000). This somehow shows intimacy transformations are moving from 'romantic discourse to self-focused discourse of personal choice where the man is the central subject' (Burns, 2000, p. 483).

Romance appears in popular culture within a 'soft post-feminist framing' (McRobbie, 2009, p. 22). Within this plot independent and successful women

who supposedly won the battle for equality, choose to seek for very traditional forms of happiness and fulfilment. The language of personal choice is used within popular culture to regulate women normalizing gender anxieties and fostering the fantasy of romantic salvation.

Women are supposed to want man and to be involved with one in order to be completely fulfilled. So the impossibility of romance parallels the impossibility of life and ensures that dissatisfaction continues to be a central aspect of traditional script of femininity, leaving women waiting in the fantasy of romantic salvation (Ussher, 1997). Often young women are engrossed in feelings of fear, panic and competitiveness. To capture a boy is not always easy because there is competition, so young women are very conscious of the different scripts they need to enact to get and keep a boy. Although some magazines promote an image of independence and individual success, they nevertheless emphasize (hetero)relationships as central to women's life satisfaction (McRobbie, 2000). So school, friends, work are often parallel elements. The dominant themes in mass media are of romance, absence or presence of the prince which at the same time coexist with a systematic encouragement to 'concentrate in education and career'. Nevertheless they are expected to "be able to produce successful femininity, sexuality and eventually maternity" (McRobbie, 2009, p. 90).

The second wave feminism had a major impact on women's private and public life, making sexuality a political issue. Some argue that women's life and sexuality have changed radically in the last decades, and that apparently nowadays women are in charge of their destinies, bodies and sexualities. But its impact on women's public life has been definitely more obvious than for what counts in favour of their private life, namely in women's intimate relationships. We are particularly interested in understanding what the contributions of the second wave feminism are regarding to today's young feminist. However we don't intend to say that our results can be generalized to all feminist young women, neither that only a monolithic version of feminism exists (Frith, 2001). As suggested by Bordo (2003 [1993]) being a cultural critic does not magically inoculate us from cultural influence, we can propose the same for what concerns feminists. We want to stress that the analysis we present here is one of the many possible and that results must be interpreted according to the background of the researchers and the context of the data collection and analysis. As Smart and Jackson we also share the same reluctance in using the term heterosexual feminist

woman (1999; 1996a). By naming these women as young heterosexual feminists we don't necessarily endorse the idea that there is a rigid fixed identity such as heterosexuality or that it is heterosexuality which characterizes their feminism.

As feminist researchers we are compromised in identifying voices of resistance (Gavey, 2005; Ramazanoğlu & Holland, 2006) that make possible a real women's sexual empowerment. For us it is crucial to identify how feminism can contribute to raise resistance to dominant sexual discourses. To do so we listened to young feminists and tried to identify how their discourses contributed to endorse and/or to deconstruct the ways female bodies are "trained, shaped and impressed with the stamp of prevailing historical forms of selfhood, desire, masculinity, femininity" (Bordo, 1992, p. 14). We propose to analyse if portuguese feminism is really offering young women dialogical spaces to explore their lives (Frith, 2001) freely and if it is providing emancipatory discourses and practices on desire, heterosexuality, romantic love, double standard, sexual equality, pleasure, monogamy. Through the deconstruction of the false ideal of girl power, which is based on girl object and not on girl subject, we hope to make it possible for young women to truly enjoy and control their bodies and sexuality.

In the study presented we analyze the discourses obtained in a focus group discussion on sexuality with young (hetero)sexual feminist women. Our intention was to explore if young feminists are able to escape to define themselves as 'women' independently of their "position in relation to men and of the narrow rules of outmoded sexual scripts" (Ussher, 1997, p. 364). The question is: has the feminism been able to do provide a real space of resistance for heterosexual feminist women or are the labels feminist and heterosexual irreconcilable? Why has the focus been the (hetero)sex and not so much the associated tales of long term romantic relationships?

DATA

As many other authors (Allen, 2005; Gavey, 1997 [1987]; Gavey & McPhillips, 1999; Hird & Jackson, 2001; Holland, Ramazanoglu, Sharpe, & Thomson, 1998; Potts, 2002) we have chosen a feminist and poststructuralist framework because it provides us with a powerful critique of issues such as power, gender relations, heteronormativity and compulsory heterosexuality. With the analysis presented here we intentionally try to

grasp the young feminist understanding of their sexuality and (hetero)sexual relationships.

Even though as researchers we endeavour to get close to the participants' personal world, we are aware that this can never be done directly or completely. As researchers we acknowledge that the research is a process of interpretative activity (Lavie & Willig, 2005) which also depends on the researcher own internal world. It is not our intention to state that the results presented here are independent from our own meanings, understandings or personal background (Celia Kitzinger & Wilkinson, 1997). Therefore the analysis undertaken represents a particular appraisal of the material, which means it is one possible interpretation among many others. By taking the perspective of these group of young feminist women, we have tried to understand what contributions feminism had on their (hetero)sexual lives in terms of emancipation and sexual agency.

Research participants and interviewer

The focus group material in this article comes from a larger doctoral research study that involved several semi-structured focus group discussions with young women on sexuality, romantic relationships, expectations, and ruptures. In this article we focus on the material obtained in one focus group discussion, held over juice and cookies, with four feminists aged between 19 and 27 years old, self-identified as heterosexual. This was a convenience sample obtained by contacts with a feminist organization; the day and place were accorded between the first author and the participants.

There were some shared characteristics between the researcher and the participants, in the sense that the researcher who conducted the focus group session was a young feminist, aged 27, self-identified as heterosexual who also took part in the discussion. The first author provided information about herself and responded to the participants accounts by laughing, sympathising, questioning or commenting on personal experiences in order to allow a more horizontal relation between researcher and participants.

Recordings and Transcriptions

This focus group session in particular, lasted around three and half hour and was recorded with an audio digital recorder. All the recorded material was then transcribed; the selected extracts were translated from the original (Portuguese) idiom to English.

ANALYTICAL APPROACH

The analysis of group discussions are guided by the proposals made on discourse analysis by Parker (1992) and Willig (2003, 2008). Initially we started to read several times the transcription and at the same time we highlighted the young women's accounts on (hetero)sex, (hetero)relationships and also the accounts where participants defied or conformed with traditional femininity and masculinity. The identification of implicit constructions of a particular discursive object in the early stage is crucial (Willig, 1998), so we chose to select material with implicit connections with the chosen themes.

The second step consisted in exploring the connotations, insinuations, allusions and implications induced by the text (Parker, 1992) in order to take hold of the discursive constructions made by the young feminist women around the selected themes. In this process we tried to identify some of the contradictions and tensions between the different discursive constructions. In a next stage we focused in recognizing discourses that served as base to the discursive constructions. In this phase we were interested in identifying the discourses used by the participants to talk about (hetero)sexuality and (hetero) relationships. The focus that follows is on action orientation. This involves an examination of the discursive contexts in which the different constructions are being deployed and what they are capable to offer to the speaker's positioning. In the subsequent stages we examined which subject positioning are provided by the different discourses, analysing how the discourses positioned the subjects and how the subjects positioned themselves within the discourses. This allows us to look to the implications discourses have on what participants say and do (Willig, 2001). Then we scrutinized the relationship between discourses and practices, namely in what way they open or close the opportunities for action. And at the final stage we explored the connections between discourse and subjectivity, what points of view and

subjective experiences these discourses and discursive constructions provide to young women. We used the Willig (2003, 2008) proposal to assist us to explore the way the transcriptions constructed the subjects and discursive objects while considering their implications to practice and subjectivity.

ANALYSES

Framing Just (Hetero) sex

There has been a long debate around (hetero)sex and the dominant discourses in occidental society around male and female (hetero)sexuality. Within these discourses women are positioned as sexually vulnerable, victims of male sexual desire and having more problems to experience pleasure than men (Holland et al., 2004; Lees, 1993; Thompson, 1996). They are also positioned as being more interested in having long term and intimate relationships than in ‘pure’ sexual gratification. These types of conformist conceptualizations of female sexuality were not so common in these young feminist narratives, as it will be evident in the following accounts. Our analysis allowed us to see that just (hetero)sex seems mostly easier if played outside the locks of a stable relationship.

Métier

Traditionally women are not encouraged to pursue their sexual autonomy, and especially for the youngest accumulating knowledge can be very problematic. Reversely men are raised within a model where knowledge and agency are central and extremely valued (Holland et al., 2004). Women are frequently featured as “passive recipients of male sexual know-how”, who are acted on (Potts, 2000, p. 66).

In the first example two young feminist women while talking about their sexual subjectivity and consciousness come to stress the importance of mutual awareness for a deeper knowledge of their sexuality. They position themselves as active connoisseurs in the art of making good sex. By doing this they are questioning the traditional vision of men as women’ teachers in what concerns the ‘secrets’ of sex and they are positioning themselves as active sexual subjects.

Xuana: Yes, because it was a time that I used to go in bed with a lot of boys. So I thought I was the must and I had a lot of experience and I knew everything. But I knew nothing and I had no experience (...) It was only when I began to fall in love and have longer relationships that I understood, that I discovered my sexuality, being just with one person and not several (...) But I realized it very late.

Mafalda: Some anthropologists say that the best lovers come from these monogamous relationships, i.e. when one has a partner during a long time and you both have an open [mind]. We have, don't we? That's when there is time for developing. But when one changes partner a lot, one doesn't have time to discover the body (...) So there is no time to develop (...) Some anthropologists say that. Maybe the best lovers aren't the D. Juan type. Sometimes they are persons that have monogamous relationships.

Here both participants construct (hetero)sex as a *métier* - 'developing' - you need to work on your skills in order to perform 'good sex'. The 'sexpertise' (Potts, 2000, 2002) in their accounts is not an attribute exclusive of men but is shared also by women: '*when one has a partner during a long time and you both have an open (mind)*'. Xuana is using the permissive discourse (Hollway, 1984, 1989) to account for her behaviour of '*I went in bed with a lot of boys*', a kind of blind gender sexual drive that gives her space to explore intensively her sexuality. But this is a kind of experimentation that grants her with little knowledge, '*I knew nothing*'. The same inference is made about men who have a lot of affairs, D. Juans. In this account the participants are clearly downgrading the dominant masculinity, where men are expected to have a lot of sexual encounters with different partners, by questioning the expertise and ability for this type of men to be '*good lovers*'. The permissive discourse gives young feminist women the possibility to express their sexuality and not being preoccupied with the inconvenient of acquiring bad reputation, but isn't capable to provide them with a fulfilling sexuality and offer them agency over their sexuality and sexual encounters. So for these women a deeper knowledge of their sexuality is only possible within a have/hold discourse (Hollway, 1984, 1989) where there is a commitment which allows the couple to explore their sexuality '*when I began (...) to*

have longer relationships (...)I discovered my sexuality'. By using the have/hold discourse they come to be dependent of finding someone who is willing to invest in a relationship and in their sexual exploration and involvement. According to their accounts the expertise is achieved through *'being just with one person'* or through *'monogamous relationships'*, so even though they position themselves as knowing how to become experts in sexuality it doesn't rely nor depend exclusively on them. They need a partner do develop that expertise. In the dominant discourses of heterosexuality the man learns from doing it to women (Holland et al., 2004) but not necessarily within long term relationships. The scientific discourse *'anthropologists say that the best lovers come from these monogamous relationships'* is used to reinforce the traditional heterosexuality and support for monogamic relationships. According to this discourse if you want to be a good lover you must develop your skills in the context of an exclusive heterosexual relationship. This discourse prescribes a particular kind of relationship, leaving little space to the possibility of finding alternative (hetero)relationships that can be seen as equally satisfying. Young feminist women use the pseudo neutral scientific discourse to avoid being positioned within the moral discourse, which endorses monogamy and the ideal long-term relationships, but finally they end up subscribing to this particularly conservative vision of the (hetero)relationships they try to escape from.

Their accounts mirror a clear conflict between the have/hold and scientific discourses with the permissive discourse, but the junction of the first two put the permissive discourse in a second plan, and clearly prioritizes the other two that obviously endorse traditional hetero-monogamic-relationships. The experimentation, allowed and acceptable inside the permissive discourse, will always be a second-class sex, so you only look for it if you cannot have or find the first one. In this account they seem to have low expectations towards occasional relationships, expecting no diversity, surprises or possibility of learning or experimenting something new, even if in other moments of the discussion some very positive experiences of occasional sex are told. As sexual subjects they appear to feel more ambivalent after occasional or uncommitted sex than their male partners. So here these young feminist women seem to have some troubles in getting the same reward and empowerment as men get from sexual encounters outside a monogamic relationship.

Game

According to Thomas Szasz 'sex is a nice game to play, but safer to watch' (1990), and to get out 'undamaged' you have to play by the rules of the game. In the following accounts the young feminist women construct (hetero)sex as a game that has a clear set of explicit or implicit rules you must follow and/or establish.

Mafalda: No, you do what you want, what you feel like doing, don't you? I also do anal sex when I want to. When I don't want to I don't do it. We decide over our bodies.

Ema: Yes, completely

Mafalda: So much

Helena: What she is saying is that she decides.

Ema: But I don't want [do anal sex]

Mafalda: No, but we are in command in the sense that we say what we want or don't want. Many times my boyfriend says I want to [do anal sex]... Listen I don't, I don't want it. We decide to say yes or no. I never actually smoked joints like you and I don't feel less than anyone else just because I always refused it. It's not refusing by conservatism, it is because I simply don't want to do it (...) I mean you don't have to smoke joints for this or that reason, you don't have to have anal sex for this or that reason. You do what you feel and want to do.

In this account sex is constructed as a game you play and as any other game there is a set of rules you must follow. Mafalda and Ema are positioning themselves in control of the rules. The main rule here is the obedience to their desires. It is not men's needs or desires who determine what to do and when. Here the combination of the desire discourse '*feel like doing*' and feminist discourse '*we decide over our bodies*' has a powerful effect on women's agency and control over sexual encounters. We would say it has an empowering effect. Besides offering women a position of control over their sexuality with men it also offers them the opportunity to feel empowered and really in charge of their bodies and sexuality. Nevertheless this account stresses more what they don't want than what they want.

Mafalda reinforces the idea that independently of social pressures it's their will that counts *'we decide to say yes or no'* or *'I don't feel less than anyone else just because I always refused it'*. Giving the example of anal sex and joints she positions herself as immune to gossips and social pressure and as an active sexual subject.

In the extract below once again (hetero)sex is constructed by one participant as a game between equals and where you expect to provide and receive pleasure.

Xuana: I had a super intense weekend. It was wonderful, but without big thing, it was really only desire, it was only lust, I wanted that from him and he wanted that from me (...) Later [another time] I had sex with him, and it was the most awful thing. It lasted 5 minutes and I just had had a thing [lecture] about orgasms and feminism and I was with lots of empowerment. I turned to him and said, and this was one of the things that gave me more pleasure 'you know next time we will play cards'. And he was staring at me: 'Hey guy for me Knorr is only to use with pastas and some soups, but in sex honestly, shake 5 minutes and it's done it is very confusing for me' [laughs] and this was for me a wonderful experience of empowerment (...) because it was a guy that was important, and from a moment to another, he humiliated me because that was, for me it was extremely humiliating (...) and extremely sexist and degrading. Finally I got out from there (...) as new and I'm so glad that I had that experience, it was really good.

Here Xuana accounts for this sexual experience on the discourse of desire, she noticeably expresses her desire as the exclusive motivation for her sexual involvement, *'it was only lust'*. Here she also uses the equality discourse, *'I wanted that from him and he wanted that from me'*, to make clear that in a 'just sex' encounter the partners have equal rights independently of gender. So for her there was a tacit agreement on providing mutual pleasure and satisfaction. A third discourse is the feminist discourse, *'I was with lots of empowerment'* where she feels unconstrained to demand for her pleasure overtly *'next time we will play cards'*. Even if initially she feels *'humiliated'*, the feminist discourse articulated with some irony, allows her to defy both the conventional idea that women are and must look unacknowledged and inexperienced

about sex (Potts, 2002) or that they should not hurt man's feelings by telling them it wasn't good enough. Albeit sex is now seen as sign of independence and the expression of girls inner desires nowadays, young women face the worries of knowing *'how good you are at it'* (see Potts, 2002; Ussher, 1997). Here she clearly positions herself as someone who knows how to recognize 'good sex' and she is also able to challenge the idea that it has to be her fault (not pretty, not sexy, not something ...enough) that it wasn't good sex.

Xuana positions herself assertively as active and in control of the situation, unexpectedly questioning directly the boy's performance and feeling extremely empowered by it. She and not her partner is in control of the situation. It was obvious that she was involved in a 'just sex' relationship and so Xuana didn't feel that she was endangering her 'bond' with him. In face of a situation that according to dominant femininity, would 'normally' have surrogated her, agency and power were turned the other way around. Even if she didn't and/or couldn't act during the sexual relationship, the feminist discourse legitimated her to make things clear after it, traditionally a moment in which women rarely have any control or agency.

Political statement

In the following excerpt occasional (hetero)sex is constructed as a political statement and a radical way to refuse traditional femininity.

Xuana: No, I think, no way . It isn't going to be a guy to leave down like this, and I stay 2 or 3 days crying, then I think, 'Xuana you are feminist so you cannot be downgraded like this by a guy' [levels up her tone in a disapproval manner]. Then in the weekend I go out and sleep around with two or three guys, and I don't know what else, just for craziness and then normally there is an excess and mmm, how could I get involved with this person, mmm, I'm not having a lot of respect for myself neither by doing this. What I'm I trying to show and to whom? This is not making me feel good. Then I take a deep breath and try to calm down for a while.

According to this account if you are being feminist and follow the rules you cannot be victim of romantic suffering ‘you are feminist so you cannot be downgraded like this by a guy’. To do so she feels she has to perform in a disruptive way and go against the traditional feminine role, *‘in the weekend I go out and sleep around with two or three guys (...) there is an excess’*. It is clear by reading this how difficult it can be for young heterosexual feminists to deal with the romantic imperatives and feminist political ideas. How opposed they are and how feminism sometimes seems to be unable to provide a safe space for young women to reformulate romantic tales in a positive way. Suffering here seems inevitably linked to oppression and victimization. Similar comments were made by Jackson and Smart concerning some of the papers written by feminist women in the special issue *Theorizing Heterosexuality* (1999; 1996b). This figures as a double victimization because first she positions herself as victim of her male partner because he didn’t treat her with respect and then she is also victim of feminism that ‘tells’ her she is not being feminist enough.

Desire is absent or at least irrelevant, so again she feels victim of radically rejecting her femininity and *‘sleep around’* just to make her point, that she is a ‘feminist’ and she is not sitting at home crying for her lover. Within available feminist lens apparently there is no other way to see suffering or male oppression besides double victimization. You are victim of male partner and feminism ‘tells’ you are guilty of not being feminist enough. Within feminism romantic love is a bad thing and has no space besides total rejection.

Framing (hetero)sex within (hetero)relationships

Often within feminist theory there is a collusion between heterosexuality and (hetero)relationships, so here the intention is to split them and see how young feminist frame (hetero)sex within and outside their (hetero)relationships. Because the consequences of framing (hetero)sex outside and inside of (hetero)relationships seems to have difference implications for feminist autonomy and empowerment, as their ability to renounce to traditional romantic discourses.

Exchange

In the following excerpt it is possible to see how (hetero)sex within relationships is considered as an exchange. Even if this can often be viewed as positive at a first stance in fact here you can find a clear example that shows where expected reciprocity within (hetero)sex is not always positive and doesn't necessarily put young women in a power position in relation to their partners. This dialogue shows that sometimes young women are not necessarily receiving something valued and the price to pay can be high.

Cecilia: Do you always use condoms or just in occasional sex?

Xuana: Always

Cecilia: With all, even when they are boyfriends?

Xuana: Oh there were two, three times that I didn't use it. There were three more serious relationships, where I didn't use it (...) it happened twice the same thing. (...) in one [case] I was using the pill, in another occasion I wasn't using the pill, but the person asked me to have anal sex and I didn't [want]. So he said 'please without condom then' [models her voice in tone of request] and as I thought I was already denying him that pleasure and I was feeling guilty [about it], I didn't want to be intransigent so I said 'that's ok'. The first [time] I wasn't taking the pill and things went wrong (...) I got pregnant. I also had some curiosity of trying how it was without condom, because I never had done it before. In the second I was already taking the pill and so it wasn't a big surprise. The third one I was so in love.

In this account Xuana constructs (hetero)sex as an interchange where she is supposed to give and receive, economic discourse and equality are involved because she decides and negotiates with her partner. According to the reciprocity discourse you are expected to give and receive pleasure, so it implies an obligation to follow up with the expectations of the partner (Braun et al., 2003). In this case Xuana is asked by her partners to engage in two sexual practices she doesn't desire and by denying him something she really doesn't want, she feels pressured into accepting something she judges less unacceptable. The fact that she used the reciprocity discourse put her in a powerless position to refuse undesired intercourse because she was expected to give something that is valued by the other for the exchange to become acceptable. This

strained her to engage in unprotected sexual practices that clearly have risks for her, which she was aware of.

Implicit to Xuana's account is the idea that if you are in a '*more serious relationship*' you are already receiving something [the relationship], so you are expected to give something in return, that's why she positioned herself as having to give him something and could not deny everything. Xuana describes three situations where she had unprotected intercourse and they are either framed within the romantic love '*I was so in love*' or reciprocity '*I was already denying him that pleasure*' which shows both discourses can be quite disempowering for young women in what concerns their ability to negotiate safe sexual practices and also desired sexual practices. Even if the reciprocity discourse at a first glance can be seen to challenge aspects of a traditional male-focused construction of (hetero)sex it doesn't seem to be fully able to produce more enjoyable and egalitarian (hetero)sex for women or necessarily "more 'feminist heterosexual'" (Braun et al., 2003, p. 255). There are things that simply shouldn't be negotiated, so reciprocity can also be problematic in this game of 'giving and receiving' because sometimes young women face arrangements that are not necessarily good for them.

Inevitable

In the following account we will show how coital imperative is framed as inevitable within a stable (hetero)relationship. Besides analysing how this coital imperative is present in their accounts we will also make some reflections about how young feminist women describe their experiences of sexual embodiment and dysembodied sexuality (Allen, 2005). The aim was to question whose pleasure is prioritized in their heterosexual relationships, who detains the power and what are the consequences of a gendered sexual embodiment for women. We decided not to talk about sexual disembodiment (absence of sexual feelings) (Holland, Ramazanoğlu, Sharpe, & Thomson, 1994) because in this focus group the embodied sexuality was very pervasive, involving both positive and negative forms. Here the concept of 'dysembodiment' is used to refer to the 'negative' or 'dysfunctional' embodiment (Potts, 2002) in the sense that the young women acknowledge unpleasant or painful bodily sensations (Allen, 2002, 2005).

Helena: I have, I had a lot, a lot, a lot, a lot of pain the first time that penetration happened and I never completely stopped to have pain and this was already several years ago and I did several gynecological exams, several things (...) I did medical analysis and I don't know what else, tests and ultrasounds, and no one knows, and they never concluded I had anything (...) The truth is that even today, years after, I have pain, and sometimes people say to me, oh if you have pain isn't that annoying for you, but that is the way it is. Sometimes I think the pain is like everything else, at some point you get used to it. It is like depilation... and I have also gotten used to the fact that the pain varies depending on positions. So you try to optimize that a little bit... It was something that I had to try for years. We were both trying to solve what we were going to do in relation to that, because I thought I must have some awful problem and be an awful person, because I didn't talk with my friends about this. Then I came to find out that other friends of mine also had pain and continued to have pain for a long time. But I thought that I was the one to be an awful freak because I had pain that I shouldn't have. Other people find it awful when I say I got used to the pain, but in fact I didn't limit myself at all because I have orgasms anyway, and many times multiple. It is a question of playing with positions and know that now it will hurt a little bit more. If you wait a few minutes it may hurt less and that's it. It is something which the person gets used to, and which I got used to, as anything else [reduces the volume] (...) So in the meanwhile you learn to live with it. It doesn't mean that it wouldn't be better if I hadn't got any pain, but I don't limit my life because of this, not at all.

Here Helena constructs the sexual pain as an inevitable event that she has to confront herself with, expressing a clear dysembodied aspect of her sexuality. She 'normalises' her pain in (hetero)sexual encounters by referring that *'then I came to find out that other friends of mine had also pain and continued to have pain for a long time'* and by distancing herself from an unhealthy or problematic or frigid women 'I have orgasms anyway, and many times multiple', as if orgasms meant altogether sexual pleasure, emancipation and healthiness. At the same time she invests to solve the 'problem' searching experts' opinion (gynaecologist) or her friends'. She finally ends

up accepting the actual situation as destiny *'in the meanwhile you learn to live with it'*. Here Helena draws her account on the biological and medical discourse (Kaler, 2006; Tiefer, 2004a), positioning herself as helpless in front of a situation that is unchangeable or at least she doesn't envision any other alternatives, such as changing partner or excluding intercourse from her sexual repertoire. Even though, she acknowledges other forms of sexual involvement, here the intercourse is clearly prioritized and stands as the 'real' sex.

To be a normal 'woman' is to be able to perform normal sex, i.e. intercourse (Tiefer, 2004b; Tiefer, Hall, & Travis, 2002). Even if sexual involvement entails other forms of sexual contacts the 'ultimate goal' is penetrative sex. So Helena has introduced the right to pleasure through orgasm but isn't able to defy the coital imperative (Kaler, 2006; McPhillips, Braun, & Gavey, 2001) or the orgasm imperative (McPhillips et al., 2001; Potts, 2002) associated with heterosexual interaction. There is a clear inconsistency because she draws on the medicalized model of female sexuality to assert her normality and emancipation by stating that she has orgasms *'I have orgasms anyway, and many times multiple'* and at the same time she clearly acknowledges that having pain during sexual intercourse isn't 'normal' *'I must have some awful problem and be an awful person (...)an awful freak because I had pain that I shouldn't have'* according to the medical model of female sexuality. This young feminist woman positions herself with limited agency in face of pain associated with intercourse. Her agency is limited to choosing to have intercourse, and trying to use strategies that make it less painful. Experiencing orgasm comes as some kind of 'reward'. According to her positioning she will probably continue to 'choose' having painful hetero(sexual) intercourse. Being able to have penetrative sex allows her to position herself within the boundaries of normal femininity but to do that she has to give up on a fully embodied and pleased sexual experience.

As stated by McPhillips et al. even if there are expanded definitions of sex, 'that go beyond equating coitus with (hetero)sex' (2001, p. 233) and involve other sexual practices, these are still seen as appendage and intercourse is referred to as the most important element (see also Potts, 2000; Potts, 2002)

Continuum

In the following account Ema constructs the intercourse not as an imperative but as something that belongs to a continuum of practices and she only engages and/or continues on intercourse when she feels like it. The coital imperative is totally absent.

Ema: With him things were natural and it made sense and on the other side at the sexual level, it is obvious I know my body very well [laughs], after so many years of exploring it myself and also with the other two boyfriends I had before Gaspar. And there were times in which, for instance with one of them I could perfectly have sex where he didn't, he didn't penetrate me. He simply kissed me and caressed my body, obviously that we rubbed each other, but I didn't need that he entered inside me and I even preferred he wouldn't. There were times when there was penetration and I wanted it to stop, not because it hurt, because it didn't hurt, but it was something mental, I didn't want that body inside mine. I'm still trying to deal with that. With Gaspar it was natural, it was good, I liked to feel that inside me and then all the sexual positions got very... As a matter of fact the discovery of the sexuality with someone else happened with Gaspar. The exploration of his body and mine and the fact that he does Yoga and has a lot of flexibility... so we found a lot of positions, many ways to attain orgasm and I never felt that need that he got out of me without any rational explanations, but with the other boyfriends that happened ... I remember saying to Raul get out, get out, stop [aggressive tone] and that must be awful for the person who is with me.

Here she uses the desire discourse and clearly stresses she knows her *'body very well'*, so it is evident for her to know what she wants and when she wants it. Intercourse is not prioritized over masturbation or self-exploration. Under this framing, mutuality is not necessarily based on reciprocity or interchange. Her feelings and desires are dominant over her partners' expectations; she is clearly not afraid or refrained because of their reaction. She doesn't feel that she has to correspond to the others' expectations so there is no coital imperative dominance. But at the same time she acknowledges *'I'm still trying to deal with that'*, as it is understood as [un]'*natural'* not to desire

penetration. As with Gaspar *'things were natural'*. Even if talked as natural (i.e. normal) and the fact that she refused could position her as abnormal or bad person, she still follows her body, desire and pleasure, allowing her a feminist revamp of the sexual (Potts, 2002).

Both traditional femininity and feminism seem to empower women to decide not to have sexual intercourse. But the difference is that traditional femininity doesn't necessarily allow them to refuse it under whatever circumstances (for instance they are not supposed to refuse to have sex with their boyfriend if they are sexually active), nor to actively decide to engage in sexual intercourse.

Being his boyfriend does not entitle her partner to engage and continue unpleasant or undesired sexual activities if the woman isn't motivated to do it. Here desire is dominant over the relationship status. Of course it is always possible to question if the reason to accept 'normal' intercourse is because she is in love (previously she acknowledged that Gaspar was her first real big passion) or it is because she desires vaginal intercourse that she can tell she is in love. However, she doesn't frame or construct it this way, love isn't the only explanation used to account for why *'the discovery of the sexuality with someone else happened with Gaspar'*. She clearly expresses a positive and embodied sexuality and doesn't constrain her desires because she is afraid of hurting someone else feelings.

Framing Romantic storyline within (Hetero)relationships 'is this love'?

In the following accounts we will explore how love and romance are constructed and its conflicts with feminist positioning. It will be possible to understand that feminism seems powerless in face of romantic love and that feminists are surrogated of their autonomy when they use romantic love to frame their experiences (Wetherell, 1995). Passionate love here is absolutely not empowering at all.

Suffering

Romantic love, often constructed as a 'love' that 'snatches away one's autonomy' (Beck and Beck-Gernsheim, 1995: 65), which is problematic for feminism and feminist, will

be exemplified in the following account. Here real, true, passionate, romantic love is synonymous of suffering.

Mafalda: ... after the Belgian I got traumatized, and I had a certain instability [laughs] ... of liking several people at the same time. Normally two men [laughs] at the same time, two or three, it is complicated. I think I will never [fall in love that way] again, I mean I liked a lot my two boyfriends, but it isn't [the same]. I liked them very, very, very much, I think there is a lot of friendship, a lot of complicity, but passion, passion, passion I think I really had it, it was for the Belgian; that was completely... I couldn't, I didn't see no one else in front of me, so I just wanted that person, really monogamic. Then I really liked my boyfriends, but it wasn't, but with less intensity (...) the difference between love and passion. I think the last time I had that feeling of passion was with the Belgian, when I was 16-17 I think (...) I suffered a lot with the Belgian because I had an open relationship. He wanted an open relationship, that was his style, not falling in love for no one. And I was really in love, but then when I decided oh man, I don't want [to be selfish] I will love him as he is. But then he took 3 months to answer and I saw he had continued to be with other girls, I mean at that point I saw that no, I mean in the relationships a person has to be selfish. We cannot, a person suffers a lot, it wasn't possible, and so I suffered a lot with that, but I had to start forgetting him but this wasn't [easy], so I saw, no, no I'm not going to try anything else with him, it isn't worth to try, he won't change. If it is to continue like this and I don't [want]. It was hard until I was able to start to meeting other people. It took a while until I got interested for other people.

All the account is framed within the romantic love discourse. While in a normal situation, when something hurts we move away, it doesn't seem to be the reasoning in what concerns romantic suffering. Love that doesn't snatch away one's autonomy is constructed as second class love. It cannot be true passionate love. So to be in control one cannot be in love. The romantic tale seems incompatible with autonomy or auto determination.

Here the idea is clear that when there is true love there is full acceptance of the person *'I will love him as he is'* and of his way to see and act within a relationship even if it causes suffering and means neglecting oneself. Women are expected to be passive and accept it all; otherwise the "prince" will go away. This sometimes means suffering until everything gets settled and the obstacles to the relationship are overcome. Another alternative is simply accepting that men are not perfect and if we love them we will accept them fully. . The romantic suffering not only snatches away your autonomy but also destabilizes you forever *'I got traumatized, and I had a certain instability [laughs] ... of liking several people at the same time'*. Polyandry is a consequence of romantic trauma. True love is a love that makes you suffer.

All these ideas are so integrated that it is hard for young women to cut off with this kind of destructive relationships where young women's identities, desires and expectations are totally erased. So the idea of romantic love continues to be part of women's repertory in its most idealist, redemptive and sensual form.

Betraying feminism

Again in the following account romantic love is used to talk about an abusive relationship and being in an abusive relationship is constructed as a betrayal to feminism.

Xuana: It is funny that I only felt lowering myself, I was always very independent and gave rough answers. One time I broke up with a boyfriend because he didn't like my low cut so I said oh so you don't like it, you won't eat [anymore] and now even if you start liking it you won't eat again [laughs] and goodbye! The only time I totally lowered myself and lost all the notions of feminism and oppression, and where I completely erased myself was with someone from my political party (...) I totally lowered myself, he was married, he had a son. The son, I knew about him, but he always said he was against marriage, and his wife was in Brussels. It was a story like this, so I was totally deluded during a year, he treated me like I was an air doll at the beginning, he really tried hard in bed to give me pleasure, then he stopped giving and it

started to be something in a rush and I was always trying to improve and to know him, to give him pleasure, and he did the opposite. Once he considered me as something acquired, he started reducing, he stopped controlling himself in the orgasms and so the intercourse ended [without her having an orgasm for her]; the number of intercourses during the night. (...) He used to call every day, to send messages saying beautiful things, oh he used to send 15-20 messages per day, until one time that he stopped calling during 15 days, during 15 days. (...) Once he started to say I was too boring and I was too girly. And I was always thinking what have I done, but what is happening, but I swear, I'm sorry my love, I will change, that's my fault, of course it is, I'm so immature, I'm very childish, I'm too young and you already have experience, teach me what you have to say. When he was [away] those 15 days, I was very, very sad and I got disappointed (...) In the meanwhile I realized that maybe he wasn't so much of a charming prince, he was more of a frog (...) that didn't give me much pleasure.

Xuana feels as if she had betrayed feminism by accepting and engaging herself in this unequal relationship. She describes a typical romantic storyline of traditional masculine script *'at the beginning, he really tried hard in bed to give me pleasure, then he stopped giving and it started to be something in a rush and I was always trying to improve and to know him, to give him pleasure, and he did the opposite. Once he considered me as something acquired'*. She assumed the traditional female role of investing, nurturing and assuming the errors and the responsibility of the problems of the relationship, assuming 'men are like this' and women have to accept them as they are. Now that it is over, she is quite critical of the relationship with this ex-boyfriend. It is striking to see that she assumes the blame for what was happening to her and afterwards for letting that happen to her. When the relationship wasn't going well and her boyfriend was being emotionally abusive she blamed herself *'I'm sorry my love, I will change, that's my fault, of course it is'*. She even uses irony when she says *'I'm so immature, I'm very childish, I'm too young and you already have experience, teach me what you have to say'*. And then after putting an end to that relationship she blames herself by saying *'I totally lowered myself and lost all the notions of feminism and oppression, and where I completely erased myself'*. Even if she clearly

acknowledges this ‘guilt’ of having betrayed feminism, before telling the abusive story she positions herself as an independent and autonomous woman ***‘It is funny (...) I was always very independent and gave rough answers’*** and avoids positioning herself as a continuous victim. This is framed as one time exception, which isn’t exactly ***funny***. This way she stresses her political commitment to feminism and the ideal of ‘I’m in control of my life and destiny’ and I don’t let myself be oppressed by others. This is very close to a liberal and individualist stance, which can also be problematic. Even within feminism and for some feminist women ideals of autonomy and independence resonate to the neoliberal ideals, sometimes there is an overlap between I’m in charge of my destiny and I’m responsible or accountable for what happens in my life.

Another interesting tension that comes up is when Xuana says ***‘at the beginning he got a little bit on my nerves because he was always following me, and he was annoying’*** and a few moments later she says ***‘He is beautiful. It is a super charming person, super intelligent and he knows how to talk of everything in several language’*** even if it is contradictory these sentences concern the exact same person. This tension is created because there is a need to stress she wasn’t easy to be trapped but eventually she did since he was ***‘beautiful’, ‘charming’, ‘intelligent’*** and so it could happen to anyone else, even to a feminist - ***‘it is one of those fantastic guys that you fall for’***.

This account is close to the famous feminist slogan ‘It starts when you sink into his arms and ends with your arms in the sink’ (VanEvery, 1996), her description is clearly a critical feminist reading of the romantic storyline. The romantic dinner sequence is the moment when she starts to put her arms in his sink. Implicit to her account is the idea that anyone could fall in the trap of the romantic prince and that above all when you are in love you continue to wish to keep the relationship even if your sexual and emotional needs are no longer fulfilled. Letting herself being a victim of the enemy might mean being victimized again by her friends. Once she accesses the feminist discourse which tells that all princes are frogs, she is able to cut off. But the first discourse that was used to frame the abuse was the romantic discourse, where you are supposed to invest and give yourself, assuming all the blame for what eventually goes wrong.

From prince into frog

In the following account Helena narrates a romantic relationship she maintained for a while and that also follows a similar storyline as the previous story, where at some point they start to feel oppressed and emotionally abused. Here she tells a story of how the ideal prince transforms himself into a frog and how hard it was for her to cut off with this oppressive relationship even if at the same time she continued to date with her long-term boyfriend which she describes as being the opposite character.

Helena: I had never lived something so intense in my life (...) there were times where we met every day and that was something, then we went to a beach somewhere, but I mean, I was always trying that nothing important happened because that was for me something much more emotional than physical or sexual and so I just wanted to hear the things he had to say and I told him the things that I had to tell him. For me as a matter of fact it was quite funny, that then the physical contact started to have another meaning ... since I thought it had nothing to do with kissing or having sex with him, because I thought that it was being unfaithful. During 3 months the thing I desired the most was going back to Portugal I remember of having images of this. It was just touching his hand, for me it was the most possible electrical thing, because I wasn't going to kiss him, otherwise I would be an awful person. I wasn't going to touch him or anything else, but if his hand could touch mine. That was something totally fantastical. So I arrived here [Portugal] and as everything these stories are very nice, but what happened was that, even if it was very hard to handle this situation of ambiguity I was the one who had the upper hand, I was the one who could decide if I wanted to invest in this relationship or if I wanted to continue on my previous relationship. He didn't, he saw himself falling in love for a person without wiggle room. When I came back to Portugal what he decided to do, and I only understood it later [he decided not to let himself go]. It was something he was able to do and I wasn't. Maybe I should have done it... so at a certain point I let myself go and he was the one who started to pull me off, so at the end he was backing me off a lot, because he said, 'if I get more emotionally involved with you I won't be able to return to my normal life

knowing that you are with someone else'. So he started to refrain and at that moment I was, I totally got lost. So what happened is he started to treat me really bad, really bad, really bad, really bad, really bad [very low tone] but so bad, so bad you cannot imagine, at every level, the way he talked to me, his tone of voice, the things he said, he went from treating me very well to treating me very bad, really bad. I remember that I wanted, I liked him a lot, I liked him a lot and I continued to see him several times a week and I don't know what else and then it lasted for several months, I was already in Portugal and was stuck to what I had felt for him in Germany. What we had in Germany, but he was already treating me badly for a while and so at a certain point I was able to cut off with that. For me as I was saying it changed a lot my way of seeing relationships, because I only had, it was almost, I only had one love relationship in my life so unlike you I don't have a real notion of what in my relationship is typical of Eduardo [her boyfriend] and of Eduardo and me, and what is normal of all relationships. I think that is good and bad at the same time. On one side, I think there are fantastic things in my relationship with Eduardo, and I always thought that if I dated someone else those things would also exist because all love relationships were beautiful like that. Then when I had this experience with him [the other one], that he shifted from I being marvelous, to thinking that I was... Can you imagine, in feminist terms, that I was too independent, too smart, he would say 'you know we could have a beautiful future ahead of us but we won't and you know why? Because I could never deal with the fact that you are smarter than me and that you have better grades than I have', and things like that and would say awful things. Sometimes he would spit on the floor, can you imagine, he had such, imagine he had a toothpick or something else and he would throw it on the floor and instruct me to catch it. It was really to downgrade me, and I would catch it because I just wanted to, I just wanted to, because in the first place you don't, you don't get the street dirty, we are not bad people and then it was that thing. I just wanted to be near him no matter the bad things he was doing to me and then I got off from that relationship. Interestingly I got into this [relationship] thinking, oh my god this will end up the relationship [with her boyfriend] I already have and I got out much stronger because all of the sudden I looked to Eduardo and I thought, this relationship works very well and don't... It works well because, because he has

characteristics which allow this good functioning. Because this [other] guy couldn't deal with my personality, with this, with that and I don't know what else. Eduardo is able and tries, and he has always had patience and he always understood and I don't know what else. It helped me to value [the relationship with Eduardo] a lot more, because I think, I think I didn't have respect for what is specific of that relationship, because I never, I never had any other and so now I have the notion that it isn't in all relationships that you find things that for me are important. All this to get here. It is respect at all levels, physical respect, intellectual respect. One thing that Eduardo has and that I think is fantastic and that I don't know many other men that have it, is a big detachment concerning certain gender norms. I mean, he, he is very quiet and I talk a lot, and so everyone thinks it's me who is the boss, that I'm the one wearing pants and I don't know what else. Sometimes when we were younger, like 16, his friends made fun of him saying you let her tell you what to do? Many boys that I know, and this one, that I just talked about, feel their masculinity, their identity is questioned and Eduardo doesn't (...) He doesn't even bother to answer. It is something that for him, and for me because I know a lot of boys that have exactly the opposite personality, I really value that of him. Before looking at me like as a woman and feeling damaged in his masculinity because of that, he knows I'm Helena and that today I'm the one who talks more, and the power relations are not so much under the lenses that I'm a woman. I play the role of woman and he of man, it is more, it is something more fluid. That's it. That is very important to me. With that other guy no, he was pretty much, I have to be the smartest, I have the better grades and you are marvelous, you are beautiful, hey but [claps her hands] when we would write articles together you have to, you have to sign my last name [this was during the period when they talked about living together, getting married and having children together]. Are you joking? I won't sign with your last name, but it was very much like that and that made me appreciate my boyfriend even more, that was it.

For a certain time Helena continues in the relationship as if she was waiting for the fairy tale to come back and for the frog to change back into the prince - ***'I remember that I wanted, I liked him a lot, I liked him a lot and I continued to see him several times a week and I don't know what else and then in the meanwhile there were***

several months'. All the narrative of romantic love *'I had never lived something so intense in my life'* and abuse *'he started to treat me really bad, really bad, really bad, really bad, really bad [very low tone] but so bad, so bad you cannot imagine'* are framed within the romantic discourse, even if she seems quite conscious that things shouldn't be like that and she has a feminist organization of the story. For instance she starts the account presenting it in an ironic tone *'as everything these stories are very nice, but'* and also points to sexist behaviors – *'you are marvelous, you are beautiful, hey but ... when we would write articles together you have to, you have to sign my last name'* - that came up long before what she identified as abuse *'treat me really bad'*.

Emotion work (Duncombe & Marsden, 1993) is used here either to excuse or explain how she was able to continue involved in an abusive relationship for several months without positioning herself as a victim or object *'I was the one who could decide if I wanted to invest in this relationship or if I wanted to continue on my previous relationship'*. On the opposite she puts herself in a power position (because she could choose) over him *'he saw himself falling in love for a person without wiggle room'*. By doing so she is excusing him for his reprehensible behavior and positioning herself as comprehensive and emphatic with his feelings. Emotion work here is a resource that Helena finds to explain the emotional abuse perpetrated by her 'lover'. In some way she uses emotion work as an euphemism to avoid being portrayed as a victim (Frith & Kitzinger, 1998). Besides romantic love is used to explain why she continued in this abusive relationship for several months *'at that moment I was, I totally got lost'*. Later in the account she values her boyfriend for being different *'Eduardo is able and tries, and he has always had patience and he always understood and I don't know what else'*, accounting for this as if he was a different/ better guy for being like this and not that he is just being an ordinary person for being respectful of herself and identity. A common account among some feminist engaged in (hetero)relationships is they have different and more egalitarian relationships.

On the contrary of what had done Xuana in her account, Helena doesn't seem to be able to straightforwardly identify this experience as an abusive relationship but instead tries to (re)produce a mutual love story and not necessarily an abusive one. She frames her romantic discourse within the platonic framework *'I was always trying that nothing important happened because that was for me something much more emotional than physical or sexual'* in order to avoid to position herself as an adulterous

woman. By doing so she maintains her own coherency as a 'good person'. She clearly defines infidelity as having sex or having physical contact with someone else and this allows her to stress that according to her beliefs she was never unfaithful to her boyfriend. This is quite striking as often women frame infidelity on an emotional more than on a sexual level (Celia Kitzinger & Powell, 1995). Just as found by Burns and Griffin women apparently feel compelled to position themselves as faithful even when they aren't (1996). Nevertheless this account of Helena is also contradictory as at another moment she clearly accounts for the intense sensual desires she had for this person ***'then the physical contact started to have another meaning (...) It was just touching his hand, for me it was the most possible electrical thing'***.

The account is flawed with other more or less subtle contradictions which reflect her need to position herself not as a victim, since this would seem to be incompatible with her feminist subject positioning. Even if she says she was the one who had the power to decide ***'I was the one who had the upper hand, I was the one who could decide'***, at the end he was the one who took control over the relationship as he was the one who ***'started to refrain'*** [his feelings and the relationship] and at that point she admits ***'I totally got lost'***, otherwise it wouldn't be acceptable or understandable how a feminist woman could accept this experience, only if she was out of her mind, i.e. in love – ***'I just wanted to be near him no matter the bad things he was doing to me'***. It is also possible to capture the tension between feminist positioning and in love positioning. At some point she tells how she was downgraded by him when he threw things on the street and ask her to catch it, first saying ***'I would catch it because... in the first place you don't, you don't get the street dirty, we are not bad people'*** to avoid positioning herself as a dupe but at the end she understands her arguments is unrealistic and eventually uses the romantic discourse to explain she did it because she had no control over her feelings ***'I just wanted to be near him no matter the bad things he was doing'***.

After all romantic fairy tales seemed more pervasive than equal and respectful relationships and only an extreme situation made it possible for her to cut off with this abusive relationship. Ending an abusive relationship is often complicated and difficult to achieve for many women. Even if it is a different version of romance, with a new kind of happy ending (Sue Jackson, 2001) it is also felt by the young women as a failure when they aren't able to choose the right prince (Gavey, 2005; Celia Kitzinger &

Thomas, 1995). Cultural conventions related to love relationships expect women to make their own interests secondary to those of the people they love (Ussher, 1997). What is particularly striking is that these young feminists are quite conscious and aware of the emotional abuse and oppression they went through in these relationships. Nevertheless it didn't really stopped these situations from happening or continue over for some time. Cutting off with these relationships was painful and feminism didn't seem to be a friendly or helpful framework because it only frames them as victims and traitors which is not necessarily empowering. Because they either feel guilty of being victims (as in case of Xuana), or simply refuse to frame it as abuse (as in case of Helena). The question here is also that apparently romantic love is the available discourse to frame suffering and abusive relationships. They position themselves as victims of love - because love encompasses suffering - when they could alternatively position themselves as victims of stupid macho guys and practices.

Homeopathic⁴⁶ subversions of Femininity and Masculinity

In this section we will analyze the creative and non-traditional ways these young feminists use in their hetero-sexual relationships, which seem to undermine some of the most dominant pillars of traditional femininity, according to which women are expected to be beautiful (Wolf, 2002), always perfect so they don't disappoint their partners or potential partners; menstruation is a dirty thing (Potts, 2002; Ussher, 2006) that has to be hidden; in the private context of sexual relationships each gender takes on very stereotyped roles (Gagnon & Simon, 2005 [1973]).

The homeopathic subversions come up within the sex game and are a part of feminist political indoctrination. Love is definitely not central to these accounts and mutual and explicit consent is prioritized.

⁴⁶ We use the term homeopathic in the sense that it involves changes that are not necessarily very visible or salient but that seem to contribute for a change in gender relationships and traditional femininity discourses.

Love to have sex with menstruation

In the first account Ema explains how essential it is for her that her boyfriends have sex with her while she has her menstrual period. In this account all participants are very conscious and assertive about their preferences.

Ema: Now I'm with my period that is great, I have intercourse when I'm with my period if the person doesn't mind

Mafalda: Me too, me too

Helena: Me too

Ema: If he doesn't mind [laughs]

Xuana: I already did it but I don't feel so comfortable

Mafalda: And poor of him if he doesn't want

Ema: It's obvious that the person won't masturbate me otherwise [the person] will be with a lot of blood, I mean, [the person] won't put the mouth but will put the fingers [laughs] I'm glad, otherwise, I wouldn't go out with anyone that would have this kind of problem with me, no way

Xuana: I personally don't like to have intercourse during my period. It's bizarre for me, to soil everything, the sheets or whatever we are [on]

Ema: [laughs] I'm laughing

Ema: (...) I feel a peak (...) when I talk about peak, [I mean] I feel more desire at that time, at the end [of the menstruation]

Now we can grasp how the young feminist women construct sexual intercourse as a game that is regulated by their rules, which means by their desires and preferences. Mafalda and Ema disrupt the popular representations around menstruation that depict it as something frightening and repulsive (Potts, 2002; Ussher, 2006), associating it with embodied pleasure and desire and converting sex during the menstrual period as a prerequisite to accept men as boyfriends. In this excerpt the young feminist women stand on two discourses to make their account. The feminist discourse gives them the entitlement to have control over their bodies as a fundamental right and the discourse of desire legitimates their willingness and their self-consciousness on their body talk (Tolman, 2001).

It is possible to find shifting positioning over the excerpt. Initially Ema refers '*I have intercourse when I'm with my period if the person doesn't mind*' positioning herself as a negotiator over sexual issues, but after Mafalda's comment '*And poor of him if he doesn't want*' she reformulates her positioning in order to adopt a feminist position where she has a more active role, at the cost of entering in some contradiction with her previous account. By saying '*I wouldn't go out with anyone that would have this kind of problem with me, no way*', she sticks herself to Mafalda's positioning, which is clearly more empowered. Therefore being refused intercourse during menstruation would be violating a fundamental rule and that would lead to the exclusion of a potential boyfriend. This is clearly an empowered positioning, where the young feminist women are compromised to exercise their agency and control over their sexual encounters, questioning traditional femininity where women are expected to be passive and follow man's initiatives. They all seem very conscious of their sexual preferences and desires even if one of them expresses negatives feelings towards it.

The association of menstruation with desire, by some participants, is a clear resistance to dominant models of sexuality, providing alternative meanings for female sexuality. Showing somehow to be different from what Fahs (2011b) found where the majority of the participants had negative feelings towards having sex during menstruation and those who had positive feelings were white women and bisexual or lesbian, more than coloured or heterosexual women. The advantage to use the construction sex as a game is that it allows women to set up limits and establish that some things are just not negotiable.

Will you be able to pass the test?

Here relationships are also constructed as a political engagement, so it becomes also a political partnership. To enter the game of sex or the game of relationships it is necessary to have some prerequisites that can be evaluated in advance.

Mafalda: For me what is crucial in a boyfriend is, besides the political part I mean the ideas, I mean having a mentality similar to mine. If I have a boyfriend against abortion, it isn't possible, it isn't possible [laughs] forget it, so he has to,

I mean we have to have a certain vision of the world that is similar. He has to really respect me, as a woman. One of the first things I do in bed the first time is that I'm not depilated. Either he will accept it or goodbye so he has to accept who I am. That thing of making love with menstruation it is good from a psychological point of view (...) Because normally men have a repulsion eh blood eh (...) I try to explain that it is nothing disgusting. It is our body, it isn't a filthy thing, and seeing me full of hair, because I'm very hairy, so the first time I'm always very hairy, to see what is the reaction [laughs] nothing of depilation. It is like this, natural [laughs] so it is the first test.

Emma: So you test? It is the first test of the relationship?

Joana: I don't do depilation in the first test, in the first test I go just like this, if he doesn't pass the test, goodbye, well it never happened but, I mean he has to like me as I am. Not like, not very well set up and I don't know what else. If he likes me unsightly, in the morning with under eyes, hairy and I don't know what else it is because he likes me.

This account clearly defies traditional expectations over relationships. Here love is clearly put into the background and what is valued is the shared political ideas. Mafalda is in a power position to test and to be herself. She is the one to impose the rules. If the partner fails to successfully pass the test he will be dismissed *'he will accept it or goodbye so he has to accept who I am'*. He has to adhere and to behave in a non-sexist way, so he has to share the feminist core of ideas. The fact that this young feminist woman doesn't have to behave or perform within traditional femininity is quite empowering, showing a way to resist body control and patrol (Fahs, 2011a). Men have to respect her as a woman, i.e. as a feminist, and not collude with traditional femininity. Often body hair is associated with shame and with undesired masculine features (unfeminine) (Toerien & Wilkinson, 2003, 2004) and this account shows exactly the opposite because in this sense there is a total denial of traditional femininity (Tolman, 1999; Ussher, 1997). Nevertheless it is important to note that even if in the beginning she stresses the need to share political ideas at the end of the presented account she says that he has to accept her and like her as she is and this is one of the tenets of love as being unconditional. She doesn't necessarily expresses that man is expected to dislike the traditional femininity standards.

Playing with dolls or not so much

In the following section it is possible to see how the subversion of traditional sexual roles can be highly empowering and how the ability to convince their partners to cooperate gives them power.

Mafalda: I have a boyfriend to whom I was able to sell products, and he, he bought me mascara, because he looks beautiful with mascara. João has long eyelashes, oh that guy with the makeup on the eyes it is, it is crazy, he has very long eyelashes, green eyes oh, I love to see that man with makeup and it is...

Xuana: One of my biggest fetish in bed is exactly to put makeup on a guy, I think it is beautiful!

Helena: And they tend to be receptive?

Ema: That was my question.

Xuana: Not at the beginning but since, since it is something done inside four walls and, and after it has an effect on me, that it is quite liberating I get really uah [laughs]

Ema: So they don't care [laughs]

Xuana: Then they don't

Mafalda: I will tell you something you don't know. It is about my boyfriend. My actual boyfriend is Brazilian, he his very vain. The concept of vanity is amusing. They are much more vain then the Portuguese. They have always their nails edged, I think it is great, he has beautiful hands, he has even put polish on his nails, during summer he is able to take 2 or 3 baths per day and I think it is funny that the hair, he even shaves the pubic hair.

Often sexual fantasies (of men and women) involve abuse and humiliation (mostly of women) (Segal, 1994; Ussher, 1997) and here young women have developed and engaged in anti-sexist fantasies. These could be seen as a kind of political action under the sheets (Bay-Cheng & Zucker, 2007). Convincing their partners to use make up is also a way to subvert traditional gender roles. They don't appreciate traditional

masculine features of men and feel really empowered when they contribute some how to make them engage in non-traditional masculine activities like using make-up or doing something with body hair. It is possible to see some fluidity in action between what is expected for men and women to do concerning body hair and make up. In the case of Xuana she negotiates with her partners this transgression. Her boyfriends give her excitement by accepting to be made up and they get good sex.

The transgression of femininity and masculinity boundaries allows them a sense of thrill at the same time as it positions themselves as active desiring subjects. It appears that these women love to transgress and work on their 'dolls' and that excites them which is much safer and/or egalitarian than some fantasies involving humiliation. It seems possible to use the difference not to allow oppression (Jeffreys, 1996; Rich, 1980) but to promote more pleasant and respectful sexual relationships.

CONCLUDING COMMENTS

The tension created by contradictory positionings fostered by the competing discourses of heterosexuality and feminism, can be seen to undermine the kind of sexual agency that young women might need to support their sexual well-being. According to Wendy Hollway (1995a) there is no emancipatory discourse of heterosexual desire. Here we saw it is possible to have rewarding heterosexual relationships where women feel agency over their sexuality but there is no straightforward emancipatory discourses available for young women to talk about heterosexual monogamic relationships. The romantic discourse is used to explain their suffering and their romantic failures, but as acknowledged by many (Burns, 2003; Fraser, 2005; Stevi Jackson, 1999; Wood, 2001) this discourse doesn't offer young women any agency. The feminist discourse still seems to lose the battle for more equalitarian relationships while competing with the romantic discourse. It is within the romantic discourse that the young feminist women position themselves and account for situations involving some kind of emotional abuse. The love tales we are told are so pervasive that it is very hard to come up with alternative to the traditional tale: she meets him, falls in love, suffers a lot to be with her charming prince and then they live happily ever after. Taking into account the way and length to which the young feminists gave to describe the abusive relationship is coherent with the idea that the struggle for finding and maintaining "happy intimate

relationships is part of what makes romantic love stories romantic”(Burns, 2006, p. 3). It seems women are never immune to male power and/or abuse within (hetero) relationships. Not even feminism seems able to answer to this problem effectively.

Feminism seems to provide good and alternative stories about female sexuality within just hetero(sex) and promote a deeper questioning about sexuality (Hollway, 1995a) but once (hetero)sex becomes entangled with love and relationships the task seems more difficult. It is clear that male pleasure isn't always prioritized, as it happens in the dominant discourses of heterosexuality (Holland et al., 2004). On the contrary, these women give (most of the times) precedence to their own pleasure and sexual gratification. It is important to underline, however, that even if we presented here some episodes of emotional abuse it doesn't necessarily mean all of them experienced it or that it is the predominant experience for all women including feminist. What we wanted to show is that feminism hasn't been successful to undermine or transform the romantic discourse. Nevertheless even if they successfully resist to several dominant discourses of (hetero)sexuality some of them and in some moments are still worried to perform within 'normal' sexuality (monogamic, coital imperative).

The discursive construction of sex as a game associated with the discourse of desire seems to open spaces for young women to enjoy and embodied sexuality. The spaces created by the homeopathic transgressions of femininity and masculinity are definitely creative forms of resistance to dominant (hetero)sexuality and can come up also within (hetero)relationships. It was striking to see how during the focus group session these young feminist women shared their expertise, experience and subjectivity providing each other access to alternative discourses and positionings. This seems an important strategy to make alternative discourses more accessible but it still kind of an homeopathic subversion which could be more widespread.

Contrary to other studies, Chung (2005) argues the transgression in the type of dating relationships was associated with more empowerment than the traditional monogamic heterosexual relationships and the reputation didn't seem problematic. Within this group the participation of women in the sexual negotiation most of the times goes beyond the conceptual level of 'equal' and 'mediated' power being achieved in the experiential level (Allen, 2003), especially when outside the romantic discourse. Some problems arise from relationship negotiation when the result of the negotiation becomes

an obligation (Braun et al., 2003). Contrary to other studies (Chung, 2005) here none of the participants used the liberal discourse of choice to account choosing to be in the relationship. Being in an abusive relationship was accounted because they were in love.

Young feminist positioned themselves as subjects of desire and their sexuality was neither absent or subordinated to male sexuality (almost all the times), making them able to negotiate sex as long as lover or (hetero)relationship imperatives didn't come in between. They could be characterized as "lover, desiring, passionate, seductive, inventive" (Kippax, Crawford, Waldby, & Benton, 1990, p. 541) and so being more able to negotiate their sexual encounters. Nevertheless, as argued by Plummer it is necessary to continue to find ways to bring citizenship rights into intimate relationship (2003). Feminism is providing them the possibility to control over their bodies but not over their hearts, because the romantic fairy tale seems to prevail. (Hetero)sex as a 'physical phenomenon outside the bounds of love' gives space to agency and a proactive femininity (Stewart, Mischewski, & Smith, 2000, p. 413). As suggested by Angie Burns there is a need to "challenge the constructed hierarchical relation between emotionality and rationality implicated in gender inequality"(2000, p. 484) and not necessarily give up on the possibility of heterosexual love. Feminists need to focus more on how (hetero)relationships (VanEvery, 1996) are constructed in order to maintain and reproduce the gender inequality and not necessarily define (hetero)sex as overlapping with (hetero)relationships. Traditional accounts of (hetero)sex seems easier to defy than the relationship imperative.

REFERENCES

- Allen, Louisa. (2002). As far as sex goes I don't really think about my body': Young men's corporeal experiences of (hetero)sexual pleasure. In H. Worth, A. Paris & L. Allen (Eds.), *The life of Brian: Masculinities, Sexualities and Health in New Zealand* (pp. 129-138). Dunedin: University of Otago Press.
- Allen, Louisa. (2003). Power talk: Young people negotiating (hetero)sex. *Women's Studies International Forum*, 26(3), 235 – 244.
- Allen, Louisa. (2005). *Sexual subjects: young people, sexuality and education* London: Palgrave.
- Averett, Paige, Benson, Mark, & Vaillancourt, Kourtney. (2008). Young women's struggle for sexual agency: the role of parental messages. *Journal of Gender Studies*, 17(4), 331-344.

- Bay-Cheng, Laina Y., & Zucker, Alyssa N. (2007). Feminism Between the Sheets: Sexual Attitudes Among Feminists, Nonfeminists, and Egalitarians. *Psychology of Women Quarterly*, 31(2), 157-163. doi: 10.1111/j.1471-6402.2007.00349.x
- Bordo, Susan R. (1992). The body and the reproduction of femininity: A Feminist appropriation of Foucault. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Eds.), *Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing* (pp. 13-33). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Bordo, Susan R. (2003 [1993]). *Unbearable weight: Feminism, western culture, and the body* (Tenth Anniversary Edition ed.). Berkeley: University of California Press.
- Braun, Virginia, Gavey, Nicola, & McPhillips, Kathryn. (2003). The 'fair deal'? Unpacking accounts of reciprocity in heterosexual. *Sexualities*, 6, 237–261.
- Burns, Angie. (1999). *Professions of love: The discursive construction of love and romance in intimate heterosexual relationships*. (Ph.D.), Open University (United Kingdom) England.
- Burns, Angie. (2000). IV. Looking for Love in Intimate Heterosexual Relationships. *Feminism & Psychology*, 10(4), 481–485.
- Burns, Angie. (2003). Love against the odds? Feminism, discourse analysis and the perverse power of obstacles to love. *Psychology of Women Section Review*, 5, 3–14.
- Burns, Angie. (2006). Passion, pain and 'bad kissing decisions': learning about intimate relationships from Buffy Season Six. *Slayage: The Online International Journal of Buffy Studies*, 21, 15. Retrieved from <http://slayageonline.com/essays/slayage21/Burns.htm>
- Burns, Angie, & Griffin, Christine. (1996). *Constructing Accounts of Infidelity in Heterosexual Relationships*. Paper presented at the BPS Social Psychology Section Annual Conference, University of Strathclyde, UK.
- Chung, Donna. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women's Studies International Forum* 28, 445–455.
- Costa, Cecília, Nogueira, Conceição, & Lopez, Felix. (2009). 'My sexual self, I stifled it': sexual subjectivities among young Portuguese women. *Culture, Health & Sexuality*, 11(4), 431-442.
- Davies, Bronwyn. (1992). Women's subjectivity and feminist stories. In C. Elis & M. G. Flaherty (Eds.), *Investigating Subjectivity: Research on Lived Experience* (pp. 53-78). London: Sage.
- Duncombe, Jean, & Marsden, Dennis. (1993). Love and Intimacy: The Gender Division of Emotion and 'Emotion Work'. *Sociology*, 27(2), 221-241. doi: 10.1177/0038038593027002003
- Fahs, Breanne. (2011a). Dreaded "Otherness": Heteronormative patrolling in women's body hair rebellions. *Gender & Society*, 25(4), 451-472. doi: 10.1177/0891243211414877

- Faehs, Breanne. (2011b). Sex during menstruation: Race, sexual identity, and women's accounts of pleasure and disgust. *Feminism & Psychology*, 21(2), 155-178. doi: 10.1177/0959353510396674
- Fine, Michelle. (1988). Sexuality, schooling, and adolescent females: The missing discourse of desire. *Harvard Educational Review*, 58(1), 29–51.
- Fraser, Heather. (2005). Women, Love, and Intimacy "Gone Wrong": Fire, Wind, and Ice. *Affilia*, 20(1), 10-20.
- Frith, Hannah. (2001). Young Women, Feminism and the Future: Dialogues and Discoveries. *Feminism & Psychology*, 11(2), 147–151.
- Frith, Hannah, & Kitzinger, Celia. (1998). 'Emotion Work' as participant resource: a feminist analysis of young women's talk in interaction. *Sociology*, 32(2), 299–320.
- Gagnon, John H., & Simon, William (2005 [1973]). *Sexual Conduct: The Social Sources of Women Sexuality* (Second ed.). Chicago: Aldine-Artherton.
- Gavey, Nicola. (1997 [1987]). Feminist Poststructuralism and Discourse Analysis. In M. M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Towards a New Psychology of Gender: A Reader*. London: Routledge.
- Gavey, Nicola. (2005). *Just sex? The cultural scaffolding of rape*. New York: Routledge.
- Gavey, Nicola, & McPhillips, Kathryn. (1999). Subject to romance: Heterosexual passivity as an obstacle to women Initiating condom use. *Psychology of Women Quarterly*, 23, 349-367.
- Hird, Myra J., & Jackson, Sue. (2001). Where 'angels' and 'wusses' fear to tread: sexual coercion in adolescent dating relationships. *Journal of Sociology*, 37(1), 27–43.
- Holland, Janet, & Adkins, Lisa (Eds.). (1996). *Sex, Sensibility and the Gendered Body*. New York: St. Martin's Press.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue , & Thomson, Rachel. (1994). Power and Desire: The Embodiment of Female Sexuality. *Feminist Review*, 46(Sexualities: Challenge & Change), 21-38.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel (2004). *The Male in the Head: Young People, Heterosexuality and Power* (2° Rev ed.). London: Tufnell Press.
- Holland, Janet, Ramazanoglu, Caroline, Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel. (1998). Feminist Methodology and Young People's Sexuality. In R. Parker & P. Aggleton (Eds.), *Culture, Society and Sexuality* (pp. 457-472). London: Taylor & Francis.
- Hollway, Wendy. (1984). Women's Power In Heterosexual Sex. *Women's Studies International Forum*, 7(1), 63-68.
- Hollway, Wendy. (1989). *Subjectivity and Method in Psychology: Gender, Meaning and Science*. London: Sage.

- Hollway, Wendy. (1995a). Feminist discourse and women's heterosexual desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 86-105). London: Sage.
- Hollway, Wendy. (1995b). I. A Second Bite at the Heterosexual Cherry. *Feminism & Psychology*, 5(1), 126-130.
- Hollway, Wendy. (2004). II. Feminism and Heterosexual Marriage: The Return of the Repressed? *Feminism & Psychology*, 14(2), 319–322.
- Jackson, Stevi. (1996). Heterosexuality and feminist theory. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 21-38). Buckingham: Open University Press.
- Jackson, Stevi. (1999). *Heterosexuality in Question*. London: Sage Publications.
- Jackson, Stevi, & Scott, Sue. (2004). The Personal is still Political: Heterosexuality, Feminism and Monogamy. *Feminism & Psychology*, 14(1), 151-157.
- Jackson, Sue. (2001). Happily Never After: Young Women's Stories of Abuse in Heterosexual Love Relationships. *Feminism & Psychology*, 11(3), 305-321.
- Jeffreys, Sheila. (1996). Heterosexuality and the desire for gender In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 75-90). Buckingham: Open University Press.
- Kaler, Amy. (2006). Unreal women: sex, gender, identity and the lived experience of vulvar pain. *Feminist Review*, 82, 50-75.
- Kippax, Susan, Crawford, June, Waldby, Cathy, & Benton, Pam. (1990). Women negotiating heterosex : Implications for AIDS prevention *Women's Studies International Forum* 13(6), 533-542.
- Kirkman, Maggie, Rosenthal, Doreen A., & Smith, Anthony M. A. (1998). Adolescent Sex and the Romantic Narrative: Why Some Young Heterosexuals Use Condoms to Prevent Pregnancy but Not Disease. *Psychology, Health & Medicine*, 3(4), 355-370.
- Kitzinger, Celia , & Thomas, Alison. (1995). Sexual harrassment: A discursive approach. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 32-48). London: Sage.
- Kitzinger, Celia, & Powell, Deborah. (1995). Engendering Infidelity: Essentialist and Social Constructionist Readings of a Story Completion Task. *Feminism & Psychology*, 5(3), 345-372. doi: 10.1177/0959353595053004
- Kitzinger, Celia, & Wilkinson, Sue. (1993). Editorial introduction: Theorizing heterosexuality In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Heterosexuality: A Feminism and Psychology Reader* (pp. 1-32). London: Sage Publications.
- Kitzinger, Celia, & Wilkinson, Sue. (1997). Validating women's experience? Dilemmas in feminist research. *Feminism & Psychology*, 7, 566-574.
- Kitzinger, Celia, Wilkinson, Sue, & Perkins, Rachel. (1992). Theorizing heterosexuality. *Feminism & Psychology*, 2(3), 293-324.

- Korobov, Neill, & Thorne, Avril. (2009). The Negotiation of Compulsory Romance in Young Women Friends' Stories about Romantic Heterosexual Experiences. *Feminism & Psychology, 19*(1), 49-70.
- Lavie, Maya, & Willig, Carla. (2005). 'I Don't Feel Like Melting Butter': An Interpretative Phenomenological Analysis of 'Inorgasmia'. *Psychology & Health, 20*(1), 115-128.
- Lees, Sue. (1993). *Sugar and Spice: Sexuality and Adolescent Girls*. London: Penguin.
- McPhillips, Kathryn, Braun, Virginia, & Gavey, Nicola. (2001). Defining (hetero)sex: How imperative is the "coital imperative"? *Women's Studies International Forum, 24*(2), 229-240.
- McRobbie, Angela. (2000). *Feminism and Youth Culture*. New York: Routledge.
- McRobbie, Angela. (2009). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage.
- Millet, Kate. (1969). *Sexual Politics*. London: Granada Publishing.
- Parker, Ian. (1992). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.
- Philips, Lynn M. (2000). *Flirting with danger: Young Women's Reflections on Sexuality and Domination*. New York: New York University Press.
- Plummer, Kenneth. (2003). *Intimate citizenship, private decisions, and public dialogues*. Seattle: University of Washington Press.
- Potts, Annie. (2000). 'Coming, Coming, Gone: A Feminist Deconstruction of Heterosexual Orgasm', *Sexualities, 3*(1), 55-76.
- Potts, Annie. (2002). *The Science/Fiction of Sex: Feminist Deconstruction and the Vocabularies of Heterosex*. London: Routledge.
- Ramazanoğlu, Caroline, & Holland, Janet. (2006). *Feminist Methodology: Challenges and Choices*. London: Sage.
- Rich, Adrienne. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of Women in Culture & Society, 5*(4), 631-660.
- Richardson, Diane (Ed.). (1996). *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight*. Buckingham: Open University Press.
- Schick, Vanessa R., Zucker, Alyssa N., & Bay-Cheng, Laina Y. (2008). Safer, Better Sex Through Feminism: The Role of Feminist Ideology in Women's Sexual Well-Being. *Psychology of Women Quarterly, 32*(3), 225-232. doi: 10.1111/j.1471-6402.2008.00431.x
- Segal, Lynne. (1994). *Straight Sex: Rethinking the Politics of Pleasure*. Berkeley: University of California Press.
- Sieg, Ellen. (2000). VII. 'So Tell Me What You Want, What You Really Really Want . . .': New Women on Old Footings? [498–503]. *Feminism & Psychology, 10*(4).

- Smart, Carol. (1996a). Collusion, collaboration and confession: on moving beyond the heterosexuality debate. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 161-177). Buckingham: Open University Press.
- Smart, Carol. (1996b). Desperately Seeking Post-Heterosexual Woman. In J. Holland & L. Adkins (Eds.), *Sex, Sensibility and the Gendered Body* (pp. 222-241). New York: St. Martin's Press.
- Snitow, Anne, Stansell, C., & Thompson, Sharon (Eds.). (1983). *Powers of desire: The politics of sexuality*. New York Monthly Review Press.
- Stewart, Fiona J., Mischewski, & Smith, Anthony M. A. (2000). 'I want to do what I want to do': young adults resisting sexual identities. *Critical Public Health*, 10(4), 409-422.
- Szasz, Thomas S. (1990). *Sex by Prescription: The Startling Truth about Today's Sex Therapy*. New York: Syracuse University Press.
- Thompson, Sharon. (1996). *Going All The Way: Teenage Girls' Tales of Sex, Romance and Pregnancy*. New York: Hill and Wang.
- Tiefer, Leonore. (2004a). *Sex is Not a Natural Act and Other Essays* (2 ed.). Oxford: West View Press.
- Tiefer, Leonore. (2004b). VI. Biological Politics (Read: Propaganda) Remains Alive and Well in Sexology. *Feminism & Psychology*, 14(3), 436-441.
- Tiefer, Leonore, Hall, Marny, & Travis, Carol. (2002). Beyond Dysfunction: A New View of Women's Sexual Problems. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28, 225-232.
- Toerien, Merran, & Wilkinson, Sue. (2003). Gender and body hair: constructing the feminine woman. *Women's Studies International Forum*, 26(4), 333-344. doi: 10.1016/s0277-5395(03)00078-5
- Toerien, Merran, & Wilkinson, Sue. (2004). Exploring the depilation norm: a qualitative questionnaire study of women's body hair removal. *Qualitative Research in Psychology*, 1, 69-92.
- Tolman, Deborah L. (1999). Femininity as a barrier to positive sexual health for girls. *American Medical Women's Association*, 54(3), 133-138.
- Tolman, Deborah L. (2001). Echoes of Sexual Objectification: Listening for One Girl's Erotic Voice. In D. L. Tolman & M. Brydon-Miller (Eds.), *From Subjects to Subjectivities: A Handbook of Interpretative and Participatory Methods* (pp. 130-144). London: New York University Press.
- Tolman, Deborah L. (2005). *Dilemmas of Desire: Teenage Girls Talk about Sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ussher, Jane M. (1997). *Fantasies of Femininity: Reframing Boundaries of sex*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Ussher, Jane M. (2006). *Managing The Monstrous Feminine: Regulating the Reproductive Body* London: Routledge.

- Vance, Carol (Ed.). (1984). *Pleasure and danger: Exploring female sexuality*. New York: Harper Collins.
- VanEvery, Jo. (1996). Sinking into his arms ... Arms in his Sink: Heterosexuality and Feminism Revisited In L. Adkins & V. Merchant (Eds.), *Sexualising the social: Power and the organisation of sexuality* (pp. 35-54). New York: St. Martin's Press.
- Wetherell, Margaret. (1995). Romantic discourse and feminist analysis: Interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 128-144). London: Sage.
- Wilkinson, Sue, & Kitzinger, Celia (Eds.). (1993). *Heterosexuality: A Feminism & Psychology Reader*. London: Sage.
- Willig, Carla. (1998). Constructions of Sexual Activity and Their Implications for Sexual Practice: Lessons for Sex Education. *Journal of Health Psychology*, 3(3), 383–392.
- Willig, Carla. (2001). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (2003). Discourse Analysis. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 159-183). London: Sage Publications.
- Willig, Carla. (2008). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method* (2 ed.). Buckingham: Open University Press.
- Wolf, Naomi (2002). *The Beauty Myth: How Images of Beauty Are Used Against Women*. New York: Perennial.
- Wood, Julia T. (2001). The normalization of violence in heterosexual romantic relationships: Women's narratives of love and violence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18(2), 239-261. doi: 10.1177/0265407501182005

**CONCLUSÃO - REFLEXÕES SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA DE
MULHERES JOVENS**

CONCLUSÃO - REFLEXÕES SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA DE
MULHERES JOVENS

Women find themselves in new quandaries, puzzled by the difficulties of feeling simultaneously free and trapped (Breanne Fahs, 2011, p. 5)

It is not necessary to push a canoe into the sunset at the end of every paper
(Wolcott, 2001, p. 122)

Reflexões finais

Tal como por Anita Harris apontou (2005), é possível observar a emergência de um desejo sexual genuíno mas que não está isento de problemas. Só podemos ver as possibilidades de mudança a partir do momento em que colocamos em evidência o que é tido como garantido e óbvio (Weatherall et al., 2002). Sem desejo nem uma sexualidade encorporada (*embodied*) as mulheres (e homens) nunca poderão envolver-se em encontros sexuais seguros, prazenteiros, mútua e explicitamente negociados. Se continuarmos com as representações dominantes de que o homem tem muito desejo e de que a mulher não tem desejo, a negociação está condenada ao fracasso. A ideia de que a mulher também tem desejo mas que este deve ser despertado pelo homem também é uma ideia perigosa. Várias autoras (Allen, 2003a; Maxwell, 2007; Stewart, 1999a) defendem que mulheres e homens jovens alternam entre resistência e conformismo, quando se fala dos discursos dominantes da (hetero)sexualidade.

Nos estudos desenvolvidos foi possível encontrar alguns espaços de resistência em relação aos discursos dominantes. O discurso do desejo e o discurso feminista parecem importantes pois oferecem às mulheres jovens a possibilidade de se assumirem como agentes do seu próprio desejo, desfrutando de uma sexualidade que privilegia mais o seu prazer e as suas sensações sexuais do que as do parceiro. Contudo, um dos aspetos mais salientes nos grupos de discussão foi a ausência do corpo nas suas narrativas. Fica a sensação de que a sexualidade de uma boa parte destas mulheres jovens é feita de ausências - ausência do corpo, de poder, de controlo, de autonomia - o que parece paradoxal quando se fala sobre sexualidade. As sensações corporais e sexuais fazem episódicas aparições e a ideia de que o corpo lhes pertence e de que dele podem dispor raramente aparece, à excepção do grupo de discussão com feministas. Muitas vezes os sentimentos românticos impõem-se sobre os sentimentos sexuais. A

masturbação, o auto-erotismo ou a auto-exploração do corpo é raramente nomeada e frequentemente relegada para segundo plano. Já que muitas vezes o *self* ou subjetividade sexual parece não existir até ao surgimento do primeiro namorado. Como se a sexualidade só fizesse sentido a dois e houvesse um vazio na ausência de marido ou namorado.

É com clara ambivalência que são escritas estas conclusões, pensando em Wendy Hollway (1995a, 1995b, 1996) e Lynne Segal (1994, 2000), que muito têm argumentado que as feministas devem parar de vitimizar e oprimir as mulheres e que nem todas as heterossexualidade(s) têm de ser opressoras e baseadas na desigualdade. Por muito que seja duro e difícil defender a posição de que, efetivamente, pouco mudou e que as mulheres continuam numa posição de poder e autonomia diferente da dos homens, o fato é que a presença do discurso pseudo-feminista fomentado pelo neoliberalismo veio mascarar as desigualdades que existem entre homens e mulheres. As mulheres foram imersas na ideologia da igualdade, o que não quer dizer que tenham sido imersas na literacia do prazer e da exploração do corpo. Nesse sentido confesso que não é possível fugir às evidências de que os espaços de resistência e emancipação sexual encontrados não são suficientes para mascarar ou esconder os discursos normativos e tradicionais sobre a sexualidade, que continuam a ser muito mais influentes e dominantes. E mesmo no grupo mais crítico, no qual seria esperado encontrar maior resistência a estes discursos, percebemos que o feminismo não as tornou imunes aos discurso romântico e ao imperativo das (hetero)relações. Não se pode nem se pretende pintar um cenário preto ou branco, existem nuances. Ao ignorar os espaços de resistência estar-se-ia a subscrever e a apoiar os discursos dominantes. Como explicava Rosalind Gill muitas vezes os debates em torno do feminismo polarizam-se entre o tudo mudou e o nada mudou (1993), e é possível encontrar argumentos que defendam as duas teses. Como refere a autora, partindo da sua experiência, ‘fico espantada com o quanto as coisas mudaram, e por outro, o quanto as coisas continuam na mesma’ (Gill, 1993, pp. 236-237). Nesse sentido os resultados nem são totalmente negativos nem totalmente positivos relativamente à emancipação da mulher. O desafio à ideia da virgindade através da construção discursiva da carochinha (*old wives' tale*) assim como as construções discursivas do sexo como um jogo (*sex as a game*), sexo como um *métier* e as subversões homeopáticas (*Homeopathic subversions*) parecem ser espaços com um bom potencial para influenciar e alterar as relações de género. Também foi

possível perceber que uso de grupos de discussão mistos parece abrir espaços para quebrar a invisibilidade omnipresente da heterossexualidade tradicionalmente presente nos grupos de discussão (Braun, 2000).

Apesar de ser possível discernir uma clara resistência ao duplo padrão sexual (Susan Jackson & Cram, 2003; Ramos et al., 2005) que existe sobretudo no plano das ideias e do ideal, podemos perceber que este duplo padrão sexual persiste na prática e que as mulheres jovens têm dificuldade em desafiá-lo. Por muito que ambos os sexos defendam que rapazes e raparigas devem ter a mesma liberdade (Marques, 2009) a partir dos discursos das raparigas percebemos que elas não desejam comportar-se como os rapazes, i.e. dispor da mesma liberdade que os rapazes para explorar a sua sexualidade. Frequentemente posicionam-se como tendo os mesmos direitos e concluem com “mas eu...”, usando estratégias de distanciamento (Dryden, 1999) para dizer que sim, que concordam com a igualdade entre os sexos e recusam o duplo padrão sexual, mas que, no entanto na sua vida pessoal o que realmente desejam e ‘escolhem’ é manter-se numa relação estável e duradoura e se possível fazer todo o seu percurso sexual com o mesmo parceiro.

Anthony Giddens (1995) propõe que a transformação da intimidade vai em direcção ao amor confluyente, onde a igualdade é a pedra basilar das relações afetivo-sexuais. No entanto outras investigações (Chung, 2005; Philips, 2000; Reynolds, 2008; Sieg, 2007), assim como os estudos apresentados, continuam a mostrar que o amor romântico é aquele que é idealizado pelas mulheres jovens e que a presença do amor confluyente existe sobretudo num plano teórico (Sieg, 2007). Muito embora seja aceite que as relações não são eternas e que os casais só devem continuar juntos se a relação for satisfatória para ambos, o que ressalta do discurso de algumas raparigas é que estes princípios não parecem estar materializados em muitas das suas relações e que o amor romântico tem claro precedente sobre o amor confluyente. Várias relataram relações nas quais se mantiveram mesmo quando esta não era satisfatória ou boa para ambos.

Agregada à heterossexualidade compulsória está a compulsão para ter um (hetero)relacionamento duradouro e as duas andam de mãos dadas. Como comentava uma das participantes, nos encontros esporádicos entre amigas (e sobretudo em círculos mais convencionais) surge sempre a questão ‘e então, e amores?’ Como sublinha Jill Reynolds (2008) as implicações do imperativo da relação romântica não têm apenas

efeito sobre as raparigas que estão envolvidas em relações duradouras. A crença cultural de que a realização pessoal implica estabelecer uma relação romântica duradoura “pode deixar aquelas que não a têm a sentirem-se isoladas e excluídas da normalidade” (Reynolds, 2008, p. 3). Um dos espaços de resistência mais interessantes que emergiu nas análises passava exatamente por questionar a virgindade ou o imperativo coital como um fato consumado.

Críticas aos estudos

Passados alguns anos depois do início deste percurso é claro que percebo que poderia ter optado por outras decisões que permitiriam outras interpretações. Uma das questões que ficou marginalizada foi a exploração mais sistemática da posição social das mulheres que participaram no estudo. Apesar de quase todas serem licenciadas ou serem estudantes universitárias nem todas pertenciam ou vinham do mesmo contexto social (classe média e classe trabalhadora) e esse aspeto ficou por explorar. É óbvio que estes elementos poderiam potenciar as possibilidades de interpretação, no entanto alguma investigação internacional aponta exatamente para o fato de que a classe social por si só não explica como se dá a adesão ou a resistência aos discursos dominantes (Maxwell, 2007). No seu estudo, Angie Burns conclui algo semelhante, apesar de ter recorrido a uma amostra política e socialmente diferenciada o uso dos discursos tradicionais sobre o amor romântico e a infidelidade era extremamente conservador (Burns, 1999a, 1999b, 2000). A ideia de dinamizar um grupo com mulheres feministas surgiu precisamente com o intuito de perceber se realmente o feminismo e a consciência política influenciavam as práticas e subjetividades sexuais destas mulheres jovens. Da leitura que fiz dos dados parece claro que as feministas tem acesso a mais recursos discursivos que lhes permitem resistir ou fazer uma leitura crítica das relações de género, no entanto elas(nós) não parecem(os) estar imunes aos discursos dominantes e p.e. às experiências de coerção. Uma segunda questão que surgiu no decorrer das análises foi a necessidade de incluir nos grupos, intencional e pró-activamente, mulheres que se identificassem e assumissem outras identidades sexuais, nesse sentido este trabalho é um contributo, ainda que pobre, para a compreensão de outras sexualidade(s) que não as (hetero)sexualidades (Allen, 2010; Braun, 2000). Sendo agora claro que para dar voz a todas as sexualidade(s) é necessário ser mais proactivo/a.

Como refere Paul Stenner, esta leitura “tal como qualquer outra leitura, é parcial e ‘*always-already* incompleta” (1993, p. 130). Nesse sentido obviamente que a análise poderia ter seguido outros padrões e ter sido organizada de forma distinta. Olhando de novo para cada um dos estudos, compreende-se que os roteiros e configurações poderiam ter sido outras e, como consequência, é óbvio que as análises seriam bem diferentes. O fato de ter partido com questões muito amplas para os grupos de discussão fez com que a co-construção desenvolvida em cada grupo seguisse caminhos distintos e tornou o processo de análise mais complexo. É claramente assumido que os estudos apresentados são apenas uma pequena parte das muitas possibilidades que oferece o material recolhido (Hollway, 1989). Nos grupos onde as participantes tinham relações de amizade, um dos fenómenos interessantes que foi possível identificar foi as dinâmicas de poder que emergem dos posicionamentos de cada uma e como determinados estatutos (como ter namorado, não ter experiências de abuso a relatar ou conhecidas, ter uma vivência sexual positiva) permitiam a estas jovens estabelecer uma relação de poder sobre as outras, por exemplo prescrevendo comportamentos, criticando, ironizando ou fazendo piadas. Nesse sentido foi possível perceber que desenvolver grupos de discussão com grupos exclusivos de amigas pode ser útil para explorar este tipo de dinâmicas e perceber quais os discursos e posicionamentos de sujeito que oferecem mais poder. Permitindo assim uma leitura crítica de como reverter esse poder.

Uma das críticas que poderia ser apontada (e que já foi), seria argumentar que a metodologia de grupos de discussão não é a mais indicada para explorar questões relacionadas com a intimidade e a sexualidade e que por isso as pessoas podem ter dificuldade em serem realmente ‘genuínas’ e ‘revelarem’ os seus sentimentos e pensamentos mais íntimos. Parece relativamente simples contestar este argumento primeiro porque a sexualidade é, acima de tudo, uma prática social quer quando ela ocorre nas conversas do dia-a-dia entre amigas ou nas instituições, quer quando a negociação ou interação ocorre dentro de quatro paredes (mas também ao ar livre). O que acontece dentro das quatro paredes é condicionado pelo contexto social, cultural e histórico mais amplo (Rubin, 1999). Uma entrevista seria diferente mas não seria necessariamente mais rica ou mais intimista. A grande vantagem deste tipo de metodologia é que cada participante foi desafiada a adaptar a sua fala em relação a uma audiência constituída por pessoas diferentes que não se limitava à investigadora. Nesse

sentido, o material é potencialmente mais rico em contradições e clivagens na performance da identidade individual. A audiência não era apenas constituída por uma investigadora jovem feminista mas envolvia outras pessoas que não abraçavam necessariamente os mesmos valores e as mesmas ideias políticas e que por isso podiam ser diferentes (p.e. ser mais conservadoras). É possível que no contexto de uma entrevista as mulheres se posicionassem como mais (ou menos) sexuais ou emancipadas do que o fizeram na maioria das sessões de grupos de discussão porque a audiência seria outra, e teria implicações distintas para a co-construção da interação. No entanto isto não pode nem deve ser entendido como sendo, necessariamente, um sinónimo de mais verdade ou *disclosure* ou que as mulheres têm muito prazer e desejo só que os constrangimentos sociais não permitem que elas sejam ‘sinceras’ e revelem a verdade do seu ser. Dar-lhe essa ‘privacidade’ também não conduzirá a maior emancipação apenas por se tratar de um espaço mais ‘seguro’ e protegido das sanções sociais. Por exemplo no livro *Fantacias Eróticas* (Isabel Freire, 2007) - escrito com base em entrevistas individuais escritas - é claro que grande parte das mulheres se posicionam como sujeitos conscientes e como pessoas ativas sobre o seu desejo (mesmo que a fantasia seja para assumir uma posição passiva). No entanto isto não quer dizer que a maioria dos relatos apresente uma construção da sexualidade alternativa aos modelos dominantes, bem pelo contrário. Muitos dos relatos envolvem fantasias de violência de género e humilhação espelhando bem o tipo de erotismo que prevalece no século XXI, produzindo um erotismo *male-in-the-head* (Holland et al., 2004) como é explícito neste excerto: “as minhas fantasias têm mudado consoante as fases da vida, mas o elo comum, recorrente, é sempre o facto de me encontrar numa posição fragilizada perante os “violadores”, opositores, dominadores, de ser a “vitima”, num sentido elogioso da questão” (contracapa Isabel Freire, 2007). Porque sexo de verdade, *real sex*, que se quer descomplexado não é o das florzinhas e dos beijinhos, isso é romantismo bacoco não é desejo ou sexo pelo sexo. Erótico é o sexo *hard-core*, pornográfico ou seja o sexo ‘masculino’. Breanne Fahs (2011) defende que a subjetividade sexual feminina reflete cada vez mais uma versão da sexualidade no masculino. A autora não pretende dizer que os homens querem que assim seja ou que beneficiam desta organização, no entanto os scripts sociais continuam a favorecer o prazer do homem sobre o prazer da mulher. As novas subjetividades sexuais femininas aparentam ter sido transformadas p.e. espelhadas no crescente envolvimento de mulheres em comportamentos bissexuais. No entanto, quando se exploram com mais atenção percebe-se que muitas mulheres o fazem

para estimular sexualmente o parceiro e outras colocam em segundo plano os sentimentos sexuais, experiências ou comportamentos homossexuais (Breanne Fahs, 2009; Breanne Fahs, 2011).

Finalmente queria refletir sobre as implicações que este tipo de análise pode ter sobre as relações que, enquanto investigadora, estabeleço com as participantes. Claro que este tipo de trabalho traz consigo problemas éticos e como qualquer outro/a investigador/a estou numa posição de poder. O uso que é feito das palavras das participantes não está necessariamente de acordo com as suas próprias interpretações. Provavelmente algumas/muitas das participantes iriam rejeitar as apropriações que são feitas das suas palavras, no entanto isto não significa que não se respeitem as suas experiências. A posição dentro do Construcionismo Social não oferece a mesma ‘*tranquilidade*’ que uma metodologia positivista. Contudo a intenção é genuinamente e/ou ingenuamente boa. Como refere Paul Stenner é essencial que “o investigador tome consciência do potencial campo minado que é a ética na qual se move” (1993, p. 131). Voltamos a sublinhar que, tal como as mulheres jovens que participaram no estudo, não estamos imunes ao contexto cultural em que vivemos. Ser crítica cultural não nos vacina magicamente das influências culturais (Bordo, 2003 [1993]).

Pistas para investigações futuras

São várias e diversas as sugestões que se podem fazer para a futuros estudos visto que a investigação em Psicologia da Sexualidade Feminista em Portugal apenas começa a dar os seus primeiros passos. Nesse sentido seria importante desenvolver estudos centrados em aspectos mais específicos da sexualidade e que envolvam grupos de mulheres mais diversificados. Quando se apela à diversificação, não se o faz pela obsessão da representatividade, mas, bem antes pela necessidade de procurar também as minorias, de forma a identificar discursos e espaços discursivos alternativos. Uma das questões que surgiram da análise do material recolhido foi tentar perceber o outro lado do espelho, isto é, como é que os namorados falam sobre a primeira vez, que discursos e posicionamentos usam para falar sobre a sua participação nos diferentes relatos. Estes dados permitiram-nos perceber com maior clareza como é que a coerção e coação sexual é convertida em ‘escolha’ de forma a colocar a nu as dinâmicas da violência e coerção nos relacionamentos (hetero)sexuais. Seria relevante estudar mulheres de outros

grupos etários para compreender melhor as diferentes realidades e vivências sexuais, pois os problemas ou constrangimentos que se colocam às mulheres jovens não são os mesmos que aqueles que se colocam às adolescentes de hoje ou às mães ou avós das mulheres que participaram neste estudo.

Uma outra investigação que poderia ter um grande interesse seria analisar os discursos dos sexólogos e pacientes, explorando a forma como o discurso (hetero)cêntrico é construído e mantido no contexto da terapia sexual, muito à semelhança do que fez Gabriela Moita (Moita, 2001, 2006) na sua análise dos discursos em torno da homossexualidade. Seria também importante fazer uma análise dos discursos dos especialistas (Sexólogos, Médicos, Psicólogos) sobre sexualidade e a forma como estes discursos aparecem nos media, isto é, como é que os média (re)produzem a produção científica ou os discursos especialistas. Explorando as consequências destas relações para a manutenção ou ruptura com o *status quo*.

A combinação de métodos e estratégias de recolha de dados, apesar de complexa e difícil, poderia ser extremamente profícua. Por exemplo fazer grupos de discussão ou entrevistas com adolescentes e combinar a análise com material de revistas ou da sua participação em redes sociais na internet. Permitindo uma leitura mais complexa das relações de poder e tensões entre diferentes discursos assim como dos espaços de resistência.

Implicações dos Estudos

Os dados obtidos mostram-se sobretudo importantes porque oferecem uma grelha de leitura para compreender como é que a(s) sexualidade(s) das mulheres jovens é entendida e vivida, e nesse sentido pode oferecer pistas importantes para pensar a educação sexual, as políticas de promoção da saúde bem como as políticas para a igualdade de género e sobretudo para o Feminismo e ativismo feminista.

Tendo por base os resultados dos estudos, parece evidente que a melhor forma de promover a emancipação sexual das mulheres jovens é dando impulso e disseminando discursos da sexualidade mais baseados no erotismo e no desejo e questionando o discurso romântico tradicional. Ao mesmo tempo que se estimula a leitura crítica das relações heterossexuais, é necessário fazer circular e dar visibilidade a

estes discursos alternativos para que as mulheres possam fazer uso dos mesmos. O feminismo tem e deve encontrar formas criativas de produzir 'histórias' românticas (re/ide)alistas feministas. Ao continuar a defender a impossibilidade de relacionamentos heterossexuais mais igualitários, o feminismo corre o risco de continuar a coartar qualquer possibilidade às mulheres jovens de viverem relações amorosas não opressoras, forçando-as a negar a existência de opressão ou responsabilizando-as pela sua vitimização. É necessário desconstruir o ideal romântico p.e. começar por promover e divulgar a leitura de literatura para crianças e adultos feminista e não-sexista como *The Paper Bag Princess* ou *Princess Smartypants* (Davies, 2003). Tal como em *The Paper Bag princess* as jovens deveriam ter as ferramentas para romper com os seus namorados a partir do momento em que eles as desrespeitam enquanto mulher e pessoa, e estes cenários não aparecem nas histórias românticas tradicionais. Provavelmente caberá às feministas e ao movimento feminista retomar os grupos de conscientização de forma introduzir novas e perturbadoras ideias sobre a(s) sexualidade(s) junto das mulheres. Como foi possível perceber durante os grupos de discussão, a partilha de diferentes formas de falar, pensar e sentir (ou seja o uso de diferentes discursos) permite que as jovens acedam a diferentes possibilidades de ser e de sentir. Só dando visibilidade a fenómenos como as subversões homeopáticas é que estas podem vir a ser generalizadas. Sem uma linguagem do erótico (Horta, 1983a, 1983b) baseada no corpo e nas sensações não é possível uma verdadeira emancipação.

Esta análise teve como motivação principal a possibilidade de contribuir para políticas sexuais mais produtivas e o desejo de compreender como é que o feminismo pode desenvolver e usar ferramentas discursivas alternativas e usa-las, ferramentas que sejam criativas para resistir aos discursos das (hetero)sexualidade(s) dominantes, para que cada mulher possa ter direito a sentir (ou não sentir se assim o escolher) prazer e desejo sexual, a desfrutar do seu próprio corpo sem estar necessariamente condicionada pelos modelos masculinos e (hetero)cêntricos da sexualidade. Sem querer ser totalmente pessimista nem afirmar um optimismo ingénuo sobre até que ponto há resistência aos discursos dominantes da sexualidade, o fato é que algumas (nós) mulheres são (somos) capazes de articular discursos alternativos nomeadamente do desejo e do erótico. Como argumentam várias autoras (Fine, 2005; Fine & McClelland, 2006; Holland et al., 2004; Smart, 1996a, 1996b) é necessário (re)imaginar a(s) sexualidade(s) e as relações entre os géneros de forma radicalmente diferentes mesmo que seja “difícil manter o

optimismo tendo em conta o clima político dominante na viragem do milénio ... contudo acredito que é crucialmente importante, política quer analiticamente, que sejamos capazes de imaginar relações sociais radicalmente diferentes. Se não formos capazes de fazer isto perderemos o ímpeto de até mesmo pensar de forma crítica sobre o mundo em que vivemos”(Stevi Jackson, 1999e, p. 182). Este pretende ser um contributo para essa reflexão crítica e um ponto de partida para produção de novas utopias feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aapola, Sinikka, Gonick, Marnina, & Harris, Anita. (2004). *Young femininity: Girlhood, power and social change*. New York: Palgrave MacMillan
- Aggleton, Peter, & Campbell, Cathy. (2000). Working with young people—towards an agenda for sexual health. *Sexual and Relationship Therapy, 14*(3), 283-296.
- Allen, Louisa. (2001). Closing sex education's knowledge/practice gap: The reconceptualisation of young people's sexual knowledge. *Sex Education, 1*(2), 109–122.
- Allen, Louisa. (2003a). Girls want sex, boys want love: Resisting dominant discourses of (hetero)sexuality. *Sexualities, 6*(2), 215–236.
- Allen, Louisa. (2003b). Power talk: Young people negotiating (hetero)sex. *Women's Studies International Forum, 26*(3), 235 – 244.
- Allen, Louisa. (2004a). Beyond the birds and the bees: constituting a discourse of erotics in sexuality education. *Gender and Education, 16*(2), 151–167.
- Allen, Louisa. (2004b). 'Getting off' and 'going out': Young people's conceptions of (hetero)sexual relationships. *Culture, Health & Sexuality, 6*(6), 463–481.
- Allen, Louisa. (2005). *Sexual subjects: young people, sexuality and education* London: Palgrave.
- Allen, Louisa. (2007). Examining dominant discourses of sexuality in sexuality education research. *International Studies in Sociology of Education, 17*(1-2), 163–180.
- Allen, Louisa. (2010). Queer(y)ing the Straight Researcher: The Relationship(?) between Researcher Identity and Anti-Normative Knowledge. *Feminism & Psychology, 20*(2), 147-165. doi: 10.1177/0959353509355146
- Alvarez, Maria-João , & Nogueira, João. (2008). Definições sexuais de estudantes universitários. *Psicologia, 22*(1), 59-76.
- Alves, Magda, Santos, Ana Cristina, Barradas, Carlos, & Duarte, Madalena. (2009). A despenalização do aborto em Portugal. Discursos, Dinâmicas e Acção Colectiva: Os Referendos de 1998 e 2007. *Oficina do CES, 320*. Retrieved from http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/226_Oficina_do_CES_320_Jan2009.pdf
- Amâncio, Lúgia. (1998). *Masculino e feminino. A construção social da diferença* (Second ed.). Porto: Afrontamento.

- Arribas-Ayllon, Michael, & Walkerdine, Valerie. (2008). Foucaultian Discourse Analysis. In C. Willig & W. Stainton-Rogers (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative research in psychology* (pp. 91-108). London: Sage.
- Baber, Kristine M. , & Murray, Colleen I. . (2001). A Postmodern Feminist approach to teaching human sexuality. *Family Relations*, 50(1), 23-33.
- Baker, Rachel, & Hinton, Rachel. (1999). Do focus groups facilitate meaningful participation in social research? In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice* (pp. 79-98). London: Sage.
- Bandura, Albert. (1977). *Social learning theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, Albert. (1986). *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Barbour, Rosaline S. (1995). Using focus groups in general practice research. *Family Practice*, 12(3), 328-334.
- Barbour, Rosaline S., & Kitzinger, Jenny. (1999). Introduction: The Challenge and Promise of Focus Groups. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice* (pp. 1–20). London: Sage.
- Bartky, Sandra Lee (1992). 4. Hypatia Unbound: A Confession. *Feminism & Psychology*, 2, 426-428.
- Beasley, Christine. (2005). *Gender & Sexuality: Critical Theories, Critical Thinkers*. London: Sage.
- Bem, Sandra Lipsitz. (1992). 8. On the Inadequacy of Our Sexual Categories: A Personal Perspective. *Feminism & Psychology*, 2, 436-437.
- Beres, Melanie A., & Farvid, Panteá. (2010). Sexual Ethics and Young Women's Accounts of Heterosexual Casual Sex. *Sexualities*, 13(3), 377-393. doi: 10.1177/1363460709363136
- Bohan, Janis S. (1997). Regarding gender: Essentialism, Constructionism, and Feminist Psychology. In M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Towards a New Psychology of Gender: A Reader* (pp. 32-47). London: Routledge.
- Bordo, Susan R. (1992). The body and the reproduction of femininity: A Feminist appropriation of Foucault. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Eds.), *Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing* (pp. 13-33). New Brunswick: Rutgers University Press.

- Bordo, Susan R. (2003 [1993]). *Unbearable weight: Feminism, western culture, and the body* (Tenth Anniversary Edition ed.). Berkeley: University of California Press.
- Boyle, Mary. (1993). Sexual dysfunction or heterosexual dysfunction. *Feminism & Psychology*, 3(1), 73-88.
- Boyle, Mary. (1997). *Re-thinking abortion: Psychology, gender, power and the law*. London: Routledge.
- Boyle, Mary (1994). Gender, science, and sexual dysfunction. In T. R. Sarbin & J. I. Kitsuse (Eds.), *Constructing the social* (pp. 101-118). Thousand Oaks: Sage.
- Bozon, Michel. (1993). L'entrée dans la sexualité adulte. Le premier rapport et ses suites. *Population*, 5, 1317- 1352.
- Braun, Virginia. (2000). Heterosexism in Focus Group Research: Collusion and Challenge. *Feminism & Psychology*, 10(1), 133–140.
- Braun, Virginia, Gavey, Nicola, & McPhillips, Kathryn. (2003). The 'fair deal'? Unpacking accounts of reciprocity in heterosex. *Sexualities*, 6, 237–261.
- Brown, Loulou. (1993). Heterosexual Celibacy. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Heterosexuality: A Feminism and Psychology Reader* (pp. 90-92). London: Sage Publications.
- Brown, Tony, & Heggs, Daniel. (2005). From Hermeneutics to Poststructuralism to Psychoanalysis. In B. Somekh & C. Lewin (Eds.), *Research methods in the social sciences* (pp. 293-301). London: Sage.
- Buchbinder, D. (1998). *Performance anxieties: Re-producing masculinity*. St. Leonards: Allen & Unwin.
- Bullough, Vern. (1994). *Science in the bedroom: A history of sex research*. New York: BasicBooks.
- Burman, Erica. (1991). What discourse is not. *Philosophical Psychology*, 4, 325-342.
- Burman, Erica. (1992). Feminism and Discourse in Developmental Psychology: Power Subjectivity and Interpretation *Feminism & Psychology*, 2(1), 45-59.
- Burman, Erica. (1998). The Child, the Woman and the Cyborg: (Im)possibilities of Feminist Developmental Psychology. In K. Henwood, C. Griffin & A. Phoenix (Eds.), *Standpoints and Differences: Essays on Practice of Feminist Psychology* (pp. 210-332). London: Sage.

- Burman, Erica, & MacLure, Maggie. (2005). Deconstruction. In B. Somekh & C. Lewin (Eds.), *Research methods in the social sciences* (pp. 284-292). London: Sage.
- Burman, Erica, & Parker, Ian. (1993). Introduction - discourse analysis: the turn to the text. In E. Burman & I. Parker (Eds.), *Discourse Analytic Research: Repertoires and Readings of Texts in Action* (pp. 1-13). London: Routledge.
- Burns, Angie. (1999a). IV. Power between Women: The Constructed Otherness of 'Other Women'. *Feminism & Psychology*, 9(4), 410-413. doi: 10.1177/0959353599009004006
- Burns, Angie. (1999b). *Professions of love: The discursive construction of love and romance in intimate heterosexual relationships*. (Ph.D.), Open University (United Kingdom) England.
- Burns, Angie. (2000). IV. Looking for Love in Intimate Heterosexual Relationships. *Feminism & Psychology*, 10(4), 481-485.
- Burns, Angie. (2002). Women in love and men at work: The evolving heterosexual couple? *Psychology, Evolution & Gender*, 4(2), 149-172.
- Burns, Angie. (2003). Love against the odds? Feminism, discourse analysis and the perverse power of obstacles to love. *Psychology of Women Section Review*, 5, 3-14.
- Burr, Vivien. (1995). *An introduction to Social Constructionism* (2 ed.). London: Routledge
- Burr, Vivien. (1998a). *Gender and social psychology*. London: Routledge.
- Burr, Vivien. (1998b). Overview: Realism, Relativism, Social Constructionism and Discourse. In I. Parker (Ed.), *Social Constructionism, Discourse and Realism* (pp. 13-25). London: Sage.
- Burr, Vivien. (1999). The extra-discursive in social constructionism. In D. J. Nightingale & J. Cromby (Eds.), *Social constructionist psychology: A critical analysis of theory and practice* (pp. 113-126). Buckingham/Philadelphia, PA: Open University Press.
- Burr, Vivien. (2003). *Social Constructionism* (2 ed.). London: Routledge
- Buss, David M. (1998). Sexual strategies theory: Historical origins and current status. *The Journal of Sex Research*, 35(1), 19-31.

- Buston, Katie, Wight, Daniel, & Hart, Graham. (2002). Inside the sex education classroom: the importance of context in engaging pupils. *Culture, Health & Sexuality*, 4(3), 317-335.
- Butler, Judith. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge.
- Byers, E. Sandra, & Wang, Adrienne. (2004). Understanding Sexuality in Close Relationships From the Social Exchange Perspective. In J. H. Harvey, A. Wenzel & S. Sprecher (Eds.), *The Handbook of Sexuality and Close Relationships* (pp. 203-234). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Campbell, Beatrix. (1980). A feminist sexual politics: now you see it, now you don't. *Feminist Review*, 5, 1-18.
- Carmo, Isabel do, & Amâncio, Lígia. (2004). *Vozes Insubmissas: A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Carpenter, Laura M. (1998). From girls into women: Scripts for sexuality and romance in Seventeen magazine, 1974-1994. *Journal of Sex Research*, 35(2), 158-168.
- Carvalho, Ana Alexandra. (2003). Cibersexo em Portugal. In L. Fonseca, C. Soares & J. M. Vaz (Eds.), *A Sexologia: perspectiva multidisciplinar* (Vol. II, pp. 311-335). Coimbra: Edição Quarteto.
- Carvalho, Ana Alexandra, Brotto, Lori A., & Leal, Isabel. (2010). Women's Motivations for Sex: Exploring the Diagnostic and Statistical Manual, Fourth Edition, Text Revision Criteria for Hypoactive Sexual Desire and Female Sexual Arousal Disorders. *The Journal of Sexual Medicine*, 7(4pt1), 1454-1463. doi: 10.1111/j.1743-6109.2009.01693.x
- Carvalho, Ana Alexandra, Brotto, Lori A., & Maroco, João. (2011). Portuguese Version of Cues for Sexual Desire Scale: The Influence of Relationship Duration. *The Journal of Sexual Medicine*, 8(1), 123-131. doi: 10.1111/j.1743-6109.2010.01909.x
- Carvalho, Ana Alexandra, & Gomes, Francisco Allen. (2003). Cybersex in Portuguese Chatrooms: A Study of Sexual Behaviors Related to Online Sex. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 29(5), 345-360. doi: 10.1080/00926230390224729

- Carvalheira, Ana Alexandra, & Leal, Isabel. (2008). Os determinantes da satisfação sexual feminina: um estudo português. *Revista Internacional Andrología*, 6(1), 3-7.
- Carvalho, Joana, & Nobre, Pedro J. (2010). ORIGINAL RESEARCH— PSYCHOLOGY: Sexual Desire in Women: An Integrative Approach Regarding Psychological, Medical, and Relationship Dimensions. *The Journal of Sexual Medicine*, 7(5), 1807-1815. doi: 10.1111/j.1743-6109.2010.01716.x
- Carvalho, Joana, & Nobre, Pedro J. (2011). Gender differences in sexual desire: How do emotional and relationship factors determine sexual desire according to gender? *Sexologies*, 20(4), 207-211. doi: 10.1016/j.sexol.2011.08.010
- Carvalho, S., Moreira, A., Rosado, M., Correia, D., Maia, D., & Pimentel, P. (2011). Female premature orgasm: Does this exist? *Sexologies*, 20(4), 215-220. doi: 10.1016/j.sexol.2011.08.008
- Chapman, Simon, & Hodgson, Julia. (1988). Showers in raincoats: Attitudinal barriers to condom-use in high-risk heterosexuals. *Community Health Studies*, 12, 97-105.
- Charlton, Emma. (2007). Review essay - “bad” girls versus “good” girls: Contradiction in the constitution of contemporary girlhood. *Discourse: studies in the cultural politics of education*, 28(1), 121-131.
- Chung, Donna. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women's Studies International Forum* 28, 445–455.
- Coyle, Adrian. (2007). Discourse Analysis. In E. Lyons & A. Coyle (Eds.), *Analysing Qualitative Data in Psychology* (Vol. 99-113). London: Sage.
- Craib, Ian. (1997). Social Construcionism as a social psychosis. *Sociology*, 31(1), 1-15.
- Crawford, June , Kippax, Susan , & Waldby, Cathy (1994). Women's sex talk and men's sex talk: Different worlds. *Feminism & Psychology*, 4(4), 571-581.
- Crawford, June , & Popp, Danielle. (2003). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research. *The Journal of Sex Research*, 49(1), 13- 26.
- Crawford, Mary. (1992). 5. Identity, 'Passing' and Subversion. *Feminism & Psychology*, 2, 429-431.
- Crawford, Mary, & Kimmel, Ellen B. (1999). Promoting methodological diversity in Feminist Research. In E. B. Kimmel & M. Crawford (Eds.), *Innovations in*

Feminist Psychological Research (pp. 1-6). Cambridge: Press Syndicate of Cambridge University Press.

- Crawford, Mary, & Unger, Rhoda Kesler. (2004). *Women and gender: A Feminist Psychology* (Fourth ed.). New York: McGraw-Hill.
- Cromby, John, & Nightingale, David J. (2002). Social Constructionist Psychology: Almost critical? *International Journal of Critical Psychology*, 5, 173-180.
- Cuntim, Marta, & Nobre, Pedro J. (2011). The role of cognitive distraction on female orgasm. *Sexologies*, 20(4), 212-214. doi: 10.1016/j.sexol.2011.08.001
- Davies, Bronwyn. (1997). The subject of Poststructuralism: A reply to Alison Jones. *Gender and Education*, 9(3), 271-283.
- Davies, Bronwyn. (2003). *Frogs and snails and feminist tales*. Cresskill, New Jersey: Hampton Press.
- Davies, Bronwyn, Browne, Jenny, Susanne, Gannon, Hopkins, Leekie, McCann, Helen, & Wihlborg, Monne. (2006). Constituting the feminist subject in Poststructuralist discourse. *Feminism & Psychology*, 16(1), 87-103.
- Davies, Bronwyn, & Gannon, Susanne. (2005). Feminism/Poststructuralism. In B. Somekh & C. Lewin (Eds.), *Research methods in the social sciences* (pp. 318-325). London: Sage.
- Davies, Bronwyn, & Harré, Rom (1990). Positioning: The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20, 43-63.
- Dawkins, Richard. (2006). *The Selfish Gene* (30th anniversary ed.). New York: Oxford University Press.
- DeLamater, John, & Hyde, Janet Shibley. (2004). Conceptual and Theoretical Issues in Studying Sexuality in Close Relationships. In J. H. Harvey, A. Wenzel & S. Sprecher (Eds.), *The Handbook of Sexuality in Close Relationships* (pp. 7-30). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Dowsett, Gary W. . (2003). Some considerations on sexuality and gender in the context of AIDS. *Reproductive Health Matters*, 11(22), 21-29.
- Dryden, Caroline. (1999). *Being married, doing gender: A critical analysis of gender relationships in marriage*. London: Routledge.
- Duituturaga, Emele. (2000). New Caledonia: fatal intimacy: gender dynamics of STD and HIV / AIDS. *Pacific AIDS Alert Bulletin*, 19, 14-15.

- Dusek, Val. (1999). Sociobiology sanitized: Evolutionary psychology and gene selectionism. *Science as Culture*, 8(2), 129-169.
- Eaton, Asia, & Rose, Suzanna. (2011). Has Dating Become More Egalitarian? A 35 Year Review Using <i>Sex Roles</i>. *Sex Roles*, 64(11), 843-862. doi: 10.1007/s11199-011-9957-9
- Edwards, Derek. (1994). Script Formulations. *Journal of Language and Social Psychology*, 13(3), 211-247. doi: 10.1177/0261927x94133001
- Edwards, Derek. (1997). *Discourse and cognition*. London: Sage.
- Edwards, Derek, & Potter, Jonathan. (1992). *Discursive Psychology*. London: Sage.
- Edwards, Derek, & Stokoe, Elizabeth H. (2004). Discursive psychology, focus group interviews and participants' categories. *British Journal of Developmental Psychology*, 22, 499-507.
- Eschler, Lara. (2004). The physiology of the female orgasm as a proximate mechanism. *Sexualities, Evolution & Gender*, 6 (2-3), 171–194.
- Fahs, Breanne. (2009). Compulsory Bisexuality?: The Challenges of Modern Sexual Fluidity. *Journal of Bisexuality*, 9(3-4), 431-449. doi: 10.1080/15299710903316661
- Fahs, Breanne (2011). *Performing sex: The making and unmaking of women's erotic lives*. New York: Sunnypress.
- Farvid, Panteá, & Braun, Virginia (2006). 'Most of us guys are raring to go anytime, anyplace, anywhere': Male and female sexuality in Cleo and Cosmo. *Sex Roles*, 55, 295–310.
- Fausto-Sterling, Anne. (2001). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- Fausto-Sterling, Anne, Gowaty, Patricia Adair, & Zuk, Marlene. (1997). Evolutionary Psychology and Darwinian Feminism *Feminist Studies*, Vol. , No. , (Summer, 1997), pp., 23(2), 402-417.
- Few, Cheryl (1997). The politics of sex research and constructions of female sexuality: what relevance to sexual health work with young women. *Journal of Advanced Nursing*, 25, 615–625.
- Figueiredo, Mariza. (sd). Desejo De mulher. *Maxima*. Retrieved from <http://sub.maxima.xl.pt/0809/inti/100.shtml>

- Fine, Michelle. (1985). Reflections on a Feminist Psychology of women: Paradoxes and Prospects. *Psychology of Women Quarterly*, 9, 167-183.
- Fine, Michelle. (1988). Sexuality, schooling, and adolescent females: The missing discourse of desire. *Harvard Educational Review*, 58(1), 29–51.
- Fine, Michelle. (1998). Working the hyphens: Reinventing self and other in qualitative research. In N. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The landscape of qualitative research: Theories and issues* (pp. 130-155). London: Sage.
- Fine, Michelle. (2005). Desire: The Morning (And 15 Years) After. *Feminism & Psychology*, 15(1), 54–60.
- Fine, Michelle, & McClelland, Sara I. (2006). Sexuality education and desire: Still missing after all these years. *Harvard Educational Review*, 76(3), 297–338
- Fiske, Alan Page, Kitayama, Shinobu, Markus, Hazel Rose, & Nisbett, Richard E. (1998). The cultural matrix of social psychology. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (4th ed., Vol. II, pp. 915-981). San Francisco: McGraw-Hill.
- Foucault, Michel. (1994 [1976]). *A História da Sexualidade Vol. I: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio de Água.
- Fox, Robin. (1991). *Encounter with anthropology*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Freire, Isabel. (2007). *Fantasia Eróticas: Segredos das Mulheres Portuguesas*. Lisboa: A esfera dos livros.
- Freire, Isabel (2009). Laboratório de sexologia. *Noticias Magazine*. Retrieved from
- Freud, Sigmund. (1924 [1905]). *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* Lisboa: Livros do Brasil.
- Freud, Sigmund. (1933). Femininity. In J. Strachey (Ed.), *New introductory lectures on psychoanalysis* (pp. 139-167). London: W. W. Norton & Company.
- Freud, Sigmund. (1962 [1930]). *Civilization and its Discontents* (J. Strachey, Trans.). New York: W. W. Norton & Company.
- Freud, Sigmund. (2002 [1925]). Some Psychological Consequences of the Anatomical Differences Between the Sexes. In R. Adams & D. Savran (Eds.), *The masculinity studies reader* (pp. 14-14). Oxford: Blackwell Publishers.
- Frith, Hannah. (2000). Focusing on Sex: Using Focus Groups in Sex Research. *Sexualities*, 3(3), 275–297.

- Frith, Hannah, & Kitzinger, Celia. (1997). Talk About Sexual Miscommunication. *Women's Studies International Forum*, 20(4), 517-528.
- Frith, Hannah, & Kitzinger, Celia. (2001). Reformulating Sexual Script Theory. *Theory & Psychology*, 11(2), 209-232. doi: 10.1177/0959354301112004
- Frosh, Stephen, Phoenix, Ann C. , & Pattman, Rob. (2003). Taking a stand: Using Psychoanalysis to explore the positioning of subjects in discourse. *British Journal of Social Psychology*, 42, 38-53.
- Gagnon, John H. (2004a). Epilogue: Sexual Conduct Revisited. In J. H. Gagnon (Ed.), *An Interpretation of Desire Essays in the Study of Sexuality* (pp. 271-286). Chicago: The University Chicago Press.
- Gagnon, John H. (2004b). The Explicit and Implicit Use of the Scripting Perspective in Sex Research. In J. H. Gagnon (Ed.), *An Interpretation of Desire Essays in the Study of Sexuality* (pp. 130-172). Chicago: The University Chicago Press.
- Gagnon, John H., & Parker, R.G. (1995). *Conceiving sexuality: Approaches to Sex Research in a Postmodern World*. London: Routledge.
- Gagnon, John H., & Simon, William (2005 [1973]). *Sexual Conduct: The Social Sources of Women Sexuality* (Second ed.). Chicago: Aldine-Artherton.
- Gavey, Nicola. (1992). Technologies and effects of heterosexual coercion. *Feminism & Psychology*, 2(3), 325-351.
- Gavey, Nicola. (1997 [1987]). Feminist Poststructuralism and Discourse Analysis. In M. M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Towards a New Psychology of Gender: A Reader*. London: Routledge.
- Gavey, Nicola. (2005). *Just sex? The cultural scaffolding of rape*. New York: Routledge.
- Gavey, Nicola, & McPhillips, Kathryn. (1997). Women and the heterosexual transmission of HIV: Risks and prevention strategies. *Women & Health*, 25, 41-60.
- Gavey, Nicola, & McPhillips, Kathryn. (1999). Subject to romance: Heterosexual passivity as an obstacle to women Initiating condom use. *Psychology of Women Quarterly*, 23, 349-367.
- Gavey, Nicola, McPhillips, Kathryn, & Braun, Virginia. (1999). Interruptus coitus: Heterosexuals accounting for intercourse. *Sexualities*, 2(1), 35-68.

- Gergen, Kenneth J. (1985). The Social Constructionist movement in modern Psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.
- Giddens, Anthony (1995). *Transformações da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Gilfoyle, Jackie, Wilson, Jonathan, & Brown. (1993). Sex, Organs and Audiotape: A Discourse Analytic Approach to Talking about Heterosexual Sex and Relationships. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism & Psychology: A Reader* (pp. 181-202). London: Sage.
- Gill, Rosalind. (1993). V. Reading 'Psychology Constructs the Female' 25 Years On. *Feminism & Psychology*, 3(2), 235-238.
- Gill, Rosalind. (1995). Relativism, Reflexibility and Politics: Interrogating Discourse Analysis from a Feminist Perspective. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 165-186). London: Sage.
- Gill, Rosalind. (1997). Colluding in the backlash? Feminism and the construction of 'orthodoxy'. *Soundings*, 5(Spring), 21-28.
- Gordon, Linda. (2002). *The moral property of women: a history of birth control politics in America*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Grace, Victoria, Potts, Annie, Gavey, Nicola, & Vares, Tiina. (2006). The Discursive Condition of Viagra. *Sexualities*, 9(3), 295-314.
- Halperin, David M. (2003 [1989]). Sex before sexuality: Pederasty, politics, and power in classical Athens. In L. Alcoff (Ed.), *Identities: race, class, gender, and nationality* (pp. 227-243). Oxford: Blackwell Publishing.
- Hansen, Susan. (2001). Review of a natural history of rape: Biological bases of sexual coercion. *Journal of International Women's Studies*, 2(3), 104-109.
- Haraway, Donna. (1986). Primatology is politics by other means. In R. Bleier (Ed.), *Feminist Approaches to Science* (pp. 77-118). London: Pregamon.
- Harden, Angela, & Willig, Carla. (1998). An exploration of the discursive constructions used in young adults' memories and accounts of contraception. *Journal of Health Psychology*, 3(3), 429-445.
- Hare-Mustin, Rachel T. , & Marecek, Jeanne. (1988). The Meaning of Difference Gender Theory, Postmodernism, and Psychology. *American Psychologist*, 43(6), 455-464.

- Harris, Anita. (2005). VII. Discourses of Desire as Governmentality: Young Women, Sexuality and the Significance of Safe Spaces. *Feminism & Psychology*, 15(1), 39-43.
- Haug, Frigga, et al. (1987). *Female sexualisation* (E. Carter, Trans.). London: Verso.
- Henriques, Julian, Hollway, Wendy, Urwin, Cathy, Venn, Couze, & Walkerdine, Valerie. (1998 [1984]). *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. London: Routledge.
- Henwood, Karen, & Pidgeon, Nick (1995). Remaking the Link: Qualitative Research and Feminist Standpoint Theory. *Feminism & Psychology*, 5(1), 7-30.
- Hillier, Lynne, Harrison, Lyn, & Bowditch, Kate. (1999). 'Neverending love' and 'blowing your load': the meanings of sex to rural youth. *Sexualities*, 2(1), 69–88.
- Hillier, Lynne, Harrison, Lyn, & Warr, Deborah. (1998). "When you carry condoms all the boys think you want it": negotiating competing discourses about safe sex. *Journal of Adolescence*, 21(1), 15-29. doi: 10.1006/jado.1997.0126
- Hird, Myra J. (2004). *Sex, Gender and Science* London: Palgrave Macmillan.
- Hite, Shere. (1989). *The Hite report on female sexuality*. London: Pandora.
- Hogben, Matthew, & Byrne, Donn. (1998). Using Social Learning Theory to Explain Individual Differences in Human Sexuality. *The Journal of Sex Research*, 35(1), 58-71.
- Hogben, Matthew, Hartlaub, Mark G., & Wisely, Lauren R. (1999). Searching for a common core: An Examination of Human TextbooksReferences. *Teaching Psychology*, 26, 131-134.
- Holland, Janet, & Ramazanoğlu, Caroline. (1992). Risk, power and the possibility of pleasure: Young women. *AIDS Care*, 4(3), 273-283.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Scott, Sue , & Thomson, Rachel (1994). Desire, risk and control: The body as a site of contestation. In L. Doyal, J. Naidoo & T. Wilton (Eds.), *AIDS: Setting a feminist agenda*. London: Taylor & Francis.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue , & Thomson, Rachel. (1994). Power and Desire: The Embodiment of Female Sexuality. *Feminist Review*, 46(Sexualities: Challenge & Change), 21-38.

- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue, & Thompson, Sharon. (1992). Pleasure, pressure and power: some contradictions of gendered sexuality. *Sociological Review*, 40, 645–674.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel. (1990). Sex, Gender and Power: Young women's sexuality in the shadow of AIDS. *Sociology of Health & Illness*, 1(3), 336-350.
- Holland, Janet, Ramazanoğlu, Caroline , Sharpe, Sue, & Thomson, Rachel (2004). *The Male in the Head: Young People, Heterosexuality and Power* (2° Rev ed.). London: Tufnell Press.
- Hollway, Wendy. (1983). Heterosexual sex: Power and Desire for the Other. In S. Cartledge & J. Ryan (Eds.), *Sex and Love: New Thoughts on Old Contradictions* London: The Women's Press.
- Hollway, Wendy. (1984). Women's Power In Heterosexual Sex. *Women's Studies International Forum*, 7(1), 63-68.
- Hollway, Wendy. (1989). *Subjectivity and Method in Psychology: Gender, Meaning and Science*. London: Sage.
- Hollway, Wendy. (1995a). Feminist discourse and women's heterosexual desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 86-105). London: Sage.
- Hollway, Wendy. (1995b). I. A Second Bite at the Heterosexual Cherry. *Feminism & Psychology*, 5(1), 126-130.
- Hollway, Wendy. (1996). Recognition and Heterosexual Desire. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 91-108). Buckingham: Open University Press.
- Hollway, Wendy. (1998 [1984]). Gender Difference and the Production of Subjectivity. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity* (Vol. 227–63). London: Methuen.
- Hollway, Wendy, & Jefferson, Tony. (1998). 'A kiss is just a kiss': date rape, gender and subjectivity. *Sexualities*, 1(4), 405-423.
- Horta, Maria Teresa (1983a). *Poesia Completa 1*: Litexa Editora.
- Horta, Maria Teresa (1983b). *Poesia Completa 2*: Litexa Editora.

- Ingham, Roger, & Kirkland, Denise. (1997). Discourses and sexual health: Providing for young people. In L. Yardley (Ed.), *Material Discourses of Health and Illness* (pp. 150-175). London: Routledge.
- Irvine, Janice. (1990). *Disorders of desire: Sex and Gender in modern American Sexology*. Philadelphia: Temple University Press.
- Jackson, Margaret. (1983). Sexual liberation or social control? *Women's Studies International Forum*(6), 1-18.
- Jackson, Margaret. (1984). Sex Research and the construction of sexuality: A tool of male supremacy? *Women's Studies International Forum*, 7(1), 43-51.
- Jackson, Margaret. (1994). *The real facts of life: Feminism and the politics of sexuality, c1850-1940*. Oxon: Taylor & Francis.
- Jackson, Stevi. (1995a). Heterosexuality, Power and Pleasure. *Feminism & Psychology*, 5(1), 131-135.
- Jackson, Stevi. (1995b). Women and Heterosexual Love: Cumplycity , Resistance and Change. In L. Pearce & J. Stacey (Eds.), *Romance Revisited* (pp. 49-62). London: Lawrence and Francis.
- Jackson, Stevi. (1999a). The Desire for Freud: Psychoanalysis and Feminism *Heterosexuality in Question* (pp. 80-93). London: Sage Publications.
- Jackson, Stevi. (1999b). Even Sociologists Fall in Love: An Exploration in the Sociology of Emotions *Heterosexuality in Question* (pp. 94-112). London: Sage Publications.
- Jackson, Stevi. (1999c). Gender and Heterosexuality: A Materialist Feminist Analysis *Heterosexuality in Question* (pp. 123-134). London: Sage Publications.
- Jackson, Stevi. (1999d). *Heterosexuality in Question*. London: Sage Publications.
- Jackson, Stevi. (1999e). Heterosexuality, Heteronormativity and Gender Hierarchy: Some Reflections on Recent Debates *Heterosexuality in Question* (pp. 159-185). London: Sage Publications.
- Jackson, Stevi. (1999f). Querying Heterosexuality: A Personal History of Feminist and Sociological Theorizing. In S. Jackson (Ed.), *Heterosexuality in Question* (pp. 1-28).
- Jackson, Stevi. (1999g). Women and Heterosexual Love: Cumplycity , Resistance and Change *Heterosexuality in Question* (pp. 113-122). London: Sage Publications.

- Jackson, Sue. (2001). Happily Never After: Young Women's Stories of Abuse in Heterosexual Love Relationships. *Feminism & Psychology*, 11(3), 305-321.
- Jackson, Sue. (2005). 'Dear Girlfriend . . .': Constructions of Sexual Health Problems and Sexual Identities in Letters to a Teenage Magazine. *Sexualities*, 8(3), 282–305.
- Jackson, Susan, & Cram, Fiona (2003). Disrupting the sexual double standard: Young women's talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology*, 42, 113-127.
- Jaggar, Alison M. (1992). Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Eds.), *Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing* (pp. 157-185). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Jaggar, Alison M., & Bordo, Susan R. (1992). Introduction. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Eds.), *Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing* New Brunswick: Rutgers University Press.
- Jemail, Jay Ann , & Geer, James. (1977). Sexual Scripts. In G. a. Wheeler (Ed.), *Progress in Sexology*: Plenum.
- Jewkes, R., & Morrell, R. (2011). Sexuality and the limits of agency among South African teenage women: Theorising femininities and their connections to HIV risk practises. *Social Science & Medicine*. doi: 10.1016/j.socscimed.2011.05.020
- Jones, Alison. (1997). Teaching Post-structuralist Feminist Theory in Education: student resistances. *Gender and Education*, 9(3), 261-269.
- Kaschak, E., & Tiefer, Leonore (Eds.). (2002). *A new view of women's sexual problems*, Binghamton. New York: The Haworth Press.
- Katz, Jonathan Ned. . (2007). *The Invention of Heterosexuality* New York: Plume.
- Kehily, Mary Jane. (2002). *Sexuality, Gender and Schooling: shifting agendas in social learning*. New York: Routledge.
- Kippax, Susan, Crawford, June, Waldby, Cathy, & Benton, Pam. (1990). Women negotiating heterosex : Implications for AIDS prevention *Women's Studies International Forum* 13(6), 533-542.
- Kirkman, Maggie, Rosenthal, Doreen A., & Smith, Anthony M. A. (1998). Adolescent Sex and the Romantic Narrative: Why Some Young Heterosexuals Use Condoms to Prevent Pregnancy but Not Disease. *Psychology, Health & Medicine*, 3(4), 355-370.

- Kitzinger, Celia, & Wilkinson, Sue. (1993). Editorial introduction: Theorizing heterosexuality. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Heterosexuality: A Feminism and Psychology Reader* (pp. 1-32). London: Sage Publications.
- Kitzinger, Celia, & Wilkinson, Sue. (2004). The re-branding of marriage: Why we got married instead of registering a civil partnership. *Feminism & Psychology*, 14(1), 127–150.
- Kitzinger, Celia, Wilkinson, Sue, & Perkins, Rachel. (1992). Heterosexual feminist identities: The personal and the political. *Feminism & Psychology*, 2(3), 419-464.
- Kitzinger, Jenny. (1994). The Methodology of Focus Groups: The Importance of Interaction between Research Participants. *Sociology of Health and Illness*, 16(1), 103–121.
- Kitzinger, Jenny. (1995a). "I'm Sexually Attractive but I'm Powerful": Young Women Negotiating Sexual Reputation. *Women's Studies International Forum*, 18(2), 187-196.
- Kitzinger, Jenny. (1995b). Introducing focus groups. *British Medical Journal*, 311, 299–302.
- Kitzinger, Jenny, & Farquhar, Clare. (1999a). The analytical potential of 'sensitive moments' in focus group materials. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics Theory and Practice* (pp. 156-172). London: Sage.
- Kitzinger, Jenny, & Farquhar, Clare. (1999b). Introduction: the challenge and promise of focus groups. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics Theory and Practice* (pp. 1-20). London: Sage.
- Koedt, Anne. (1972). The Myth of the Vaginal Orgasm. In A. K. T (Ed.), *Radical Feminism* (pp. 198-207). New York: Quadrangle.
- Korobov, Neill, & Thorne, Avril. (2006). Intimacy and Distancing: Young Men's Conversations About Romantic Relationships. *Journal of Adolescent Research*, 21(27-55).
- Lagro-Janssen, Toine. (2007). Sex, Gender and Health: Developments in Research. *European Journal of Women's Studies*, 14(1), 9-20.
- Laqueur, Thomas W. (1992). *Making Sex: Body and Gender from Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.

- Lavie-Ajayi, Maya. (2005). "Because all real women do": The construction and deconstruction of "female orgasmic disorder". *Sexualities, Evolution and Gender*, 7(1), 57–72.
- Le Gall, Didier, & Le Van, Charlotte. (2003). La première fois : récits intimes. *Sociologie et sociétés*, 35(2), 35-57.
- Lees, Sue. (1993). *Sugar and Spice: Sexuality and Adolescent Girls*. London: Penguin.
- Lenskyj, Helen. (1990). Beyond Plumbing and Prevention: feminist approaches to sex education. *Gender and Education*, 2(2), 217 - 230.
- Lewis, Magda. (1990). Interrupting patriarchy: Politics, resistance, and transformation in the feminist classroom. *Harvard Educational Review*, 60, 467–488.
- Lewis, Myrna I. (1980). The History of Female Sexuality in the United States. In M. Kirkpatrick (Ed.), *Women's sexual experience: Explorations of inner space* (pp. 19-38). New York: Plenum Press.
- Lieberman, Marcia K. (1986). 'Some day my prince will come': Female acculturation through the Fairy Tale. In J. Zipes (Ed.), *Don't bet on the prince: Contemporary Feminist Fairy Tales in North America and England* (pp. 185-200). London: Routledge.
- Linton, Rhoda. (1992). Toward a feminist research method. In A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Eds.), *Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing* (pp. 273-292). New Brunswick: Rutgers University Press.
- Longmore, Monica A. (1998). Symbolic Interactionism and the Study of Sexuality. *The Journal of Sex Research*, 35(1), 44-57.
- Malson, Helen. (1998). *The Thin Woman: Feminism, pos-structuralism and the social psychology of anorexia nervosa*. London: Routledge.
- Marecek, Jeanne. (2002). A reappraisal of changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity. *Feminism & Psychology*, 12(4), 423-426.
- Marecek, Jeanne. (2003). Dancing Through Minefields: Toward a Qualitative Stance in Psychology. In P. M. Camic, J. E. Rhodes & L. Yardley (Eds.), *Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design* (pp. 49-69). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Marques, Ana Cristina. (2009). "Os homens não são iguais e todas as mulheres não são iguais": Representações dos jovens sobre sexualidade. *CIES e-Working Papers*, 76, 28. Retrieved from

- Marshall, Barbara L. (2006). The New Virility: Viagra, Male Aging and Sexual Function. *Sexualities*, 9(3), 345–362.
- Martin, Emily. (1992). *The Woman in the Body: A cultural analysis of reproduction*. Boston: Beacon Press.
- Mascret, Damien. (2011). L'effet d'un orgasme féminin sur le cerveau saisi par IRM Retrieved 10 Dezembro, 2011, from <http://sante.lefigaro.fr/actualite/2011/11/25/16134-leffet-dun-orgasme-feminin-sur-cerveau-saisi-par-irm>
- Masson, Jeffrey. (1985). *The assault on truth: Freud's supression of the Seduction Theory*. New York: Penguin.
- Maxwell, Claire. (2007). 'Alternative' Narratives of Young People's Heterosexual Experiences in the UK. *Sexualities*, 10(5), 539–558.
- Maxwell, Claire, & Boyle, Mary. (1995). Risky heterosexual practices amongst women over 30: gender, power and long term relationships. *AIDS Care*, 7(3), 277-294.
- McIntosh, Mary. (1968). The Homosexual Role. *Social Problems*, 16(2), 182-192.
- McPhillips, Kathryn, Braun, Virginia, & Gavey, Nicola. (2001). Defining (hetero)sex: How imperative is the "coital imperative"? *Women's Studies International Forum*, 24(2), 229-240.
- McRobbie, Angela. (2000a). *Feminism and Youth Culture*. New York: Routledge.
- McRobbie, Angela. (2000b). Jackie magazine: Romantic individualism and the teenage girl. *Feminism and Youth Culture*. New York: Routledge.
- McRobbie, Angela. (2009). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage.
- Measor, Lynda, Tiffin, Coralie, & Fry, Katrina. (1996). Gender and Sex Education: a study of adolescent responses. *Gender and Education*, 8(3), 275 - 288.
- Michell, Lynn. (1999). Combining Focus Groups and interviews: telling how it is; telling how it feels. In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice* (pp. 36-46). London: Sage.
- Mies, Maria. (1983). Towards a Methodology for feminist research. In G. Bowles & R. Duelli-Klein (Eds.), *Theories of women's studies*. London: Routledge & Kegan Paul.

- Miles, Lesley. (1993). Women, AIDS, and power in heterosexual sex: Discourse analysis *Women's Studies International Forum*, 16(5), 497-511.
- Milnes, Kate (2004). What lies between romance and sexual equality? A narrative study of young women's sexual experiences. *Sexualities, Evolution & Gender*, 6(2-3), 151–170.
- Moita, Gabriela. (2001). *Discursos sobre a Homossexualidade no Contexto Clínico: A Homossexualidade de Dois Lados do Espelho*. (Doutoramentp), Universidade do Porto, Porto.
- Moita, Gabriela. (2006). A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76(Dezembro), 53-72
- Montell, Frances. (1999). Focus Group Interviews: A New Feminist Method. *Journal of National Women's Studies Association* 11(1), 44-71.
- Mooney-Somers, Julie. (2005). *Heterosexual Male Sexuality: Representations and Sexual Subjectivity*. (Doctor of Philosophy), Western Sydney, Sidney.
- Moore, Danny S., & Rosenthal, Doreen A. (1998). Contemporary Youths' Negotiations of Romance, Love, Sex and Sexual Disease. In V. d. Munck (Ed.), *Romantic Love and Sexual Behaviour. Perspectives from the Social Sciences* (pp. 233-247). Westport, CT: Praeger/Greenwood.
- Moore, Danny S., & Travis, Cheryl Brown. (2000). Biological Models and Sexual Politics. In J. W. White & C. B. W. Travis (Eds.), *Sexuality, Society, and Feminism*. New York: American Psychological Association.
- Morgan, David L. (1998). *Planing Focus Group – Vol 2 Focus Group Kit* (2 ed.). London: Sage.
- Namaste, Ki. (1994). The Politics of Insidelout: Queer Theory, Poststructuralism, and a Sociological Approach to Sexuality. *Sociological Theory*, 12(2), 220-231.
- Neves, Ana Sofia, & Nogueira, Conceição. (2005). Metodologias Feministas: A Reflexividade ao Serviço da Investigação em Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3).
- Nicolson, Paula. (1993). Deconstructing sexology: The pathologisation of female sexuality. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 11, 201.
- Nicolson, Paula. (2003). Feminism and the debate about female sexual dysfunction: do women really know what they want? *Sexualities, Evolution & Gender*, 5(1), 37–39.

- Nicolson, Paula, & Burr, Jennifer. (2003). What is 'normal' about women's (hetero)sexual desire and orgasm? A report of an in-depth interview study. *Social Science & Medicine*, 57, 1735–1745.
- Nobre, Pedro J. (2009). Determinants of Sexual Desire Problems in Women: Testing a Cognitive-Emotional Model. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 35(5), 360-377. doi: 10.1080/00926230903065716
- Nobre, Pedro J. (2011). Editorial. *Sexologies*, 20(4), 205-206. doi: 10.1016/j.sexol.2011.07.002
- Nogueira, Conceição. (2001). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista Crítica na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Nogueira, Conceição. (2006). O(s) discursos das mulheres em posições de poder. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 9(2), 57-72.
- Nogueira, Conceição, Saavedra, Luisa, & Neves, Sofia. (2006). Critical (Feminist) Psychology in Portugal. Will it be possible. *Annual Review of Critical Psychology*, 5.
- Nunes, Silveira. (2003). Introdução. In L. Fonseca, C. Soares & J. M. Vaz (Eds.), *A Sexologia: perspectiva Multidisciplinar* (Vol. II, pp. 11-13). Coimbra: Quarteto.
- Oliveira, João Manuel de, & Amâncio, Lígia. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14(3), 597-615.
- Oriel, Jennifer. (2005). Sexual pleasure as a human right: Harmful or helpful to women in the context of HIV/AIDS? *Women's Studies International Forum*, 28, 392–404.
- Parker, Ian. (1990). Discourse: Definitions and contradictions. *Philosophical Psychology*, 3(2), 189-204.
- Parker, Ian. (1992a). *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.
- Parker, Ian. (1992b). Discovering discourses, tackling texts. In I. Parker (Ed.), *Discourse Dynamics: Critical Analysis for Social and Individual Psychology* (pp. 3-22). London: Routledge.
- Parker, Ian. (1994). Reflexive research and the grounding of analysis: Social Psychology and the Psy-complex. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 239-252.

- Parker, Ian. (1997). The unconscious state of social psychology. In T. Ibanez & L. Iniguez (Eds.), *Critical social psychology*. London, New York: Sage.
- Peart, Rachel, Rosenthal, Doreen A., & Moore, Susan. (1996). The heterosexual singles scene: putting danger into pleasure. *AIDS Care*, 8(3), 341-350.
- Philips, Lynn M. (2000). *Flirting with danger: Young Women's Reflections on Sexuality and Domination*. New York: New York University Press.
- Phoenix, Ann C., Frosh, Stephen, & Pattman, Rob. (2003). Producing contradictory masculine subject positions: Narratives of threat, homophobia and bullying in 11-14 year old boys. *Journal of Social Issues*, 59(1), 179-195.
- Pierce, Karen. (1997). Women's magazine fiction: A content analysis of the roles, attributes, and occupations of main characters. *Sex Roles*, 37(7/8), 581-593.
- Pinto, Pedro, & Nogueira, Conceição. (2009). Heterossexuais-em-progresso: A construção mediática da "adolescência". *Sexualidade Planeamento Familiar*, 50/51, 16-22.
- Plante, Rebecca F. (2006). *Sexualities in Context: A social perspective*. Cambridge: Westview Press.
- Plante, Rebecca F. (2007). Sexual Spanking. In E. Goode & D. A. Vail (Eds.), *Extreme Deviance* (pp. 212-220). London: Pine Forge Press.
- Plummer, Kenneth. (2005). Forward. Permanence and Change: Sexual Conduct Thirty years on. In J. H. Gagnon & W. Simon (Eds.), *Sexual conduct: the social sources of human sexuality* (Second ed., pp. IX-XXI). New Brunswick, NJ: Aldine Transaction.
- Pokorny, Romana. (2005). *The social construction of female sexual dysfunction: an interpretative discourse analysis of popular women's magazines*. (Arts in Sociology Master), California State University, Fullerton.
- Potter, Jonathan, & Wetherell, Margaret (1987). *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour*. London: Sage.
- Potts, Annie. (1998). The Science/Fiction of Sex: John Gray's Mars and Venus in the Bedroom. *Sexualities*, 1(2), 153-173.
- Potts, Annie. (2000). 'Coming, Coming, Gone: A Feminist Deconstruction of Heterosexual Orgasm', *Sexualities*, 3(1), 55-76.
- Potts, Annie. (2002). *The Science/Fiction of Sex: Feminist Deconstruction and the Vocabularies of Heterosex*. London: Routledge.

- Quartilho, Manuel João. (2003). Sexualidade e Construcionismo Social: A propósito dos scripts sexuais. In L. Fonseca, C. Soares & J. M. Vaz (Eds.), *A Sexologia: perspectiva Multidisciplinar* (Vol. II, pp. 117-154). Coimbra: Quarteto.
- Ramazanoğlu, Caroline, & Holland, Janet. (2006). *Feminist Methodology: Challenges and Choices*. London: Sage.
- Ramos, Vera, Carvalho, Cláudia Constante, & Leal, Isabel Pereira. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: A hipótese do duplo padrão sexual. *Análise Psicológica*, 23(2), 173-185
- Redman, Peter. (2001). Performance of a Romance-Based Heterosexual Masculinity The Discipline of Love: Negotiation and Regulation in Boys. *Men and Masculinities*, 4(2), 186-200.
- Reis, Marta, & Matos, Margarida Gaspar. (2008). Contraceção em jovens universitários portugueses. *Análise Psicológica*, 26(1).
- Reis, Marta, & Matos, Margarida Gaspar. (2009). Contraceção, Parceiros Ocasionais e Consumo de Substâncias em Jovens Portugueses. *Revista Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde*, 6(2), 206-214.
- Reynolds, Jill. (2008). *The Single Woman: A discursive Investigation*. London: Routledge.
- Rich, Adrienne. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of Women in Culture & Society*, 5(4), 631-660.
- Richardson, Diane. (2000). The social construction of immunity: HIV risk perception and prevention among lesbians and bisexual women. *Culture, Health & Sexuality*, 2(1), 33-49.
- Ritchie, Ani, & Barker, Meg. (2006). 'There Aren't Words for What We Do or How We Feel So We Have To Make Them Up': Constructing Polyamorous Languages in a Culture of Compulsory Monogamy. *Sexualities*, 9(5), 584-601.
- Roberts, Celia, Kippax, Susan, Waldby, Catherine, & Crawford, June. (1995). Faking it: the story of 'Ohh!'. *Women's Studies International Forum*, 18(5/6), 523-532.
- Roberts, Dorothy E. (2002). The future of reproductive choice for poor women and women of color. In R. Weitz (Ed.), *The politics of women's bodies: Sexuality, appearance and behavior* (Second ed., pp. 270-277). New York: Oxford University Press.
- Rocco, Sharn. (2003). VIII. Telling Tales and Making Excuses. *Feminism & Psychology*, 13(4), 459-463.

- Rose, Suzanna, & Frieze, Irene Hanson. (1993). Young singles' contemporary dating scripts. *Sex Roles*, 28(9), 499-509. doi: 10.1007/bf00289677
- Rose, Tricia. (2003). *Longing to tell*. New York: Farrar, Straus, Giroux.
- Rosenthal, Doreen A., Gifford, S., & Moore, Danny S. (1998). Safe Sex or Safe Love: Competing Discourses? *AIDS Care*, 10(1), 34-46.
- Rostosky, Sharon S., & Travis, Cheryl Brown. (2000). Menopause and sexuality: Ageism and sexism unite. Sexuality, society, and feminism. In J. W. White & C. B. W. Travis (Eds.), *Sexuality, Society, and Feminism* (pp. 181-209). Washington, DC: American Psychological Association.
- Rubin, Gayle S. (1984). Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In C. S. Vance (Ed.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality* (pp. 267-319). London: Routledge & Kegan Paul.
- Rubin, Gayle S. (1998). Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In R. Parker & P. Aggleton (Eds.), *Culture, Society and Sexuality* (pp. 143-178). London: Taylor & Francis.
- Rubin, Gayle S. (1999). Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In R. Parker & P. Aggleton (Eds.), *Culture, Society and Sexuality* (pp. 143-178). London: Taylor & Francis.
- Sanger, Margaret. (1920). Woman and the New Race Brentano's (Ed.) Retrieved from www.bartleby.com/1013/
- Schacht, S.P., & Atchison, Patricia H. (1993). Heterosexual Instrumentalism: Past and Future Directions. *Feminism & Psychology*, 3(1), 37-53.
- Schwarz, Norbet. (1999). Self-reports: How the questions shape the answers. *American Psychologist*, 54(2), 93-105.
- Segal, Lynne. (1994). *Straight Sex: Rethinking the Politics of Pleasure*. Berkeley: University of California Press.
- Segal, Lynne. (2000). Empowering women sexually. In J. Ussher (Ed.), *Women's Health: An International Reader*. London: The British Psychological Society.
- Shefer, Tamara, & Foster, Don. (2001). Discourses on women's (hetero)sexuality and desire in a South African local context. *Culture, Health & Sexuality*, 3(4), 375-390.

- Shields, Stephanie A., & Steinke, Pamela. (2003). Does self-report make sense as an investigative method in evolutionary psychology? In C. B. Travis (Ed.), *Evolution, violence, and gender* (pp. 87-104). Cambridge, MA: MIT Press.
- Sieg, Ellen. (2007). 'What you want, or what you get?' Young women talking about the gap between desired and lived heterosexual relationships in the 21st century. *Women's Studies International Forum*, 30(2), 175-186.
- Siebert, Richard J., & Ward, Tony. (2002). Evolutionary psychology: Origins and criticisms. *Australian Psychologist*, 37(1), 20-29.
- Silverman, David. (1993). *Interpreting Qualitative Data: Methods for Analysing Talk, Text and Interaction*. London: Sage.
- Simon, William, & Gagnon, John H. (1984). Sexual scripts. *Society*, 22(1), 53-60. doi: 10.1007/bf02701260
- Simon, William, & Gagnon, John H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, 15(2), 97-120. doi: 10.1007/bf01542219
- Simon, William, & Gagnon, John H. (2003). Sexual Scripts: Origins, Influences and Changes. *Qualitative Sociology*, 26(4), 491-497. doi: 10.1023/B:QUAS.0000005053.99846.e5
- Sims-Schouten, Wendy, Riley, Sarah C.E., & Willig, Carla. (2007). Critical Realism in Discourse Analysis: A Presentation of a Systematic Method of Analysis Using Women's Talk of Motherhood, Childcare and Female Employment as an Example. *Theory & Psychology*, 17(1), 101-124.
- Smart, Carol. (1996a). Collusion, collaboration and confession: on moving beyond the heterosexuality debate. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality: Telling it Straight* (pp. 161-177). Buckingham: Open University Press.
- Smart, Carol. (1996b). Desperately Seeking Post-Heterosexual Woman. In J. Holland & L. Adkins (Eds.), *Sex, Sensibility and the Gendered Body* (pp. 222-241). New York: St. Martin's Press.
- Smithson, Janet. (2000). Using and analysing focus groups : limitations and possibilities. *International Journal of Research and Methodology*, 3(2), 103-119.
- Snitow, Anne. (1983). Mass Market Romance: Pornography for women is different. In A. Snitow, C. Stansell & S. Thompson (Eds.), *Powers of desire: The politics of sexuality*. New York Monthly Review Press.
- Snitow, Anne, Stansell, C., & Thompson, Sharon (Eds.). (1983). *Powers of desire: The politics of sexuality*. New York Monthly Review Press.

- Sobo, Elisa J. (1993). Inner-City Women and AIDS: The Psycho-Social Benefits of Unsafe Sex. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 17, 455-485.
- Sprecher, Susan. (1998). Social Exchange Theories and Sexuality. *Journal of Sex Research*, 35(1), 32-43.
- Squire, Corinne. (1995). Pragmatism, extravagance and feminist discourse analysis. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 145-164). London: Sage.
- Stainton-Rogers, Wendy, & Stainton-Rogers, Rex. (2001). *The Psychology of Gender and Sexuality: An Introduction*. Buckingham: Open University Press.
- Stenner, Paul. (1993). Discoursing jealousy. In E. Burman & I. Parker (Eds.), *Discourse Analytic Research: Repertoires and Readings of Texts in Action* (pp. 115-132). London: Routledge.
- Stewart, Fiona J. (1999a). Femininities in Flux? Young Women, Heterosexuality and (Safe) Sex. *Sexualities*, 2(3), 275–290.
- Stewart, Fiona J. (1999b). “Once you get a reputation, your life's like ... ‘wrecked’”: The implications of reputation for young women's sexual health and well-being. *Women's Studies International Forum*, 22(3), 373-383. doi: 10.1016/s0277-5395(99)00030-8
- Stewart, Fiona J., Mischewski, Anton, & Smith, Anthony M. A. (2000). 'I want to do what I want to do': Young adults resisting sexual identities. *Critical Public Health*, 10(4), 409-422. doi: 10.1080/09581590010005340
- Sutton, Laurel A. (1995). Bitches and skankly hobags: The place of women in contemporary slang. In K. Hall & M. Bucholt (Eds.), *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self* (pp. 279-296). New York: Routledge.
- Sutton, Wendy Jayne (2005). *The medicalization of female sexual (Dys)function: an Anthology*. (Master Arts in Liberal Studies), State University, New York.
- Symons, Donald. (1979). *The evolution of Human Sexuality*. New York: Oxford University Press.
- Szasz, Thomas S. (1971). *The manufacture of Madness: A comparative study of the inquisition and the mentak health movement*. London: Routledge.
- Szasz, Thomas S. (1990). *Sex by Prescription: The Startling Truth about Today's Sex Therapy*. New York: Syracuse University Press.

- Tavris, Carol. (1992). *The mismeasure of woman* New York: Touchstone.
- Thompson, Sharon. (1984). Search for tomorrow: on feminism and the reconstruction of teen romance. In C. S. Vance (Ed.), *Pleasure and Danger: Exploring female sexuality* (pp. 350-384). Boston: Routledge & Kegan Paul.
- Thompson, Sharon. (1996). *Going All The Way: Teenage Girls' Tales of Sex, Romance and Pregnancy*. New York: Hill and Wang.
- Thornhill, Randy, & Palmer, Craig T. (2000). *A Natural History of Rape: Biological Bases of Sexual Coercion*. Cambridge: MIT Press.
- Tiefer, Leonore. (1987). Social Constructionism and the Study of Human Sexuality. In P. Shaver & C. Hendrick (Eds.), *Sex and Gender* (pp. 70-94). Beverly Hills, California: Sage Publications.
- Tiefer, Leonore. (1997). Sexual biology and the symbolism of the natural. In M. M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Toward a New Psychology of Gender: A Reader* (pp. 363-374). London: Routledge.
- Tiefer, Leonore. (2000). The Social Construction and Social Effects of Sex Research: The Sexological Model of Sexuality. In J. W. White & C. B. W. Travis (Eds.), *Sexuality, Society, and Feminism* (pp. 79-107). Washington, DC: American Psychological Association.
- Tiefer, Leonore. (2001a). A New View of Women's Sexual Problems: Why New? Why Now? *The Journal of Sex Research*, 38(2), 89-96.
- Tiefer, Leonore. (2001b). The Selling of 'Female Sexual Dysfunction'. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 27, 625-628.
- Tiefer, Leonore. (2002a). Beyond Dysfunction: A New View of Women's Sexual Problems. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28, 225-232.
- Tiefer, Leonore. (2002b). The Emerging Global Discourse of Sexual Rights. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 28, 439-444.
- Tiefer, Leonore. (2003). Female sexual dysfunction (FSD): witnessing social construction in action. *Sexualities, Evolution & Gender*, 5(1), 33-36.
- Tiefer, Leonore. (2004). *Sex is Not a Natural Act and Other Essays* (2 ed.). Oxford: West View Press.
- Tiessen, Rebecca. (2004). *NGO Strategies for Gender Mainstreaming in HIV/AIDS Programming*. Paper presented at the Conference Papers -- International Studies Association, Montreal, Canada.

- Tolman, Deborah L. (2001). Echoes of Sexual Objectification: Listening for One Girl's Erotic Voice. In D. L. Tolman & M. Brydon-Miller (Eds.), *From Subjects to Subjectivities: A Handbook of Interpretative and Participatory Methods* (pp. 130-144). London: New York University Press.
- Tolman, Deborah L. (2005). *Dilemmas of Desire: Teenage Girls Talk about Sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Tolman, Deborah L. (2006). In a Different Position: Conceptualizing Female Adolescent Sexuality Development Within Compulsory Heterosexuality. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 112, 71-89.
- Tolman, Deborah L., & Szalacha, Laura A. . (1999). Dimensions of Desire: Bridging Qualitative and Quantitative Methods in a Study of Female Adolescent Sexuality. *Psychology of Women Quarterly*, 23, 7–39.
- Travis, Cheryl Brown. (2003). Talking Evolution and Selling Difference. In C. B. Travis (Ed.), *Evolution, violence, and gender* (pp. 3-27). Cambridge, MA: MIT Press.
- Ussher, Jane M. (1997). *Fantasies of Femininity: Reframing Boundaries of sex*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Ussher, Jane M. (1999). Commentary: Eclecticism and methodological pluralism. The way forward for feminist research. *Psychology of Women Quarterly*, 23, 41-46.
- Ussher, Jane M. (2006). *Managing The Monstrous Feminine: Regulating the Reproductive Body* London: Routledge.
- Vance, Carol. (1999). Anthropology Rediscovered Sexuality: A Theoretical Comment. In P. Aggleton & R. Parker (Eds.), *Culture, Society and Sexuality* (pp. 39-54). Philadelphia: UCL Press.
- Vance, Carol (Ed.). (1984). *Pleasure and danger: Exploring female sexuality*. New York: Harper Collins.
- Vance, Carol S. (1989). Social Construction Theory: Problems in the History of Sexuality. In P. M. Nardi & B. E. Schneider (Eds.), *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader* (pp. 160-170). Amsterdam: An Dekker.
- Vares, Tiina, Potts, Annie, Gavey, Nicola, & Grace, Victoria M. (2007). Reconceptualizing cultural narratives of mature women's sexuality in the Viagra era. *Journal of Aging Studies*, 21, 153–164.
- Vaz, Júlio Machado. (2003). Sexualidade e História. In L. Fonseca, C. Soares & J. M. Vaz (Eds.), *A Sexologia: perspectiva Multidisciplinar* (Vol. II, pp. 15-42). Coimbra: Quarteto.

- Venn, Couze. (1998 [1984]). The subject of Psychology. In J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.), *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*. London: Methuen.
- Vicente, Ana. (1987). *Mulheres em Discurso*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.
- Vickers, Jill (2002). Methodologies for scholarship about women. In V. Dhruvarajan & J. Vickers (Eds.), *Gender, race, and nation: a global perspective* (pp. 65-90). Toronto: University of Toronto Press.
- Vilarinho, Sandra. (2011). *Funcionamento e Satisfação Sexual Feminina: Integração do Afecto, Variáveis Cognitivas e Relacionais, Aspectos Biológicos e Contextuais*. (Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica), Universidade de Coimbra.
- Vilarinho, Sandra, & Nobre, Pedro J. (2008). T10-O-31 Portuguese women's sexuality and biopsychosocial determinants: a focus on sexual well-being. *Sexologies*, 17, Supplement 1(0), S149. doi: 10.1016/s1158-1360(08)72930-x
- Waldby, Cathy, Kippax, Susan, & Crawford, June. (1993). Heterosexual men and 'safe sex' practice. *Sociology of Health and Illness*, 15(2), 246-256.
- Walkerdine, Valerie. (1984). Some day my prince will come. In A. McRobbie & M. Nava (Eds.), *Gender and Generation*. London: Macmillan.
- Watzlawiek, Paul (Ed.). (1988). *L'ivention de la Réalité: Contribution au constructivisme*. Paris: Éditions du Seuil.
- Weatherall, Ann , Gavey, Nicola , & Potts, Annie. (2002). So whose words are they anyway? *Feminism & Psychology*, 12(4), 531–539.
- Weedon, Chris. (1997 [1987]). *Feminist Practice and Poststructuralist Theory* (Second ed.). Oxford: Blackwell Publishers.
- Weeks, Jeffrey. (1985). *Sexuality and its discontents: Meanings , Myths and Modern Sexualities*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Weeks, Jeffrey. (1995). History, desire, and identities. In R. G. Parker & J. H. Gagnon (Eds.), *Conceiving sexuality: Approaches to sex research in a postmodern world* (pp. 33-50). London: Routledge & Kegan Paul.
- Weeks, Jeffrey. (2003). *Sexuality* (2 ed.). New York: Routledge.
- Weis, David L. (1998). Conclusion: The state of sexual theory. *Journal of Sex Research*, 35(1), 100-114. doi: 10.1080/00224499809551920

- Wetherell, Margaret. (1995). Romantic discourse and feminist analysis: Interrogating investment, power and desire. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 128-144). London: Sage.
- Wetherell, Margaret. (1997). Linguistic Repertoires and literary criticism: New directions for a social psychology of gender. In M. Gergen (Ed.), *Toward New Psychology of gender*.
- Wetherell, Margaret. (1998). Positioning and Interpretative Repertoires: Conversation Analysis and Post-Structuralism in Dialogue. *Discourse and Society*, 9(3), 387-412.
- Wetherell, Margaret, & Potter, Jonathan. (1992). *Mapping the Language of Racism: Discourse and the Legitimation of Exploitation*. London: Harvester Wheatsheaf.
- White, Jacquelyn W., Bondurant, Barrie, & Travis, Cheryl Brown. (2000). Social Constructions of Sexuality: Unpacking Hidden Meanings. In J. W. White & C. B. W. Travis (Eds.), *Sexuality, Society, and Feminism* (pp. 11-34). Washington, DC: American Psychological Association.
- Widdicombe, Sue. (1995). Identity, Politics, Talk: A case for Mundane and Everyday. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 106-127). London: Sage.
- Wight, Daniel. (1994). Boys' thoughts and talk about sex in a working class locality of Glasgow. *Sociological Review*, 42, 702-737.
- Wight, Daniel. (1996). Beyond the predatory male: The diversity of young Glaswegian men's discourses to describe heterosexual relationships. In L. Adkins & V. Merchant (Eds.), *Sexualising the social: Power and the organisation of sexuality* (pp. 145-170). New York: St. Martin's Press.
- Wight, Daniel. (1999). Limits to empowerment-based sex education. *Health Education*, 99(6), 233 - 243.
- Wilkinson, Sue. (1988). The role of reflexivity in feminist psychology. *Women's Studies International Forum*, 11(5), 493-502. doi: 10.1016/0277-5395(88)90024-6
- Wilkinson, Sue. (1998). Focus Groups in Feminist Research: Power, Interaction and the Coconstruction of Meaning. *Women's Studies International Forum*, 21(1), 111-125.
- Wilkinson, Sue. (1999a). Focus Group a Feminist Method. *Psychology of Women Quarterly*, 23(2), 221-244.

- Wilkinson, Sue. (1999b). How useful are focus groups in feminist research? In R. S. Barbour & J. Kitzinger (Eds.), *Developing Focus Group Research: Politics Theory and Practice* (pp. 64-78). London: Sage.
- Wilkinson, Sue. (2003). Focus Group. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 184-204). London: Sage Publications.
- Wilkinson, Sue, & Kitzinger, Celia (Eds.). (1993). *Heterosexuality: A Feminism & Psychology Reader*. London: Sage.
- Wilkinson, Sue, & Kitzinger, Celia (1995). Introduction. In S. Wilkinson & C. Kitzinger (Eds.), *Feminism and Discourse: Psychological Perspectives* (pp. 1-9). London: Sage.
- Willig, Carla. (1995). I Wouldn't Have Married the Guy if I'd Have To Do That: Heterosexual Adults' Constructions of Condom Use and their Implications for Sexual Practice. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 5, 74- 87.
- Willig, Carla. (1997). The Limitations of Trust in Intimate Relationships: Constructions of Trust and Sexual Risk-Taking. *British Journal of Social Psychology*, 36, 211–221.
- Willig, Carla. (1998a). Constructions of Sexual Activity and Their Implications for Sexual Practice: Lessons for Sex Education. *Journal of Health Psychology*, 3(3), 383–392.
- Willig, Carla. (1998b). Social Constructionism and Revolutionary Socialism: A contradiction in terms? In I. Parker (Ed.), *Social Constructionism, Discourse and Realism* (pp. 91-104). London: Sage.
- Willig, Carla. (1999a). *Applied Discourse Analysis: Social and Psychological Interventions*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (1999b). Beyond appearances: A critical realist approach to social constructionist work. In D. J. Nightingale & J. Cromby (Eds.), *Social constructionist psychology: A critical analysis of theory and practice* (pp. 37–52). Buckingham/Philadelphia: Open University Press.
- Willig, Carla. (1999c). Conclusion: opportunities and limitations of 'applied discourse analysis'. In C. Willig (Ed.), *Applied Discourse Analysis: Social and Psychological Interventions* (pp. 145-159). Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (1999d). Discourse analysis and sex education. In C. Willig (Ed.), *Applied Discourse Analysis: Social and Psychological Interventions* (pp. 110-124). Buckingham: Open University Press.

- Willig, Carla. (1999e). Introduction: making a difference. In C. Willig (Ed.), *Applied Discourse Analysis: Social and Psychological Interventions* (pp. 1-21). Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (2000). A Discourse Dynamic Approach to the Study of Subjectivity. *Theory & Psychology, 10*(4), 547- 570.
- Willig, Carla. (2001). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. (2003). Discourse Analysis. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp. 159-183). London: Sage Publications.
- Willig, Carla. (2008). *Introducing qualitative research in psychology adventures in theory and method* (2 ed.). Buckingham: Open University Press.
- Wilson, Edward O. (2000). *Sociobiology: the new synthesis* (25th anniversary ed.). Cambridge: Harvard University Press.
- Wolcott, Henry F. (2001). *Writing up qualitative research* (Second ed.). London: Sage.
- Wolf, Naomi (1997). *Promiscuities: The Secret Struggle for Womanhood*. New York: Random House.
- Woollett, Anne , Marshall, Harriette , & Stenner, Paul (1998). Young Women's Accounts of Sexual Activity and Sexual/ Reproductive Health. *Journal of Health Psychology, 3*(3), 369–381.
- Youdell, Deborah (2005). Sex–gender–sexuality: how sex, gender and sexuality constellations are constituted in secondary schools. *Gender and Education, 17*(3), 249–270.
- Yuval-Davis, Nira. (1992). 9. The (Dis)Comfort of Being 'Hetero'. *Feminism & Psychology, 2*, 438-439.
- Zhou, Millee Yu Qing. (2005). A McMaster Undergraduate Study of the Social Origins and Implications of Slang and Gendered Language. *The McMaster Journal of Communication, 2*(1), 52-74.
-

ANEXO 1
Consentimento informado

Consentimento informado para os participantes de projectos de investigação

Título do Projecto: Vinculação e Desvinculação Afectiva no Feminino: Narrativas Afectivo-Sexuais (título provisório)

Investigadores:

Cecília Vieira da Costa – aluna de doutoramento, bolsista de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Conceição Nogueira – Professora Associada do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho

I. Os objectivos deste projecto de investigação

Convidamo-la a participar nesta investigação que estuda a sexualidade da mulher. Através deste estudo pretendemos explorar as várias formas como são criadas, alteradas e adaptadas as narrativas afectivos-sexuais, Tentaremos compreender os significados e as narrativas sexuais formadas e reconstruídas ao longo do ciclo vital e perceber como influenciam a forma como as mulheres constroem as suas experiências sexuais ao longo das suas vidas. Nesta fase inicial do estudo, envolvendo a dinamização de grupos de discussão, iremos envolver aproximadamente 40 mulheres.

II. Procedimentos

Será solicitado às mulheres que integrem um grupo de discussão onde deverão partilhar em grupo os significados e as suas percepções subjectivas sobre a sexualidade e as relações afectivas. A dinamização do grupo será em tudo semelhante a uma entrevista em grupo, sem que contudo seja excessivamente estruturada. A sequência dos tópicos de discussão não pretende ser rígida, sendo que o principal objectivo é recolher a informação partilhada pelas participantes que poderá obedecer a uma sequência lógica diferente da pensada pela investigadora.

As sessões serão dinamizadas num local aceite por todo o grupo, será solicitado às participantes que elejam um nome fictício para utilizar para efeitos de investigação. As participantes tem toda a liberdade de decidir participar activamente ou não no grupo e em responder ou não às questões colocadas e para se retirarem da investigação.

III. Riscos da investigação

Esta investigação não envolve riscos pessoais, contudo algumas participantes no decorrer do processo, poderão sentir-se emocionalmente perturbadas pelo facto de partilharem ou evocarem experiências pessoais negativas ou dolorosas. Se esse for o caso poderá abandonar a investigação ou limitar a sua participação e partilha dessas experiências com o grupo.

IV. Benefícios deste projecto

Apesar de não existirem benefícios garantidos pelo facto de participar neste grupo, esta experiência poderá ser uma oportunidade de desenvolvimento pessoal e de reorganização da narrativa afectivo-sexual da participante. Falar sobre as suas experiências e perspectivas poderá ajudá-la a lidar melhor com sentimentos ambivalentes ou mal resolvidos. Ao participar está a contribuir para uma melhor compreensão da sexualidade feminina, de como é construída, redefinida e vivida.

V. Anonimato e confidencialidade

Os registos das discussões de grupo estarão sob tutela exclusiva da investigadora. As referências que possam identificar as participantes serão removidas assim que possível.

VI. Compensação

Não será concedida qualquer compensação (monetária ou material) pela participação no estudo. A sua participação é completamente voluntária estando a contribuir para o estudo da sexualidade humana.

VII. Liberdade para abandonar o projecto

É livre de retirar-se do projecto em qualquer momento. Também é livre de recusar-se a responder às questões colocadas, sem que isso implique qualquer penalização ou consequência negativa.

VIII. Responsabilidade do participante

Ao assinar abaixo, eu concordo voluntariamente em participar neste estudo, que implica participar numa discussão em grupo num local e hora acordados.

IX. Autorização do participante

Eu li e compreendi o consentimento informado e as condições de participação neste estudo. Deste modo é de consentimento voluntário que participo neste estudo. Caso decida abandonar o estudo poderei fazê-lo em qualquer momento sem qualquer penalização. Eu aceito as regras de participação neste projecto.

Data

Assinatura

ANEXO 2
'My sexual self, I stifled it': sexual subjectivities among young Portuguese women'

This article was downloaded by: [Costa, Cecília]

On: 14 April 2009

Access details: Access Details: [subscription number 910417182]

Publisher Routledge

Informa Ltd Registered in England and Wales Registered Number: 1072954 Registered office: Mortimer House, 37-41 Mortimer Street, London W1T 3JH, UK



Culture, Health & Sexuality

Publication details, including instructions for authors and subscription information:

<http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713693164>

'My sexual self, I stifled it': sexual subjectivities among young Portuguese women

Cecília Costa ^{ab}; Conceição Nogueira ^a; Félix López ^b

^a Institute of Education and Psychology, University of Minho, Portugal ^b Faculty of Psychology, University of Salamanca, Spain

First Published: May 2009

To cite this Article Costa, Cecília, Nogueira, Conceição and López, Félix (2009) 'My sexual self, I stifled it': sexual subjectivities among young Portuguese women', *Culture, Health & Sexuality*, 11:4, 431 – 442

To link to this Article: DOI: 10.1080/13691050802710253

URL: <http://dx.doi.org/10.1080/13691050802710253>

PLEASE SCROLL DOWN FOR ARTICLE

Full terms and conditions of use: <http://www.informaworld.com/terms-and-conditions-of-access.pdf>

This article may be used for research, teaching and private study purposes. Any substantial or systematic reproduction, re-distribution, re-selling, loan or sub-licensing, systematic supply or distribution in any form to anyone is expressly forbidden.

The publisher does not give any warranty express or implied or make any representation that the contents will be complete or accurate or up to date. The accuracy of any instructions, formulae and drug doses should be independently verified with primary sources. The publisher shall not be liable for any loss, actions, claims, proceedings, demand or costs or damages whatsoever or howsoever caused arising directly or indirectly in connection with or arising out of the use of this material.

SHORT REPORT

'My sexual self, I stifled it': sexual subjectivities among young Portuguese women

Cecília Costa^{a,b*}, Conceição Nogueira^a and Félix López^b

^a*Institute of Education and Psychology, University of Minho, Portugal;* ^b*Faculty of Psychology, University of Salamanca, Spain*

(Received 28 February 2008; final version received 22 December 2008)

Recent research has examined young women's sexual subjectivities and desires, yet has neglected the ways women in their twenties account for their sexual selves. The present study focuses on the discourses and discursive constructions available for young Portuguese women when talking about their sexual subjectivity. Data were collected through six focus group discussions with young Portuguese women. The goal was to analyse discursive constructions and their potential implications for sexual empowerment and resistance. In the course of the work, it was possible to identify several different discursive devices, the most pervasive of which were Pandora's Box, Protocol and Process. Each of these constructions tended to be negative or contain negative judgements about women's sexuality. Even in contexts where a positive discourse on women's sexual desires emerged, significant constraints were encountered in achieving of a fulfilling and positive sexual experience.

Résumé

Des recherches récentes ont examiné les subjectivités sexuelles et les désirs sexuels des jeunes femmes, en négligeant cependant la manière avec laquelle celles qui sont dans leur vingtaine expliquent leur moi sexuel. Cette étude se concentre sur les discours et les constructions discursives auxquels des jeunes femmes portugaises ont recours quand elles parlent de leur subjectivité sexuelle. Les données ont été collectées dans le cadre de six groupes cibles menés avec des jeunes femmes portugaises. L'objectif de l'étude était d'analyser les constructions discursives et leurs implications potentielles pour l'empowerment et la résistance sexuels. Au cours de ces travaux, plusieurs stratégies discursives ont pu être identifiées, les plus répandues étant la Boîte de Pandore, le Protocole et le Processus discursifs. Chacune de ces constructions tendait à être négative ou à contenir des jugements négatifs quant à la sexualité des femmes. Même dans les contextes d'où un discours positif sur les désirs sexuels des femmes a émergé, la réalisation d'une vie sexuelle épanouissante et positive se heurtait à des obstacles considérables.

Resumen

En estudios recientes se han examinado las subjetividades y los deseos sexuales de mujeres jóvenes, no obstante se ha ignorado el modo en que las veinteañeras consideran su propia sexualidad. El presente estudio presta atención a los

*Corresponding author. Email: cecilvieiracosta@gmail.com

discursos y construcciones discursivas disponibles para mujeres jóvenes de Portugal cuando hablan sobre su subjetividad sexual. Se recogieron datos a través de seis entrevistas de grupo con jóvenes portuguesas con el objetivo de analizar las construcciones discursivas y sus posibles repercusiones en lo que respecta al poder y la resistencia sexuales. Durante este trabajo fue posible identificar diferentes herramientas discursivas siendo las más dominantes la Caja de Pandora, el Protocolo y el Proceso. Cada una de estas construcciones tendían a ser negativas o contener juicios negativos sobre la sexualidad de las mujeres. Incluso en contextos en los que existía un discurso positivo de los deseos sexuales femeninos surgieron limitaciones significativas a la hora de obtener una experiencia sexual satisfactoria y positiva.

Keywords: young women; sexuality; sexual subjectivity; Portugal

Introduction

Although transformations in gender relations are underway, recent social research suggests that dominant representations of gender identities and sexuality remain mostly unchanged. Research suggests that young women are still expected to aspire to love in a relationship (Fine 1988; Holland et al. 2004; Tolman 2005; Fine and McClelland 2006) rather than seek fulfilment of their sexual needs. Girl's sexuality is desexualized, substituting desire and bodily (sexual) feelings for emotional connection and relationship. This excludes young women from the possibility of sexual subjectivity based on their erotic voices, bodies and sexual feelings (Tolman 2005).

A double standard, enforced by the regulatory device of sexual reputation, continues to prevail in popular culture whereby girls are presented as the passive objects of male active sexual desire not so much as subjects of desire or agents with control over their own bodies and sexuality (Lees 1993; Kitzinger 1995; Aapola, Gonick, and Harris 2004). Active and public sexual desire on the part of boys is rewarded, while a desiring female sexuality is negatively labelled (Holland et al. 2004), which turns the expression of female desire into a dangerous endeavour (Jackson and Cram 2003).

Ellen Sieg (2007) has recently indicated that there is a gap 'between young women's relational desire, expectations and realities and between assumed equalities and lived inequalities, which highlights some remaining dilemmas for young women's heterosexual relationships' (p. 183). Although young women may be able to articulate a discourse of sexual desire outside a relationship, many internalize a 'male-in-the-head' (Holland et al. 2004) because they are not able to expect or experience equitable relationships with men. Young women often face a tension between sexual pleasure and sexual pressure and between expectations and real life experiences, in which traditional and non-traditional heterosexual identities and practices co-exist (Maxwell 2007).

There is growing interest among researchers in studying young people's sexuality and desire (Jackson and Cram 2003; Holland et al. 2004; Allen 2005; Tolman 2005), but with respect to women's sexuality in young adulthood the published research is less extensive. Because of this it is important to reflect, in broad terms, on the sexual subjectivities of young women during and after adolescence. It is also important to analyse young women's resistance and their ability to actively shape their own sexual lives (Gavey 2005), the negotiation of sexual desire being central to the development of young women's sense of personal empowerment and entitlement (Ussher and Mooney-Somers 2000; Tolman 2005; Fine and McClelland 2006).

Recent decades have seen striking changes in the sexual behaviour of young women in Portugal (Almeida et al. 2004) and worldwide. The intention of the present

study was to analyse the ways in which young women resist dominant discourses of heterosexuality as well as the existence, if any, of safe spaces for them to express sexual desire and embodiment, aside from the dominant discourses of femininity (Holland et al. 2004), male sexual drive (Hollway 1984), romantic love (Willig 1997) or (hetero)sexuality (Allen 2005). In particular, are young women able to articulate alternative constructions that challenge andocentric sexuality (Tiefer 2004), are they able to make 'responsible and self-affirming sexual decisions' (Welles 2005, p. 31) or do cultural standards deny them the integration of sexual desire as both part of normal development and a positive aspect of their identities?

In the present study, discourse analysis will be used in order to understand 'how language constructs objects, subjects, experiences, including subjectivity and a sense of the self' (Willig 1999, p. 2). The subject positioning made available by different discourses offers ways of seeing and being in the world and the 'choice' of a specific discourse has important implications for subjectivity and experience (Weedon 1997). By positioning, we are not referring to simple cognitive and individual choices, but to complex processes that underlie both the way in which people actively position themselves in discourses and how discourses position or constrain the person using them (Jones 1997).

Taking a narrower focus and by analyzing discursive constructions, it is possible to understand how sexual subjectivities are talked in to existence (Willig 1999) and how different discourses contribute to the construction of young women's sexual subjectivities. According to Tolman (2005), sexual subjectivity 'is a person's experience of herself as a sexual being, who feels entitled to sexual pleasure and sexual safety, who makes active sexual choices and who has an identity as a sexual being' (pp. 5–6).

Dominant discourses are often those of those who are more powerful in society (Potts 2002) and have strong institutional roots in religion, science, medicine, law, family and/or media. They 'are so ubiquitous that they appear to be natural, universal, inevitable' (Potts 2002, p. 16) and as a result become the main resource through which individuals constitute their sexual subjectivities. Discourses transmit and reproduce power and, at the same time, they constitute and govern individual subjects (Weedon 1997). Nonetheless, where there is power, there is resistance. Grounding itself in such ideas, the present paper intends to explore the possibilities of resistance available in the discursive constructions used by young women to talk about their sexual subjectivities, in ways that challenge the hegemonic constructions of sexuality that position women as the passive objects of male sexual desire (Allen 2005).

Political background and context

Portugal is left scarred by 50 years of dictatorship and by the actions of the Catholic Church, which exerts a profound influence over women's rights and sexuality. The country has faced many changes and challenges over the last three decades, particularly concerning women's sexual and reproductive rights. The universal right to vote was only achieved by Portuguese women in 1976. Subsequently, important changes have taken place, such as constitutional recognition of the right to access family planning and increasing availability of contraception in the 1980s (Almeida et al. 2004). Sex education was established by law around the same time, but after more than two decades it still has not been fully put into practice and remains controversial. Portuguese women only achieved the right to abortion in 2007, after almost three decades of struggle (Tavares 2003).

As in any other country, sexuality in Portugal cannot be confined to the personal and private sphere because it reflects broader inequalities of power between men and women. In Europe, Portugal is one of the countries with the most women contributing to the work force and is a country where two-thirds of university students are female. Despite this, equality between men and women remains a distant reality: statistics show that women earn less for the same work, have higher rates of unemployment, occupy lower positions in employment and comprise only one-fifth of parliamentary representatives (INE 2007).

Methods

Material

The material for the present study comes from a broader investigation involving six semi-structured¹ focus group discussions on sexuality with young women. Four to six women aged between 19 and 27 years participated in each focus group, giving a total of 31 participants. Respondents came from different parts of the country and all were, or had been, university students. The sample was obtained through personal contact by the first author, who also conducted all focus group discussions. The names presented are fictitious and were chosen by participants. Focus group sessions lasted between 120 and 220 minutes and were recorded digitally. The material analysed concerned responses to the question 'how did you become aware of being women, of being sexual subjects'. All the recorded material was transcribed verbatim; the extracts presented were translated from the original (Portuguese) into English.

Discourse analysis

The analysis of the group discussions material was guided by Parker (1992) and Willig's (2003) approach to discourse analysis. The goal was to understand how sexual subjectivities were constructed by participants. In order to do this, excerpts from young women's discussions of their sexual selves were first selected. Next, the transcripts were analyzed in order to identify different discursive constructions, exploring the connotations, allusions and implications induced by the text as well as the contradictions and tensions between and within different discourses. In the course of the analysis, the authors identified several networks of meaning, which in turn led to the identification of specific discourses and their strategic deployment. Available subject positionings were explored in terms of what they enabled participants to say, do and feel.

Analysis

Pandora's Box

In young women's accounts, female sexual subjectivity often appears as something bad and scary, to be kept under control and regulated, so that it will not become uncontrollable or inappropriately expressed. Young women talk as if their sexual selves were a Pandora's Box. The discursive construction of Pandora's Box here reflects sexuality as coming from the 'inside' as, sometimes, frightening and mysterious needing to be self-regulated and, sometimes, as a source of pleasure. The idea that there are right moments and conditions in which to express one's sexuality is underscored by this discursive construction. If, on the one hand, sexuality is a

source of pleasure, on the other, it is intimately connected to guilt and repression. The only safe space for female desire is within the context of a stable heterosexual relationship or when there is no moral consciousness that reprehends it.

In young women's accounts, it is possible to trace something of the inconsistency implicit in this discursive construction. On one hand, this construction is based strongly on the idea of repression and, on the other hand, repression derives from intuitions arrived at by interpreting adults' silence. It seems that young women are repressing something they do not really acknowledge.

In the following account, Teresa constructs her sexuality as something she should silence, over which she has to exert control in order to protect herself, and not as something to be enjoyed and expressed:

I think that for a while I rejected my sexuality a little bit. I think it was quite late. ... by the time I became conscious of my sexual self, I stifled it. I only started to deal more consciously with it when I was around 14 or 15 years old ... I think it was a block with my body and discovering it ... It is linked to desire, to this sequence when you begin to understand ... what is it that you are feeling. In my case, it was different. ... There was the weight of this sequence being an unnatural thing [feeling attracted to girls]. (Teresa, 27 years, non-heterosexual, Lisbon)

Here, Teresa positions herself as an active subject, expressing agency over her sexuality by assuming control and holding it back. On the other hand, however, this suppression meant silencing the voice of her body and desire, rejecting a part of herself. This repression seems linked to the idea that the libido is essential to psychological life, especially the unconscious (Potts 2002), so the silence imposed on her sexuality is somehow outside of her active control. When she became conscious she 'stifled it' – being unable to deal with her desire even when she acknowledged it. In a way, this positioning protects her, because it is socially expected for children, especially girls, to be asexual throughout childhood until adolescence.

In this same quotation, the sexual drive appears as something innate and unchangeable, so the only possible options are to repress or accept it and this choice will inevitably be mediated by the dichotomies of moral/amoral, normal/pathological and sexual maturity/childhood sexuality (Potts 2002). When dealing more consciously with her sexual self, however, Teresa sees herself as a desiring subject. But this too is problematic, since her desire does not fit social expectations.

In the next passage, Ana clearly expresses desire and acknowledges herself as an active sexual subject despite the moral constraints she felt:

I recall having sexual activity from a very early age, masturbating very early, but I was never conscious of it. I became conscious that it was something sexually related by the age of 11 or 12, but it wasn't very clear, and then I was obviously restraining ... From a very early age, I felt that something was not really good about it ... [it was] related to guilt and the pillow. It led me down a double path ... It was something that made me feel guilty ... My body was asking for something. It began very early. (Ana, 25 years, heterosexual, Lisbon)

Ana is able to express her sexuality using a discourse of desire when she recalls 'having sexual activity' and the 'body asking for something' since a very early age, assuming herself to be a subject of her own desire and pleasure. On the other hand, she also uses the discourse of the innocent and asexual child – 'I was never conscious' – and comes close to using what Tolman (2005, p.2) calls the 'it just happened'

account – one the few socially acceptable narratives through which girls can talk about their sexuality. Ana also makes references to moral standards – ‘something was not really good about it’ – to explain how she suppressed her desire and sexual behavior since it made her ‘feel guilty’. By doing so, she positions herself as a ‘good girl’ who is able to control her impulses.

In the next passage, Magdalena describes the discovery of both her body and desire. Although she acknowledges herself as a desiring sexual subject, she seems to have difficulty finding space for the expression of this desire outside the context of a relationship:

I think I discovered it [body and desire] a little bit on my own, but very slightly. When I was an adolescent, I don't remember very well ... I didn't really cultivate it a lot. And still today I think that I don't really miss self-stimulating, and I think I only gave it more importance when it was with another person. The discovery itself wasn't so much on my own than with other bodies. (Magdalena, 24 years, heterosexual, Porto)

Even if Magdalena acknowledges she discovered her body and desire by herself, she did so only ‘slightly’ and she ‘didn't really cultivate it a lot’. To be sexually active and desiring outside of a relationship is not an acceptable positioning – ‘I don't really miss self-stimulating’ – because it contradicts a traditional femininity. Magdalena's reluctance to assume she can explore her own body is also implicit in the absence of the word masturbation from all talk. While in the previous excerpt Ana talked about repressing her body's voice, but recognizing herself as a desiring subject, Magdalena is more reluctant to express either.

Overall, the discursive construction of Pandora's Box is characterized by the emergence of an active subject that regulates and restrains sexuality and desire. In this context, pre-pubescent female sexuality and masturbation appear as transgressions to dominant models of sexuality and offer a space of resistance, where young girls can also express desire and feel pleasure, even if only as experimentation with a body that has not yet reached sexual maturity and is not ‘real sex’.

Protocol

Another discursive construction present in young women's accounts is what might be termed Protocol. Many participants expressed the idea that there is a strongly established script for behaviour, to be followed in both public and private spaces, concerning sexuality. This learned script teaches girls how the world (of sex) ‘is’ and how they are expected to behave and makes them conscious of the rules of femininity they should follow.

By analysing this discursive construction, it was possible to recognize how women are positioned and position themselves within a predominantly passive sexuality. As they are following externally imposed rules or guidelines, they give up their role as subjects to become the object of others' wishes or values.

According to Ussher (1997), girls learn to perform as women by reproducing the social representations they have access to, while simultaneously negotiating conflicting images and accounts of these representations. Far from saying that women have no option other than to passively internalize the dominant ideology our goal is to understand through critical analysis how it is possible for young women to defy and resist the demands of traditional femininity.

In the accounts gathered, it is sometimes possible to identify young women's reluctance to adhere to femininity rules, even if they also see these traditional roles

as constituting a privileged space in which to learn and develop their sexual subjectivity:

We learned to be more fragile even if we were stronger than them [boys], but we were taught not to be stronger, for example when playing. I was [laughs] a kind of a tomboy. I didn't really agree with that ... playing house [when we were younger], the wife was the one doing the entire household and everything, and afterwards the husband arrived ... In our games, we also began to follow these models. In these games, there was obviously also a part of sexuality ... We pretended to be a couple, but there were no kisses ... [it was] something like dating ... We started to understand better how things worked, how relationships [work], how we should behave. (Marta, 21 years, heterosexual, Braga)

Even if Marta seems here to question traditional notions of feminine vulnerability using notions of equality to sustain the view that girls have the same rights as boys, her account excludes reference to any embodied desire – for example ‘there were no kisses’. Here, sexual subjectivity is clearly constructed as a Protocol that needs to be learned – ‘how things work, how relationships [work]’ and how to ‘behave’. Transgressing norms of femininity and being a tomboy provided a powerful positioning for Marta, even if she was unable to occupy the same position when it came to sexual behaviour. Although she said ‘there was obviously also a part of sexuality’, her role-plays are desexualized, being a privileged space in which to reproduce dominant heterosexuality and constrain the way in which gender is constructed.

Sexual subjectivities are often entangled in relationships. In the following extract, Ana and Daniela articulate how important it was for each of them to have a boyfriend:

Ana: It was something exterior [dating in primary school], it wasn't mine. ... For a very long time I was very anxious to have a boyfriend ... From the moment I stopped restraining myself, maybe sexually. I wanted to have a boyfriend, no matter what price and I didn't understand why I didn't have a boyfriend and that caused me severe pain. I wasn't able to understand because I thought I was fat and I don't know what else.

Daniela: Those crazy things ...

Ana: As if I needed the other to ... as if I would only be confirmed in myself because someone liked me and wanted me ...

Cecilia: You talked about the need of having a boyfriend from 12 to 14. Was that feeling the need for touch, or was it the social issue of everybody has a boyfriend and why I don't?

Ana: Of course the social issue was also important, but I think it was more from my emotional side to...

Daniela: To feel chosen.

Ana: Yes, of needing love. Then of course, obviously it had to go wrong. (Ana, 25 years, heterosexual, Lisbon; Daniela, 25 years, heterosexual, Lisbon)

In the above, it is possible to see how Ana and Daniela built their sexual subjectivity as a Protocol by fitting it within external standards and impositions – ‘it was something exterior’, ‘to have a boyfriend, no matter what price’, ‘the social issue was also important’ or ‘to feel chosen’. The main idea underpinning this discursive construction is that women's sexual subjectivity comes more from the adoption of normative practices and dominant discourses of gender than from their desires. Desire – ‘I stopped restraining myself’ – is only acceptable within a relationship – ‘I wanted to have a boyfriend’. Ana and Daniela here refer to the dominant discourses, which expect girls to seek romantic commitment and fulfill their emotional needs at the same time as they renounce their bodies' voice.

For young women, having a boyfriend symbolizes the passage to womanhood. In her account, Ana expresses a clear rejection of romantic stories – ‘then of course,

obviously, it had to go wrong' – assuming the negative consequences of these discourses and the positioning they imply. Even if young women can be critical of traditional femininity they are inevitably trapped within its discourses.

In another focus group, discussion turned to how young women become interested in boys and fall in love. One respondent felt that the choice was mainly based on 'what people say ... if the other people say nice things about him, we start to think he his great' (Magdalena, 25 years, heterosexual, Porto). Young women are prompted to perform according to what is expected and not to act upon their own desires.

The discursive construction of the protocol appeared many times in focus group discussions. Often young women talked about parents and school as the main sources of learning about their sexuality – 'in school we learned about the human body and we started to see changes' (Catarina, 25 years, heterosexual, Vila Real) or my '[mother] started to explain menstruation ... then I became conscious of the responsibilities I would have' (Vera, 23 years, heterosexual, Vila Real).

Most of the time, Protocol guidelines serve to constrain young women's sexual empowerment but, as illustrated in the following accounts, they can also enable them to access alternative form of knowledge:

I began to restrain it, let's say, around nine years old. I clearly recall being in bed and wanting to masturbate and refraining myself because I thought it was something bad. Not because anyone had told me it was wrong, but because I had no clear notion of what it meant. Then I began to read all kinds of stuff. [laugh]. In those books, it's something normal ... (Ana, 25 years, heterosexual, Lisbon)

Whatever I did with my blue bear I associated it with something wrong. I just became conscious of my sexuality around 13 years old. It's because I began to read about the subject and understand what genital organs were ... And I began to understand that it was normal. So let's say it became much quieter ... I didn't associate it with feeling guilty anymore. (Margarida, 25 years, heterosexual, Lisbon)

Here, both the discursive constructions of both Pandora's Box and Protocol manifest themselves. Desire – 'desiring to masturbate' – is clearly expressed but at the same time moral standards – 'it was something bad' or 'wrong' – impose the need to refrain from giving into this desire. According to the Pandora's Box construction, young women thereby position themselves as active desiring subjects who have to control from their sexual urges. In the Protocol construction, both participants draw on scientific evidence – 'in books on adolescence, it is 'something normal' – seeking guidelines for behavior and positioning themselves as unacquainted with their bodies or sexuality. Young women are simply responding to set of externally imposed normative behaviours and processes that are necessary in order for them to fit in. The coexistence of desire and moral constraint results in ambivalence, and access to scientific discourse provides a solution that allows Ana embodiment. Within the Protocol discursive construction, however, resistance is limited since it depends on the access to alternative models and discourses of sexuality and femininity, which are not always available.

Process

Process links to the idea that sexual subjectivity is the result of a sequence of transformations or ritual passages. This construction has its roots in discourses of adolescence, which serve as the basis for young women to give meaning to their

experiences and feelings. Most of the young women in this study dated initial consciousness of their sexual subjectivity to puberty, a time when, according to dominant discourse, it is expected for them to be overwhelmed by hormonal urges (Allen 2005). Another prominent idea is that this evolution is marked by blocking and unblocking moments or events and is therefore discontinuous.

As acknowledged by Walkerdine (1998), 'psychological knowledges have a positive effectivity in that they are implicated in the production of forms of sociality and the apparatuses and practices of administration and normalization' (p. 154). In young women's accounts, it is evident that developmental discourse is well integrated serving as a fundamental resource from which young women give meaning to themselves and to their sexual subjectivities:

I also have a story about a bear ... and it ended up with masturbation. Finally it faded, probably because it was associated to some guilt and after that it was ... an aspect of my sexuality which I was only able to reconcile much later. When I started to know that I was a woman, [to be conscious] of my sexuality, maybe around 13 years old, I think it wasn't entirely ... I think it was a very slow and gradual process ... I think that it was very complicated for me, and I was not peaceful until I got much older. It was only later that I managed to reconcile things. (Luisa, 27 years, heterosexual, Lisbon)

Here, Luisa suggests her sexual subjectivity was the outcome of a 'very slow and gradual process' that should have an end – the word 'entirely' here implying a reconciliation between her sexual urges and the moral constraints of society. One can see here the idea that sex is an important expression of the inner self and that sexual maturity presupposes a reconciliation between one's sexual impulses and the constraining norms of society. Luisa points out that for her, puberty or adolescence were the prelude to a consciousness of the sexual self. She positions herself as a mature woman, fully aware of her sexuality, for whom the process of becoming conscious has apparently reached an end, after 'integrating everything' and recognizing masturbation and self-eroticism as an acceptable aspect of her sexuality.

It was relatively common to find reference to puberty in young women's accounts constructed within this discursive regime, which confirms discourse of adolescence as an important resource for girls in talking about their sexuality. This same discourse is also linked to the coital imperative discourse described by McPhillips, Braun and Gavey (2001) in the sense that, according to developmental theory, puberty is a turning point marked by menarche for girls and ejaculation for boys. Thereafter, adolescents are physically able to reproduce themselves and engage in 'real sex', i.e. genital/coital sex. According to some accounts, opportunity to express desire and sexual autonomy are slightly more extended for young women entering womanhood than for adolescent girls:

It is age that defines different things. For instance, at 16, maybe I might badly want to have sex with a boy I was dating (and) who I liked a lot. But probably at 15 or 16 I would think twice before having sex and asking myself if it was for good. Now at 24, if I ... met a boy ... things would go much quicker. Our desire to discover ... or want to go faster, also has to do with maturity. (Leonor, 24 years, heterosexual, Matosinhos)

Here, Leonor draws on developmental discourse to explain how her sexual subjectivity was characterized by different desires and preoccupations depending on the maturity process. She allows herself more space for change subsequent to adolescence, but apparently changes need to be kept within the boundaries of

morality. In her account of her adolescence, moral imperatives clearly restrained her sexual activity and desire – ‘asking myself if it was for good’ – because the most important issue then was the relationship rather than desire. The same moral imperatives can also be seen in her description of what could happen in young womanhood. Even if she gives greater space to her desire, assuming that ‘things would go much quicker’, desire is also constrained by the relationship imperative. Behaving outside the margins of the moral standards of relationships could be painful. Once again it is difficult for desire to have space in the context of morality and development discourses.

In contrast, and in the following account, Teresa conceives of her sexual self as a work in progress:

The discovery of my sexuality was something very complex. And this discovery of sexuality continues. I don't think it is limited ... and that gave me a lot of freedom ... I try not to refuse my desire ... the discovery of my sexuality was something very complex. However, the continuing discovery of my sexuality is not ... I don't think it is closed. When I managed to say: 'I'm a homosexual', after some time, I thought 'Maybe I'm not as homosexual as I thought I was'. And that was also a big shock. I suffered a lot until I was able to say: 'I am a homosexual' ... (Teresa, 27 years, non-heterosexual, Lisbon)

In this account, the idea of Process is clearly present but it is presented as an endless endeavour characterized by complex negotiations but with a clear privileging of desire. Apparently, the discourse of desire itself gave Teresa the tools to talk and give meaning to her sexual self. She is able to rule her own sexuality and allow her body expression, without needing to refer to developmental discourse. Assuming desire implies resistance in that she could choose the object(s) of her desire and when and how sex would take place, not necessarily within the boundaries of a stable romantic heterosexual relationship. The possibility of positioning herself within a construction of sexual subjectivity as a working process seems attractive because it offers further possibilities for Teresa and other young women to negotiate alternative meanings concerning their sexual experience.

Conclusion

In this paper, we have tried to identify some of the discourses and discursive constructions Portuguese young women use in their accounts of sexual subjectivity. The Pandora's Box discursive construction offers some space for desire and resistance, although this potential remains limited because of links to other dominant discourses. Desire seldom appears on its own. It is usually linked to love, relationships and danger, casting young women as victims or placing them in a disempowered position.

The discursive construction of Protocol seems clearly to constrain possibilities of resistance. Within it, young women are pressured to position themselves or be positioned within traditional discourses of femininity, finding little space for the expression of their desires. Within this discursive construction, traditional forms of femininity offer a kind of 'comfort zone' (Nayak and Kehily 2008) for young women. Rejecting traditional femininity means rejecting a privileged place within heterosexual relationships and an accepted public identity vis-à-vis other women.

Even if the discursive construction of Process was mainly built upon fixed positions following a pre-established order of change, some young women were able to articulate more fluid identities, giving desire a privileged position.

During focus group discussions, it was evident that experiences such as having a steady boyfriend and having a good sex life within available discourses of heterosexuality offered young women an empowered position relative to those who had been left by their partners, those who had had many partners in the past, or who were not enjoying sex and who drew on a discourse of victimization (Fine 1988). These power relations warrant further exploration.

Occasionally, some young women were able to be critical about dominant heterosexuality and femininity even if this was not always translated into practice. There is no straightforward way for young women such as these to resist dominant discourses of sexuality and femininity. Overall, findings are constant with the broader feminist literature, which notes that society still expects girls to aspire to love and seek serious commitments with boys. Generally, girls, unlike boys, are not expected to have sexual needs and are not treated as sexual subjects. This desexualization is successful most of the time because women's sexual feelings are often fused with the desire for an emotional bond or relationship. Women generally have little space in which to express their erotic and bodily needs outside of the restricted constructions available to them. That said, for young Portuguese women, some practices have changed and the presence of desire in their accounts is evident, which leads us to conclude that there is some space for the emergence of genuine female sexual desire (Harris 2005), although they recognize that this space is not immune to social regulation and surveillance.

Acknowledgements

The study on which this paper is based was funded by a research grant from the Fundação Ciência e Tecnologia, Portugal. The authors would like to thank the anonymous reviewers for their helpful comments on an earlier draft of this paper.

Notes

1. Discussions were structured around a set of open-ended questions designed to explore opinions, wishes and concerns about sexuality, romantic relationships, desire, break-ups, sexual experiences and coercion.

References

- Aapola, Sinikka, Marnina Gonick, and Anita Harris. 2004. *Young femininity: Girlhood, power and social change*. New York: Palgrave MacMillan.
- Allen, Louisa. 2005. *Sexual subjects: Young people, sexuality and education*. London: Palgrave.
- Almeida, Ana Nunes de, Duarte Vilar, Isabel Margarida André, and Piedade Lalanda. 2004. *Fecundidade e Contraceção*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fine, Michelle. 1988. Sexuality, schooling and adolescent females: The missing discourse of desire. *Harvard Educational Review* 58, no. 1: 29–51.
- Fine, Michelle, and Sara I. McClelland. 2006. Sexuality education and desire: Still missing after all these years. *Harvard Educational Review* 76, no. 3: 297–338.
- Gavey, Nicola. 2005. Just sex? The cultural scaffolding of rape. In *Women and psychology*, ed. J. Ussher. New York: Routledge.
- Harris, Anita. 2005. VII. Discourses of desire as governmentality: Young women, sexuality and the significance of safe spaces. *Feminism & Psychology* 15, no. 1: 39–43.

- Holland, Janet, Caroline Ramazanoglu, Sue Sharpe, and Rachel Thomson. 2004. *The male in the head: Young people, heterosexuality and power*. 2nd rev. ed. London: Tufnell Press.
- Hollway, Wendy. 1984. Women's power in heterosexual sex. *Women's Studies International Forum* 7, no. 1: 63–8.
- INE. 2007. *Dia Internacional da Mulher – 32 Anos (1975–2007). Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007)*. Destaque, Lisboa: INE.
- Jackson, Susan, and Fiona Cram. 2003. Disrupting the sexual double standard: Young women's talk about heterosexuality. *British Journal of Social Psychology* 42: 113–27.
- Jones, Alison. 1997. Teaching post-structuralist feminist theory in education: Student resistances. *Gender and Education* 9, no. 3: 261–9.
- Kitzinger, Jenny. 1995. 'I'm sexually attractive but I'm powerful': Young women negotiating sexual reputation. *Women's Studies International Forum* 18, no. 2: 187–96.
- Lees, Sue. 1993. *Sugar and spice: Sexuality and adolescent girls*. London: Penguin.
- Maxwell, Claire. 2007. 'Alternative' narratives of young people's heterosexual experiences in the UK. *Sexualities* 10, no. 5: 539–58.
- McPhillips, Kathryn, Virginia Braun, and Nicola Gavey. 2001. Defining (hetero)sex: How imperative is the 'coital imperative'? *Women's Studies International Forum* 24, no. 2: 229–40.
- Nayak, Anoop, and Mary Jane Kehily. 2008. *Gender, youth and culture: Young masculinities and femininities*. Hampshire: Palgrave.
- Parker, Ian. 1992. *Discourse dynamics: Critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Potts, Annie. 2002. The science/fiction of sex: Feminist deconstruction and the vocabularies of heterosex. In *Women and psychology*, ed. J. Ussher. London: Routledge.
- Sieg, Ellen. 2007. 'What you want, or what you get?' Young women talking about the gap between desired and lived heterosexual relationships in the twenty-first century. *Women's Studies International Forum* 30, no. 2: 175–86.
- Tavares, Manuela. 2003. *Aborto e contracepção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tiefer, Leonore. 2004. *Sex is not a natural act and other essays*. 2nd ed. Oxford: West View Press.
- Tolman, Deborah L. 2005. *Dilemmas of desire: Teenage girls talk about sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ussher, Jane M. 1997. *Fantasies of femininity: Reframing boundaries of sex*. New Jersey NY: Rutgers University Press.
- Ussher, Jane M., and Julie Mooney-Somers. 2000. Negotiating desire and sexual subjectivity: Narratives of young lesbian avengers. *Sexualities* 3, no. 2: 183–200.
- Walkerdine, Valerie. 1998. Developmental psychology and the child-centred pedagogy: The insertion of Piaget into early education. In *Changing the subject: Psychology, social regulation and subjectivity*, eds. J. Henriques, W. Holloway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine. London: Routledge.
- Weedon, Chris. 1997. *Feminist practice and poststructuralist theory*. 2nd ed. Oxford: Blackwell Publishers.
- Welles, Caitlin E. 2005. Breaking the silence surrounding female adolescent sexual desire. *Women & Therapy* 28, no. 2: 31–45.
- Willig, Carla. 1997. The limitations of trust in intimate relationships: Constructions of trust and sexual risk-taking. *British Journal of Social Psychology* 36: 211–21.
- Willig, Carla. 1999. *Applied discourse analysis: Social and psychological interventions*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, Carla. 2003. Discourse analysis. In *Qualitative psychology: A practical guide to research methods*, ed. J.A. Smith. London: Sage.